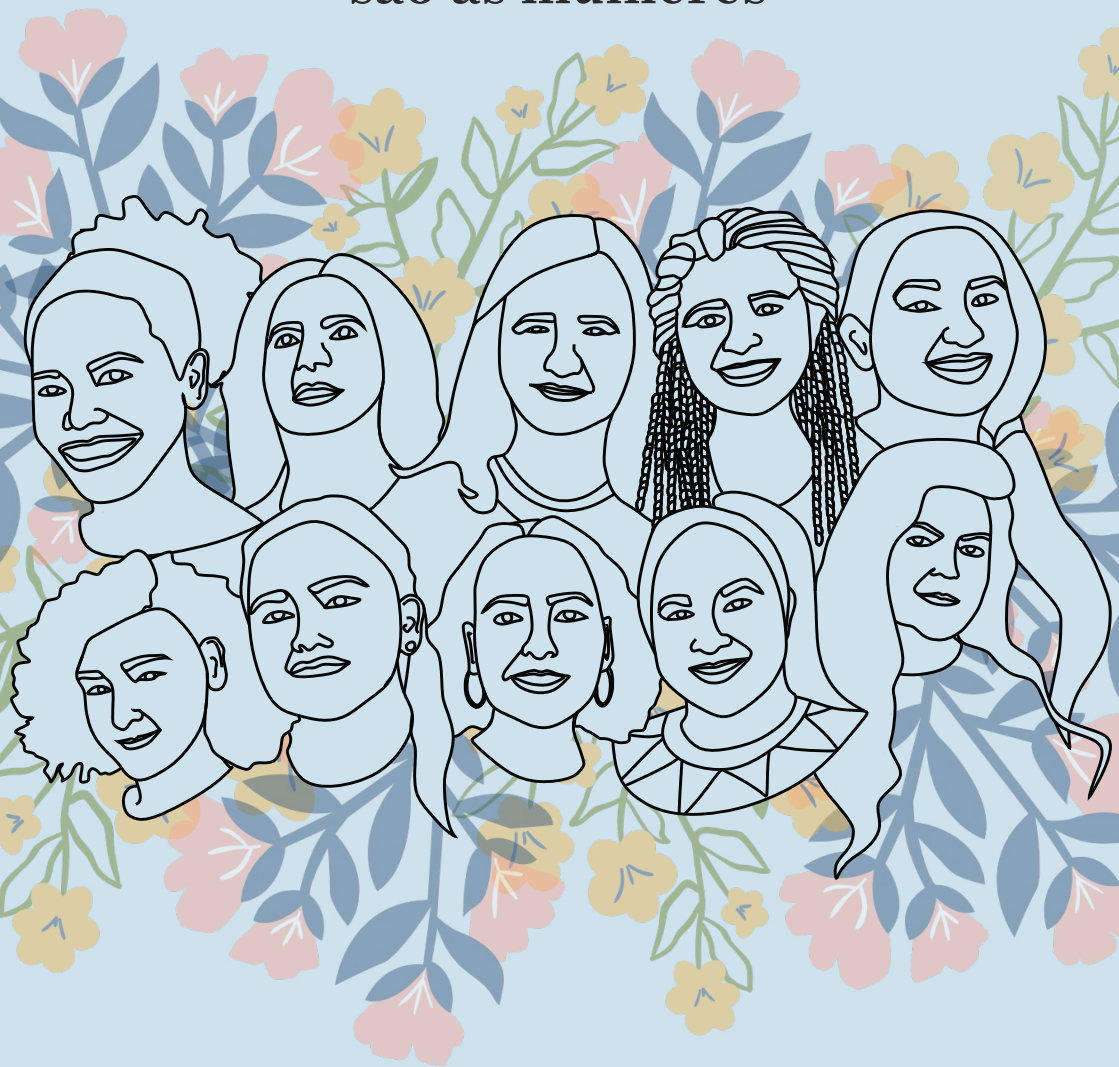


Gabriela
Loures

Gabriela
Macêdo

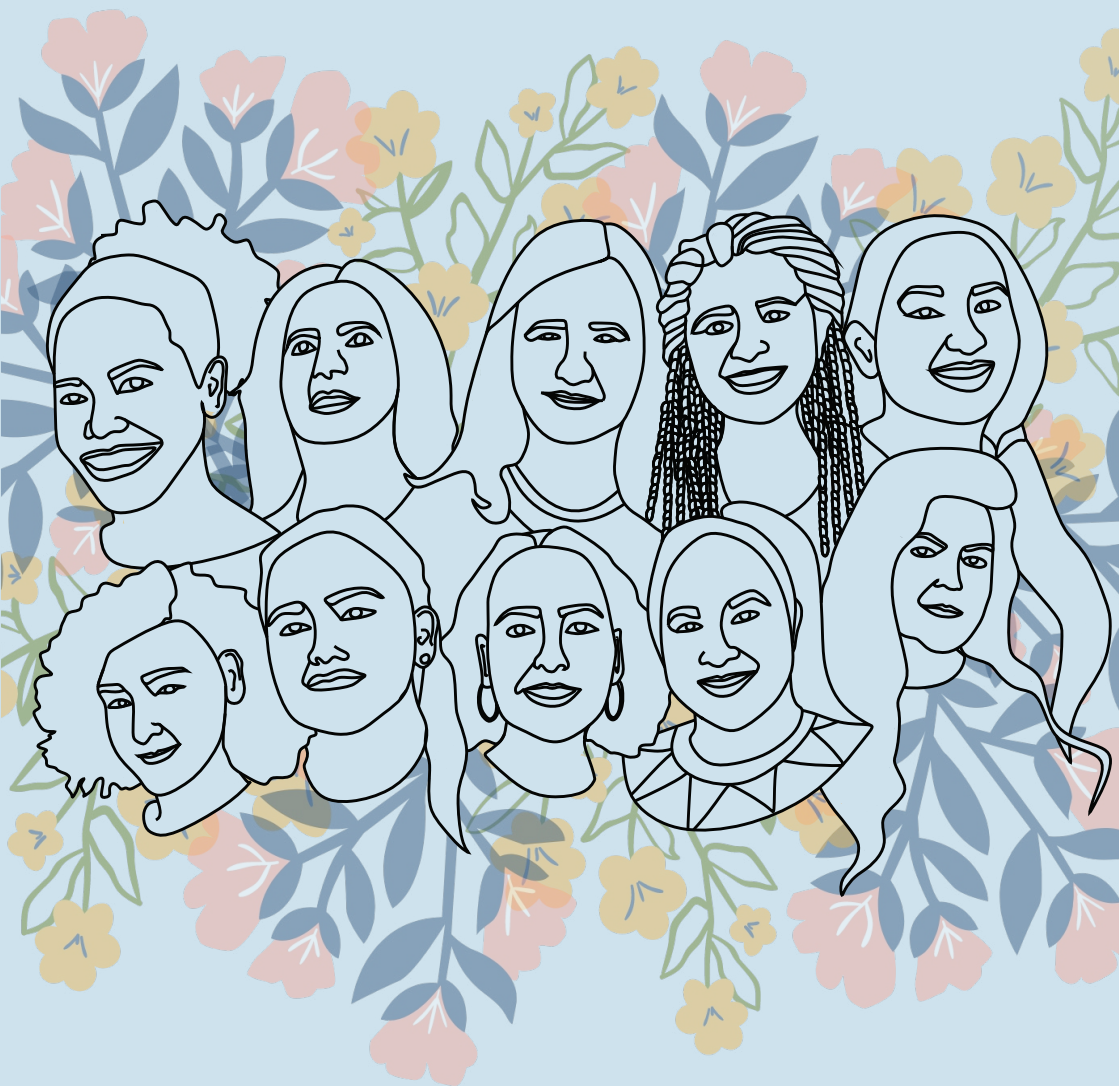
incansáveis

são as mulheres



incansáveis

são as mulheres



INCANSÁVEIS SÃO AS MULHERES

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Escola de Comunicação Social

Curso de Jornalismo

Produto do Trabalho de Conclusão de Curso - 2020.2

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Autoras:

Gabriela Loures e Gabriela Macêdo

Edição e revisão:

Gabriela Loures e Gabriela Macêdo

Capa e ilustrações:

Gabriela Loures e Gabriela Macêdo

Diagramação:

Gabriela Loures e Gabriela Macêdo

Orientador:

Rogério Borges

FREIRE, Gabriela Loures; MACÊDO, Gabriela Dias.
Incansáveis são as mulheres. Escola de Comunicação.
Faculdade de Jornalismo. Pontifícia Universidade
Católica de Goiás. Goiânia. 2020.

*Para todas as mulheres que um dia
tiveram suas histórias silenciadas.*

sumário

epígrafe • • • • •	9
prefácio • • • • •	10
aava santiago • • • • •	20
amanda souto • • • • •	56
cileide alves • • • • •	82
cristina lopes • • • • •	120
elaine martins • • • • •	152
eliana karajá • • • • •	182
francisca barbosa • • • • •	210
janira sodré • • • • •	240
patricia honorato • • • • •	268
vercilene dias • • • • •	294
referências • • • • •	327

Não me venha falar na malícia de toda mulher
Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é

- *Dom de iludir*, Caetano Veloso

prefácio

Com o mais puro objetivo de enaltecer a história de mulheres, em prol de maior representatividade política e da colaboração para uma posterior mudança no cenário das desigualdades as quais são imersas desde antes de nascerem, os textos biográficos contidos neste livro permeiam narrativas de transformação; com pontos de inflexão na vida dessas mulheres que as permitiram ou as fizeram seguir cursos de vida distintos do imaginado, e florescer.

Da política à ciência, da educação à saúde, passando também pelo jornalismo, pelo barismo e pelo mundo jurídico, as mulheres retratadas neste livro deixam marcas definitivas no cenário goiano e, especialmente, em suas próprias vidas. O objetivo de dar maior visibilidade a elas consiste em mais do que apenas contar suas histórias, mas também tem o propósito de recuperar virtudes relevantes do cotidiano e de suas respectivas áreas de atuação, trazendo, assim, um espelho para as futuras gerações, perante as quais as brasileiras, goianas, crianças, jovens e adultas poderão se reconhecer e se projetar. O intuito é, assim, acender uma luz que brilhará cada vez mais forte.

Diante de uma invisibilidade histórica, onde até pouco tempo atrás era comum garimpar biografias de mulheres ditas “exemplares”, pois eram “raras”, nota-se o quanto nossas subjetividades e singularidades ficaram trancafiadas

durante incontáveis anos. Quantas mulheres excepcionais foram esquecidas ou ocultadas ao longo do tempo? A historiadora francesa Michelle Perrot, ao escrever sobre o tema em 1980, já dizia algo que ainda reverbera nos dias atuais: “no palco da memória, as mulheres são sombras tênues”.

Nesse sentido, e em conjunto com muitas mulheres autoras de escritos sobre o tema, que a cada dia ganham mais espaço na literatura nacional e internacional, o objetivo é dar voz àquelas pessoas que foram e ainda são ocultadas, mas que nunca deixaram de existir e resistir. Desconstruir preconceitos e discriminações historicamente produzidos sobre nós é um passo importante na luta pela conquista da igualdade de gênero na sociedade, que através de um patriarcado enraizado, tentou esconder, mas não apagou, a presença feminina da história.

Como um primeiro passo para que essa desigualdade não fosse protagonista desta obra, a diversidade de personagens, e especialmente, a sororidade foram seus principais motes. Considerada a versão feminina do termo fraternidade, a palavra sororidade veio do Latim *sóror*, e carrega o significado de irmã. Trata-se, sobretudo, de uma união entre as mulheres. Portanto, permeia uma ideia de solidariedade, empatia e apoio mútuo, em que o respeito às diferenças e aos respectivos contextos prevalecem.

Apesar do uso da palavra ser relativamente recente, visto que ainda não foi incluída em muitos dicionários e

ser pouco compreendida pela população em geral, o termo tem mais de 50 anos. Teve origem em 1970, quando a escritora Kate Millett, líder feminista daquela época, propôs a palavra para obter a união social entre mulheres sem que haja diferença de classes, de religiões ou de grupos étnicos. Desde então, a sororidade tornou-se o lema de vida entre muitas mulheres que, apesar de serem tão diferentes entre si, e conseqüentemente encararem realidades ainda mais distintas, mantêm-se unidas pela luta em prol de objetivos semelhantes: igualdade e respeito.

Como objetivo principal, o presente trabalho visa trazer as narrativas de transformação vivenciadas por essas mulheres, relatos estes que contam com a descrição cotidiana de antes ou depois de um ou de uma sucessão de eventos que ocasionou uma mudança positiva em suas vidas. Por meio desses episódios, além de terem tido suas realidades alteradas, em sua maioria as mulheres aqui retratadas foram capazes de atingir positivamente a vida de terceiros, com ações diretas ou até mesmo como mero objeto de inspiração.

Estes escritos pretendem, portanto, registrar a vivência de mulheres que, apesar de não serem tão conhecidas como Simone de Beauvoir, Frida Khalo e Rose Marie Muraro – referências globais em suas respectivas áreas de atuação –, têm em suas histórias as marcas da superação, que lhes permitiram transformar suas próprias vidas e as daqueles com os quais elas mantiveram contato.

Neste livro, as histórias de dez mulheres goianas ou que possuem alguma relação com o estado de Goiás serão contadas com detalhes, percorrendo os caminhos que as fizeram chegar aonde estão. A transformação pela qual cada uma delas passou, de fato, será a essência da narrativa. No entanto, para que os leitores conheçam quem realmente são essas mulheres, suas particularidades e minúcias serão também contempladas em um contexto geral.

Mãe, socióloga, evangélica e eleita vereadora por Goiânia em 2020, Aava Santiago é a primeira personagem a ser abordada e traz em cada detalhe de sua trajetória a persistente luta para uma sociedade mais igualitária, com menos injustiça e sofrimento. Embora tenha crescido no Rio de Janeiro, passou toda a sua adolescência em Goiânia, onde vive atualmente ao lado do marido e do filho. Goiás foi o cenário de grande parte de suas vitórias e derrotas, ao mesmo tempo que foi o local que abraçou sua família em uma de suas piores fases. Família essa que, mesmo tão grande e diversa, enxerga todas as suas nuances e particularidades na mulher que Aava é e se torna a cada dia.

No segundo capítulo, Amanda Souto é a protagonista. É a primeira mulher trans a compor duas comissões na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás, sendo elas a Comissão de Direito Médico, Sanitário e Defesa da Saúde e a Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero. Nascida no interior de Goiás, Amanda passou grande parte da sua

vida como um homem, vivendo com sua verdadeira essência escondida. Porém, em 2018, a partir da sua transição social, tornou-se quem sempre quis ser. Ao tomar as rédeas da sua própria vida, a advogada passou por grandes mudanças e inspira outras pessoas que passam pela mesma situação, tanto na vida pessoal, quanto na profissional.

Cileide Alves é jornalista, especialista em jornalismo político, mestre em História e tem sua trajetória narrada no terceiro capítulo. Embora a carreira seja uma das grandes prioridades de sua vida, sua trajetória também foi marcada por episódios que transformaram toda a sua existência como mulher, mãe e profissional. Com suas quase seis décadas de vida, Cileide se considera uma mulher destemida, forte e pronta para encarar os desafios e adversidades de cada novo passo que der, assim como fora desde o seu nascimento. Sua narrativa, entre outros aspectos, nos remete a uma trajetória de luta, mas também de muita garra e determinação.

Vítima de uma tentativa de feminicídio há 30 anos, tendo 85% de seu corpo queimado, Cristina Lopes ainda carrega as cicatrizes do crime. Sua trajetória é abordada no capítulo quatro, que explica como seu processo de superação esteve relacionado com a vontade de lutar para que pessoas vítimas do mesmo tipo de crime que a atingiu fossem melhor acolhidas e que mulheres não fossem mais submetidas a esse tipo de situação. Para isso, Cristina, que já era educadora física, formou-se em Fisioterapia e, com essas pautas, se candidatou ao

cargo de vereadora de Goiânia, sendo eleita duas vezes como a mais votada. Hoje, além de inspiração, Dra. Cristina, como é mais conhecida, foi capaz de contribuir de forma positiva na situação de mulheres e queimados da capital goiana.

Elaine Martins, personagem do quinto capítulo, encontrou no café o refúgio que procurou desde a sua complexa infância, com episódios de abuso e violência. Barista há mais de dez anos, tornou-se uma mulher de personalidade forte, que sabe de todo o potencial que existe em si, evidenciando-o em cada atitude tomada. É mãe de três filhos, sendo duas mulheres e um homem, e embora o amor por eles seja impossível de traduzir em palavras, ela o faz com muita facilidade quando o assunto é o barismo – a profissão que transformou e revolucionou toda a sua trajetória.

Eliana Karajá, no capítulo seis, como seu próprio nome diz, é uma mulher indígena pertencente à tribo Karajá. Viveu em sua aldeia, localizada às margens do Rio Araguaia, até os nove anos de idade, quando repentinamente precisou mudar-se para Goiânia, e iniciar uma nova vida. Vítima de estupro, preconceito e constantes violências psicológicas, Eliana encontrou em seus três filhos a base para não desistir. Sua iniciativa e seu trabalho como representante dos povos indígenas em instituições de saúde, e todo o seu empenho para que tenham uma vida digna, transformaram também a sua própria realidade, num contexto em que nem ela mesma sabia que isso seria possível.

Semianalfabeta, Francisca Barbosa é uma mulher simples, mas de muita coragem e perseverança. Há mais de uma década, doa sua vida e seu tempo liderando uma associação que garante a sobrevivência de centenas de famílias na comunidade onde vive, em Aparecida de Goiânia. No sétimo capítulo, é mostrado como esta mãe de nove filhos entende a importância da educação para a construção não só de uma vida digna, mas de seres humanos íntegros, honestos e dispostos a ajudar quem mais necessita. Portanto, não mede esforços para combater a injustiça social, possibilitando às mulheres, crianças, idosos e a quem mais precisar todo o apoio para se reerguerem.

Nascida no interior do Maranhão, Janira Sodré passou boa parte de sua infância e adolescência em Roraima, cenário de grande parte de seus aprendizados e suas vivências que fizeram dela a mulher que é. Sua história é contada no capítulo oito. Historiadora, ela considera que a educação foi o grande ponto de transformação em sua vida, bem como sua família e sua amada filha Mariana, que revolucionou seu entendimento sobre a existência, sobre as relações e especialmente sobre si mesma. Atualmente vive em Goiânia, onde dia após dia exerce uma de suas maiores paixões: lecionar.

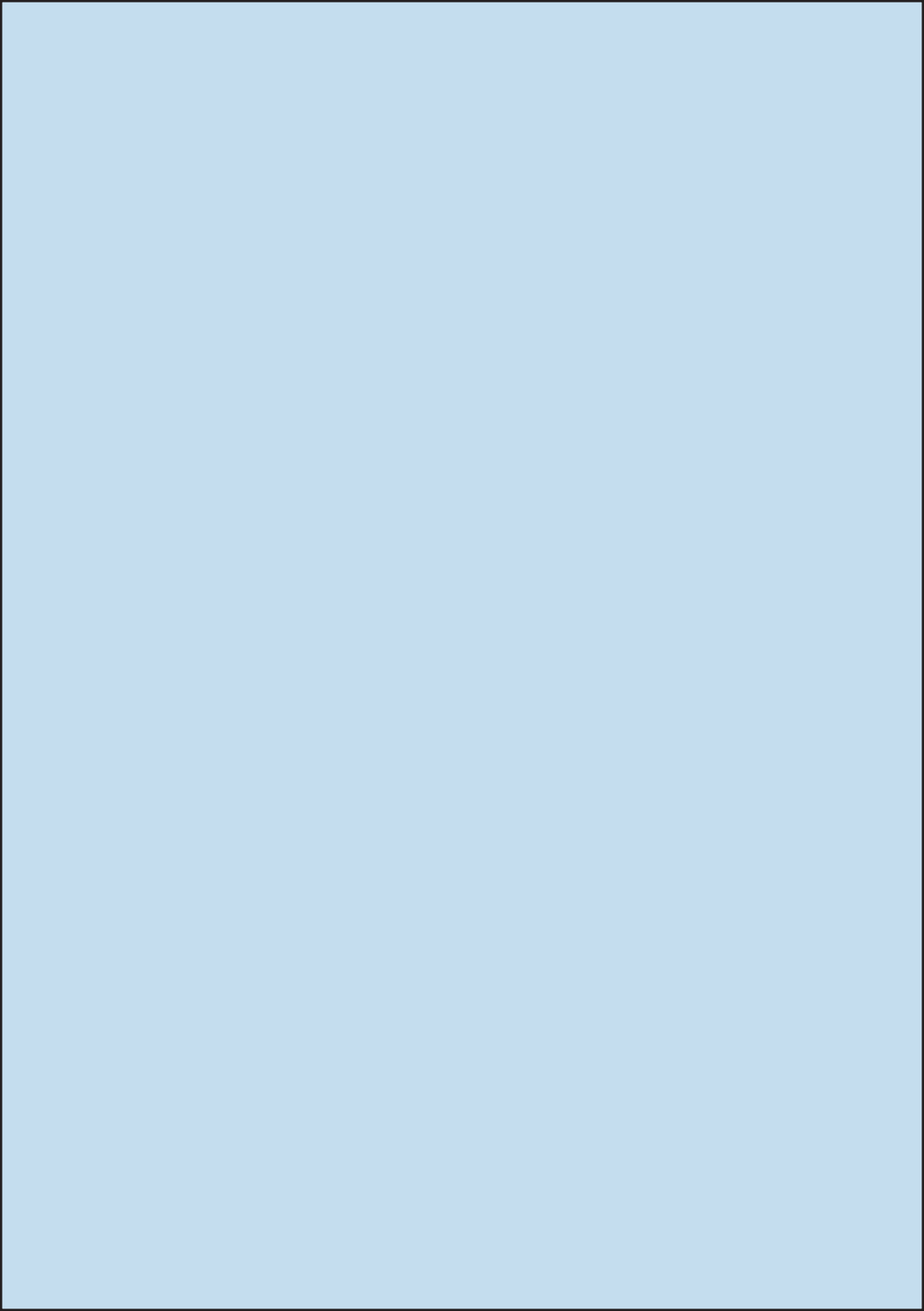
Durante toda sua infância e adolescência, Patrícia Honorato, que protagoniza o nono capítulo, foi vítima de bullying e, na maior parte do tempo, percebeu-se sozinha para enfrentar todos os seus dilemas. Seu refúgio? A ciência. Depois de participar de projetos escolares que lhe pos-

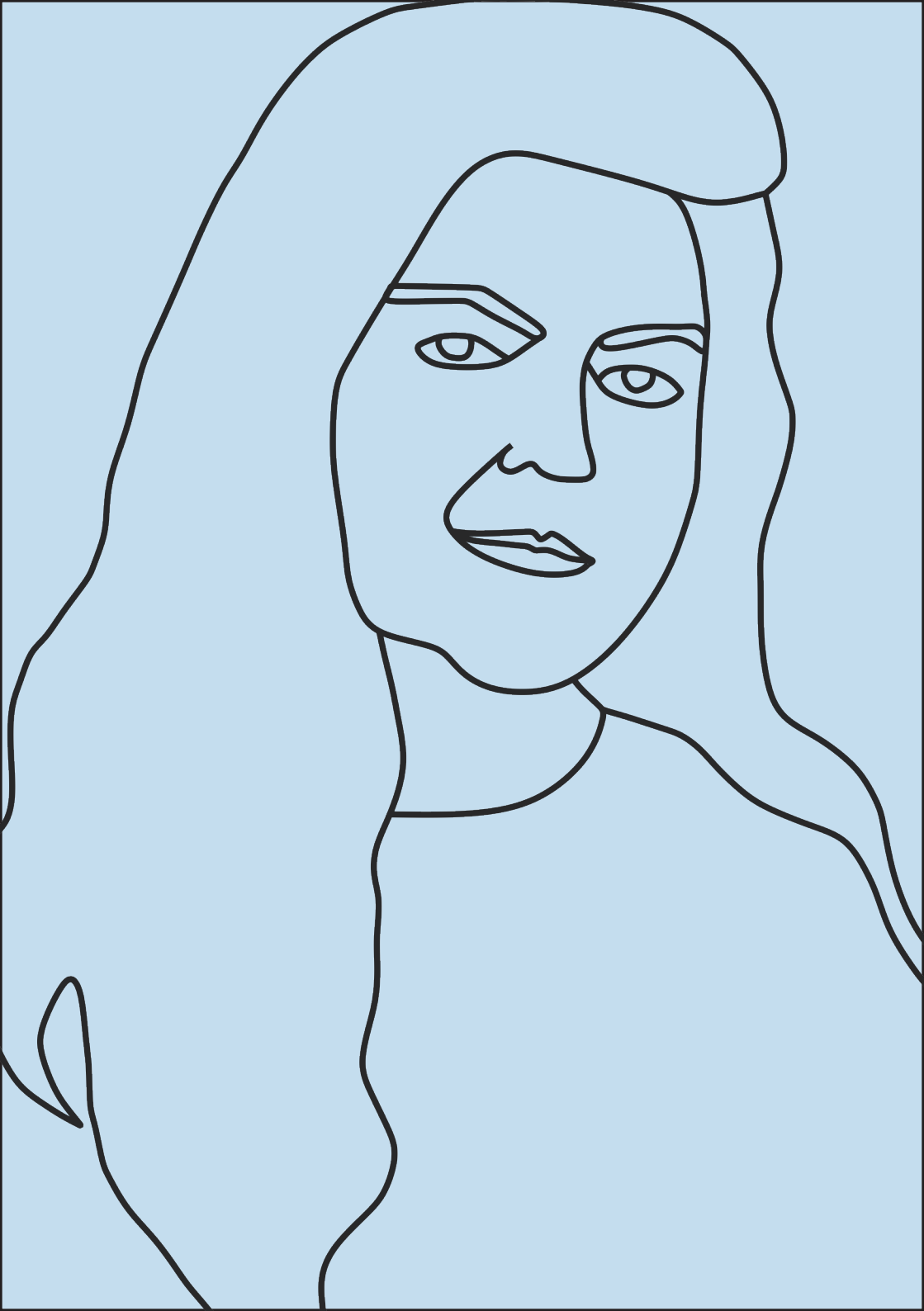
sibilitaram concorrer em competições nacionais, Patrícia foi finalista em uma disputa científica em Harvard, uma das mais importantes universidades do mundo, além de ter ganhado bolsa de estágio de um mês em Israel. Hoje é fundadora de uma feira de ciências online e cursa Química, na Universidade Federal de Goiás (UFG).

Vercilene Dias é uma mulher quilombola, nascida na comunidade Kalunga, localizada no interior de Goiás, e é a décima e última mulher a ser abordada no livro. É conhecida por ser a primeira quilombola mestra em Direito no Brasil, mas não só por isso. Batalhadora, esforçada e muito confiante no poder da educação, Vercilene luta cotidianamente para quebrar as barreiras criadas entre seu povo e as vagas em universidades, bem como cargos de liderança e poder. Por isso, não mede esforços para propiciar a outras pessoas de sua comunidade condições para chegarem aonde chegou. Uma trajetória de muita luta e da qual tem muito orgulho, apesar de considerar inadmissível esta ser uma realidade tão tardia para os quilombolas.

Como ponto em comum entre todas elas, a vida dessas mulheres é abordada através da narrativa de transformação explicada por Edvaldo Pereira Lima como recurso possível a ser utilizado quando se deseja registrar histórias de vida por meio de perfis biográficos. “Contar e ouvir histórias é uma das coisas mais importantes da humanidade, o jornalismo literário é apenas um formato”, foi a

frase dita por Edvaldo Pereira Lima, ao saber do processo produtivo desta obra. Foi nesse momento que soubemos que havíamos escolhido o formato certo para conseguir expressar aquilo que desejamos. Afinal, se a literatura conta história e o jornalismo a registra, o que seria melhor senão mesclá-los?





aava santiago

“Quando se é uma mulher, periférica e sem sobrenome importante, é comum crescer ouvindo de pessoas e até de si mesma que existem lugares que não são para gente como você, que seus sonhos são ousados demais e que seus caminhos nunca te levarão aonde você quer chegar. É para honrar a memória das mulheres que me antecederam que estou aqui hoje.”

Narrar a história de Aava, de forma fiel e orgânica, não é uma tarefa rápida, afinal, está atrelada a de seus antepassados de tal forma que mesmo uma narrativa que começasse no dia de seu nascimento seria incompleta. Sua história começa, portanto, com a de sua avó, mãe de seu pai, que ao se livrar de um casamento abusivo e se juntar a quem posteriormente seria o avô de Aava, acabou em outra relação na qual, na primeira noite, ouviu de seu marido que, por toda mulher ser “como uma mula”, sua principal função seria sempre parir e trabalhar. Foi nesse momento, portanto, que percebeu estar novamente em uma relação onde a exploração e o domínio poderiam ser os principais adjetivos a caracterizá-la.

Para conseguir se relacionar com José Coutinho, também apelidado de Zé Coitinho por seus familiares atuais, e escapar sem ser perseguida até a morte por seu primeiro marido, Raimunda fugiu. Para que a fuga desse certo, dei-

xou seus três filhos, que acabaram crescendo acreditando na verdade que desde esse dia sua mãe havia falecido, não fugido com um desconhecido.

O encanto para com aquele vaqueiro que tocava gado em plena reserva indígena da Ilha do Bananal foi quebrado como um balde de água fria logo que a decisão de se criar uma verdadeira relação foi tomada. Na vida de Raimunda, fugir, além de lhe trazer grande sofrimento, a tornou a desonra da família. Alvo de olhos raivosos pela mera menção de seu nome e o deserdamento do pequeno espaço de terra que sua família possuía. Raimunda teve três filhos frutos do primeiro casamento, no entanto, após a fuga, vieram outras duas filhas, o Juscelino, pai de Aava, e Severino, que nasceu com o estágio mais avançado da trissomia do cromossomo 21.

Também conhecida como síndrome de Down, essa alteração genética causada por um erro na divisão celular durante a divisão do embrião, segundo estudo realizado pela National Down Syndrome Society (NDSS), afeta 1 entre mil bebês nascidos no mundo. Condição rara, o desconhecimento sobre a alteração genética aumentava ainda mais o sofrimento para lidar com essa síndrome. Zé Coutinho, assim, logo apontou a culpa nos pecados de Raimunda, que estaria sendo castigada por Deus por abandonar o primeiro marido. A vontade do avô de Aava, segundo seus relatos, era jogar seu tio, mesmo tão pequeno e sem condições de auto suficiência, dentro do rio Javaés.

— Ele é um inútil! Não serve para nada! — urrava.

— Preste bem atenção, meu primeiro marido eu larguei, mas você eu mato, porque esse “inútil e doente que não serve para nada” que você fala saiu de mim! Com você não tenho nenhum compromisso. Meu dever é com ele! — respondeu Raimunda, se impondo diante das ameaças do marido.

Severino, que começou a andar aos sete anos e teve previsão médica de expectativa de vida até os 30 anos de idade, em 2020 completou 56. Hoje, é uma das grandes alegrias cotidianas de Aava, que admira e conta com humor as peripécias diariamente cometidas por ele.

Foi nesse contexto, portanto, marcado por um profundo grau de pobreza e misoginia, que Juscelino e seus sete irmãos cresceram. Com o desejo por liberdade aflorado em seu espírito, aos 16 anos saiu de casa em busca de melhor qualidade de vida. De carona em carona, o destino final era São Paulo. Era um homem cheio de ideias, “ideias brilhantes”, orgulha-se Aava, mas elas nem sempre conseguiam ser materializadas no papel. Em um determinado momento de sua trajetória, chegou a morar com Ednardo, um dos maiores parceiros de composição do atual maior ídolo de Aava, Belchior. “Tendo só até a terceira série, ele não teve condições de instrumentalizar a língua portuguesa para fazer com que essas ideias reverberassem no universo artístico”, explica a socióloga.

Sem conseguir enxergar perspectivas de futuro naquele contexto, novamente partiu em busca de outro rumo. Ao se

instalar no interior do estado do Pará, destino de uma multidão de trabalhadores esperançosos por uma vida com maiores recursos no fim da década de 1970, logo se tornou garimpeiro em Serra Pelada. A multidão de pessoas que, na maioria das vezes de forma irregular, passava dias inteiros a garimpar, também era chamada de “formigueiro humano”. Com uma realidade próxima a uma cena de filme de terror, roteirizada com uma disputa interna – em busca do que havia sido garimpado pelos outros colegas – que resultava em morte, estupros e doenças tropicais, como malária e febre amarela, o refúgio de Juscelino foram as drogas, fossem elas químicas ou medicinais da Amazônia. A recordação desse ambiente ‘medievalizado’ era a única coisa que fazia com que o pai de Aava, que sempre viveu em uma realidade tão dura, derramasse lágrimas.

Ao não suportar mais a mineração e todas as consequências que andavam lado a lado com o exercício dessa atividade, decidiu se converter ao Evangelho em uma pequenina igreja que existia quase escondida no meio da Serra. Em um garimpo irregular, o confisco por parte do governo era constante. Assim, mesmo com pouco dinheiro, sua intensidade e determinação o fizeram pegar todo o pouco de valor que possuía e se mudar para o Rio de Janeiro, com o objetivo de cursar Teologia.

Também fruto de uma difícil trajetória, os avós maternos de Aava constituíram uma grande família. No total, eram doze filhos. Entre eles, sua mãe. Antes de conhecer e se casar

com Adélia, o avô de Ava, Sebastião, quando era somente uma criança, foi vendido como escravo ao dono de uma fazenda no interior de Minas Gerais. Lá, além de explorado, era constantemente espancado. Sem documentos, Sebastião era seu único nome. Ao gravar em sua mente o sobrenome Santiago enquanto ouvia rádio em seus poucos momentos de descanso, no completar de seu décimo oitavo aniversário ele se dirigiu a um cartório. Registrou-se e tirou seus documentos. Finalmente pôde ter seu sobrenome, e com ele, mesmo que de forma simbólica, sua carta de alforria. Agora com sobrenome e documentos, Sebastião Santiago finalmente poderia procurar por um emprego digno, e o legado desse sobrenome nada tradicional, mas cheio de história, seria posteriormente passado a seus filhos e netos.

Diferente de Sebastião, Adélia conseguiu estudar até a terceira série, mas mesmo que não tenha completado toda a trajetória escolar, foi o suficiente para que conseguisse alfabetizar seus treze filhos em casa. De acordo com Aava, Adélia equilibrava todos os ambientes onde estivesse com sua doçura e gentileza, ao contrário do avô, Sebastião, que ela conta ter sido muito “rabugento”. “Minha avó era muito generosa. Mesmo com tantas dificuldades, ela nunca estava triste. Minha avó é a maior lição do que deve ser considerado riqueza”, diz, emocionada.

Devido à má remuneração e ao peso de ter que sustentar toda a família, apenas duas fontes de renda não eram suficientes, o que fez com que Raquel, mãe de Aava, e seus

irmãos tivessem que abandonar a escola ainda crianças, e começar a trabalhar. Raquel, então, logo começou sua jornada em casas de famílias evangélicas. A promessa de seus pais a ela era que em breve poderia retornar aos estudos e finalizar o ensino básico, mas pela falta de recursos, nunca puderam cumprir com a palavra.

Com apenas 7 anos de idade, logo de cara passou um ano lavando roupas que tinham o dobro de seu tamanho, em um tanque também muito maior do que ela. Para alcançá-lo, precisava se erguer sobre um banco. Hoje, completamente contra o trabalho infantil defendido pelo atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, Raquel diz que durante todo o tempo trabalhando nas casas dessas famílias quando criança, “só ganhou um vestido de chita e uma bronquite”, por passar grande parte do tempo com as roupas molhadas ao realizar seu trabalho braçal.

Sem condições aparentes de retomar seus estudos, logo Raquel começou a se interessar pelos livros que encontrava aos montes nas casas de seus patrões. Assim, passou a ler todos o que encontrava pela frente, até um dia sua patroa julgá-la como “metida” por conta disso. Hoje, ao contar a história de sua mãe, Aava entende como a classe média brasileira ainda possui resquícios escravocratas. “Enquanto algumas pessoas achavam incrível aquela menininha que depois de limpar a casa inteira ainda ia ler, na segunda casa que trabalhou ela foi convidada a se retirar porque a

patroa achou ela muito metida por conta disso. Ela trancou a sala que ficava os livros para minha mãe não ter acesso a eles no contraturno dela”, conta, indignada.

Hoje, ao lembrar-se da época em que a leitura era sua única fonte de diversão e aprendizado, Raquel desabafa: “A maioria das coisas que eu lia eu não entendia, mas eu continuava lendo, porque meus pais eram miseráveis e dependiam do que eu ganhava nas casas para sobreviver. Eu tinha que fazer alguma coisa”, relata. Trabalho infantil é um dos assuntos mais delicados para a família, que durante quatro gerações precisou manter suas crianças trabalhando para ajudar no sustento da casa. Foram quatro gerações em que a pobreza foi perpetuada, mas que a partir do nascimento de Davi, filho de Aava, chegou ao fim.

Aos 16 anos, graças a sua escrita impecável e a qualidade e complexidade de seus raciocínios, Raquel foi contemplada com uma bolsa de estudos em um seminário de Teologia. Por sua grande quantidade de conhecimento acumulado pelo alto nível de leitura realizado nos últimos anos, aos 20 já era diretora dos maiores seminários de Teologia do Rio de Janeiro.

Assim, foi no seminário de Teologia que Raquel lecionava que Juscelino encontrou a oportunidade de se formar, e foi lá que se conheceram. Quem olhava de fora, custava acreditar como eles, que eram opostos, acabaram por se apaixonar. Raquel nascera e crescera na igreja, enquanto na origem de Juscelino se encontravam música popular,

drogas e mineração. Mesmo que no começo o jovem Juscelino não tivesse tanta coragem de conversar outros assuntos além da Teologia com Raquel, que era sua professora e sua antítese, logo as barreiras foram quebradas. Casaram-se no Rio de Janeiro, no ano de 1988, e logo tiveram a notícia da gravidez da primeira filha, Aava, aquela que iria transformar a vida de grande parte da família para melhor.

Segundo a Bíblia, “Aava” era o nome do rio localizado no noroeste da Babilônia, aparecendo no livro sagrado somente duas vezes, em Esdras. Além disso, esse também era o nome de um rio que atravessava a região da Síria, onde os povos acampavam durante a guerra buscando sobrevivência. Significa “mãe da vida”, o que, desce cedo, Juscelino e Raquel explicaram à filha, fazendo-lhe entender que era assim que ela devia se portar diante do mundo.

Aava Santiago Aguiar nasceu no ano de 1990, em Barra do Garças, no estado de Mato Grosso. Na época, o Rio de Janeiro, cidade onde seus pais moravam, estava em “colapso”. Assim, sem muito dinheiro, necessitavam do Sistema Único de Saúde (SUS) para realizar o parto da filha, mas as burocracias criadas lhes fizeram tomar a decisão de viajarem até Barra do Garças, onde havia uma obstetra e amiga da família que realizasse a cirurgia de forma mais tranquila. Logo após o parto voltaram para o Rio de Janeiro, local em que Aava viveu toda a sua infância e início da adolescência.

Esperta e curiosa, Aava começou a formar palavras

aos 10 meses de vida, desde cedo despertando em seus pais o entendimento sobre a sua habilidade com a comunicação. Desse modo, alfabetizaram a filha em casa, aos dois anos de idade, ensinando também conteúdos básicos e até mesmo os nomes de todas as capitais do mundo aos três, fato que causou alvoroço na vizinhança, fazendo muitas pessoas irem até a casa da família para verem de perto a “criança prodígio”. Assim, percebendo desde cedo a sua facilidade com os estudos, seus pais, tios e avós se juntaram para pagar uma escola particular para Aava, que cursou aos quatro anos a 1ª série do ensino fundamental.

No ano seguinte, por mais que juntassem todas as economias, pagar a escola se tornou insustentável. Matricularam, então, a filha no ensino público, de onde ela nunca mais saiu. O que Raquel e Juscelino não esperavam, entretanto, era que Aava, indo para a 2ª série do ensino fundamental, teria que ser propositalmente atrasada, refazendo novamente a série anterior por conta dos padrões de ensino. Hoje, Aava, que milita em prol de uma educação pública de qualidade, se indigna com o sistema educacional, pois, segundo ela, os padrões impostos desperdiçam talentos e genialidades. “O ensino é tão uniformizado que não contempla a diferença entre as pessoas. Nem os adiantados, nem os atrasados. Se você é adiantado, você paga por essa precarização, e se você é atrasado paga mais ainda, porque não tem um modelo que te contemple para entender o motivo do atraso”, explica.

Para dar à luz a Aava, Raquel precisou deixar seu emprego no seminário de Teologia para deslocar-se até Mato Grosso. Assim, ao retornar, recebeu a notícia de que haviam lhe substituído. Nessa época, Juscelino estava dando início a sua vida ministerial, ainda sem conseguir trabalhar. Por conta disso, no ano de 1993, época de sérios problemas financeiros, a família chegou a se alimentar somente do que vinha da horta que cultivavam no quintal de casa. Muitas vezes, conta Aava, seus pais priorizavam a sua alimentação, ficando com fome alguns dias. A fase tornou-se ainda mais complicada com a notícia da gravidez do segundo filho, uma gestação completamente inesperada e não planejada. Cren-tes em Deus, Raquel e Juscelino seguiram em frente, embora o desespero e a insegurança quanto a criação de duas crianças naquelas condições lhes tirassem o sono.

Addanm Santiago Aguiar nasceu em novembro de 1993, em um contexto em que a situação financeira estava minimamente melhor, mas ainda difícil. Em 1997, ao tentarem fugir da crise que os assolava há três anos, Raquel e Juscelino assumiram a igreja Assembleia de Deus, localizada em uma favela na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Lá, mais do que a solução espiritual e financeira para seus problemas, encontraram também um ambiente onde a maioria esmagadora dos membros era analfabeta. Desse modo, considerando o evangelho como uma forma de justiça social, e entendendo a importância da educação, mesmo que

básica, na vida das pessoas, criaram um curso de alfabetização na igreja, em que pessoas voluntárias davam as aulas em troca da satisfação em fazer o bem. Sendo a primeira iniciativa deles, o objetivo do curso era somente ensinar os membros a ler e a escrever, não mantendo nenhuma ligação com o Ministério da Educação.

Ao final do curso, decidiram realizar uma formatura simbólica para marcar a nova fase de vida, cheia de novas palavras e oportunidades, que estava por vir. Embora não pudessem fazer um diploma para cada um, alugaram becas e seguiram todo o protocolo de formaturas na medida do possível. Aava, que tinha 10 anos na época, relembra com orgulho da oradora da turma, uma mulher preta e idosa:

— Eu sou evangélica há 50 anos e essa é a primeira vez que leio a Bíblia. Antes eu não sabia ler! – disse a oradora, emocionada.

Na época, eram distribuídas cestas básicas na igreja, destinadas àqueles que tinham condições de vida menos favorecidas. No entanto, após dois anos desde o projeto de alfabetização no local, Raquel e Juscelino perceberam uma drástica redução no pedido das cestas, e logo entenderam que a ação estava diretamente ligada a isso. Alfabetizados, os irmãos tinham condições mínimas de irem atrás de oportunidades de emprego, e a esperança de crescerem na vida aumentava consideravelmente. Assim, decidiram continuar investindo em educação. Criaram, então, um curso pré-vestibular, incentivando os membros da

igreja a ingressarem no ensino superior. O casal convidava alguns amigos que eram professores para darem aulas voluntárias aos irmãos, formando grupos de estudo.

Foi em meio a essa realidade que Aava começou a se interessar por política, ainda não a partidária e institucional, mas uma política que buscava, sobretudo, a igualdade e justiça social para todos. A socióloga recorda-se que, ainda criança, tentava a todo custo ajudar o máximo de pessoas possível, do seu modo, com as suas ideias infantis, mas que refletiam até mesmo nos adultos que, ao ver aquela menina de apenas 10 anos de idade querendo mudar o mundo, reavaliavam sua própria realidade. “Todas as causas pelas quais eu milito hoje têm um fundamento específico que é a minha relação com o evangelho. É sobre ser inquieto com as injustiças, com a discriminação e com a exploração”, relata.

Nos anos 2000, época em que a atuação da milícia estava constante no Rio de Janeiro, mais precisamente na Zona Oeste onde Aava e sua família residiam, era comum sair de casa sem a garantia de voltar com segurança. Segundo ela, havia dias em que os sons de tiroteios acontecendo na rua de sua casa lhe tirava o sono, fazendo com que até mesmo a escola alertasse sobre o perigo de voltar para casa em determinados momentos, recomendando aos alunos a permanecer na instituição o maior tempo possível, seguindo as orientações da Secretaria de Educação e de Segurança.

Pensando nisso, sempre com ideias inovadoras e com

o constante desejo de mudar a realidade das pessoas ao seu redor, Aava, na época com 10 anos, levou até a diretoria da Escola Municipal Tomé de Sousa, onde estudava, um plano para fazer daquela realidade algo construtivo. Como já era de seu conhecimento que ficaria na escola por muito mais tempo que o habitual, pensou em convidar as mães de seus colegas de classe a irem à escola para explicarem sobre suas profissões no contraturno das aulas. “Eu tive essa ideia porque a escola tinha uma estrutura boa. Havia muito espaço e uma grande cozinha para que as mães pudessem nos ensinar”, explica. “Eu falo mães porque o abandono paterno era algo muito comum, e eu não conhecia pais de amigos, somente mães. Além do abandono, muitos pais estavam presos e muitos tinham morrido pelo envolvimento com o tráfico”, acrescenta.

Para a felicidade de Aava, a resposta da direção da escola foi positiva e em poucos dias as mães começaram a frequentá-la, apresentando aos alunos quais eram as suas profissões. “A gente aprendeu a plantar, a pintar pano de prato, a fazer geladinho, fazer coxinha para vender e várias outras coisas que as mães ensinaram e que elas faziam na época para sobreviver”, explica. O projeto foi tão satisfatório, tanto para os alunos, quanto para as mães e professores, que a partir dele, Aava novamente pediu permissão para que pudessem realizar uma feira onde venderiam os produtos feitos durante as aulas. A proposta seria de abrir a escola para a comunidade, a fim de integrá-la com os alunos, pais e professores.

Desse modo, logo a notícia foi dada às mães, que ficaram lisonjeadas com a chance de verem seus ensinamentos às crianças surtindo efeitos para a comunidade em geral. No entanto, para a surpresa de todos, algumas daquelas mulheres tinham contato direto com comandos do tráfico e resolveram convencê-los a “dar uma trégua” no dia da feira, pois, caso contrário, seria impossível realizá-la. E assim foi feito. A iniciativa foi considerada tão importante por todos que conseguiram parar o tráfico por um dia na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Orgulhosa, Aava conta sobre um dos dias mais especiais de sua infância: “Foi um momento muito importante pra mim, porque a gente não parou o tráfico por uma semana, um mês, muito menos acabou com ele, mas foi muito marcante porque foi uma grande mobilização”, diz.

A ação foi tão marcante para a comunidade, considerando a inflexibilidade do tráfico na região, que chegou a ser noticiada no Jornal Nacional, com Aava sendo a principal entrevistada na matéria. Empolgada com o resultado desse ato, Aava se candidatou e foi eleita à presidência do grêmio estudantil da sua escola, e como representante das escolas municipais do bairro Senador Camará, de todas as escolas municipais da Zona Oeste e, posteriormente, de todas as escolas municipais do Rio de Janeiro.

As eleições de representante estudantil foram apenas o primeiro passo para que logo também fosse eleita a prefeita mirim do Rio de Janeiro, por meio de uma votação dos demais

estudantes da comunidade. Durante a candidatura, o bordão de Aava, que dizia “quando a escola é um espaço para a comunidade, a comunidade é mais segura” traduzia sua principal proposta e transparecia seu desejo de fazer com que o tráfico parasse mais uma vez, para além de apenas um único dia.

Com a realidade estando muito além das obras realizadas pelas mãos de uma garota de 10 anos, o tráfico persiste e impede que crianças, suas famílias e toda a comunidade Santíssimo, possam desempenhar atividades simples e rotineiras de forma tranquila. Ter que pular o muro da quadra para jogar bola após a aula é uma realidade presente de crianças que não possuem segurança suficiente para entrarem no colégio em que estudam pela porta da frente.

O triste contexto em que Aava era inserida – e que hoje ainda não mudou –, entretanto, não a desestimulou. Na verdade, a fez enxergar a importância de persistir e lutar por seus objetivos, enfrentando quem e o que fosse preciso. Na posse de seu cargo como prefeita mirim, pediu a palavra para o prefeito da época, o economista César Maia. Dentro do Teatro, com o microfone nas mãos, Aava se lembra perfeitamente da última parte de sua fala: “minha oração é para que esse meu tempo como prefeita mirim seja para a glória do meu Deus e para o bem estar da minha comunidade”, finalizando o discurso.

Durante seu “mandato”, uma vez por mês participava de eventos organizados pela prefeitura do Rio de Janeiro, sendo buscada por um motorista da prefeitura. Entretanto, no

auge do que definiu como sua “trajetória de ascensão, honra e poder”, teve todo esse cenário interrompido de forma tão brusca como um corte seco entre cenas de um filme. Seu primo Jônathas, com apenas 16 anos, havia sido atingido por uma bala perdida em frente a igreja que Aava e sua família congregavam, e na qual seu tio e pai da vítima era pastor. Após nove horas na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), ele se tornou mais um número nas estatísticas de pessoas que perdem a vida, inocentemente atingidas pela guerra estrutural e pela deficiência existente na segurança pública do Rio de Janeiro.

Não apenas como um fato arrasador na história de Aava e sua família, a morte de Jônathas foi determinante para que seus pais desistissem de vez de morar no estado do Rio de Janeiro. Assim, logo que foi possível, pegaram a estrada rumo a Goiás, onde residia a família de Juscelino. Os quatro membros da família Santiago Aguiar tinham a tradição de viajar em todas as férias escolares de Aava, o que se tornou a lembrança mais marcante de sua infância. O principal destino era quase sempre a Ilha do Bananal, reserva indígena localizada no Tocantins, onde tinha contato com animais diversos, como jacarés, sucuris e onças. Por tertios espalhados em diversos locais do país, às vezes o rumo da viagem era alterado, como quando decidiram visitar Barra do Garças para conhecerem as cachoeiras.

“Eu passava o ano letivo no Rio de Janeiro, naquela cidade super complexa, e passava as férias de meio de ano e

de final de ano no extremo oposto, como na Ilha do Bananal. Essas coisas me marcaram muito mesmo. Era um privilégio!”, relembra, com lágrimas nos olhos. Ao partirem finalmente do Rio de Janeiro, no meio do semestre do segundo ano do Ensino Médio, com destino à Vila Brasília, bairro de Aparecida de Goiânia, município da região metropolitana da capital, Aava se sentia em casa, mesmo a mais de mil e trezentos quilômetros de distância do antigo lugar onde morava. Estar na Vila Brasília era como estar em casa, e isso só acontecia devido ao fato de, por tantas vezes, ter visitado a cidade com sua família, especialmente a igreja onde seu tio pastor pregava, e a mesma que passaram a frequentar ao se mudarem.

Na cabeça da jovem Aava, ao mudar de estado, a violência ficara para trás e o primeiro passo para o início de sua nova vida estava dado. Era um novo começo. O que ela não esperava, entretanto, é que a reviravolta em seus sentimentos e em toda a sua realidade seria ainda maior, e bastou um telefonema para que passasse a ter consciência disso.

Ao fim do semestre letivo de Aava, como de costume, viajaram para curtir as férias na Ilha do Bananal. Ao passarem dias na Ilha, no que Aava considera ter sido uma das melhores viagens que já fez, se dirigiram à casa da avó paterna, localizada em uma cidade próxima à Ilha. Por volta das 21h, a polícia entrara em contato para dar uma das piores notícias que sua família poderia ter recebido: seu pai, que havia retornado à Ilha do Bananal juntamente

com um sobrinho para resolver algumas pendências, sofreu um acidente de carro na volta para casa. Uma carreta, ao tentar ultrapassar a outra, havia invadido a pista em que se encontrava seu carro do pai, na contramão, e sem conseguir impedir que a tragédia acontecesse, passou por cima do Vectra prateado que Juscelino possuía. Foi fatal. E difícil de aceitar.

Em sua adolescência, a morte de seu pai reverberava em todos os cantos possíveis. Ela se lembra bem de quando se encontrava com seu corpo em desenvolvimento e era assediada ao andar pelas ruas de seu bairro. Sua vontade instintiva era recorrer aos braços do pai. Ser protegida. “Mas meu pai não estava ali. Era uma dor de luto e uma dor de impotência. Se eu chamasse minha mãe, eu iria expor ela a essa situação, e ela já estava dilacerada. Foi nesse momento que eu descobri o que é ser mulher no mundo”, explica.

Aava, que tem paixão por sua trajetória, especialmente por sua fé, também viu a perda de seu pai refletir em sua vida religiosa. Em Aparecida de Goiânia, mesmo que não fossem membros ativos há tanto tempo na igreja quando seu pai faleceu, a família era conhecida por todos na comunidade, o que intensificou o luto pelo conhecido ‘pastor Juscelino’. Esse sentimento, entretanto, foi processado de forma problemática pelos membros da igreja, fazendo com que Aava e a mãe passassem a se sentir abandonadas pela entidade que, em tese, deveria as acolher.

O que Aava sentiu pelos dois anos seguintes após a perda de seu pai foi uma invisibilização arrasadora em relação a ela e sua mãe. Aava, que passara a ser conhecida como ‘órfã do pastor Juscelino’, perdera o título que seu nome a designava. Da mesma forma, sua mãe se tornara ‘viúva do pastor Juscelino’. Durante algum tempo foi possível aturar, mas o acúmulo de situações contínuas que dilaceraram e indignaram o coração de Aava fizeram dessa situação um dos episódios mais brutais de sua história, segundo ela própria assegura. Esgotada com tudo aquilo, com a igreja cheia em um dia de culto, ela pediu a palavra:

— Não nos enterrem vivas. Com a forma com a qual estão nos tratando, estão nos enterrando vivas! O nome da minha mãe não é “viúva do Juscelino”, é Raquel Santiago Aguiar. Meu nome não é “órfã do Juscelino”, é Aava Santiago Aguiar. A gente tem nome, sobrenome, útero, história, currículo e ninguém vai nos enterrar porque não tem mais um homem aqui para nos validar. Vocês que acreditam tanto no projeto e no propósito de Deus, mas se Deus tivesse que levar a gente, Ele teria levado. Se Ele levou só ele, e deixou a gente, nós permanecemos vivas! Nós temos um projeto, temos uma trajetória e vocês não vão mais dizer que ela é a “viúva do Juscelino”, ela é a Raquel Santiago Aguiar!

Se Aava pudesse denominar um momento exato em que decidiu o que iria cursar na universidade, o momento seria esse. Com as Ciências Sociais, queria entender o que fazia

as pessoas invalidarem outras simplesmente por seu gênero. Queria entender também o contexto que havia resultado na morte de seu primo e todas as demais injustiças que, durante toda sua vida, presenciara. A invisibilização que ela e a mãe sofreram dentro da instituição religiosa naquele momento entra em contraste com a atual posição de Raquel dentro do seminário. Como diretora, treina mais de 400 pastores e escreve todos os livros utilizados por eles durante suas preparações. “Ela é extremamente criteriosa porque nesse ramo evangélico tem muito aventureiro que só quer ficar falando de ideologia de gênero, contra o aborto... Então ela é muito criteriosa para construir uma teologia realmente justa”, explica.

No período em que enfrentou, de cabeça erguida, essa situação em sua igreja, Aava se encontrava no último ano do ensino médio, que finalizou precocemente com apenas 15 anos. Estudava há pouco mais de 2 anos no chamado Colégio José Alves de Assis. Tendo suas aulas concentradas no período matutino, passava todas as tardes se dedicando à posição de ajudante de cozinha de sua mãe, que administrava um pequeno restaurante que criara para sustento da família, localizado no Setor dos Afonsos.

Lá, cada um tinha uma função. Após conseguir um carrinho de compras de supermercado emprestado do gerente da unidade que se localizava ao lado da Avenida Rio Verde, a mãe ia diariamente a pé até o mercado, seguindo pela movimentada avenida, em busca de abastecer de suprimentos o seu esta-

belecimento. Junto com Aava, Raquel ainda cozinhava todos os pratos e embalava as marmitas, que eram entregues de bicicleta pelo filho mais novo, Addanm.

A socióloga relata, com muita emoção, sobre quando seu irmão fazia cerca de sete viagens de ônibus da sua casa, em Aparecida de Goiânia, até um hipermercado em Goiânia, para comprar peças de frango em promoção e, assim, ajudar Raquel na produção das marmitas. Segundo Aava, o estabelecimento limitava a quantidade de mercadoria por pessoa, o que obrigava o irmão a ir e voltar diversas vezes. “Ele tinha nove anos de idade e atravessava a cidade sozinho, de ônibus, já que não pagava passagem. Tudo para fortalecer a nossa mãe”, conta. Anos mais tarde, já adolescente, Addanm passou a trabalhar como limpador de frangos em um restaurante do bairro, mesmo recebendo pouco dinheiro em troca. Para ele, apesar do cansaço, o que importava era não deixar Raquel chateada por não conseguir bancar as coisas que queria. “Ele queria comprar mangás, desenhos, revistas e essas coisas, mas nossa mãe não podia dar. Assim, ele ficava das seis da manhã às duas da tarde limpando frangos para conseguir o que queria”, relata Aava, orgulhosa do irmão.

Formado em Artes Visuais pela Universidade Federal de Goiás, atualmente Addanm e sua esposa, Elisama, são parte essencial do processo de candidatura de Aava para vereadora de Goiânia. Além disso, ele também atua na parte administrativa de um importante site na área de

educação, após longos anos lecionando na rede estadual de ensino na capital. Orgulhosa, Aava conta sobre o impacto que o irmão causou na vida de tantos alunos. “Ele dava aula para a segunda etapa do ensino fundamental, no período vespertino. Não tinha ventilador nas salas, fazia muito calor, e os alunos eram barra pesada”, relata, explicando sobre um episódio específico em que, após conquistar a admiração de um estudante, Addanm foi surpreendido por uma ação aparentemente generosa, só que a um preço complicado de aceitar. O aluno lhe ofereceu um celular entre os quatro aparelhos que ostentava em sua mão, todos eles roubados de suas vítimas, já que o rapaz era um assaltante. Obviamente, o professor recusou.

Apesar disso, como professor de Artes, Addanm realizou feitos antes inimagináveis para grande parte dos estudantes. “Ele levou o cinema para a sala de aula e fez um filme com os meninos. Eles eram atores, roteiristas e tudo mais. A abordagem dele era que o cinema não precisa necessariamente ser apenas consumido, mas também feito por pessoas comuns”, relata Aava. “Alguns alunos já tinham cumprido medidas socioeducativas, por exemplo, e eles levaram as famílias para assistirem o cinema na escola. Tudo tem a ver com a forma que a gente foi criado”, acrescenta.

Durante o ensino médio, Aava viu a necessidade de algum tipo de reforço para que conseguisse bagagem o suficiente para ser aprovada no vestibular. Apesar de ter criado

um grupo de estudos com os amigos, não acreditava ser o suficiente. Matriculou-se, então, no pacote mais barato – que ainda assim não entrava no orçamento da família de Aava – de disciplinas específicas de redação e “tira dúvidas” do curso Lúcia Vasconcelos, no centro de Goiânia. Para oficializar a matrícula, recorreu a um tio que lhe emprestou a quantia necessária para fazê-la, prometendo que devolveria cada centavo assim que pudesse.

A oportunidade perfeita surgiu quando Aava descobriu que ao final de cada semestre era realizado um concurso de redação, no qual os ganhadores eram presenteados com uma bolsa de estudos, pela qual o valor pago pelo semestre era devolvido. A fé de seu tio na devolução do dinheiro, entretanto, não era muito grande. Mas para surpresa de todos, exceto de Aava, que se mantinha confiante em seu potencial e esforço, a redação que escreveu com a temática de desarmamento foi a premiada. “A redação valia 40, eu tirei 39, porque eu errei uma crase. Hoje sou obcecada com crase, porque me marcou para caramba”, relembra, com humor.

Como resultado dessa trajetória, aos 16 anos foi aprovada em primeiro lugar no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Receber a notícia da aprovação foi como um alívio. Finalmente poderia ter contato e absorver bagagem teórica o suficiente para realizar mudanças práticas em sua realidade. Ao menos, em tese. Hoje socióloga formada, apesar de Aava considerar positivo o saldo

de seu período dentro da universidade, o estranhamento, o choque de culturas e as decepções políticas existiram.

Nos primeiros meses de seu curso, permaneceu estudando na modalidade integral em Goiânia, especificamente no campus Samambaia, e morando em Aparecida de Goiânia. De forma prática, isso significa que para se deslocar de um local para o outro, Aava precisava literalmente cruzar a cidade, percorrendo mais de vinte quilômetros. Eram três ônibus na ida para a universidade e três na volta para a casa. Todos tão lotados, que as marcas em suas canelas, de passar todo o trajeto prensada nos degraus da entrada, eram visivelmente assustadoras.

Após o primeiro mês de curso, sua mãe decidiu se mudar para um bairro mais perto do campus, chamado de Morada dos Ipês, para que Aava não precisasse mais andar longas distâncias em transporte público. “Isso foi uma ótima melhora na qualidade de vida para mim, mas foi ruim para ela, que na época trabalhava no centro de Goiânia”, explica. Isso ilustra uma das características que admira em sua mãe: a capacidade de priorizar o bem estar do outro e dar tudo de si para que outras pessoas tenham melhores oportunidades que as de seu contexto de origem.

Segundo a máxima que tinha juntamente com o marido, presente em Hebreus 13:2, que diz “não vos esqueçais de praticar a hospitalidade; pois agindo assim, mesmo sem perceber, alguns acolheram anjos”, durante a graduação de Aava,

Raquel acolheu em sua casa estudantes que frequentavam a mesma universidade que a filha, mas que não tinham condições suficientes para se manterem na cidade de forma digna. Um dos exemplos mais marcantes é o de Milka Rezende, que além de ter sido colega de classe de Aava na época, tornou-se sua melhor amiga. Quando Aava e Milka se conheceram, apesar de a simpatia ter sido imediata, as personalidades distintas impediram que, em um primeiro momento, algo mais que um simples 'oi' fluísse. Aava se recorda que durante uma situação específica, puxou assunto com Milka no banheiro, mas não obteve muito progresso, passando certo tempo sem que uma conversa entre elas fosse novamente iniciada.

Entretanto, certo dia, um uma visita de Aava e sua mãe a uma igreja de Niquelândia, onde seu tio pastor pregava, ele fez questão de apresentar a sobrinha a todos os membros, contando com orgulho de sua recém aprovação em primeiro lugar para o curso de Ciências Sociais em uma universidade federal. Coincidentemente, após a programação, uma mulher correu para conversar com Aava e Raquel. Além de parabenizar a menina por seu esforço, compartilhou com ambas a felicidade de também ter uma filha que estudava o mesmo curso na UFG, mas que estava cogitando o trancamento da matrícula pelas diversas dificuldades que enfrentava.

Em pouco tempo de conversa, Aava reconheceu. A filha que Célia Oliveira tanto contava era Milka, a jovem tímida que portava roupas compridas, madeixas presas e sempre

andava com a cabeça abaixada pelos corredores da faculdade. Segundo Célia, a filha estava morando temporariamente com uma tia próximo ao Terminal Padre Pelágio, o que significava que, para se dirigir ao campus, tomava ainda mais linhas de ônibus que Aava quando morava em Aparecida de Goiânia. Nesse momento, o altruísmo de Raquel foi mais uma vez comprovado, já que, sem pestanejar, ao escutar o relato da mulher, ofereceu sua casa para que a jovem universitária pudesse morar pelo tempo que precisasse. Animada, Aava na mesma hora pediu à mãe de Milka que fizesse segredo e, no dia, fez questão de surpreender a colega após a aula:

— Oi, você é de Niquelândia, né? – perguntou Aava, empolgada.

— Como você sabe? – reagiu, assustada, ao ouvir um questionamento tão direcionado.

— O pastor da sua igreja é o pastor Alvéximo, não é? – Aava especifica ainda mais.

— Como você sabe?

— Porque ele é irmão do meu pai, eu sou filha do pastor Juscelino – explicou.

A coincidência era tamanha. Na mesma hora, Aava já contou que Milka passaria a morar na casa dela e já deu o ultimato: “já pode arrumar as suas coisas e ir dormir lá hoje mesmo!”. A partir daí, mesmo sendo pessoas tão diferentes uma da outra, nunca mais se desgrudaram. “Ela foi minha parceira em tudo. Minha parceira política, intelectual, entramos jun-

tas no casamento do meu irmão em 2007. Quando minha mãe comprava roupa para mim, comprava para ela também, os avós delas me chamam de neta, então é isso!”, Aava relata, com brilho nos olhos.

Desde que passara a hospedar pessoas em sua casa, Raquel não tinha o costume de trancar a porta da frente, simbolizando a ajuda que sempre prestava a qualquer pessoa que precisasse, independente de quem fosse. Quando questionava, a mãe de Aava sempre justificava esse hábito ao dizer que “se as pessoas sofrem decepções com filhos e marido, essa coisa de conhecer ou não, não tem que ser necessariamente o parâmetro para abrir a porta da sua casa”.

De todas as outras pessoas que estiveram em sua casa durante esse período, Rodolfo foi uma das que mais marcaram a história de Aava. Ele, em seus trajes que literalmente denunciavam sua condição, era morador de rua. Ao pedir comida no portão da casa da mãe de Aava em um dia chuvoso, Raquel o convidou para entrar e, perplexa com seu estado, prontamente ofereceu apoio. Encharcado pela chuva que caía fortemente naquele dia, os tênis do homem desconhecido se mostravam grudados nas diversas feridas abertas em seus pés cheios de sujeira.

Assim, além de comida, a própria Raquel fez questão de limpar as feridas dos pés de Rodolfo, e por se encontrar com a casa lotada, abriu as portas para que três vezes na semana o homem retornasse para comer, tomar banho e ter

suas roupas lavadas pela teóloga. Aava conta que Rodolfo geralmente demorava, mas sempre retornava. Os intervalos entre as visitas não tinham um padrão, mas o tempo máximo que ficou sem vê-lo foi por volta de um mês. Uma característica comum a seus retornos era a visível presença de machucados por todo o seu corpo. Ao vê-los, facilmente deduziam que os ferimentos eram derivados de brigas entre pessoas em situação de rua, ou destes contra policiais. Entretanto, depois de alguns meses sendo prontamente ajudado pela família de Aava, em um belo dia Rodolfo tocou a campainha, segurando um saco cheio de pães em uma mão e uma grande mortadela em outra, e logo avisou: “Arrumei um emprego, hoje o lanche é por minha conta!”.

Desde que se formou, Aava conta nos dedos as vezes que teve contato com Rodolfo. O encontro mais vívido em sua mente até então ocorreu há alguns anos, quando de carro, o avistou nas ruas do centro de Goiânia. Segundo Aava, sua situação hoje não é boa. Retornou às ruas e rendeu-se às drogas. Como de costume, ao encontrá-lo, o que conseguiu fazer foi acolhê-lo por meio do diálogo e fornecer-lhe um lanche. Um gesto simples, mas que fez toda a diferença na vida de Rodolfo. Pelo menos, naquela noite.

Apesar de ter ingressado na universidade com a intenção de se licenciar, durante o curso, Aava decidiu que iria se graduar tanto na modalidade bacharelado quanto na licenciatura. Por mais que goste da área de pesquisa e até tenha

participado de várias, que até se tornaram livros, durante os seis anos que permaneceu na universidade, sua paixão era mesmo a licenciatura. Não somente por poder ministrar aulas, mas por causa de muitas disciplinas desse núcleo, voltadas à Psicologia e Pedagogia, permitirem com que ela conseguisse entender todos os fenômenos que cercaram sua trajetória e fizeram com que chegasse até ali.

A maioria das vertentes de pesquisa que trabalhou na universidade foi de Política. Por isso, realizou trabalhos sobre a participação de mulheres no Parlamento e sobre projetos políticos relacionados à Juventude que eram apresentados. Uma das que mais marcaram a mente e a trajetória de Aava, entretanto, era sobre o gênero musical Choro, que pendia para o lado da música e gerou o livro “A Velha Guarda do Choro no Planalto Central”. Para essa pesquisa, foi convidada pelo professor da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) Sebastião Rios, que havia realizado parceria, representando a UFG, com a Universidade de Brasília (UnB) e o Ministério de Ciência e Tecnologia.

O cerne da pesquisa girava em torno da vinda do Choro para a capital goiana, que ocorreu por tabela. Após a migração da capital brasileira do Rio de Janeiro para Brasília, onde a maioria dos chorões eram funcionários públicos, estes trouxeram a tradição para a nova capital e fundaram, em 1977, o primeiro Clube do Choro do País. Com o tempo, por proximidade geográfica, os costumes do Choro se estenderam

a Goiânia. “A gente tem uma tradição de Choro muito grande em Goiânia, com instrumentistas premiados, mas as pessoas não falam disso, e aí eu participei dessa pesquisa que gerou esse livro lindo”, complementa.

Além dos diversos projetos de pesquisa, durante a graduação Aava teve uma pequena experiência de estágio, onde pela primeira vez pôde lecionar para uma turma de ensino médio do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), que pertence à UFG. Lá, pôde confirmar seu apreço pela licenciatura, porque mesmo que não queira seguir carreira unicamente como professora, guarda com carinho aquele período e não vê a hora de repeti-lo em uma escola pública. Hoje, sua experiência dentro de uma sala de aula é reduzida às lições de português que ministra no seminário que é dirigido por sua mãe.

Apesar de a faculdade ter apresentado Aava com pessoas que fizeram total diferença em sua vida, e ter proporcionado oportunidades únicas no âmbito pessoal e profissional, a socióloga confessa ter se decepcionado politicamente dentro do ambiente universitário, que, em tese, imaginava que dovesse ser acolhedor. “As pessoas nunca se deram ao trabalho de saber um pouquinho da minha história, mas julgavam mesmo assim”, desabafa. Aava conta que algo frequente era o julgamento de seus colegas de sua forma de se vestir para ir às aulas. “Eu ia arrumada pra faculdade, porque era uma coisa tão distante do meu universo, era a realização dos so-

nhos de tantas gerações da minha família, então eu ia arrumada. E eles me achavam patricinha, sendo que patricinha eram as pessoas que iam desarrumadas, porque para elas [a faculdade] não fazia diferença!”, explica. Com a quebra da expectativa de um lugar plural e receptivo, restaram as frustrações, sobre um ambiente preenchido com “pessoas rasas, que não iam além da segunda página”.

Com humor, Aava explica que a maioria de seus colegas de classe que em sua época de universitária a zoavam e até a menosprezavam, hoje são professores de cursos de graduação que, em situações oportunas, a convidam para conversar e realizar palestras para seus alunos. “É impressionante, e eu encaro isso com a tranquilidade de dizer “amadurecemos todos”, conta.

Ao finalizar a graduação, Aava trabalhou na rede estadual de ensino de Goiânia, realizando projetos de popularização da Sociologia, com professores parceiros, com o objetivo de levar o ensinamento sociológico de forma acessível às escolas públicas. Já em 2016, Aava entrou como comentarista no programa Papo Cabeça, da Rádio Interativa, posição que lhe trouxe diversas conquistas importantes em sua vida pessoal e profissional. Sua atuação no programa, na maior parte das vezes, divide a opinião do público, já que Aava trabalha expressando sua posição de forma explícita sobre o assunto debatido no dia. Isso faz com que diversos ouvintes que enxergam o tema de forma contrária acabem não aprovando sua atuação.

Para explicar essas conquistas, Aava começa citando o emprego que praticamente conseguiu para seu irmão caçula ao explicar a situação dele em um momento em que Addanm, apesar de ser “um gênio, um artista excelente, um professor brilhante”, por causa de vários processos de precarização, trabalhava como entregador de comida por aplicativo. Ela foi sintonizada por uma ouvinte que era ex-professora do irmão de Aava. Ao ouvir a situação do artista visual, a professora e criadora de um dos maiores portais de educação do país, Brasil Escola, entrou em contato pelo direct de seu Instagram. Lá, a professora Marina explicou a Aava que Addanm havia sido o melhor aluno que já teve e, no mesmo dia, pediu o contato dele para que pudesse convidá-lo a trabalhar com ela. Inicialmente, o trabalho começou com freelas de conteúdos específicos a serem publicados no site, mas com o tempo ele conseguiu ser contratado com carteira assinada na parte administrativa da empresa.

Foi durante um programa da rádio, inclusive, que conheceu Guilherme, que hoje é seu marido e pai de seu pequeno filho, Davi. Guilherme é graduado em Farmácia pela UFG, em Bioenergia pela Hochschule für Forstwirtschaft Rottenburg, na Alemanha, e mestre em Nanotecnologia Farmacêutica também pela UFG. Após se tornar ouvinte fiel de Aava no Papo Cabeça, Guilherme passou a seguir a socióloga nas redes sociais e a interagir de forma fiel com suas postagens, lembrando-se até mesmo da data da primeira vez que conversaram, 26

de dezembro de 2017. Foi quando o farmacêutico puxou assunto com ela em um bar em que Aava se divertia com seus amigos. Logo o contato se desenvolveu para encontros a dois. “Não houve uma transição oficial em nenhuma dessas etapas. De repente estávamos namorando, de repente estávamos viajando de férias na Bahia e de repente eu estava grávida”, narra, com humor. Com Davi a caminho, não demoraram a se casar. Sobre seu casamento, Aava diz ter sido a melhor decisão de sua vida. “Somos um time forte e imbatível como casal, como pais e como parceiros de projetos e sonhos. Já o Davi, é o acontecimento mais poderoso, forte, revolucionário e belo das nossas vidas. Ele é doce e sagaz. O plano para o ano que vem [2021] é eu ser vereadora e ele ir pro doutorado pesquisar cannabis medicinal, inspirado nas dores de minha mãe, que tem esclerose múltipla”, expõe Aava.

Desde 2018, Aava aposta de forma mais direta em sua carreira política. Apesar de não ter sido eleita, a socióloga se candidatou pela primeira vez para deputada estadual pelo partido Avante. Não satisfeita, em 2020 está com a sua candidatura a um posto na Câmara de Vereadores de Goiânia registrada pelo Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB) e trabalha freneticamente para que sua eleição aconteça. Nesse projeto, tem o apoio total e completo de sua família, como sua mãe, que é portadora de esclerose múltipla em estágio avançado – uma doença neurológica crônica e autoimune que faz com que as células de defesa do próprio corpo ataquem seu sistema

nervoso. Ainda assim, Raquel faz questão de estar presente na campanha de Aava. Em sua campanha para deputada estadual, por exemplo, a pastora fez questão de ir para a rua distribuir os chamados santinhos políticos e representar a socióloga em comícios em que ela não podia estar presente. Já em sua campanha para vereadora, devido à doença, seu engajamento físico está menor, mas o apoio à filha continua cada vez mais intenso. Com isso, Raquel, Guilherme, Addanm e Elisama, que trabalharam ativamente em sua candidatura, tiveram um resultado positivo em novembro de 2020. Com 2.865 votos, Aava foi eleita vereadora na Câmara Municipal de Goiânia.

Eleita, Aava se sente preparada para ocupar o cargo de vereadora, caminho que foi trilhado passo a passo desde seus quatro anos de idade, momento em que revelou à sua mãe a vontade de ser presidente da República. Desde então, seus passos passaram a ser políticos e sua vontade de transformar a vida das pessoas e toda a realidade a sua volta, maior. “Quando você é mulher, periférica e sem sobrenome importante, é comum crescer ouvindo de pessoas e até de si mesma que existem lugares que não são para gente como você, que seus sonhos são ousados demais e que seus caminhos nunca te levarão aonde você quer chegar. Minhas avós ouviram isso quando tiveram que transpor a extrema pobreza para proteger suas crias. A minha mãe ouviu isso quando, desde os sete anos trabalhando como doméstica, queria ler os livros de seus patrões e estudar Teologia nos fins de semana. E comigo, a terceira

geração de mulheres reinventando seu tempo, não seria diferente. Foi vendo a minha mãe que eu decidi: ‘vou fazer Ciências Sociais para honrar a memória das mulheres que me antecederam, os ensinamentos de meu pai, a morte de Jônathas e a vida de Raquel’, acrescenta, em um vídeo lançado durante sua pré-candidatura. E são nesses pilares, somados aos ideais de pluralidade, diversidade e diálogo, que Aava construiu sua candidatura e pretende construir seu mandato em 2021, em prol de um dia poder dizer que ajudou a formar uma Goiânia com mais oportunidades e menos desigualdades.



amanda soto

“Minha trajetória até aqui só foi possível porque houve muita luta. Das que vieram antes de mim, das que derramaram sangue antes de mim, e para elas eu tenho que agradecer todos os dias.”

Todos os dias, às 5h40 da manhã, o despertador toca: hora dos remédios. Amanda levanta, os toma e volta a dormir. Às vezes, logo que põe os pés no chão, toma banho e se apronta para o trabalho. Em outras, apenas se põe a observar seus companheiros de apartamento, que em quatro patas perambulam por cada metro quadrado existente ali. Os chamados Panquequinha, Batatinha e Mingau, nomes que já revelam a quase secreta paixão de Amanda pela culinária, são completamente diferentes, mas preenchem o vazio do apartamento que, de pessoas, passa a maior parte do tempo vazio.

Aquariano e rei da casa, o Panquequinho, de pêlos amarelos e olhos cor de mel, é o veterano e manda em tudo: rege seus horários e deixa claro a seus outros companheiros gatos sobre quem está em posição de poder naquele lugar. Ele não gosta de dividir atenção com o celular e quando recebe carinho prefere que usem as duas mãos, assim como faz na sua “profissão”, que é a de “amassar pãezinhos” com as patas. Batatinha é a única fêmea e, apesar de não ser a manda-chuva, seu maior

hobby é bater no Mingau, o caçula. Ela é preta com uma parte do focinho marrom claro e tem um olhar bastante atento, mostrando até mesmo o seu ciúmes.

Segundo Amanda, Batatinha sabe o quanto é fofa e usa seu charme a favor disso, fazendo poses para conseguir mais carinho. Sua profissão é astronauta, pois, de acordo com Amanda, a gata foi a primeira a descobrir e conseguir subir em lugares antes inabitados, como por exemplo, a parte de cima do guarda-roupas. Mingau, por sua vez, tem apenas três anos e é conhecido pela sua fome exagerada. Com seus olhos azuis, visualiza de longe a Batatinha, de quem tem bastante medo, diferente da amizade que leva com Panquequinho. O aniversário de Mingau é no dia do bebê, 3 de maio. Amanda, na verdade, não sabe exatamente o dia em que Mingau nasceu, mas acredita que a data faz jus à personalidade do gato, que é puro e inocente.

Embora não goste muito de seu apartamento, especialmente por ser pequeno, Amanda conta que almeja modificar a sua decoração em um futuro próximo, a fim de levar mais cor e vida ao local. Por muito tempo não soube decidir qual era a sua cor favorita, mas hoje o amarelo ocupa essa posição. Por isso, ao devanear sobre o seu “novo” apartamento, imagina as paredes em tons pastel, na cor amarela, rosa ou verde. No entanto, sabe que o local necessita de tinta lavável por conta dos seus gatos. “Como eles costumam pular nas janelas e em lugares altos, é impos-

sível usar tinta normal. As paredes ficariam imundas!”, conta, com humor.

Amanda mora sozinha desde antes de ter esse nome, mesmo que já se sentisse assim há muito tempo – tendo morado com uma namorada durante um período de quatro anos, que se constituiu em um ponto fora da curva. No entanto, após mudar-se para Goiânia, sua vida mudou definitivamente. Sua primeira percepção de que precisava iniciar uma nova fase da vida para ser quem realmente era despertou como em ‘I love the nightlife’, de Priscilla Queen of the Desert, clipe muito importante em sua trajetória. Isso porque, aos doze anos de idade, começou a compreender como de fato se sentia em relação a si mesma. Mesmo na época sendo apenas um adolescente, sempre enxergou seu verdadeiro eu nos trajes de mulher, fazendo com que desde muito cedo gostasse de se vestir com as roupas de sua mãe e brincar fazendo poses em frente ao espelho.

Além da solidão do apartamento, e de seu membro familiar que reside mais próximo morar a vinte quilômetros de distância, os amigos mais antigos de Amanda estão em sua vida há somente três anos. Na vida dela, intensidade não é tempo, e isso é evidente. Mesmo não sabendo o real motivo, entende que a causa pode ter sido a sua forma fechada de se relacionar. Era difícil demais se abrir, imagine sequer cogitar expor a alguém o fato de não se reconhecer em seu corpo masculino, se sentindo uma mulher. Nem mesmo ela conseguia entender.

Esconder a sua real identidade de gênero foi inevitável em grande parte dos seus 29 anos de vida, fazendo com que Amanda se privasse de uma série de experiências, além de nunca se sentir, de fato, feliz consigo mesma. Para ela, guardar para si o maior segredo de sua vida fez com que, muitas vezes, não encontrasse vontade de sair com os amigos, se relacionar amorosamente ou, até mesmo, conseguir se olhar no espelho. Não se tratava de uma mera insatisfação com sua imagem, e sim uma completa desconexão entre seu corpo e o entendimento que tinha de si. Amanda sempre foi uma mulher, mesmo que não tenha nascido em um corpo feminino, mesmo sendo tratada como um homem em boa parte de sua vida, e mesmo assumindo sua verdadeira essência somente na fase adulta.

Nascida no início da década de 1990, em Estrela do Norte, cidade localizada no interior de Goiás, Amanda sempre teve uma boa relação com os pais e com o irmão mais novo, Alex, de quem fala com bastante carinho e admiração. Contudo, ele não é seu único irmão, existem outros dois que foram adicionados na família do seu pai, Jurandir, e consequentemente na sua, após o fim do casamento com sua mãe, Divina, e início de um novo relacionamento. Amanda possui uma boa relação com os irmãos Danilo, mais novo que ela, e Ádamo, mais velho, embora não mantenham um contato frequente.

A advogada lembra-se do chão da sua primeira casa, que era de cimento queimado na cor vermelha, diferente-

mente da área, que era de cimento na cor amarela – algo comum naquela época. Seu quarto era um dos privilegiados, pois havia uma janela que dava para a rua, onde podia observar o movimento da vizinhança. Os muros, que eram de placa, rodeavam a casa e, nos fundos, algumas placas soltas davam acesso ao quintal de sua avó, local onde Amanda costumava brincar com seu irmão Alex.

Amanda morou em “Estrela”, como carinhosamente apelida a cidade natal, até os seis anos de idade, quando seus pais, em busca de novas oportunidades de emprego, decidiram se mudar para Anápolis, terceiro maior município goiano. Como para a maioria das crianças, a adaptação na nova cidade não foi algo complicado, relata Amanda, mas sim a transformação que aconteceria em sua vida nos próximos anos.

A separação dos seus pais ocorreu quando Amanda tinha apenas 10 anos de idade, e não foi algo fácil de entender. Por quase nunca presenciar brigas ou discussões entre eles, sua mente imatura acreditava estar tudo bem com o casal, mas essa não era a realidade. O divórcio foi um balde de água fria acompanhado de inúmeras sensações e sentimentos novos para Amanda, ficando assim marcado na memória de forma que ainda consiga, anos depois, contar com detalhes o que sentiu.

Era sábado de manhã, horário que passava mais desenhos de que ela gostava. Na companhia do irmão, foi surpreendida pelo pai enquanto assistiam desenhos no canal SBT, que

deu dinheiro e pediu gentilmente que fossem até a padaria, podendo comprar o que quisessem – que claro, seria salgadinho de milho. Após chegarem em casa, felizes depois de saborearem o skinny, mãe e pai os chamaram para conversar e deram a notícia. Era o fim do casamento deles. Foi um dia de bastante choro e tristeza, misturados com uma enorme dúvida do real motivo de estar acontecendo aquilo. Afinal, nunca se espera uma mudança radical na família aos 10 anos de idade. A separação fez com que Amanda, Alex e sua mãe se mudassem para Aparecida de Goiânia. Seus pais, apesar de aparentarem não se gostarem muito, mantiveram uma relação amigável. O afastamento, entretanto, foi inevitável.

Com o fim do casamento, Amanda não conseguia parar de pensar em como, quando moravam em Estrela do Norte, as coisas eram diferentes. Com pouco mais de três mil habitantes, na sua cidade natal nunca havia muito o que fazer. Naquela época, a rotina infantil longe das capitais, especialmente em cidades tão pequenas, se resumia a brincar na rua, ir à igreja da praça principal aos domingos, sentar-se na calçada de casa junto aos avós no entardecer e se reunir com a família nos finais de semana.

Há quem diga que antigamente a infância era mais saudável, pois as crianças precisavam inventar e reinventar suas brincadeiras dia após dia. Apesar de ter sido telespectadora fiel dos desenhos que passavam na Rede Manchete, longe dos smartphones a criatividade precisava ser aguça-

da para se divertir, mas não era algo tão difícil. Além dos quebra-cabeças e das próprias bonecas, brincadeiras como telefone sem fio, amarelinha, bolinha de gude ou pega-varetas eram bastante comuns nos anos 1990, mas a preferida de Amanda era brincar de Power Rangers – série infantil norte-americana que continha seis personagens principais. No entanto, embora gostasse de todas as cores, Amanda sempre era o Ranger Amarelo, personagem que debaixo do uniforme de batalha era uma mulher.

Durante a infância, assim como na vida de diversos outros garotos que se interessam por artigos considerados “femininos”, brincar de boneca era algo relativamente polêmico, que fazia de Amanda um alvo para olhares desconcertantes. Por isso, ao mencionar esse momento, sempre conta que apesar de nunca a terem realmente proibido de brincar com bonecas e outros “brinquedos de menina”, mais do que depressa os substituíam por quebra-cabeças ou qualquer outro tipo de brinquedo que se aproximasse mais do “adequado” ao seu gênero. “Minha família me deixava brincar um pouco com as bonecas, mas logo trocavam elas por algum outro brinquedo, tirando o meu foco daquilo”, diz.

Por desde criança se interessar por objetos e atitudes ditas femininas, Amanda conta que atividades como passar maquiagem, usar salto alto, vestidos e saias escondida da mãe, por exemplo, eram parte de suas brincadeiras. No entanto, por ter nascido como um menino e logo ter notado os tabus que en-

volvem certos assuntos, as brincadeiras se tornaram secretas, de modo que nem mesmo o irmão pudesse saber. “Na infância eu sabia que tinha alguma coisa errada, mas eu não sabia o que era. Eu não pensava muito nisso, não era algo que eu via como um problema”, relata. Embora Amanda entendesse que tinha de se esconder, não compreendia o real motivo daquilo. Afinal, o que estava fazendo de errado?

Na década de 1990, quando as crianças passavam boa parte do dia assistindo televisão, era frequente a propagação de comerciais antidrogas em TVs abertas. Amanda conta que, na sua infância, quando começou a se identificar como uma menina por conta de seus interesses majoritariamente femininos, se recorda de uma propaganda em especial. Tratava-se da Eliana, na época apresentadora de programas infantis, sendo a protagonista de um destes comerciais que, entre outras coisas, dizia: “se droga é uma coisa boa, como você não pode contar para o seu pai ou sua mãe?”. Comparando com a sua realidade e sabendo que não podia deixar seus pais assistirem suas brincadeiras secretas, Amanda, então, passou a entender tudo aquilo como errado, assim como eram as drogas.

Como consequência, Amanda manteve seu segredo guardado ao longo de grande parte de sua vida, vivendo como um menino e, posteriormente como um homem, em todas as suas vivências e conquistas, inclusive as educacionais e profissionais. Precocemente, ingressou no ensino médio no ano de 2004, aos 14 anos de idade, formando-se aos

16, época de inúmeras outras descobertas e evidências de que enxergava o mundo como uma mulher. Apesar disso, Amanda nem cogitava explicar toda a sua angústia, por acreditar que seria reprimida pela família e por todos a sua volta, especialmente por viver em um contexto onde a igreja era a base de todas as decisões.

Por vezes, nessa mesma época, a negação de seus sentimentos veio à tona. De acordo com Amanda, todas as suas angústias em relação ao seu corpo começaram a lhe incomodar, de modo com que tentasse a qualquer custo desviar o assunto de sua mente. Assim, procurar a igreja foi uma tentativa frustrada de fazer com que esse sentimento não mais fizesse parte de sua vida. “Meu corpo masculino sempre foi uma coisa que me incomodava bastante, alguns períodos mais e outros menos. Quando decidi que eu não queria que isso fosse parte da minha vida, eu sempre procurei muitas coisas pra tentar suprimir e ocupar minha cabeça”, explica.

No início, Amanda ia apenas duas vezes durante a semana, mas a frequência aumentava conforme sua angústia, que teoricamente deveria diminuir, parecia cada vez maior. Assim, no momento em que percebeu que a igreja não resolveria seu problema, ela se viu com a chave do templo na mão e já responsável por abrir e fechar o estabelecimento de segunda a segunda. Por fim, ao entender que aquela não seria a solução, afastou-se das celebrações religiosas. “Simplesmente parei de frequentar. Não iria resolver nada”, diz.

Paralelo a isso, para pagar as longas horas que passava em uma lan house da cidade se divertindo com o jogo online Ragnarok, passou a vender cremosinhos de fruta em uma movimentada avenida da região. “Na adolescência, eu gostava muito de mexer e jogar no computador, mas a gente não tinha dinheiro pra comprar um. Foi quando comecei a revender os cremosinhos, gastando todo o dinheiro que eu ganhava na lan house”, relata Amanda. “Joguei Ragnarok durante quatro anos”, acrescenta.

Em 2008, após certo tempo indecisa em relação ao curso universitário que faria, ficando entre Psicologia e Tecnologia da Informação, Amanda ingressou no curso de Direito, no Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA. Nessa fase, lembra-se de logo nas primeiras aulas ter se apaixonado pelo Direito Penal. Entretanto, hoje, Amanda considera sua visão da época muito distante da realidade. “Apesar de ser fácil pensar que nesse ramo você vai defender os oprimidos e os inocentes, é difícil defender alguém que realmente não tenha feito nada de errado”, afirma.

Na graduação foi o momento mais próximo que Amanda havia chegado de contar seu segredo a alguém. Entretanto, Natália, que fora sua melhor amiga durante a maior parte dos anos em que esteve na faculdade, era de origem conservadora e vinda de família militar, fato que fez com que Amanda pensasse duas, três e até quatro vezes antes de contar sobre seus sentimentos, e que a impediu de levar adiante sua intenção.

Hoje, Amanda sabe o quão caro foi o preço desse segredo, que lhe trouxe diversas consequências. Para ela, inúmeras situações poderiam ter sido evitadas caso sua coragem tivesse aflorado mais precocemente.

O escritório onde Amanda estagiou durante a graduação e após se formar era especializado em Direito Criminal e Advocacia Dativa, áreas completamente distintas do que é sua especialidade hoje, o Direito da Saúde. Entretanto, antes de seu estágio, seu único trabalho era abrir a lojinha de roupas de seu pai e marcar presença lá durante o período da tarde. A loja, entretanto, fechou pouco tempo depois, fazendo com que Amanda permanecesse apenas estudando até que conseguisse seu primeiro trabalho como aprendiz no mundo jurídico.

Em 2013, seu último ano como universitária, Amanda passou no exame da Ordem dos Advogados do Brasil, após três tentativas frustradas. “Eu tinha um amigo chamado Gabriel, e junto dele e da Natália tentei a OAB três vezes. Na primeira vez, todo mundo reprovou na 1ª fase, e da segunda vez todo mundo reprovou na 2ª fase, mas na terceira tentativa todo mundo foi aprovado”, relata, explicando que o vínculo com seus amigos se tornou maior apenas no fim da graduação, quando começaram a formar grupos de estudos para o exame da Ordem.

Atualmente, na Ordem dos Advogados do Brasil, em Goiás, Amanda é membro da Comissão de Direito Médico, Sanitário e de Defesa da Saúde e da Comissão de Diversidade Se-

xual e de Gênero. No entanto, o início de sua vida na advocacia se deu como um homem. Somente em meados de 2018 sua inquietude em relação à sua identidade de gênero começou a, de fato, se tornar insustentável. O sentimento de estar adoecendo por dentro tomou conta de tudo. Aliás, o medo de realizar a transição e isso lhe afetar em todos os aspectos de sua vida, sobretudo sua carreira, era um dos sentimentos mais recorrentes, mas já não havia saída. Amanda não era um homem, portanto não poderia exercer sua profissão como advogado. Não mais. Mesmo angustiada, ela tinha a plena convicção de que todas as suas competências e saberes jurídicos não iriam se perder ao se tornar uma mulher, e assim o fez.

Em 2020, como mais uma de suas conquistas, Amanda finalmente pôde retificar seu nome nos registros na Ordem, ou seja, não mais teria que se apresentar oficialmente com um nome que não lhe pertencia, embora tivesse sido batizada assim. Emocionada e muito orgulhosa de si, ela explica sobre todo o significado que a retificação teve em sua vida: “O problema do nome social é a possível utilização dos dois nomes, e a retificação põe um fim nisso. É um reconhecimento da identidade de gênero pelo Estado e pelas entidades de classe, um pequeno gesto que melhora muito a autoestima”, afirma. O Conselho Federal da OAB, em 2016, regulamentou o uso por advogados e advogadas travestis e transexuais de seus nomes sociais em registros e carteiras de identidade profissional. Apesar disso, mesmo passados quatro anos, Amanda foi a primeira mulher

trans a retificar seus registros na Ordem em Goiás, o que aumenta ainda mais toda a sua representatividade.

Embora a transição representasse uma revolução positiva em sua vida pessoal, Amanda admite que na carreira, por sua vez, trouxe também alguns problemas. “Não tenho como afirmar ser transfobia, mas as coisas ficaram financeiramente mais complicadas depois da transição. Tenho a impressão que já fui preterida em processos seletivos em razão da identidade de gênero”, confessa. Apesar dos avanços nos últimos anos, ainda são perceptíveis inúmeras barreiras para ascensão profissional das pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIA+, especialmente para os transexuais e transgêneros. Além das dificuldades comuns para ingressarem no mercado de trabalho em um país com quase treze milhões de desempregados como o Brasil, essas pessoas também se deparam com outro fator que limita os empregos formais: o preconceito.

De acordo com levantamento da organização Transgender Europe, mais de 900 pessoas foram mortas em crimes motivados por transfobia no Brasil entre 2008 e 2018, o que coloca o país no primeiro lugar entre as nações com maior número de mortes de transgêneros no mundo. A cultura de violência e a discriminação contra esse grupo também resulta em uma alta taxa de evasão escolar: 82% das pessoas transgêneros não concluem seus estudos, de acordo com uma pesquisa da Ordem dos Advogados do Brasil. Assim, quando o assunto é as pessoas transgêneros, o precon-

ceito e as barreiras só crescem diante da busca por colocação no concorrido mercado de trabalho.

Apesar de advogada, a faculdade dos sonhos de Amanda durante sua adolescência era Psicologia. Não considera ser um sonho frustrado, mas sim temporariamente deixado de lado, por ter sido desestimulada por seus familiares na época em que escolhera o que cursar. Para suprir o desejo desse conhecimento, atualmente assiste algumas aulas no curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás, onde ingressou como aluna especial no início de 2020.

Cursando três disciplinas na faculdade de Psicologia, sua predileta é Psicologia Social. Mesmo que não saiba bem explicar o motivo, consegue afirmar que os posicionamentos de sua professora em prol da causa LGBTQIA+ colaboram bastante para essa preferência. Tanto sua matéria predileta quanto a de Processos Psicológicos Básicos pertencem à grade do terceiro período. Já a última disciplina, História da Psicologia, faz referência ao primeiro período, que, segundo ela, é a turma em que se sente mais à vontade, mesmo que não seja a disciplina de que mais gosta.

Apesar de parecerem assuntos diferentes, a baixa autoestima também assombra Amanda durante as aulas que tanto ama. Predomina, muitas vezes, o sentimento de não pertencimento, de muito pouco merecimento, e sobressai o medo da exclusão pelo simples fato de ser diferente. Fato este que não deveria ser um problema, mas que quase sempre foi, e que

permanece sendo. No caso de Amanda, sua relação com a autoestima nunca foi saudável. Como resultado disso, poucas são suas fotografias antes da transição.

Além de não gostar de câmeras apontadas para ela, não fazia sentido registrá-la em momentos que não se sentia ela mesma, ou seja, vivendo em um corpo masculino. Não era assim que ela queria ser lembrada no futuro, afinal, ela não era um homem. Muitos anos depois, quando decidiu fazer a transição social, Amanda manteve um acompanhamento psicológico em que pôde tratar do assunto com a seriedade que ele merece. Hoje, depois de cinco terapeutas diferentes e centenas de sessões, consegue se olhar no espelho e gostar do que vê, refletindo também na maneira em que se relaciona com a fotografia. Em seu perfil no Instagram, as selfies são maioria entre as publicações.

Após passar mais da metade de sua vida escondendo seu verdadeiro eu de todos que a cercavam, enquanto ela própria não se sentia preparada para encarar essa situação, seu irmão Alex foi o primeiro da sua família a saber, em meados de 2018. Já morando em casas diferentes, o jeito que Amanda encontrou para assumir sua identidade para o irmão foi por meio de um aplicativo de mensagens. Era mais fácil ter marcado um encontro e contar pessoalmente, mas naquele dia a necessidade de se abrir com alguém confiável exigia rapidez. Com isso, através de um texto muito, muito grande, em que continha inúmeras lembranças do passado e outras revelações, e

lidando com o medo do desagrado vindo de Alex, ela deu início à sua nova vida longe dos armários. Aliás, sua vida dentro dele, assim como a da maioria dos pertencentes à comunidade LGBTQIA+, não fora fácil no início.

A vontade de se libertar e viver uma vida sem segredos era grande, mas o medo da rejeição conseguia ser ainda maior. No caso dela, mais complicado do que assumir uma orientação sexual diferente da esperada, era se afirmar como uma mulher perante a sociedade. Para isso, foram várias etapas. Enfrentar a si mesma, enfrentar o seu próprio corpo, se autoconhecer e se reconhecer enquanto pessoa no mundo em que nasceu com a condição física diferente daquela como se identifica interiormente. A confusão e o mero descontentamento, a princípio, tornam-se uma verdadeira repulsa pelo próprio corpo, causando, por consequência, graves desequilíbrios psicológicos, especialmente em relação à autoestima. Quando se tem, por algum motivo, a necessidade de esconder sua verdadeira identidade de outras pessoas, desenvolver o amor próprio torna-se cada vez mais complexo.

O significado do nome que escolhera para representar a transformação que aconteceria em sua vida trouxe consigo a esperança e o entendimento que Amanda obteve após longos anos se minimizando: “Aquele que merece ser amado”. Nada foi por acaso. Em outras circunstâncias, ao refletir sobre todos os seus sentimentos acerca de si mesma, ela chegou a pensar em desistir. Afinal, quem entenderia algo tão

complexo? Em quem poderia se apoiar? A autossabotagem, por vezes, cegou seus olhos diante da realidade. Amanda mal conseguia enxergar um futuro para si em meio a tantos pensamentos autodestrutivos. Apesar da interminável angústia que tomou conta de sua vida no auge de seus 27 anos de idade, o acompanhamento psicológico trouxe esperança e serenidade para lidar com o que surgisse em seu caminho. Todas as dores, os problemas e as burocracias oriundas da transição social que faria não se comparavam ao estado agudo de felicidade que sentia ao entender-se e mostrar-se ao mundo como uma mulher. Como, de fato, Amanda Souto Baliza. Aquela que merece ser amada, respeitada e, sobretudo, reconhecida como é: uma mulher.

Amanda, ao decidir se expor à sua família, tinha percepções distantes da realidade. Enquanto de sua mãe esperava uma reação compreensiva e apoio imediato, de seu pai temia, além da reprovação, um possível afastamento. Alex, querendo ou não, foi quem a incentivou e lhe deu coragem de contar aos seus pais. Foi quem, aos poucos, preparou Jurandir – que surpreendentemente teve uma reação melhor que a de Divina – para receber a notícia. Depois de Alex, sua mãe foi a próxima a saber. A reação de choque foi recíproca. Da parte de Divina, os clichês usados para negar a realidade vieram à tona, juntamente com auto-questionamentos que lhe faziam querer entender onde havia errado com a filha, e até a separação de seu casamento foi colocada em xeque.

A volta para a Igreja foi uma das mais constantes sugestões de Divina nesse momento, fazendo referência a uma fase passada da vida de Amanda, em que a própria se refugiou entre as paredes do sagrado recinto em busca de respostas que não encontrou. “Às vezes o psicólogo diz que a gente tem que ser feliz, mas a gente não tem que ser feliz não, a gente tem que seguir as regras de Deus”, explicava a mãe de Amanda. No entanto, para a advogada, sua linha de raciocínio não fazia sentido, e sim a decepcionava profundamente.

Próximo ao que esperava sair da boca de sua mãe, após o casamento de um de seus irmãos, quando seu pai, Jurandir, havia questionado Alex sobre a sexualidade e a condição psicológica de Amanda, que, na época, ainda não era Amanda, mas Maxwell, seu pai a surpreendeu e a emocionou:

— E o que é que tem? Deus fez você assim, e eu não vou sentir menos orgulho de você por conta disso. — afirmou Jurandir, no momento em que Amanda, cheia de medo e incertezas, revelou sua sexualidade e sua identidade de gênero para seu pai.

Amanda descreve a fala de seu pai como algo que superou todas as expectativas de sua vida, um sentimento de felicidade praticamente indescritível. No entanto, atualmente, a relação entre os dois é de poucas palavras. Afastados por quase cinquenta quilômetros, por caminhos distintos guiados pela vida, a sensação de gratidão ainda existe e permanece grande. Imersa em seu próprio contexto, sua realidade tam-

bém a afastou de sua mãe, que apesar de hoje ter uma aceitação maior do que antes, e residir ainda mais próximo que seu pai, o contato é escasso. Em um pequeno desabafo, Amanda explica que “para minha mãe, quem existe é meu antigo eu, e não a Amanda. Ela ainda não conseguiu me entender como mulher, então não me trata como tal”.

Mesmo depois de sua transição, Amanda nunca se relacionou amorosamente com um homem, e afirma que sua orientação sexual é de uma mulher lésbica. Sendo assim, pontua que o fato causa certa curiosidade em seus pais, que costumam pedir para que outras pessoas lhe questionem, em um verdadeiro telefone sem fio, sobre esse comportamento. Durante sua vida, ela já chegou a apresentar duas namoradas ao seus pais, entretanto, ambos os relacionamentos foram construídos antes de Amanda existir para o mundo.

Seu relacionamento mais recente teve início em 2014, sendo, inclusive, o motivo principal que a fez mudar de Anápolis, onde administrava um escritório de advocacia com seu amigo Caju. Logo de cara, conseguiu ocupar vaga em um outro escritório, localizado no Setor Oeste – que com seus mais de 20 mil habitantes, é um dos bairros mais populosos de Goiânia. Formada em Farmácia pela Universidade Federal de Goiás, Hellen fora a primeira pessoa que soube do desejo do então namorado de iniciar uma transição hormonal e social. Após cinco anos de namoro, sendo quatro deles morando

juntos, em 2019 o relacionamento chegou ao fim. O término não passou pela linha que definia sua identidade, para a qual Hellen constituía grande ponto de apoio, e sim pela personalidade de ambas, que divergia em diversos outros aspectos cruciais, como o temperamento incompatível.

Apesar de o relacionamento ter acabado, seu marco como o início de uma vida fora dos armários permanece. Anteriormente, adaptar-se ao contexto era uma regra, bem como esconder tudo aquilo que poderia vir a ser alvo de julgamentos, e ser ela mesma até esse ponto. O ponto que tange a zona de conforto que a livrava de mais condenação. Porque nesse momento, a condenação já existia, só que era interna.

Após a decisão de assumir sua real identidade de gênero, muita coisa mudou. Não só para ela, mas no contexto que a cerca. Amanda agora passa por situações muito semelhantes às que outras mulheres do Brasil e do mundo, que vão desde sentir medo de andar sozinha à noite, até perder a coragem de ir desacompanhada em algum lugar que tenha uma aglomeração. Infelizmente, do mesmo modo que para essas mulheres, passar por situações de assédio também viraram parte da rotina cotidiana de Amanda, algo que ainda não conseguiu assimilar o suficiente para lidar da forma que gostaria.

Apesar das muitas coisas boas que a transição lhe trouxe, Amanda sente muita saudade de dançar, algo que não faz desde então. Tem muitos pensamentos que favo-

recem a auto sabotagem e a fazer crer piamente que ninguém vai querer dançar com ela, agora que oficialmente não é mais ele. A autoestima oscila sempre, mesmo que a confiança tenha aumentado desde então, mas, no fim, Amanda sabe respeitar seus limites. Ao ter começado sua terapia hormonal após os 28 anos de idade, considera ser cruel exigir de si mesma o corpo de uma pessoa que tenha começado a transição durante a puberdade.

A dança, para Amanda, pode ser descrita como a perfeita válvula de escape. Como uma porta que se abre para um mundo paralelo, onde as noções de tempo e espaço são compreendidas de forma distinta da realidade. É o local em que nada além dos próprios passos da dança parecem importar, nem o maior de seus problemas ou a pior de suas angústias. Prevalece uma sensação pacífica de leveza, ao mesmo tempo em que impera uma explosão de liberdade. É, basicamente, uma mistura de sensações que a confortam e a fazem ter, na dança, um de seus maiores encantos da vida.

Enquanto na adolescência sua principal atividade era passar horas jogando Ragnarok, hoje passa suas horas livres na saga de maratonar MasterChef no serviço de streaming Amazon Prime e cozinhar pratos caseiros bem temperados. O frango, por exemplo, Amanda adora picá-lo em pedaços bem pequenos, como para a preparação de um estrogonofe, depois fritá-lo e colocá-lo para cozinhar junto com outros legumes e verduras. Apesar de esse ser o prato

que mais prepara, e ser uma delícia, de acordo com ela, sua comida predileta sempre foi pizza. “Uma pena para minha nutricionista, eu gosto muito de massa”, diz, com humor.

Suas principais atividades fora de casa também são relacionadas à comida, já que, apesar de se considerar uma pessoa caseira, quase todo fim de semana sai com seus amigos Luiza e Estevão para algum bar ou restaurante. Juntamente com Pablo, ambos são os melhores amigos de Amanda e são eles quem há três anos lhe fazem companhia semanalmente em suas calmas saídas. Amanda lembra-se que os conheceu em um evento de RPG, ou Role-Playing Game, uma categoria de jogos em que pessoas assumem o papel de personagens fictícios, em um universo imaginário, que aconteceu na capital goiana. Pouco depois de jogarem partidas na mesa em que Amanda se encontrava, Pablo e Estevão a convidaram para posteriores partidas em suas respectivas casas. O convite foi aceito, e a amizade floriu.

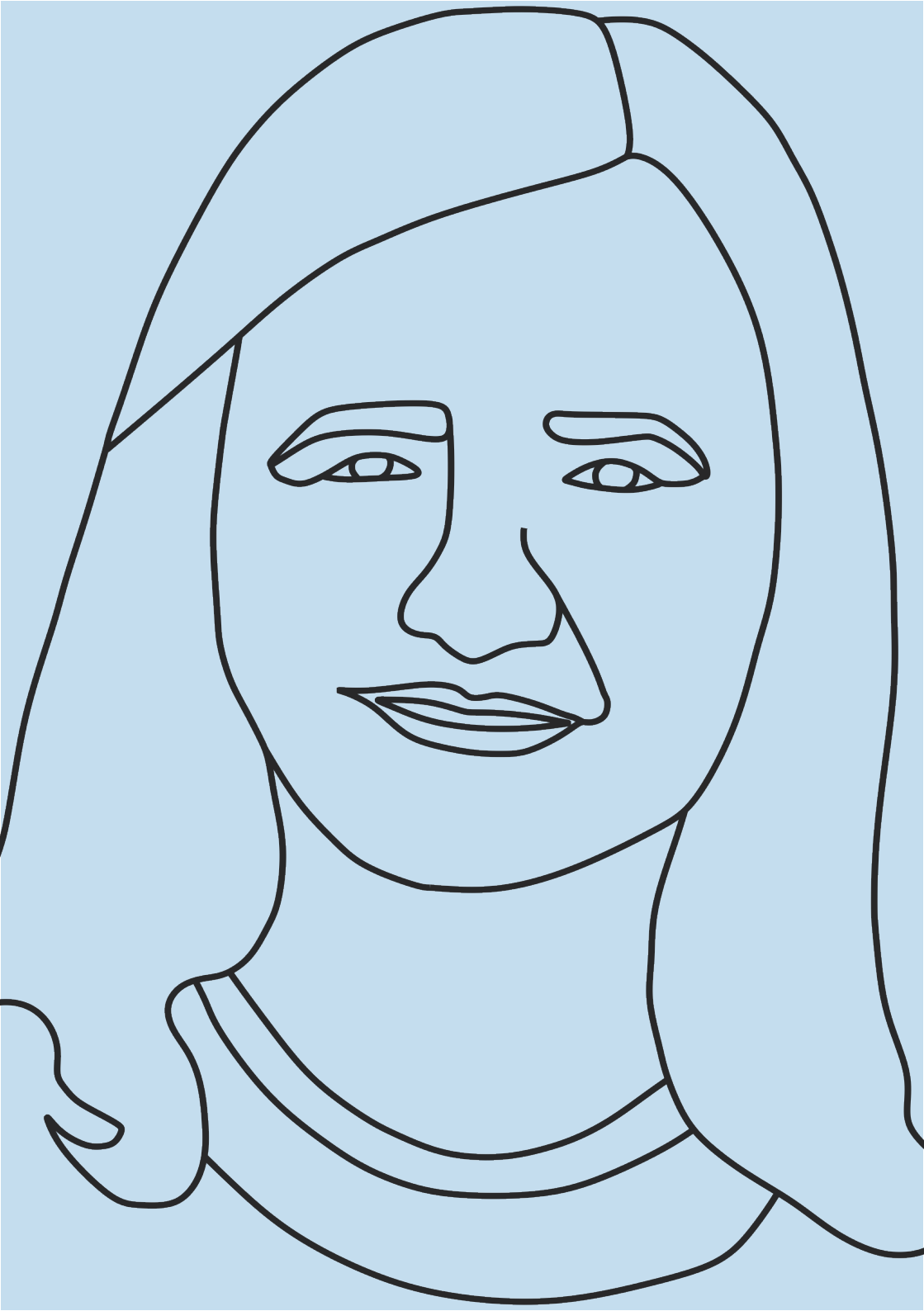
Apesar da aparente facilidade em se socializar, Amanda não é uma pessoa de muitos amigos, nem de amizades muito duradouras, mas encara com muita intensidade os vínculos que tem, fazendo tudo o que consegue por (e com) eles. Apesar de aos fins de semana ter tempo para sair, seus dias úteis são sempre cheios de atividades. Após acordar, alimentar Mingau, Batatinha e Panquequinha e às vezes tomar café da manhã, geralmente utiliza o período matutino para se encontrar com clientes ou participar de

audiências, advogando em prol de alguma empresa.

Em meio a tantos sonhos e metas para o futuro, representar a ponte para que outras pessoas trans e pertencentes da comunidade LGBTQIA+ consigam espaço na sociedade talvez seja o maior deles, o que Amanda profere com mais ênfase. Isso porque, segundo ela, trata-se de um dever moral possibilitar cenários com menos preconceito e mais igualdade para todos e todas. “Quando alguém em um grupo vulnerável tem acesso a oportunidades que o resto do grupo não teve, é dever moral dessa pessoa se doar pelo bem de quem não pôde estar ali”, afirma, explicando a sua constante vontade de mudar a realidade dura de quem cotidianamente sofre preconceito no ambiente familiar, profissional e em todos os outros. “O que eu mais quero é ajudar essas pessoas”, acrescenta.

Apesar da impossibilidade de mudar o passado, conjecturar possibilidades sobre um futuro baseado em atitudes diferentes vindas dele acaba sendo inevitável e fazendo parte do cotidiano de Amanda. Contudo, com seus quase trinta anos de idade, entende que todas as dores sofridas, toda a sua imensa e constante insegurança e, ainda, toda a descoberta de vida em si mesma e toda a sua felicidade em poder se desprender das amarras que tanto lhe amarguraram em outros tempos, fizeram parte do seu processo de amadurecimento e, acima de tudo, da sua transformação. Ela não se arrepende de nada do que lhe fez ser a mulher que é hoje, com todas as subjetivi-

dades e pluralidades a que tem direito, pois a “oficialmente Amanda”, como ela mesma diz, se orgulha de sua trajetória e de sua coragem de enfrentar a sua própria essência. “Tudo isso só foi possível porque houve muita luta. Das que vieram antes de mim, das que derramaram sangue antes de mim e para elas eu tenho que agradecer todos os dias”.



cileide alves

“Se eu não fosse jornalista, eu seria jornalista. Se fosse para voltar atrás, eu seria jornalista. Se fosse para nascer de novo, eu seria jornalista. A minha ambição para o futuro é ser jornalista.”

Literatura e Cinema são duas áreas distintas, mas complementares. Especialmente quando se trata da vida de Cileide Alves, que é jornalista, mestre em História e cinéfila de carteirinha, diga-se de passagem. A paixão por esses dois campos não é de hoje. Na verdade, os livros sempre estiveram intrincados na história de Cileide, que considera a educação como um dos elementos mais relevantes de sua vida. Já os filmes, por sua vez, são parte primordial da rotina da jornalista, que encontra no cinema um refúgio à enxurrada de informações a que, especialmente dada a sua profissão, é exposta todos os dias.

Nascida no dia 4 de novembro de 1961, em uma família simples de Morrinhos, município do interior de Goiás, a jornalista é filha de um barbeiro e uma costureira – José e Dinorá – e irmã mais velha de quatro filhas. Em sua infância, se lembra bem da rotina que era dividida entre “discussões de criança” com as irmãs, pés ralados após jogos de rua e tardes passadas na biblioteca pública da cidade dos Pomares.

Ingressou no jardim da infância aos 4 anos e foi alfabetizada aos 7 e, com orgulho, conta sobre como era atenta e “caxias”, como ela mesma diz, na escola. “Certo dia, em uma aula sobre higienização, a professora disse que a gente tinha que lavar o cabelo bem lavado, as unhas, as orelhas... e naquela época a gente tomava banho em bacia. Então, minha mãe me colocou em uma bacia e me entregou o sabão. Minutos depois, eu era inteira espuma. Passei tanto sabão que ela teve que buscar baldes de água para me enxaguar”, ri. Segundo ela, essa é a sua primeira lembrança de aprendizado.

Assim como em toda relação fraternal, especialmente quando se trata de irmãs quase da mesma idade, brigas e discussões eram recorrentes, mas Cileide explica que os momentos de diversão compartilhados entre elas foi o que tornou a sua infância um momento tão especial em sua vida. “As brincadeiras mais comuns eram beto, baliza, jogos com bolas de gude e finca”, conta. “Lá em casa tinha um quintal grande, tinha bastante espaço para as brincadeiras. O chão era de cimento queimado, o que facilitava muito e assim não corríamos risco de nos machucar”. Além disso, a jornalista recorda as várias vezes que brincou de casinha com suas irmãs, assim como telefone sem fio, pique-esconde e pique-pega. “Sempre tivemos muita liberdade para brincar. Não podemos reclamar disso”, diz.

A diferença de idade entre a primeira e a última filha de Dinorá é de seis anos, o que, muitas vezes, segregou as

brincadeiras entre as que nasceram primeiro: Cileide, Cilaine e Suzy, respectivamente. Raquel, por sua vez, no auge da infância das irmãs, ainda era um bebê, fazendo com que vivesse sua época de brincadeiras sozinha, pois as demais já eram adolescentes. Eram outras conversas, outros interesses e outras vivências. “A Raquel é revoltada com isso até hoje”, conta Cileide, com humor.

A jornalista mantém uma relação próxima e saudável com sua mãe e irmãs, as quais passaram por muitas lágrimas e sorrisos ao longo dos anos, especialmente após a separação de seus pais. Alcoólatra, José não costumava dar a importância devida para a educação das filhas, o que incomodava bastante Dinorá, que, com seus 35 anos de idade, pediu o divórcio, optando por criar quatro filhas sozinha. “Isso aconteceu em uma época onde mulheres separadas eram muito malvistas, porque sempre foram tratadas como pessoas incapazes. Foi algo muito determinante na minha criação, afinal, eram cinco mulheres numa casa e, com a saída no meu pai, a figura masculina diminui e não tem tanta presença na nossa vida”, conta.

Apesar do preconceito, Dinorá não voltou atrás em sua decisão, o que fez Cileide, mesmo com tão pouca idade, entender o que era uma mulher forte, no sentido subjetivo da palavra. Dinorá era uma mulher nova, com dificuldades financeiras e recém separada, mas com muita garra e determinação. Em um episódio específico, em um contexto

onde as escolas públicas cobravam para realizar a matrícula dos alunos, chegou até a pedir para que José pagasse essa taxa para as crianças, pois não havia dinheiro suficiente. No entanto, seus pedidos eram sempre desconsiderados. Propiciar uma boa educação para as filhas era prioridade apenas para a mãe, que se desdobrava todo início de ano. Assim, com muito esforço e sem ajuda, conseguia sempre matriculá-las. “Graças à minha mãe, a escola sempre foi presente na minha vida”, afirma.

Passando por dificuldades financeiras dentro de casa, Cileide, aos 15 anos, até considerou procurar algum emprego para ajudar no sustento da família, mas sua mãe nunca permitiu. Para ela, o que importava era a educação. Hoje, a jornalista conta que não sabe ao certo como teve acesso a tantos livros, mas se recorda de ler bastante e estudar todos os dias. “A gente tinha uma casa pequena, mas sempre tinha muitos livros lá. Naquela época, a gente tinha aqueles livrinhos de bolso: os de faroeste para os meninos e os de princesa para as meninas. Líamos os dois”, conta. Defensora voraz de que crianças devem ler o que tiverem interesse, independente do conteúdo, Cileide relembra uma história engraçada de sua infância. “Era uma época que tinha aquelas revistas de foto-novela e a gente gostava de ler, mas minha mãe não gostava que a gente lesse isso, então, para disfarçar, a gente pegava aqueles cadernos grandes, colocava a revista dentro, deitava na cama e ficava lendo”, revela com humor.

“Caxias”, como sempre se definiu, Cileide era uma criança tímida, mas perfeccionista, que constantemente seguia os ensinamentos dos mais velhos, como seus pais, tios, avós e professores. Sua timidez nunca lhe atrapalhou, mas em relação às suas irmãs, ela sempre era a última a vivenciar momentos típicos da adolescência, como, por exemplo, o primeiro beijo. Relembrando essa fase, ela conta sobre as idas para Goiatuba, cidade próxima a Morrinhos, onde conheceu o rapaz que foi a sua primeira paixão, aos 15 anos. “Eu tinha tios que moravam em Goiatuba, então eu e meus primos ficávamos revezando de lá para cá, mantendo algumas amizades em comum. Eles tinham um amigo lá na cidade que se chamava Arnaldo, e ele foi a minha primeira paixãoite. Meu primeiro beijo, inclusive”, revela.

Entretanto, de acordo com ela, namorar não era a sua prioridade naquele momento, o que não a impedia de beijar alguns garotos eventualmente. “Eu me interessava pelos meninos, os conquistava, mas depois do primeiro beijo eu já não queria mais”, ri. Nessa época, o que de mais divertido e esperado que existia em cidades de interior eram os bailes. Cileide conta que ela e suas primas mais velhas esperavam ansiosamente para os frequentar. Quando ela completou 15 anos de idade, fase em que a maioria das famílias organizavam festas para apresentarem suas filhas à sociedade, Dinorá, sua mãe, não tinha dinheiro para realizar um baile de debutante para a filha. No entanto, fez um vestido que

a permitiu ir em uma das festas organizadas pelo clube da cidade, e se divertir como se fosse sua. “O vestido era da cor azul-turquesa. Era uma saia que vinha no quadril, franzidinho, e do quadril para cima era um xadrez com tons de azul e bege. Era de alcinha, bem delicado. Nunca vou esquecer”, diz, com brilho nos olhos.

Cileide é o tipo de pessoa que sempre soube o que queria ser quando crescesse. Quando criança, recorda-se de sempre brincar com uma colega na fazenda da família da menina, e durante as brincadeiras, sua alma de jornalista aflorava. Com um pedaço de madeira, ela simulava um microfone.

— Cileide Alves, de Brasília. – pronunciava.

— Cileide Alves, de Morrinhos! – rebatia, com humor, o pai de sua amiga e dono da fazenda, sempre que ela decidia brincar de repórter.

Quando criança, Cileide também escrevia, especialmente na escola, o que a fez ganhar um concurso de redação em que o prêmio consistia em ter o texto lido na rádio local. No entanto, na escola, sua matéria favorita era matemática. “Eu gosto da lógica, do raciocínio, de usar os números para pensar e contar histórias”, pontua. O gosto pela matéria era tanto que fez Cileide cogitar estudar algum curso na área das ciências exatas, mais especificamente a Engenharia. No fim de 1979, ano do vestibular, precisou fazer uma brincadeira na fila da inscrição para decidir de uma vez por todas seu rumo daquele dia em

diante – o típico “mamãe-mandou”. Jornalismo foi o escolhido pelo “destino”, o que Cileide ironiza ao sentir que foi proposital. “Talvez tenha sido uma coisa psicológica, um ato falho, eu forcei pra dar jornalismo, né? Não acho que é divino não, porque eu já tinha todos os indicativos que era pra cursar Jornalismo e não Engenharia, mas eu não tinha, conscientemente, percebido isso”, confessa.

Entretanto, antes da universidade, muita coisa aconteceu. Em 1978, no final do segundo ano do ensino médio, Dinorá, ao perceber que a educação em Morrinhos deixava a desejar, decidiu mandar as filhas para a capital, Goiânia, onde as oportunidades de estudo e de futuramente se tornarem profissionais bem sucedidas eram bem mais altas. Nesse momento, Dinorá já havia se consolidado como costureira conhecida na cidade, consequência de determinação e persistência ao correr atrás de seus objetivos. Cileide se recorda com admiração da época em que sua mãe viajava para outras cidades em busca de conhecimento, a fim de tornar-se cada vez mais qualificada em sua profissão. “Quando criança, começou a moda de mulher usar calça, porque naquela geração isso não era comum. Me lembro da minha mãe, que já era costureira em Morrinhos, ir para Goiatuba, porque lá tinha um curso de corte e costura que ensinava como fazer calça para mulheres. Minha mãe sempre se qualificava e acabou ficando uma costureira muito conhecida na nossa cidade”, conta.

A partir disso, Dinorá passou, então, a ter condições financeiras melhores, o que colaborou para a mudança de suas duas filhas mais velhas para a capital. Embora estivesse tirando bons lucros de seu trabalho como costureira, não era o suficiente para arcar com os custos de uma universidade particular, fazendo-as entenderem, desde cedo, a importância de se dedicarem a fim de conseguirem uma vaga em uma universidade pública. Por isso, Dinorá decidiu não mantê-las em Morrinhos no ano seguinte, o último ano da escola, e sim, enviá-las já para Goiânia, onde poderiam cursar o terceiro ano com excelência para prestarem o vestibular, que era bastante concorrido na época. Dito e feito. Dinorá tinha amigas com filhas da mesma idade que Cileide e de sua irmã Cilaine, então as mães optaram por alugar um apartamento no centro da cidade para que suas filhas morassem juntas, para maior segurança e facilidade. No total, eram seis meninas morando em um único apartamento durante um ano.

“O automóvel corre, a lembrança morre, o suor escorre e molha a calçada. A verdade na rua, a verdade no povo, a mulher toda nua, mas nada de novo. A revolta latente que ninguém vê, e nem sabe se sente, pois é, pra que?” O trecho da música gravada pelo quarteto MPB-4, marcou não só a transição de cidade, da casa da mãe em Morrinhos para uma vida sozinha em Goiânia, mas também todas as descobertas que a adolescência traz para a

vida. Assim como essa música, conta Cileide, outras como “Sonho meu”, de Dona Ivone, e “Coração Alado”, de Fagner, foram a trilha sonora de uma época inesquecível na sua vida. Época em que não havia só a insegurança de transitar sozinha em uma cidade que agora chamaria de lar, mas também a felicidade, a liberdade e a curiosidade do que viria pela frente, no auge dos seus 16 anos.

Somente nessa época, em 1979, já em Goiânia, Cileide teve a oportunidade de entender, de fato, o que estava acontecendo no Brasil: a ditadura militar. “A partir daquele momento foi que eu comecei a entender os movimentos pela reabertura política no Brasil”, conta. “Depois eu comecei a lembrar de algumas falas da minha mãe, mas a gente não sabia que existia uma ditadura. Quando eu vim para Goiânia, em 1979, que é o ano da anistia, eu comecei a descobrir o que estava acontecendo e me interessei por aqueles assuntos. Passei a ir em manifestação, protesto, essas coisas... foi uma descoberta política quando eu fui fazer o terceiro ano, no Colégio Carlos Chagas”, conclui. A Lei da Anistia foi promulgada no dia 28 de agosto daquele ano, pelo então presidente João Batista Figueiredo, e pavimentou o caminho para a redemocratização do Brasil – ou seja, Cileide só começou a compreender o que ocorria em seu País, uma ditadura, em seu período final.

Além de toda a mudança que aquele ano representava em sua vida, a jornalista relata sobre a dificuldade que

teve para se adaptar ao colégio novo, em que o conteúdo didático era imensamente diferente do que estava acostumada em Morrinhos, onde o ensino era também técnico-agrícola. “Me lembro da gente fazer horta, de entender um pouco sobre terra e ir para as fazendas para fazer curva de nível”, conta. “Em Goiânia, o ensino era preparado para o vestibular. Enquanto em Morrinhos eu tinha um professor para cada matéria, em Goiânia eram quatro. Era bastante dividido e aprofundado”, acrescenta.

Em 1979, além de todo um mundo completamente diferente que se abriu no momento em que se deparou com o contexto político que realmente a cercava, foi quando prestou vestibular. E passou. Enfim ingressaria na Universidade Federal de Goiás e seu tão antigo sonho de se tornar jornalista viraria realidade. Para a infelicidade de Cileide, sua irmã Cilaine não conseguiu passar para Medicina no mesmo ano, e enquanto Cileide deu entrada na universidade no começo de 1980, Cilaine precisou fazer cursinho. No fim das contas, Medicina nem era mais um sonho e a irmã partiu para a área das linguagens, ingressando no curso de Letras no início de 1981.

Antes disso, quando Cileide ingressou no curso de Jornalismo, Dinorá tomou uma decisão difícil, mas necessária. Deixou tudo para trás em Morrinhos, casa e carreira, para morar com as filhas em Goiânia. O padrão de vida caiu. Dinorá, que antes era uma costureira conhecida, passou a

trabalhar em confecções, sendo paga com um salário muito mais baixo que pensara que teria. Assim, Suzy, já não teve o privilégio das duas mais velhas de fazer o último ano do ensino médio em uma escola particular.

Quando Cileide ingressou na universidade, teve a mesma abertura de olhos e ampliação de percepção de mundo de quando se mudou para Goiânia. Era um mundo novo, admirável.

Caminhando para o fim da ditadura militar, 1980 marca o início da redemocratização do Brasil. Os estudantes não tinham autonomia e seus canais de mobilização como Diretórios Centrais e Centros Acadêmicos, que passaram tanto tempo fechados, finalmente davam indícios de uma nova abertura. Simultaneamente, partidos políticos se formavam com o objetivo de concorrer com o “aterrorizante” Movimento Democrático Brasileiro, que já havia ganho as eleições de 1974 e continuava com alta popularidade entre seus eleitores. Isso porque o bipartidarismo (sistema estabelecido pelo presidente Castello Branco em 1965 durante a ditadura militar, que permitia a existência do governo e de uma oposição consentida; que eram o MDB e a Arena) deu lugar ao pluripartidarismo.

Nesse contexto, o pluripartidarismo entrara em cena após grande pressão política em cima do MDB. O medo popular de que o então partido ganhasse novamente a eleição era grande, já que “todo mundo que era oposição aos

militares estava no MDB”, relembra Cileide. O partido, então, propôs no Congresso Nacional a chamada Lei Orgânica dos Partidos Políticos que, ao ser sancionada no fim de 1979, permitiu o restabelecimento do pluripartidarismo em 1980. Além disso, as eleições para governador, daquela vez, seriam diretas.

A formação dos novos partidos fez com que as legendas comunistas se fortalecessem muito dentro das universidades. Dentro da UFG, especificamente, o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) ganhou destaque, já que tinha controle de quase todos os centros acadêmicos da instituição. Entretanto, apesar de ainda em formação, quando comparado ao PCdoB, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o “Partidão” (PCB) também consistiam em outras duas correntes fortes dentro desse ambiente. Apesar da força que tinha, o PCdoB, que conquistava todas as lideranças, não atraiu Cileide. Logo de cara, ela se sentiu atraída pelo PT, participando, até mesmo, de sua formação. A partir disso, a menina que entrou crua de formação política nos espaços da universidade, um ano depois já participava de reuniões do partido e se interessava pelo movimento estudantil. Diferentemente da realidade atual, em um contexto em que política era novidade, até mesmo o cenário universitário era digno das primeiras páginas de um jornal. Assim, as eleições do DCE e dos centros acadêmicos, relata Cileide, eram noticiadas em jornais como O Popular e Diário da Manhã.

Após ingressar no Jornalismo, a política nunca chegou a ser uma opção de área a ser seguida, mas uma consequência de tudo o que cercava a vida de Cileide e todas as escolhas e interesses que adquirira nessa trajetória. Após participar de diversos encontros partidários inclusive fora de Goiânia, a jovem estudante de jornalismo ocupou a posição de presidente na chapa do centro acadêmico em oposição ao PCdoB, na época liderado pelo estudante de jornalismo Deusmar Barreto, e em aliança ao Partidão. “Enquanto eu era candidata a presidente, o João Salame Neto, que também era estudante, era o vice-presidente”, explica.

A chapa foi vitoriosa, e Cileide se tornou a nova presidente do CA de Jornalismo em 1981. Como previsto, a eleição e a derrota do PCdoB viraram notícia. O mundo do jornalismo e da política viraram o mundo de Cileide, mas, na vida real, sua profissão estava em crise. Após as eleições municipais de 1983, diversos jornais fecharam suas portas. Entre eles, o Diário da Manhã e a Folha de Goiás, o que reduzia de forma significativa as possibilidades de emprego. A Cooperativa dos Jornalistas foi a melhor opção que Cileide encontrou naquele momento. Tratava-se de uma empresa que funcionava como um intermediário entre quem precisava dos serviços jornalísticos e os estudantes e jornalistas que desejavam trabalhar. Uma espécie de freelance, mas organizado pela empresa. Entretanto, quando entrou para a Cooperativa – que, de certa maneira, era

uma forma de “ativismo” – começou a se deparar com a opinião unânime de seus colegas, que diziam que ela deveria seguir na carreira política.

Naquele momento, a indecisão invadiu os pensamentos da jovem Cileide, que apesar de amar o jornalismo, era também entusiasta na política, assunto que marcou o início da sua vida adulta. No entanto, após muito tempo tendo seus dias invadidos pela dúvida, sua velha paixão lhe ajudou a entender e decidir o rumo que traçaria a partir daquele dia: a arte. O cinema, algo que sempre lhe trouxe bastante felicidade, poderia virar um passeio raro caso se tornasse política, assim como o teatro, ao qual só teve acesso aos 18 anos de idade, já em Goiânia. Sempre sonhando alto, pensava que seu lazer seria interrompido por reuniões intermináveis. A partir disso, começou a devanear sobre sua vida como jornalista e suas inúmeras possibilidades de atuação. Assim, em um ato de coragem e alívio, gritou para si e para o mundo:

— Não, eu não quero ser política. Quero ser jornalista!

Paralelo a isso, também em um local que amava estar, o teatro, Cileide conheceu o homem com quem dividiria a vida pelos próximos anos. Assim, casaram-se e logo tiveram a notícia da gravidez do primeiro filho. Em meio ao último ano de sua graduação, Cileide conta que conseguiu conciliar a gravidez e os estudos de forma satisfatória. “Geralmente eu não sinto as adversidades, eu enfrento tudo”,

pontua. Dessa forma, Lucas veio ao mundo em agosto de 1983. Nessa época Cileide estava desempregada, trabalhava apenas como freelancer na Cooperativa dos Jornalistas, o que lhe trazia certa insegurança, afinal precisava criar uma criança. Passou um mês em casa com todas as atenções voltadas ao pequeno Lucas, porém, após esse período, sentiu a necessidade de ir em busca de emprego.

A ajuda da mãe de sua amiga, que morava próxima a sua casa, foi fundamental nesse momento. Preocupada com a amamentação, Cileide usava a bombinha para tirar o leite que seria o sustento do seu filho durante todo o dia, e deixava-o na casa de dona Anésia, para, assim, conseguir se tranquilizar e se colocar no mercado de trabalho. O freelancer na Cooperativa dos Jornalistas em pouco tempo se transformou em uma contratação de carteira assinada no jornal semanal Top News, local onde ingressou em 1982. Apesar de ter sido contratada para arquivar caixas e mais caixas de fotos que se encontravam amontoadas em uma sala, o que Cileide realmente queria era escrever. Ficava, então, sempre que podia, bisbilhotando a rotina frenética da redação, colocando-se à disposição para qualquer assunto que aparecesse e que rendesse uma matéria jornalística.

O que nessa época Cileide ainda não tinha de experiência, tinha de determinação. A jornalista não considera que possuía muita habilidade técnica na escrita, mas isso a motivava ainda mais a aprender e a sanar as dificuldades

que ainda permeavam seu modo de trabalhar. “Meu texto era muito ruim! Eu não sabia das coisas e achava que estava arrasando!”, conta, com humor.

No entanto, após o fechamento do Top News juntamente com outros jornais em Goiânia, a jovem jornalista se viu, novamente, precisando retornar ao trabalho informal. Embora não fosse o que queria, atuar como freelancer acabou lhe trazendo muitas experiências válidas e, especialmente, ajudou no sustento do seu filho em seus primeiros meses de vida. Como freela, cobriu a campanha das Diretas Já, em 1984, além da campanha eleitoral de Tancredo Neves, no ano seguinte, e as eleições estaduais do ano de 1986.

No início de sua carreira, Cileide passou por muitos locais e pôde vivenciar, de fato, o que era ser uma jornalista – e até mesmo uma professora de Jornalismo. No ano de 1985, atuou por um período de três meses no Jornal do Brasil, sendo correspondente em Goiânia. Paralelo a isso, em 1984, após um professor entrar de licença, atuou durante um ano como professora substituta de Jornalismo Cultural na Universidade Federal de Goiás, local onde havia estudado há pouco tempo. Logo deu início ao mestrado em História, estudando ao longo de um ano, mas notou a dificuldade de terminá-lo e optou por continuar só trabalhando. No ano seguinte, cobriu as férias de um jornalista no jornal O Popular, onde realizava matérias sobre as eleições presidenciais de 1985, a última ocorrida de forma

indireta no Brasil. Da mesma forma, conseguiu um contrato temporário de seis meses na sucursal goiana do jornal Correio Braziliense, onde cobriu as eleições de 1986. “Foram muitos aprendizados”, diz.

Após dois anos de formada, seu primeiro emprego como jornalista foi na TV Brasil Central, emissora de referência em Goiás. Cileide conta com orgulho e bom humor sobre sua contratação: “Eu me lembro que consegui descobrir o nome do diretor da TV na época, e fui atrás para conversar e dizer que precisava trabalhar. Eles me chamaram para fazer um teste, eu fiz e fui contratada. Simples assim”, ri. “Sempre fui atrás de tudo. Nunca fiquei esperando as coisas acontecerem”, conclui, ao repensar o início de sua carreira. Assim, trabalhou na TV como setorista no Palácio das Esmeraldas, onde cobria as pautas relacionadas ao governador de Goiás da época, Henrique Santillo. “Tive a oportunidade de viajar com ele como jornalista, foi quando fiz as minhas primeiras matérias em Brasília”, explica. Simultaneamente, atuou como repórter de política no jornal O Popular. “Foi uma fase que exerci integralmente a minha profissão”, relata.

O mercado jornalístico passou por mudanças significativas nas últimas décadas, tornando a proporção de homens e mulheres muito mais equilibrada nas redações. No entanto, em meados dos anos 1985, a realidade para as recém-formadas em jornalismo era bastante diferente. Cileide

conta que, embora hoje se considerar “inocente” para o que vivia na época, se recorda com facilidade de situações desagradáveis e machistas que viveu nas redações onde trabalhou. “Tem uma coisa que nunca me esqueço: acontecia de as pessoas ligarem na redação e eu atender o telefone. Elas pediam para falar com um jornalista, onde a maioria eram homens, e quando eu dizia que o tal jornalista não se encontrava, me perguntavam se eu era secretária dele”, relata. “Isso acontecia com muita frequência”.

Embora as mulheres formem a maioria da sociedade brasileira, segundo dados de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elas ainda são minoria nos veículos de comunicação brasileiros, correspondendo a apenas 36,98% da força de trabalho nesses espaços, de acordo com pesquisa feita pelo portal Comunique-se. Isso representa 15.654 mulheres se contrapondo a 26.678 homens na imprensa brasileira, ou seja, elas formam pouco mais de um terço do setor. Contudo, os dados recentes são, de certa forma, mais otimistas em comparação aos de décadas passadas, quando Cileide iniciou sua carreira no jornalismo goiano. Para ela, o esforço feito para conquistar seu espaço no mercado precisou ser muito maior comparado a um homem com o mesmo currículo e idade. Apenas por ser mulher, a concorrência tornava-se mais difícil. “Eles não me deixaram entrar no mercado jornalístico, eu precisei empurrar a porta para isso, sempre provando a

minha eficiência e me esforçando mais do que o normal”, diz. “Eu tive que bater de porta em porta e dizer: ‘Oi, sou a Cileide, eu existo”, conclui.

Cada experiência que teve dentro de sua carreira jornalística foi importante de alguma forma para a construção da pessoa e da profissional que hoje ela é. Durante o período que trabalhou na TV Brasil Central, entretanto, realizou uma das coberturas mais longevas e que mais marcaram sua formação como jornalista. Tudo começou na manhã do dia 28 de setembro de 1987, quando Cileide dirigiu-se para realizar mais uma de suas coberturas diárias.

Sua principal função na TV consistia em ficar à disposição de cobrir as agendas do governador da época, Henrique Santillo. Assim, fosse a agenda interna, dentro do Palácio das Esmeraldas, sede oficial do governo do estado desde 1937, localizado na Praça Cívica, uma coletiva de imprensa ou qualquer reunião aberta ou audiência que ele participasse, Cileide estaria lá. Na manhã daquela segunda-feira, não foi diferente. Às 10h da manhã, juntamente com um cinegrafista e um diretor de VT, ela se dirigiu a Brasília para uma audiência em que Santillo marcaria presença. No meio do caminho, entretanto, com o objetivo de confirmar os detalhes antes que pudesse chegar na capital federal, ligou para a redação por um telefone público que encontrou na estrada, em algum lugar entre os municípios de Alexânia e Abadiânia, que se localizam no caminho de Brasília,

Logo que atenderam a ligação de Cileide, pediram para que ela retornasse à redação, informando-a que Santillo havia cancelado sua presença no evento em Brasília devido a uma emergência na capital goiana. Acatando o pedido de seus superiores, retornou, e ao chegar à emissora, soube que o contratempo que havia impedido a ida do governador à audiência foi uma “contaminação alimentar” que certas pessoas haviam sofrido. Durante toda a tarde daquele dia, esta era a ideia que imperava, e “somente à noite a bomba estourou”, conta.

O responsável por descobrir o nível estratosférico e inimaginável do que viria a se tornar o maior acidente radioativo do Brasil e o maior do mundo fora de usinas nucleares – e que curiosamente ocorreu apenas um ano após o acidente radioativo de Chernobyl, na Ucrânia – foi o físico Walter Mendes Ferreira, que apesar de na época não trabalhar para o governo federal, com o tempo tornou-se membro da Comissão Nuclear de Energia Nuclear (CNEN).

Naquele dia, o desconhecimento sobre o que realmente havia acontecido com as famílias dos dois jovens catadores de lixo, Wagner Pereira e Roberto Alves, que, no dia 13 de setembro haviam encontrado um aparelho desconhecido – que posteriormente revelou ser parte de uma máquina de raio X abandonada – no terreno da antiga Casa de Misericórdia de Goiânia, no Centro da capital. Eles venderam o que acreditaram ser mais uma peça de

sucata ao dono de um ferro velho, Devair Alves Ferreira, que também teve sua família exposta à tragédia. Aquele material, que os envolvidos acreditavam ser inofensivo, na verdade era algo muito mais perigoso do que poderiam imaginar e isso só foi desvendado logo que o físico Walter Mendes, com seu aparelho de medição de radiação, obteve indicativo de radiatividade máxima.

De férias em Goiânia, um colega dele pediu para que averiguasse a suspeita de material radioativo que estaria na antiga sede da Vigilância Sanitária, no Setor Aeroporto, na capital goiana. Munido do medidor, antes mesmo de entrar no prédio, o aparelho acusou um nível muito acima do normal. Acreditando que a máquina estava estragada, ele providenciou um outro aparelho medidor, que também apitou antes de chegar próximo ao material. Naquele instante ele teve certeza de que no interior de um saco de aninhagem, levado para a Vigilância Sanitária por uma das vítimas e que continha uma brilhante e misteriosa substância, havia uma fonte poderosa de radiação. Alarmado, ele avisou as autoridades do perigo que todos estavam correndo naquele momento.

A contaminação que inicialmente suspeitava ser alimentar, revelou ser de uma substância infinitamente mais perigosa, um isótopo radioativo resultado de uma fissão nuclear de urânio ou plutônio que é usualmente utilizado no tratamento de câncer, o Césio-137. Apesar de o maior

estrago ter ocorrido após a venda de parte do aparelho ao ferro velho, a contaminação começou quando ambos os jovens, com o suor escorrendo pelas têmporas ao carregar um equipamento de 122 quilogramas, saíram do prédio abandonado e seguiram para a rua 57, ainda no centro da cidade, e utilizaram uma marreta para golpear e tentar, a todo o custo, descobrir o que aquele misterioso aparelho guardava.

Segundo matéria especial realizada pelo Correio Brasileiro, foi neste momento em que “o pó branco de brilho azul circularia por pelo menos quatro setores de Goiânia e contaminaria centenas de pessoas em poucos dias e milhares, em anos”. O governo de Goiás reconhece, porém, apenas 16 mortes – quatro na época, e outras doze ao longo dos trinta anos seguintes – causadas pela radiação do Césio-137 ou de seu efeito a longo prazo no organismo daqueles que tiveram contaminação acima do que deveriam.

Devair, quando comprou a cápsula cilíndrica dos dois homens, fez de tudo para descobrir o que havia dentro daquele misterioso recipiente. Ao abri-lo com grande dificuldade, depa-rou-se com um uma grande quantidade do pó brilhante que se espalhara anteriormente pelo caminho até o ferro velho. Aquela substância fascinara Devair de forma inexplicável. Curioso para saber o que aquilo poderia trazer a ele e à sua família, imediatamente mostrou orgulhoso a substância à cunhada, Maria Gabriela, à pequena filha, que na época tinha apenas seis anos, Leide das Neves, e aos vizinhos e amigos.

Pegando o mundo todo de maneira, naquela segunda-feira, Goiânia se encontrava cheia, com turistas brasileiros e estrangeiros lotando os hotéis da cidade. No dia anterior havia ocorrido o Grande Prêmio do Brasil de Motovelocidade, evento que fez parte da categoria principal do Campeonato Mundial de Motovelocidade, Moto Grand Prix. “É igual uma corrida de Fórmula 1, proporcional, na área de motociclismo, a maior cilindrada, a mais importante das corridas de motociclismo”, explica a jornalista.

Cileide conta que após descobrirem a radioatividade presente naquela substância, logo o pânico se instaurou, especialmente pela desinformação do que se deveria fazer para impedir a contaminação e evitar danos à saúde de quem tivera contato com as pessoas afetadas antes da confirmação da presença da radioatividade e de quem continuaria tendo contato, mesmo utilizando os equipamentos de segurança necessários, como grandes macacões brancos ou amarelos que médicos e jornalistas portavam. “Aí foi uma caça para descobrir onde tinham objetos que pudessem ter sido contaminados”, relata.

Um exemplo citado por Cileide foi um caminhão de reciclagem de papel que havia comprado material contaminado, levado para o depósito localizado no setor Jardim Guanabara, próximo ao antigo aeroporto de Goiânia, e encaminhado para a sede, em São Paulo. Nesse momento, em que a distribuição do material radioativo começava a se espalhar,

foi criado um estado de pânico entre as pessoas. Entretanto, Cileide explica que apesar do pavor coletivo, a distribuição radiativa foi menor do que se temeu a princípio, diferindo de outros acidentes radioativos ocorridos em usinas nucleares, como o de Chernobyl, na antiga União Soviética, e Fukushima, no Japão, o que facilitou um posterior controle.

Apesar de o medo que inicialmente predominou, Cileide explica que, após entender que o contágio não se dava de maneira tão sensível, e que havia certos cuidados para que ele fosse evitado, se tranquilizou. Sua família, entretanto, não se mantinha tão despreocupada. Sempre questionava se era realmente seguro que continuasse o contato com seu marido e filho, que na época só tinha 3 anos. A jornalista, que juntamente com os profissionais da comunicação que formavam praticamente um pelotão de batalha em busca da cobertura completa, simplesmente manteve o uso obrigatório do macacão branco descartável que diariamente portava durante o trabalho e os banhos diários com vinagre logo que chegava em casa, para realizar a descontaminação.

Durante a cobertura do acidente com o Césio, Cileide se viu trabalhando mais de doze horas por dia, cerca de sete horas a mais que sua jornada de trabalho convencional. Foi durante esse período, já em meados de 1988, que Cileide se descobriu grávida de sua segunda filha, Bárbara, que nasceu em janeiro de 1989. Mesmo que a parte mais tensa da cobertura já tivesse passado, as idas ao de-

pósito provisório de lixo radioativo ainda eram constantes em sua rotina, o que inicialmente a deixou encucada se a radiação poderia ou não afetar em sua gravidez, mas ao ser aconselhada pelo médico, seguiu a gestação com tranquilidade e consciência limpa. “Eu não sei se sou ingênua ou destemida, mas eu nunca tive medo mesmo. Nunca fui de ficar neurótica”, acrescenta.

Ainda em 1989, apesar de considerar o trabalho na TV Brasil Central uma experiência engrandecedora para sua carreira, aos 28 anos, recebeu uma proposta para assumir um cargo na assessoria de divulgação na Câmara Municipal de Goiânia, onde produziria materiais internos para o órgão. Assim, em um ato que hoje julga audacioso, pediu demissão na TV e partiu para uma nova fase de sua carreira jornalística: a assessoria. “Se eu tivesse ficado na TV, teria hoje uma aposentadoria de servidora pública, teria me tornado efetivada, mas não me arrependo”, confessa. No entanto, apesar de ter deixado de ser repórter de TV, paralelamente manteve seu trabalho no jornal O Popular, onde tornou-se subeditora de política.

De imediato, ao iniciar seu trabalho na Câmara, sentiu as diferenças entre ser repórter e atuar como assessora. Embora estivesse empolgada com as novas experiências e habilidades que conseguiria no novo emprego, estava acostumada a ir às ruas, entrevistar, escrever e publicar matérias diárias, o que mudou drasticamente. Cileide conta que,

em 1988, quando foi promulgada a nova Constituição da República Federativa do Brasil, foi determinado que os estados fizessem as suas constituições estaduais, adequadas à federal, bem como os municípios, que precisariam criar suas “leis orgânicas”, funcionando como uma espécie de constituição municipal. “Fazíamos divulgação de audiências públicas e, quando ficou pronta a Lei Orgânica, eu editei”, diz. “Além disso, fiz um concurso entre artistas plásticos para fazerem a capa da lei. Foi um trabalho bem legal”, conta, orgulhosa.

Em 1996, uma das pessoas que considera mais importantes em sua carreira, então editor-chefe do O Popular, Isanulfo Cordeiro, ao perceber o dom jornalístico que Cileide carregava em si, convidou-a para ocupar o cargo de editora do caderno de Política do jornal. “Quase tudo que eu sei de jornalismo e de política, eu aprendi com ele”, afirma. Assim, aceitou o convite, tornando-se editora de uma das partes mais importantes e mais lidas do maior jornal do Estado, aos 35 anos de idade – deixando, então, a Câmara Municipal de Goiânia.

Cileide considera a cobertura do acidente com o Célio-137 a mais duradoura que fez em toda sua carreira, já que mesmo depois de tantos anos do ocorrido, fazia e coordenava conteúdos relacionados a ele, já como editora-executiva do jornal O Popular, em 1997. “Todo ano fazíamos a reportagem sobre o aniversário do acidente, mostrando os desdobramentos, os processos, as pessoas que desenvolve-

ram doenças por conta do contato com a radioatividade e as pesquisas”, relata. “Eu era editora-executiva do jornal quando ganhamos o prêmio Esso de jornalismo regional, com uma reportagem sobre o câncer desenvolvido em moradores por conta da exposição ao céσιο”, acrescenta.

Essa característica faz com que a cobertura do Céσιο tenha sido uma escola para Cileide, quando pôde pôr à prova tudo o que havia visto na faculdade e no mercado até então. Durante essa cobertura, diz ter aprendido ter malícia para identificar certas coisas e, especialmente, criar o hábito de duvidar, o que funciona como um impulso para que se mantenha incansável na busca da verdade. Para ilustrar, a jornalista disse que aquele momento foi ‘quando ela aprendeu a “ler uma charge”’, sendo a charge a representação simbólica dos fatos a serem reportados por ela diariamente em suas produções jornalísticas. Foi quando conseguiu obter maturidade na forma de enxergar os acontecimentos e a conexão entre eles.

Esforçada e extremamente dedicada à sua profissão, Cileide revela que em certos períodos chegou a priorizar o trabalho a momentos com sua família. Como exemplo, conta sobre o dia em que seu filho Lucas, no seu aniversário de dezesseis anos, fez um almoço em casa para comemorar. “No dia anterior à festa, eu havia feito uma entrevista com o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Já no sábado, fui para a redação degravar a entrevista,

o que demorou mais do que eu esperava. Fiquei das nove da manhã às quatro da tarde no jornal, chegando na festa do Lucas somente no fim”, relata. “Pode ter sido um exagero meu, eu podia ter pedido a ajuda de alguém, mas sou muito feliz sendo jornalista”.

Embora Cileide estivesse em um dos melhores momentos de sua carreira, o ano de 2002 ficou marcado como aquele que transformou e redefiniu sua vida por completo. O falecimento do seu filho Lucas aconteceu em fevereiro daquele ano, após um mês depois de um acidente sofrido fazendo o que mais gostava: andar de skate. Comparando sua perda com uma “doença crônica”, a jornalista relata ter momentos em que a dor é mais aguda. Como uma grave enfermidade, são necessários cuidados para que não afete a vida por completo. “Foi uma perda que me marcou para sempre. A morte é algo muito cruel, porque as histórias daquela pessoa são interrompidas. Você precisa se realimentar daquilo que você já viveu com ela”, afirma.

Como forma de tentar amenizar sua dor e voltar a ver sentido na vida, quase que imediatamente iniciou um tratamento com uma psicanalista, a mesma que também havia tratado Lucas. Ao todo, passou doze anos nesse processo, o que relata ter sido fundamental para que estabelecesse uma continuidade em sua vida. “Eu sentia e ainda sinto muita saudade, mas aprendi a lidar com a dor”, confessa. “Apesar de tudo, a morte dele fez acontecer uma reviravolta

na minha vida. É uma perda muito forte”, acrescenta, lembrando-se do modo de viver a vida que o filho levava.

Cileide conta que apesar de ter perdido Lucas na forma física, ele ainda permanece nas coisas mais simples e comuns que acontecem em sua rotina. Ela conta que além de esperto, inteligente, bem humorado e brincalhão, Lucas fazia questão de mostrar sua consideração pelas outras pessoas. Rafael Roriz, hoje engenheiro, foi o melhor amigo de Lucas durante toda a vida do ex-estudante de Psicologia, e faz questão de manter contato com a família de Cileide, como estratégia para se manter, de alguma forma, perto do amigo que tanto transformou sua vida.

Durante o período em que Lucas se manteve internado, Rafael fez questão de visitá-lo sempre que podia. Até a morte de Lucas, Cileide não sabia o real impacto que o filho havia causado na vida de Rafael, até receber uma mensagem de texto do engenheiro, por volta do ano de 2017, após terem se esbarrado em um evento e trocado os números de telefone com o objetivo de retomar o contato perdido. Rafael a convidava para participar de um grupo que havia criado com o objetivo de ajudar as pessoas de uma comunidade na região de Santa Rita, em Goiânia, uma área quase predominantemente formada por ocupações, com moradias visivelmente precárias. E o nome do grupo não podia ser outro: Lucas Camargo Alves. “Eles estavam fazendo uma campanha, era final de ano, e esse grupo compra material escolar pra

dar para as crianças de uma comunidade. Ele me convidou a participar, eu participei do grupo, da campanha, e no dia de fazer a doação, eu fui com eles”, explica.

Embora ainda não soubesse com exatidão o que o filho costumava dizer a Rafael a ponto de causar um impacto tão grande em sua vida, o pai do engenheiro, durante o discurso de abertura do evento, caracterizou Lucas como uma pessoa muito importante na vida de Rafael. Lucas ficava horas e horas conversando com o menino que, segundo o pai, na época era “cheio de problemas e muito revoltado”, no sentido de fazer com que Rafael seguisse um caminho diferente em sua vida. Segundo o pai do engenheiro, Lucas mudou a vida de Rafael. Hoje, toda a família é explicitamente agradecida a Cileide e à família e faz questão de deixar isso bem claro.

E o grupo permanece. Apesar de Cileide não participar todos os anos, admira e ajuda sempre que pode com os materiais requeridos. Como retribuição, a jornalista conta que Rafael, inclusive, se tornou uma fonte importante para ela quando se trata do ramo da Engenharia. “Quando preciso saber sobre esse mercado imobiliário, de planejamento, de construção, ligo para o Rafael e ele até me passa outras fontes”, explica.

Ainda em 2003, como consequência de uma série de incompatibilidades na maneira de lidar com a perda, Cileide se divorciou do marido e pai de Lucas e Bárbara. Neste ano, Bárbara, aos treze anos de idade, ainda sentindo os

reflexos da morte do irmão, passou a enfrentar graves dificuldades escolares. “Minha filha estava na oitava série e só conseguiu terminar o ano letivo aos trancos e barrancos. O mundo dela desmoronou, assim como o meu”, conta Cileide. Para ajudar a filha, a jornalista se apoiou ainda mais nas sessões de análise, refazendo sua relação com Bárbara, que logo conseguiu se reerguer emocionalmente.

Cileide conta que, quando Lucas faleceu, Bárbara havia acabado de ingressar em uma escola com o nível bem alto, e logo pediu à mãe para colocá-la em uma instituição mais fácil, com medo de não ser capaz de concluir o ano letivo. Ao se negar a ceder à pressão da filha e se envolver para que a menina se enxergasse tão inteligente quanto seus colegas, pagando aulas particulares, terapia, e tudo o que achou necessário, Bárbara passou de ano e logo deslanchou. Durante o ensino médio, passou boa parte do tempo cogitando fazer Psicologia, até que por um toque vindo do diretor da escola, começou a questionar essa escolha.

Hoje, delegada da Mulher em uma delegacia de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul (MS), Bárbara prova ter conseguido ultrapassar todas as barreiras que pareciam tão grandes naquele período e que fizeram com que duvidasse de sua capacidade de forma tão abrupta. Para chegar a esse lugar, Bárbara cursou Jornalismo, após enxergar em si mesma as habilidades comunicacionais que, antes de conversar com o diretor e com sua mãe, não havia identificado.

Ainda durante o curso, fez um intercâmbio em Anecy, uma pequena cidade localizada no sul da França. Ao retornar, começou uma graduação em Direito, de forma paralela ao Jornalismo. Apesar de ter-se formado em ambas e optado por seguir carreira na área jurídica, a Comunicação se encontra presente em sua vida, fazendo com que seja constantemente solicitada para colaborar, de forma voluntária, com a assessoria da Polícia Civil de Campo Grande. Todo esse progresso de Bárbara, hoje considerada por Cileide uma mulher articulada, inteligente, organizada e determinada, traz orgulho e brilho aos olhos da mãe na simples menção do nome da filha.

No ano seguinte ao divórcio, Cileide reencontrou Fernando, um antigo colega de universidade, que cursou Engenharia no mesmo período em que ela estudou Jornalismo. O namoro, que começou despretensiosamente, já dura mais de quinze anos. Coincidentemente, Fernando, que na época tinha dois filhos adolescentes, alguns anos mais tarde também perdeu o primogênito, Mário, devido a uma parada cardiorrespiratória. A partir daquele momento, a empatia, compreensão e solidariedade quanto à dor do outro passou a definir o relacionamento. Juntos, seguiram suas vidas, ajudando-se mutuamente a enfrentar uma de suas piores dores, o que foi fundamental para amenizá-la.

2012 também foi um ano importante quando se trata da carreira jornalística de Cileide, momento em que atuava

como editora-chefe do jornal O Popular. Foi em uma quarta-feira daquele ano bissexto, dia 29 de fevereiro. Começou o dia com sua rotina de sempre, indo à academia e tentando se atualizar com as demandas do jornal já pendentes e às notícias divulgadas naquele dia. E no que parecia mais um dia como qualquer outro, antes mesmo de se arrumar para começar outra jornada de trabalho, recebeu uma ligação de seu diretor, na qual foi informada que teriam que se organizar para enviar repórteres a Brasília para cobrir a prisão do empresário Carlinhos Cachoeira.

“O que a gente sabia do Cachoeira vinha das próprias coberturas que O Popular tinha feito dele, porque ele tinha esse envolvimento com loterias e caça-níqueis”, conta. A primeira vez que o nome de Carlos Augusto Ramos surgiu no cenário nacional foi após a divulgação de um vídeo em que ele revela o assessor do então ministro da Casa Civil, José Dirceu, pedindo propina para a campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores e do Partido Socialista Brasileiro. Já em 2012, seu nome retornou às manchetes de todo o País após ser acusado e preso pela Polícia Federal (PF), na chamada Operação Monte Carlo, por comandar uma quadrilha de jogos ilegais em Goiás. Em abril daquele mesmo ano, a PF concluiu que o esquema de Cachoeira se elevou ao ponto de abrir empresas e lavar dinheiro para fora do Brasil. Em dezembro, o empresário foi condenado a 39 anos de cadeia por formação de quadrilha, corrupção, desvio de dinheiro e

outras atuações ilícitas, mas após uma decisão judicial, foi solto cerca de quatro dias depois – e permaneceu respondendo ao processo ao longo do ano de 2013.

Aquele, por si só, não era um momento de tranquilidade. A redação de O Popular se encontrava em reforma, o que fez com que seu novo escritório fosse, na verdade, o apertado e relativamente bagunçado sótão da sede. Segundo Cileide, depois da cobertura do acidente radioativo, este foi o maior desafio de sua carreira. “O fato era muito relevante porque envolvia o governo do Estado, e um governo tem muita relevância política e econômica”, relata. “Comandar essa cobertura foi um aprendizado e um momento difícil, porque eu tinha que conciliar o desejo da redação por ir fundo na coisa e o equilíbrio de fazer um jornalismo bem feito e de qualidade, pois eu já era a responsável”, explica. Como sempre, nesse momento, Cileide imergia no mundo das notícias. Trabalhava desde o momento que chegava na redação, ainda pela manhã, até as 23h, quando retornava à sua casa. No entanto, mesmo que teoricamente seu expediente houvesse acabado, sua mente continuava remoendo todos os acontecimentos e desdobramentos do dia.

Permaneceu editora-chefe de O Popular até metade de 2015. “O jornalismo não é só dar a notícia, você tem que mostrar para as pessoas o que é aquilo, você tem que explicar. Sou muito orgulhosa por ter feito parte desse time. Orgulhosa da diretoria, do copeiro, dos secretários, dos jor-

nalistas, e de todo mundo da equipe. Jornalismo é equipe. Na redação nós construímos um trabalho que funcionava muito bem, parecia uma orquestra”, revela.

Neste momento, outra reforma editorial aconteceu dentro da redação, fazendo com que saísse da posição de editora para colunista de opinião. No ano seguinte, entretanto, decidiu partir em busca de novas formas de fazer jornalismo. Foi convidada para participar do programa Falando Sério, na rádio Interativa, onde permaneceu por um ano, e em 2018 entrou para a rádio Sagres 730, recebendo simultaneamente um convite de O Popular para novamente atuar como colunista de política do jornal. Hoje, permanece em ambos os campos de atuação, mas sempre buscando novos desafios diários. “Fui retomando a minha carreira de um outro jeito. Eu queria fazer algo que me desse prazer em fazer”, justifica, relatando também sobre o seu desejo de se tornar escritora em um futuro próximo.

“Se eu não fosse jornalista, eu seria jornalista. Se fosse para voltar atrás, eu seria jornalista. Se fosse para nascer de novo, eu seria jornalista. Minha ambição [para o futuro] é ser jornalista”. Isso é o que Cileide responde quando perguntam sobre sua realização com a profissão. Nessas ocasiões, sempre cita um episódio em específico, que foi o fato de sua caçula Bárbara ter tido que fazer psicoterapia quando criança, pois por algum tempo se recusou a aprender a ler e a escrever. Isso, justamente porque ler e escrever era o que

“separava” Cileide da filha, já que eram considerados seus dois instrumentos principais de trabalho como jornalista. O Jornalismo era e é algo que faz parte da vida de Cileide quase 24 horas por dia desde aquela época. Agora, mais do que nunca, deseja escrever, produzir, gravar, e continuar exercendo a profissão, que é uma das maiores paixões de sua vida, das mais diferentes formas possíveis.



cristina lopes

“Absolutamente tudo é político nessa vida, e hoje percebo que o meu mandato inspira outras mulheres. Essa sempre foi a minha intenção. Quero despertar nelas o exercício político, o que é tão necessário para o equilíbrio de decisões.”

Quem ouvisse que seu sonho de criança seria ser motorista de caminhão, jamais imaginaria Cristina como vereadora de uma cidade. Entretanto, apesar de parecerem distintas, ambas são uma só. Quem olha por trás do cargo público que hoje Cristina carrega atrelado ao seu nome, não entende, mas deveria compreender, a determinação daquela jovem menina que rapidamente finalizava seu dever na esquina de casa, para assim que chegasse da escola pudesse sair para brincar na rua. Deveria ser capaz de enxergar a criança que, ao som de Secos e Molhados, de Ney Matogrosso, encenava junto com sua trupe de irmãos, um espetáculo montado por seu irmão, Gilberto.

Nascida em Cianorte, região noroeste do Paraná, Cristina é a décima integrante de uma família de quatorze irmãos. Seu pai, que foi casado e ficou viúvo três vezes, presenteou Cristina com dois irmãos provenientes do primeiro matrimônio – Julieta e Martinho –, três do segundo

– Ruth, Dirce e Antônio –, e outros sete do terceiro, com sua mãe, sendo quatro mais velhos que ela – Diniz, Elisabeth, Nino e Gil – e três caçulas – Gilmar, Adriana e Zeca, que é adotivo. Filha de uma mãe mineira, da cidade de Salinas, e de um pai nascido na região norte de Portugal, no município de Edrosa, Cristina foi criada em um lar com muitas personalidades distintas e visões diferentes sobre a vida, onde todos prezavam, acima de tudo, o respeito, a união e a igualdade.

Não havia diferenças no tratamento entre os meninos e as meninas, pelo menos dentro de casa. Lá, tudo era dividido, desde as tarefas domésticas até as camas, onde todos dormiam juntos. Era tudo muito organizado, especialmente o momento das refeições, em que todo mundo tinha que sentar-se à mesa no mesmo horário, por mais que estivessem fazendo outras coisas. Caso contrário, a bronca era interminável, segundo ela. Os pais de Cristina, Maria Madalena e Gabriel, sempre tiveram o pensamento e as atitudes à frente de seu tempo. Percebiam o quanto o mundo era mais complexo e injusto com as mulheres e, assim, a todo momento deram prioridade ao estudo de suas filhas, pois não queriam que fossem dependentes financeiramente de outras pessoas. Desde muito cedo, todas elas foram ensinadas sobre o significado de autonomia, em suas mais diversas formas.

Como curiosidade, Cristina sempre conta que Cianorte – abreviação para Companhia de Melhoramento Norte do

Paraná – é uma cidade programada onde seu pai, juntamente com alguns ingleses, foram os fundadores. Antes da fundação da cidade, tanto seus pais, quanto seus dois irmãos mais velhos moravam em Mandaguaçu. Entretanto, a partir de sua criação, todos eles foram nascidos e criados em sua grande casa na cidade programada. Literalmente, já que ela e seus irmãos nasceram com a ajuda de parteiras, sem que sua mãe precisasse se deslocar a um hospital.

Naquela época, era habitual os irmãos mais velhos alfabetizarem os caçulas. Com isso, Cristina aprendeu a ler e a escrever com apenas cinco anos de idade, ensinada por suas irmãs mais velhas, Dirce e Elisabeth. Assim, pôde começar cedo nos estudos formais, na Escola Princesa Isabel, onde todos os outros irmãos haviam estudado. Era uma instituição pública e bastante rígida, assim como seus pais, mas diferente dela. Cristina foi uma criança acelerada e bagunceira, diga-se de passagem. No entanto, sempre foi estudiosa. Língua Portuguesa era a sua disciplina favorita, pois é apaixonada pela leitura e suas diversas possibilidades de interpretação.

Ela lembra que, durante a infância, sempre estudou em escolas públicas, que eram consideradas as melhores escolas, as que mais exigiam das crianças. Naquela época, Cristina explica que as escolas privadas eram descritas, em forma de piada, como os lugares onde “pagou, passou!”, e escolhidas, muitas vezes, por quem não tinha tantas con-

dições de progredir nos estudos. “Quem tinha risco de reprovar era transferido para uma escola privada pra conseguir passar de ano”, conta.

Para ela, ler era uma diversão assim como brincar na rua com seus irmãos e amigos após a aula. Na infância, por conta dos outros nove irmãos mais velhos, não era comum ter livros infanto-juvenis em casa, apesar de terem uma biblioteca. Seu primeiro livro foi o romance *Por Quem Os Sinos Dobram*, do escritor norte-americano Ernest Hemingway. Se lembra que só foi ler livros comuns à infância, como *O Pequeno Príncipe*, *Poliana* e *Poliana Moça* e o *Menino do Dedo Verde*, perto de entrar na adolescência, com 13 ou 14 anos.

Sua relação com seus irmãos, especialmente o modo como foi construída, teve e ainda tem impacto em toda sua trajetória. Quando pequena, sua alfabetização caseira a permitiu ingressar na escola com 5 anos – idade em que já lia e escrevia quase perfeitamente –, o que fez com que terminasse seu ensino médio, ou segundo grau, como era classificado na época, com apenas 15 anos. Ter irmãos alguns anos mais velhos fez com que Cristina não se sentisse apenas filha de seus pais, mas também de alguns de seus irmãos, que a tratavam como um dos presentes da família, o que, de acordo com a própria Cristina, a tornou uma criança “birrenta, chata e mimada”.

Apesar de sempre brincar na rua e na casa de seus amigos, Cristina lembra que dormir fora não era algo pre-

sente em seu cotidiano. “Nem precisava, minha casa era um clube”, define ela, ao citar ter passado a infância em meio à natureza, cercada por diversas opções de lazer, como quadra de vôlei, futebol e mesa de ping-pong.

Algo em comum que Cristina sempre teve com todos os seus irmãos foi a aptidão e o gosto pelo esporte. Incentivo dos pais, mas pura persistência dos filhos – pelo menos, até certo momento. Por grande parte de sua vida, jogou handball e dançou balé. Este, entretanto, não durou tanto tempo. Cristina conta, com certo tom de piada, que sua ex-professora de balé, em um certo momento, fugiu da cidade. Sem a dança, sua mãe buscou refúgio para a filha no judô, tarefa que não foi nada fácil. O professor, um “japonês que falava tudo enrolado”, inicialmente se recusou a ensinar Cristina, mas não era páreo para a habilidade argumentativa de sua mãe:

— Não ensino judô para meninas, apenas para meninos. — afirmou o professor.

— Vem cá, você não tem filha mulher? — perguntou dona Maria Madalena.

— Tenho.

— Pois é! Você não acharia estranho a sua filha ser agredida, sofrer uma violência física ou sexual e ela não conseguir se defender? — completou a mãe.

— É...

— Então você vai ensinar a minha filha e a sua tam-

bém! – concluiu dona Maria Madalena, em tom autoritário, mas com bom humor.

A partir daí, xeque-mate! Foram cerca de 10 anos no judô. Com humor, Cristina conta que a luta marcial lhe fez aprender a cair. Ou melhor, a não cair. “Agora tenho uma ótima postura e é impressionante como o instinto de defesa fica mais aguçado, sabe? É extremamente difícil eu cair, mas quando caio, raramente me machuco. Nunca nem quebrei nenhum osso”, explica.

Já quando se refere à luta constante de sua mãe para que ela e seus irmãos fossem independentes, essa situação não foi isolada. “Ela era praticamente uma tigresa”, conta com brilho nos olhos. Maria Madalena era quem levava adiante todos os “sonhos bobos de criança”, um suporte para qualquer tipo de problema ou motivo de tristeza que tivessem, além do constante incentivo para que realizassem seus sonhos, atitude típica de quem tinha uma mente suficientemente aberta e à frente de seu tempo.

Cristina conta que sua mãe vendia roupas e que, por conta disso, ela sempre viajava para a casa de sua tia em Jundiaí, São Paulo. “Minha mãe costurou por muitos anos, fez até os vestidos de noiva das minhas irmãs mais velhas, até chegar um dia que se cansou e falou: “não costuro mais!”. Foi aí que começou a vender roupas”, explica. Maria Madalena costumava comprar as peças no atacado em Bom Retiro, São Paulo, um grande polo de confecção no

Brasil. Como uma boa mãe coruja, raramente viajava sem levar algum filho junto, fazendo Cristina visitar os tios no interior inúmeras vezes, especialmente a tia Zelita, mãe das gêmeas Rose e Rosalinda, com quem dividia as brincadeiras nestes momentos pontuais.

Com entusiasmo, relembra sobre as viagens para São Paulo. “Era sempre ótimo!”, conta. Como seus tios maternos trabalhavam na prefeitura da cidade, ela os acompanhava em alguns eventos importantes como, por exemplo, a inauguração das estações Vila Mariana e Ana Rosa, em 1974 e 1975, respectivamente, quando teve a oportunidade de encorajar as pessoas que tinham medo de adentrar em um veículo tão grande e novo. “Não tem perigo!”, dizia em tom calmo aos passageiros. Além disso, ganhava ingressos gratuitos para o parque de diversões da cidade, onde passava o dia inteiro se divertindo com seus irmãos e primos. “Era uma farra! A gente aproveitava pra comer churros, que só tinha lá”, explica, com humor. Conhecer e conviver com os vários tipos de pessoas, com as mais diversas diferenças também era um fator interessante para ela durante a viagem. Seu tio era vizinho do cantor e compositor brasileiro Nelson Ned, que tinha nanismo, assim como seus três filhos – situação que instigava a curiosidade e, conseqüentemente, a compreensão pelo respeito às diferenças por parte de Cristina.

Cristina considera ter tido uma infância muito breve, ao considerar infância aquilo que costuma ser aceito

como tal: um contexto cercado por brincadeiras, dependência e pouca responsabilidade. Por sua alfabetização precoce e o constante incentivo de seus pais para que se tornasse uma garota independente e autossuficiente – especialmente pelo medo de que, futuramente, suas filhas se tornassem subordinadas a seus respectivos maridos –, Cristina sempre esteve um passo à frente do que era socialmente esperado. Apesar de quase sempre ser a mais nova de sua turma, por ter ingressado muito cedo, tanto na escola, quanto na universidade, sua criação a fez uma garota, e futuramente uma mulher, proativa, decidida e determinada a conseguir o que quer. “Eu sempre sabia o que tinha que fazer e onde precisava ir”, admite.

Quando menina, costumava devanear sobre a sua futura profissão e confessava seus sonhos para a mãe. Aliás, mais perguntava do que sonhava com alguma carreira concreta, ao contrário de sua irmã mais velha, Elizabeth, que sempre soube que seria médica. Cristina, por sua vez, queria ser motorista de caminhão e tinha o total apoio de Maria Madalena.

— Que legal, filha! Vai conhecer o Brasil inteiro! – dizia ela com entusiasmo.

No entanto, já crescida e na fila de inscrição para o vestibular, optou por Educação Física, curso que fora o escolhido de outros dois irmãos, Carlos Alberto, mais conhecido como Nino, e Gilmar, justamente por terem sido ligados ao

esporte quando crianças. Naquela época, no início da década de 1980, os vestibulares aconteciam na virada de ano, por volta do dia 2 de janeiro. Seu irmão Diniz casou-se no mesmo período e, portanto, Cristina não esteve na cerimônia, optando por realizar a prova que mudaria sua vida. Contudo, não havia data certa para sair o resultado do vestibular, apenas uma previsão, o que a fez viajar para São Paulo para visitar a sua irmã mais velha Dirce. Por conta disso, no dia 25 de janeiro, ao receber a notícia da sua aprovação, perdeu o trote de calouros na universidade, decidindo comemorá-la nas festas que ocorriam para celebrar o aniversário de São Paulo.

Assim, aos 15 anos, quando soube de sua aprovação na Universidade Federal do Paraná, mudou-se para Curitiba. Cristina conta que conseguiu uma pontuação tão elevada que entraria no curso de Medicina, se quisesse. No entanto, para o espanto de seu pai, preferiu a graduação em Educação Física. Anos depois, quando decidiu se formar em Fisioterapia, seu pai confessou seu desagrado com o curso anterior, mas revela que não poderia desanimá-la na época. O incentivo e apoio nas escolhas dos filhos, por mais que não concordassem, sempre foram muito presentes nos pais de Cristina.

Ao se mudar, ela passou a residir em uma Casa do Estudante atrelada à UFPR, local onde moravam apenas mulheres das mais diversas idades e matriculadas nos mais diferentes cursos daquele Campus. Controlada pelo regime militar que vigorava no país no período, não era

permitida a entrada de homens no local, somente até o primeiro andar onde ficava a biblioteca. Cristina, então, dividia o quarto com Marilene e Zenair, colegas que estudavam Enfermagem e Ciências Sociais, respectivamente. “Éramos super amigas”, conta.

Por sua facilidade de aprendizagem e boa convivência, Cristina iniciava sua graduação enquanto seus colegas achavam que ela era veterana, pois, segundo ela, “já sabia o que fazer e para onde ir”, diferente deles. E foi assim que, mesmo durante toda sua jornada acadêmica tenha sido líder do movimento estudantil e ido em todos os congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE) e nos Encontros Nacionais de Educação Física (ENEFIS), finalizou sua graduação um semestre antes dos demais alunos de sua turma. No entanto, não foi tarefa fácil, especialmente depois de alguns abalos emocionais vividos pelos estudantes na época. Por conta do regime militar e da constante pressão e falta de liberdade que dele vinham, Cristina revela que o medo e a incerteza eram sentimentos presentes em todo os alunos.

Em um dos encontros acadêmicos que costumava ir, este em Florianópolis, Santa Catarina, aconteceu algo inusitado que acabou mexendo com a mente de alguns de seus colegas de classe. Tratava-se de um grupo excêntrico, que fazia performances de músicas da época, mas além disso, fazia também perguntas para as quais eles nunca haviam pensado nas respostas, algo como “qual o propósito da sua vida?”.

Em geral, aos vinte e poucos anos de idade, não é comum ter um propósito ou objetivo traçado tão fixamente assim. O usual é experimentar, com responsabilidade, as diversas situações pelas quais a vida te leva a seguir, encontrando, assim, o próprio caminho. Contudo, após as inúmeras perguntas realizadas pelo grupo que Cristina nunca mais viu depois daquele dia, seus amigos passaram por crises em relação ao curso e à própria vida, situação que, de certa forma, acabou lhe atingindo também. Seus amigos mais próximos, como a Viviane Brum, a Consuelo Ulhoa e o Pôr do Sol traçaram caminhos diferentes dos dela. Uns mudaram de curso, outros de estado... Alguns colegas mais distantes, inclusive, decidiram por tirar suas próprias vidas.

Alguns anos mais tarde, Viviane, por sua vez, seria a mulher com quem Cristina dividiria a vida, em um relacionamento que já dura mais de vinte anos. Cristina conta que, embora não levante a bandeira da bissexualidade, considera de suma importância a defesa pela diversidade e pelo direito de amar. “Nunca tive problema com a minha sexualidade e com a minha vida amorosa. Acredito que a grande maioria das pessoas tem a bissexualidade como característica, mas a nossa cultura judaico-cristã impõe limites e as pessoas não vivem”, diz. “Vivo abertamente a minha vida, e sempre estive na defesa das pessoas viverem e serem quem elas são”, afirma, acrescentando conhecer Viviane desde 1982 e

viverem um relacionamento estável, embora não sejam oficialmente casadas por motivos pessoais.

Apesar de ter se sentido imensamente abalada com a situação na universidade, Cristina optou por adiantar onze matérias do curso e se formar mais depressa a fim de fugir daquele ambiente, e iniciar uma nova etapa em sua vida. Ao se formar em agosto de 1985, momento em que já trabalhava como professora de Educação Física, passou em um processo seletivo para realizar uma pós-graduação na Alemanha no ano seguinte. Também foi selecionada para atuar como professora do Sesc, como ingresso posterior ao seu retorno da Europa.

Seus planos, entretanto, foram arruinados de repente. Sua vida não acabou, mas deu uma pausa. Todas as futuras metas que havia traçado até ali foram alteradas ou, no mínimo, remarcadas. Fevereiro de 1986 foi o mês que marcou o ano mais turbulento de sua vida. O fim de um relacionamento e de uma carreira, e o início de dezenas de inseguranças que, no fim, serviram como uma espécie de motivação para uma nova vida. Com uma nova Cristina.

Até esse momento, namorava Uilson. Conta que, como médico oftalmologista e 17 anos mais velho que ela, o achava referência em inteligência. Define seus sentimentos por ele, naquele momento, como um tipo de paixão intelectual, de pura admiração. Ela o havia conhecido por intermédio de um casal de amigos, Zenair e Reinaldo, e era grata. Sentia-se

cuidada e constantemente protegida através das atitudes de Uilson, mas logo desconfiou de atitudes relativamente obsessivas que indicavam altas crises de ciúmes.

Pequenas situações tornaram-se o estopim de grandes brigas, em que o consumo de álcool frequente e diversas atitudes impensadas por parte do médico acumularam-se. Logo após se formar, Cristina se mudou para o apartamento de seu irmão juntamente com Nicelena, amiga e colega de profissão. Como haviam formado juntas, agora dividiam casa e procuravam emprego. Com rotina agitada, o casal pouco se via durante a semana. Uilson trabalhava fora de Curitiba, cidade onde ela residia, e Cristina passava os dias fazendo provas em busca de oportunidades. Quando se viam, aos fins de semana, sair para jantar e encontrar os amigos de Cristina que integravam o movimento estudantil enfurecia o oftalmologista.

Durante as crises, as reações de Uilson eram variadas. Ele, que não podia beber por ter sido diagnosticado com cirrose hepática, dirigia bêbado e em alta velocidade após as discussões. Com peso no olhar, Cristina conta que existiam dois Uilson, o sóbrio e o sob efeito de álcool. Quando estava sóbrio, incentivava seu estudo e tinha posicionamentos racionais na maior parte das vezes. Bêbado, entretanto, a torturava psicologicamente com chantagens desconcertantes. Ouvir que seu mundo iria acabar ou que ele mesmo iria tirar a própria vida caso ela o abandonasse virara rotina, especial-

mente durante o segundo semestre de 1985, ápice da queda do relacionamento.

Lembra-se perfeitamente do último Natal antes de ter sua vida virada de pernas para o ar. Diante das inúmeras discussões com Uilson, decidiu passar o feriado na casa do pai, longe do namorado. No entanto, assim que retornou para casa, deparou-se com uma realidade perturbadora que se aproximava devagar dia após dia. Uilson havia sido internado por conta do excesso de bebida e, dias depois, mesmo após recomendações médicas para não beber, ele continuou. Certo dia, alcoolizado, o médico confessou agressões que havia praticado contra três ex-namoradas antes de Cristina, ressaltando que ela tivesse cuidado ao discordar dele em uma eventual discussão daquele dia em diante. As ameaças, a partir dali, tornaram-se rotineiras, mesmo que indiretamente.

De acordo com Cristina, a personalidade de Uilson continha inúmeras características de pessoas com psicopatia. Frieza e atitudes severamente calculadas eram algumas delas. Assim, o oftalmologista continuava trazendo terror à mente dela, que em cada passo percebia os traços anormais se evidenciando. Em um dia específico, logo antes do carnaval de 1986 e após receber a notícia de que havia passado em uma prova de pós-graduação, dentro de um contexto em que Uilson nem mesmo trabalhava mais durante os dias da semana, Cristina teve uma revelação.

Seu namorado, que atualmente a assustava, resolveu lhe contar detalhadamente sobre as situações passadas nas quais havia agredido antigas namoradas.

“Uma ele colocou dentro do carro e jogou num precipício, a segunda ele tentou jogar pela janela de um prédio e a outra ele tentou cortar com uma garrafa quebrada. Além de ter contado os fatos, ele me disse o nome delas e eu procurei todas. Nenhuma tinha dado queixa...”, conta, ao suspirar. Após essa confissão, ainda em meio a uma das diversas discussões que já eram parte da rotina do casal nos últimos meses, Uilson a alertou para que não reagisse caso as coisas entre eles esquentassem. E foi nesse momento que Cristina percebeu que precisava sair daquela situação, e seguir sua vida em um caminho diferente do de Uilson. Entretanto, uma das características psicopatas de seu namorado era a de ser uma pessoa extremamente programada, que calculava os mínimos detalhes e isso foi o que a impediu de tomar esse rumo.

No dia 6 de fevereiro de 1986, após Uilson ter passado mal no dia anterior e Cristina ter precisado lhe aplicar uma injeção – que ela acredita ter sido de glicose – para que melhorasse, tudo parecia relativamente mais calmo. Até certo ponto. Após acordarem, Uilson saiu para comprar medicamentos, e depois de retornar para casa, ambos almoçaram juntos. Cristina lembra que durante o dia Uilson ingeriu novamente bebidas alcoólicas e passou a tarde gravando fitas cassetes, até solicitar que ela buscasse para ele o pacote com

os medicamentos que havia comprado no dia anterior. No começo, Cristina, apreensiva, temia que essa fosse mais uma das ameaças de suicídio que Uilson costumava fazer.

A conversa mudou de rumo e o clima tornou-se pesado assim que Cristina entregou-lhe o tal pacote. O que pareceu um breve momento de paz foi novamente engolido pela desconfiança e hostilidade. Sua roupa foi o que Uilson encontrou para iniciar a discussão que terminaria ao sons de uma sirene. Enquanto Cristina questionava a importância que sua calça jeans, sua camiseta branca e seus brincos tinham, Uilson pegou o vidro de álcool que havia comprado logo antes de lhe revelar seu histórico de agressões, destampou e jogou o líquido em cima dela.

Uma cena com tantos detalhes aconteceu em poucos segundos. Enquanto dava passos para trás em direção contrária a Uilson, Cristina tentava quase que desesperadamente limpar o álcool de sua roupa e, com a voz trêmula, conversava, pedindo para que o namorado avaliasse e repensasse sobre o que estava prestes a fazer. Não houve tempo, entretanto. Uilson riscou o primeiro e o segundo palito de fósforo. Antes que riscasse o terceiro, Cristina tentou sair da casa, agarrou-se à porta, mas a tranca frustrou suas intenções desesperadas. O terceiro palito foi riscado e as chamas cobriram todo o seu corpo. Seus gritos chamaram a atenção de seu irmão, Gilmar, que arrombou a porta e, sabiamente, tomou as medidas adequadas de emergência com

queimaduras, ou seja, abafou o corpo de Cristina com uma coberta e a levou para o chuveiro.

Cristina conta que sua memória desse acontecimento vem em lapsos, já que pouco depois de ter seu corpo coberto pelas chamas, desmaiou. Ela se lembra de ter acordado no chuveiro, enrolada em um cobertor, ao lado de seu irmão e com suas roupas derretidas. A partir daí, começou a jornada mais dolorida de sua vida. Literalmente. Ao chegar ao hospital em que finalmente foi atendida, após passar por um primeiro que não realizava esse tipo de tratamento, sentiu as consequências da não existência de uma especialização em queimaduras naquela cidade, ou de um hospital voltado apenas para esse tipo de cuidado.

Suas calças foram arrancadas de seu corpo, juntamente com a pele de suas pernas, que permanecia colada ao tecido, sem nenhum tipo de cuidado. Enquanto esteve sozinha, esperava que alguma das enfermeiras aparecesse para pulsionar sua veia, algo que deveria ter sido feito antes que ela fosse direcionada ao quarto do hospital. Entretanto, quem apareceu foi Uilson. O desespero tomou conta e o medo da morte lhe passou pela mente. “Pronto. O que ele não usou para se matar, vai usar para me matar”, pensou, enquanto gritava com toda a força que seus pulmões lhe forneciam. Para seu alívio, foi socorrida não apenas pelos médicos e enfermeiros, mas também por sua irmã Elizabeth, que havia sido médica naquele hospital.

Antes de ir a julgamento, graças a Elizabeth, Uilson foi internado em uma clínica de reabilitação. A justificativa principal da internação, segundo Cristina, era a raiva insana e sem precedentes que seus irmãos sentiam de seu agora ex-namorado. O último contato de Cristina com Uilson foi durante o julgamento, no qual ela foi a principal testemunha de acusação. Primeiro a depor, apesar de ter confessado à polícia ter “colocado fogo na namorada por estar sob forte depressão emocional”, ele negou o crime ao júri.

— Só admiti o crime à polícia porque estava sendo ameaçado pelos irmãos dela! — justificou Uilson.

— Mesmo diante de todas as consequências que poderia sofrer, você preferiu admitir um crime que diz não ter cometido? — o juiz questionou.

— O que o senhor faria no meu lugar? — retrucou o médico, em busca de uma possível compreensão por parte do magistrado.

— O réu aqui é você.

O maior medo de Cristina durante a constante negação do crime, por parte de Uilson, era que a tentativa de homicídio começasse a ser considerada um crime passional. Pior ainda: que ela, Cristina, fosse considerada responsável por tê-lo iludido. Nos anos 1980 era comum crimes ocorridos entre casais serem banalizados e amenizados em benefício do agressor. Um exemplo nacionalmente conhecido é o caso da Pantera de Minas Gerais. Nessa ocasião, a socialite ngela

Diniz foi assassinada por seu marido conhecido como Doca Street, mas no fim o caso foi encerrado e considerado como um crime em defesa da honra.

Para alívio de Cristina, a defesa de Uilson não tinha nenhum tipo de argumento que pudesse sustentar qualquer justificativa que considerasse o crime um tipo de defesa à honra e à moral do médico. Antes de ser julgado, Uilson ficou praticamente dois anos na cadeia, de modo que sua condenação só foi sentenciada em 1989. Na época, a pena para esse tipo de crime variava entre 12 e 30 anos de reclusão. Apesar de ter sido sentenciado a uma pena de 21 anos, acabou cumprindo apenas 14 anos e 9 meses, por naquela ocasião ainda ser réu primário, considerado com ‘bons antecedentes’, mesmo que isso não seja completamente verdade. Mesmo já tendo um histórico de agressões anteriores, não havia queixa prestada contra ele, constando para o sistema judiciário, até aquele momento, que ele possuía uma “ficha limpa”.

Ainda em 1986, Cristina enfrentou uma longa jornada em prol de sua recuperação. Após quatro dias de incessante busca por tratamento em Curitiba, foi enviada para Goiânia, após um amigo de sua irmã, também médico, sinalizar a existência de um tratamento mais adequado na capital goiana. Chegou à cidade no dia 10 de fevereiro em um avião convencional, já que, na época, aviões de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) ainda não existiam.

Durante o período inicial, tanto em Curitiba quanto em Goiânia, todos os médicos se mantinham descrentes quanto ao seu caso. A quantidade de pessoas que já haviam sobrevivido após uma porcentagem tão grande do corpo ter sido queimada (85%), segundo os profissionais da saúde, era quase nula. Contudo, apesar de nem mesmo o corpo clínico dos hospitais saber lidar com essa situação, a determinação e crença na vida, por parte de Cristina, era infinda. Em momento nenhum, a partir de quando foi afastada de Uilson, a profissional de educação física acreditou que não fosse conseguir se recuperar. Não só acreditou, como batalhou com todas as forças que possuía.

Um ano após passar por um doloroso processo de recuperação no qual, da pior forma possível, percebeu a carência de profissionais especializados em tratamento de queimaduras, ingressou em uma graduação de fisioterapia. Tomou a decisão de fazer um segundo curso após ter sido obrigada a ir aos Estados Unidos para obter uma roupa especial para queimaduras. Seu objetivo era mudar essa realidade tão dura, de modo que outras pessoas não precisassem enfrentá-la como ela o fez. De volta a Curitiba, ingressou no novo curso em 1987, e no fim de 1990 já podia se declarar fisioterapeuta.

Na primeira vez que esteve em Goiânia, tinha apenas 20 anos – completando 21 dois meses após o início de seu tratamento. Naquela época, não imaginava que conseguiria finalizar uma segunda graduação tão rapidamente, e tampou-

co que em menos de cinco anos estaria de volta àquela cidade. E de forma permanente. Além de uma maior possibilidade de expandir seus conhecimentos em queimaduras, para Cristina, Goiânia era a cidade onde as pessoas a olhavam no olho.

Por não terem nenhum tipo de referência anterior sobre quem era a Cristina antes da tentativa de homicídio que sofreu, as pessoas de Goiânia que a viam após algum tempo de sua recuperação, sempre a enxergavam de forma positiva, a elogiavam e se mostravam felizes com sua aparente melhora. Já em sua cidade natal, a comparação entre a Cristina de antes com a de depois do crime, era constante. “Em Curitiba, as pessoas passaram a olhar para as minhas cicatrizes, não para mim. Lá, as pessoas me viam como destruída”, explica. Apesar de beleza física nunca ter sido sua prioridade, os olhares pesados de julgamento prejudicavam sua autoestima que, no momento, já se encontrava fragilizada. A primeira vez que Cristina encarou seu reflexo no espelho após ter começado seu tratamento foi um choque. No momento, além de careca, seu corpo de 36 kg carregava feridas por toda sua extensão. O que mais a atormentava, no entanto, era a ansiedade e a incerteza pela autonomia física. Sonhava com quando poderia andar, correr e voltar a ter a vida tão ativa que sempre tivera. A única vida que havia aprendido a ter.

O que eram feridas, hoje são marcas que se integram entre si, por todo o seu corpo. Não acha que algum dia irá se recuperar por completo, já que não só a retração muscular,

como a intensa necessidade de hidratação nas cicatrizes – que agora não possuem glândulas sebáceas – são coisas presentes em sua realidade cotidiana. Os primeiros três anos, entretanto, foram os mais difíceis, já que além das dores mais acentuadas, foi o período de mudança de identidade, e de ruptura com sua antiga imagem corporal.

Ela revela que nos primeiros três anos do tratamento, sonhava consigo mesma com a mesma aparência que apresentava antes das queimaduras. “Só consegui entender essa mudança de imagem a partir do olhar das pessoas, que me olhavam com espanto, e por quem eu via refletida no espelho. É um processo demorado, que demanda uma reorganização, na própria mente, da constituição da própria imagem corporal.”

Durante esse tenso período de sua vida, os laços de sua família, que já eram próximos e enraizados na paz e na solidariedade, tornaram-se ainda mais estreitos. Todos os seus irmãos e seu pai lutaram, da forma que puderam, por sua sobrevivência, recuperação e pela retomada de sua vida. Hoje Cristina é ligada a seus irmãos por um laço além de sangue, pela pele que foi doada por eles para a realização de suas cirurgias e pela empatia que emanou de todos quando realizarem uma escala de revezamento para ficar no hospital com ela. Assim como seus irmãos são diferentes uns dos outros, sua relação com cada um deles é única, mas igualmente especial.

Um momento marcante para Cristina foi a primeira vez que viu seu pai após sua última cirurgia, em abril de 1986. Ao chegar à casa de seu pai, Gabriel, que morava com dois de seus irmãos, ele a surpreendeu ao dizer que agradecia por ser seu pai, e não pai de Uilson. “Se eu fosse pai dele, já estaria morto de imaginar que criei um filho capaz de realizar esse tipo de atrocidade com outras pessoas”, desabafou. Ao mencionar esse momento, Cristina se recorda de suas origens, de seu primeiro lar com seus pais. Diz que quando nasceu, Gabriel já tinha 60 anos e mesmo assim possuía pensamentos anos-luz à frente de seu tempo. Tanto ele, quanto sua mãe, que na época do acidente já havia falecido, criaram Cristina e seus irmãos para serem independentes e “vencer na vida”. Encarar os acontecimentos de cabeça erguida e sempre seguir em frente.

Além das mudanças mais aparentes, a personalidade de Cristina transformou-se por completo após esse momento turbulento de sua vida. Seus questionamentos sobre o que realmente importa, sobre o valor de cada ação e das próprias pessoas que a cercam passaram a ser cada vez mais intensos e guiaram o curso de sua vida, que se encaminhou para causas em prol da intensa luta pelo coletivo.

Quando Cristina se mudou para Goiânia, em 1991, essa mudança ficou ainda mais clara a partir do curso de acontecimentos que cercaram sua vida. Apesar de ter passado toda sua graduação de Educação Física jurando que

nunca estudaria Fisioterapia – algo que, entre suas amigas de curso, era uma possibilidade muito cogitada –, foi a única entre seus colegas que realmente se tornou fisioterapeuta. Além disso, ao se mudar para Goiânia, logo de início, ajudou a fundar o primeiro curso de Fisioterapia de todo o Centro-Oeste brasileiro, na Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia de Goiás (ESEFFEGO), depois incorporada à Universidade Estadual de Goiás (UEG). Com brilho nos olhos, Cristina conta que na matriz desse curso, que se tornou seu grande xodó e motivo de orgulho, existem disciplinas específicas de queimaduras.

A criação dessa graduação e seus 14 anos de trabalho dentro da UEG foram apenas os passos iniciais na triilha em prol dos novos objetivos que foram traçados em sua vida: o maior cuidado em relação às vítimas de queimaduras e a proteção da mulher. Após 23 anos trabalhando com a sociedade civil, encontrou seu caminho na entrada para a política, recomeçando o processo de sua luta. “Chegou um momento em que queríamos aplicar determinadas medidas, mas não existia lei que regulamentasse isso. Então pensei: ‘se a barreira é isso, vamos fazer a lei’; e foi quando decidi me candidatar”, explica.

Mais conhecida como Dra. Cristina, foi eleita vereadora por Goiânia em 2012 com pouco mais de 6 mil votos. Ela se lembra que, na época, não se sentia preparada para o cargo, mas por descobrir que “absolutamente tudo

é político nessa vida, até mesmo os tratamentos médicos”, manteve-se motivada em fazer um bom mandato e cumprir suas metas. Por não ter nenhum familiar envolvido na política ou alguém que lhe orientasse, Cristina define o início de sua carreira como um grande e constante aprendizado, pois, segundo ela, passou a compreender todo o processo político ao vivenciá-lo na prática. “Fui candidata pela primeira vez em 2008, pelo Partido Verde. Foi aí que comecei a entender sobre coeficiente eleitoral e coligações, porque eu não sabia nada a respeito disso. Iniciei minha trajetória com uma equipe que não sabia muito também, mas fomos aprendendo com o tempo”, explica.

Em sua primeira candidatura, Cristina contou com o apoio da família e especialmente dos amigos, os quais ajudaram-na a levantar fundos vendendo obras de arte. Os artistas plásticos Siron Franco, Daniela Ktena e Rodrigo Flávio foram os responsáveis por produzir as obras que, posteriormente, tornaram-se recurso para alugar uma casa onde se instalaria o comitê, já que a primeira reunião aconteceu na residência de sua amiga Dulce Beatriz, compositora e entusiasta na política. Além disso, com o dinheiro da venda das obras, Cristina pôde fazer todo o seu material de campanha, que apresentava em reuniões com qualquer quantidade de pessoas, afinal, segundo ela, o número de eleitores presentes não representava a mesma quantidade dos possíveis votos. “Eu fazia reunião com duzentas pessoas, às vezes cem,

cinquenta, cinco... nunca tive muito esse problema. Tinha gente que julgava, mas eu não poderia avaliar o potencial daquelas cinco pessoas, elas poderiam multiplicar os votos por cinquenta!”, explica.

A princípio, sua maior dificuldade era a de pedir votos. Cristina relembra com bom humor sobre o quanto considerava invasivo abordar as pessoas em lugares públicos para que pudesse falar sobre seus projetos. O que não sabia era que, na realidade, os eleitores esperavam isso dela. “Aos poucos fui entendendo que, o que eu achava invasivo, achavam que era uma obrigação minha”, ri. Olhando para trás, Cristina considera tudo o que passou um grande amadurecimento pois, segundo ela, na época não tinha maturidade para tomar uma atitude diferente. Assim, honestidade e “olho no olho” foram as estratégias utilizadas para conquistar votos suficientes para sua eleição. Segundo ela, não há maneira mais eficiente de se conseguir a confiança dos eleitores do que a comunicação clara e objetiva. “Nunca prometi nada que não coubesse ao cargo de vereadora”, afirma. Com isso, através de muito trabalho e conversas sinceras, ampliou a sua rede de relacionamentos, realizando ações de assistência de saúde nos bairros e participando de cooperativas com a temática ambiental – pauta que lhe interessa muito.

Eleita vereadora, embora estivesse empolgada com a recente carreira e com novos projetos para apresentar na Câmara Municipal de Goiânia, Cristina revela que a desi-

lusão com a política esteve presente em alguns momentos. “Às vezes você acha que vai fazer algo novo e, para o seu susto, muita coisa que você quer já é lei e nunca funcionou. Além disso, muitas outras coisas não pertencem ao cargo de vereadora... então há muita desilusão”, confessa. Contudo, em meio a um impasse sobre seu futuro no cargo, uma organização política com o foco na melhoria da democracia e do processo político brasileiro lhe fez persistir. Tratava-se da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), onde se tornou líder em 2016. “Isso impulsionou muito a minha continuidade na política”, afirma.

Hoje, Cristina já soma mais de dez anos de vida pública e suas principais pautas não caem no esquecimento. Educação, saúde, segurança e, de forma especial, a participação ativa das mulheres na política são assuntos que fazem a vereadora seguir adiante com bastante perseverança e luta. Em 2017, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), entre 174 países, o Brasil ocupou na 167^a posição no ranking que mensura a participação política das mulheres.

Em Goiás, o cenário não é diferente. No Legislativo goiano, há apenas quatro mulheres entre os 41 deputados. Na Câmara Municipal de Goiânia, existem cinco, enquanto há 30 homens. Segundo Cristina, que faz parte do grupo das cinco mulheres presentes na Câmara Municipal, existe desequilíbrio nas decisões porque elas são majoritariamente masculinas, o que limita em muitos aspectos a represen-

tação das diversas opiniões e realidades distintas. “Hoje percebo que o meu mandato inspira outras mulheres a entrarem na política e essa sempre foi a intenção. Meu plano é incentivar mais mulheres a entrarem neste meio. Quero despertar nelas o exercício político, o que é tão necessário para o equilíbrio de decisões”, pontua.

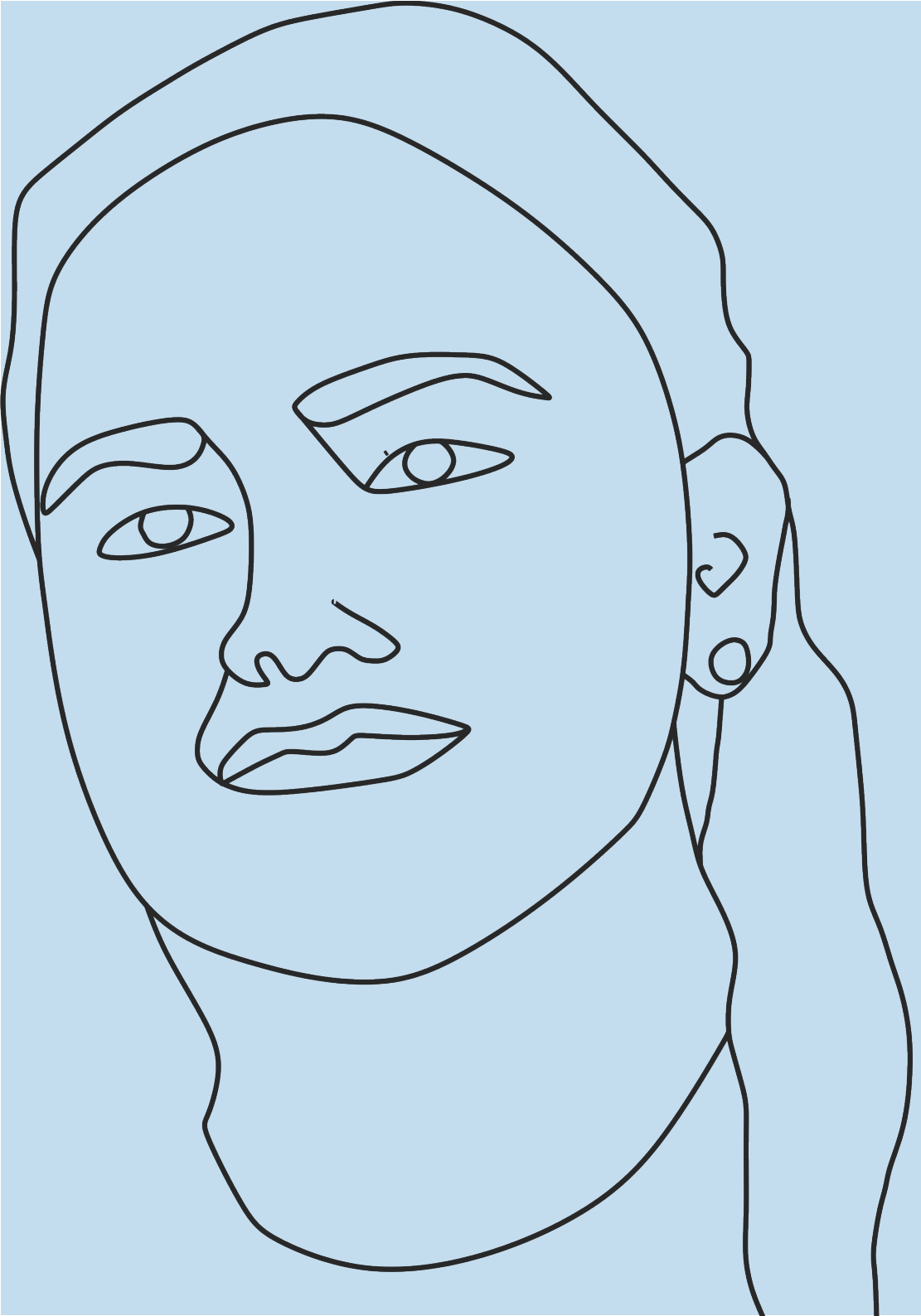
Na Câmara de Goiânia, Cristina ocupa a presidência da Comissão das Pessoas com Deficiência e Necessidades Especiais e integra as comissões mistas do Trabalho, de Direitos Humanos, de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente. Entre tantos feitos e projetos inovadores como, por exemplo, aprovar leis para reforçar a contratação de médicos residentes e humanizar os partos na rede pública de saúde, colaborar com a criação da ala de queimados no Hospital Estadual de Urgências da Região Noroeste de Goiânia Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol) e impedir a contaminação do solo e do lençol freático no aterro sanitário de Goiânia, uma das iniciativas que mais lhe traz orgulho é ter estabelecido a lei do Junho Laranja, que consiste em prevenir e combater queimaduras. Além disso, como vereadora, o acolhimento das populações mais vulneráveis e a criação do Primeiro Encontro da População em Situação de Rua de Goiânia lhe deram uma imensa satisfação. “Foi eu que liderei e foi dentro da Câmara. Isso é um marco na minha carreira”, revela.

Com o fim do seu segundo mandato, em 2020, o próximo objetivo de Cristina é a prefeitura de Goiânia. Para isso,

deixou o PSDB e se juntou ao Partido Liberal (PL), que até o fim de setembro do mesmo ano a posicionou como pré-candidata do partido. Entretanto, apenas um dia após o registro de sua candidatura, o PL desistiu de lançar a vereadora na disputa em prol de apoiar oficialmente seu concorrente, Maguito Vilela, que disputa o Executivo municipal pelo MDB. “O partido me escolheu, mas os coronéis da mesmice disfarçados de novidade não se cansam. Eles querem o poder pelo poder, e isso eu não aceito jamais!”, explicou, em um vídeo institucional. Após essa reviravolta, Cristina recorreu à justiça sob alegação de fraude na ata da convenção do partido, e conseguiu uma liminar favorável à continuação de sua candidatura, que foi derrubada dias depois pela Justiça Eleitoral do Estado. “O partido fraudou a ata que me aclamou como candidata e não me inscreveu no TRE (Tribunal Regional Eleitoral)”, disse a vereadora, em uma entrevista à Rádio Sagres. “Em convenção do partido, eu fui aclamada candidata a prefeita de Goiânia.”

Embora isso apareça como mais um dos obstáculos que surgiram na jornada de Cristina, ela se mantém confiante. Da mesma forma que enfrentou a tentativa de feminicídio em sua juventude, tem fé e força que mais uma vez enfrentará de cabeça erguida todas as outras barreiras que aparecerão na sua frente. Cristina acredita que, no final das contas, tem um propósito maior pelo qual lutar, que é a transformação da realidade que a cerca, de modo a proporcionar uma vida melhor

a todos e todas. “A velha política tentou me calar, mas jamais calarão a minha voz. Vim para mudar Goiânia, fazer mais e melhor. Vou cuidar de Goiânia como Goiânia cuidou de mim”, garante. Assim, desistir nunca foi e nunca será uma opção. Nem nesse, e nem nos próximos desafios que virão.



elaine martins

“Não sei se escondi o amor em algum lugar dentro de mim e joguei tudo na minha profissão. Tento passar esse amor através do meu trabalho e das minhas tatuagens, tanto pela profissão em si, quanto pelo café, porque hoje ele tem outro contexto, é diferente daquele que eu cresci vendo.”

Indispensável na vida de grande parte dos brasileiros, o café, bebida produzida a partir dos grãos torrados do fruto do cafeeiro, mudou drasticamente a vida de Elaine Martins – para melhor. Quem se deparasse com a menina de origem humilde, que tampouco concluiu o ensino formal, não conseguiria imaginar que, futuramente, ela se tornaria uma mulher forte, bem resolvida e que encararia todas as adversidades da vida com determinação e garra. Não é à toa que hoje, aos 42 anos, tornou-se uma das baristas mais respeitadas de Goiânia, cidade onde nasceu, cresceu e construiu sua vida, ao lado de seus três filhos.

Elaine nasceu no ano de 1978, em um contexto em que sua mãe, Teuza, no momento em que anunciou a sua gravidez, foi abandonada pelo companheiro. Desse modo, Elaine cresceu sem a figura paterna, assim como mais de 12 milhões de crianças, segundo dados do Instituto Brasi-

leiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar de saber que seu pai, já falecido, era um homem branco, loiro e de olhos verdes, nunca chegou a conhecê-lo, tampouco sabe o seu nome. No entanto, Elaine afirma que por conta da criação que teve, a ausência do pai não fez nenhuma diferença em sua vida. “Minha mãe me criou muito bem, mesmo com todas as dificuldades”, diz.

Com carinho, recorda-se das vezes em que sua avó, Sebastiana, lhe defendia quando sua mãe insistia em resolver os problemas com brigas e discussões. “Minha mãe era muito brava, não tinha paciência, tudo ela queria me bater. Não a culpo, porque era ela que trabalhava, pagava o aluguel, além de ganhar muito pouco”, relata. “Minha avó sempre me dava muitos conselhos”, acrescenta. Conselhos estes que eram baseados em ditados populares e, segundo Elaine, na época com uma mentalidade infantil, pensava que a avó estava “ficando doida”.

— Quem fala demais dá bom dia aos cavalos – dizia Sebastiana, aconselhando a neta.

— Meu Deus! Cavalo nem fala, quem conversaria com eles? – pensava Elaine, confusa.

E Sebastiana continuava:

— Quem fica de boca fechada não entra mosquito! – dizia, convicta.

— Mas vovó, quem é que deixaria um mosquito entrar na própria boca? – questionava Elaine.

Com a maturidade, a barista passou a entender cada um dos ditados que sua avó dizia. No entanto, passou toda a sua infância questionando para si mesma sobre o que se tratava todos eles, levando as frases metafóricas para o sentido literal. Hoje, ao falar sobre Sebastiana, que faleceu há mais de vinte anos, compreende o quanto ela era sábia, mesmo sendo analfabeta. “Ela ficou muito doente, cuidamos dela até o último segundo. Mas era uma mulher muito sábia, só depois de adulta fui entender, de fato, todos os conselhos que ela me dava”, relata.

Em grande parte da sua vida, o convívio com o sexo masculino somente era possível por conta de seu irmão, que dividia a casa com outras três mulheres: ela, sua mãe, Teuza, sua avó, Sebastiana, e sua tia, Luzia. Portanto, sua criação foi baseada em opiniões e decisões majoritariamente femininas, o que colaborou em grande parte na personalidade forte que têm hoje, carregada também de muita simpatia e sorrisos largos.

“Conturbada”, como ela mesma define a sua infância, precisou mudar de casa ao menos quatro vezes nessa fase, morando em bairros diferentes de Goiânia com sua família. Isso porque como somente a sua mãe trabalhava, pagar o aluguel sozinha não era tarefa fácil. “Minha avó cuidava da gente, eu e meu irmão, enquanto minha mãe trabalhava”, relata. “Ela lutou muito para criar duas pessoas honestas e trabalhadoras”. Nessa fase, lembra-se de

brincar sozinha, imaginando diálogos na companhia de objetos aleatórios encontrados no quintal. Segundo ela, seu irmão Marlos não gostava de lhe acompanhar nas brincadeiras, o que sempre resultava em discussões. Por conta disso, Elaine não tem muitas memórias de momentos divertidos com ele além das viagens para a fazenda da sua tia Rita, no município de Bela Vista de Goiás.

Na cidade, todas as brigas entre eles subitamente se transformavam em risadas e momentos felizes. Não tinham tempo para perder, já que só viajavam nas férias escolares, em julho ou dezembro. Portanto, aproveitavam ao máximo a liberdade que Rita lhes proporcionava. “A gente ficava solto, ia para o córrego, tomava banho de rio... Eu gostava muito”, conta Elaine. “Tinha muitas frutas como manga e jabuticaba. A gente comia isso o dia inteiro, pegávamos direto do pé”, diz. Católica fervorosa, Rita convidava os sobrinhos para que lhe acompanhassem nas típicas novenas relacionadas aos festejos da Folia de Reis – celebração que comemora a visita dos três Reis Magos ao menino Jesus. Elaine recorda-se de andar longas distâncias na companhia da tia e do irmão em direção às novenas, mas, com humor, relata que seu interesse não era somente rezar. “Eles faziam muitos biscoitos, broas, pães de queijo e bolos. Eu ia por conta da comida”, ri.

Em Goiânia, relembra-se dos fins de tarde em que brincava na rua com alguns vizinhos da mesma idade que

ela, na companhia de Marlos. “A gente andava de bicicleta e brincava de pique-esconde ou pique-pega”, relata. Além disso, aos domingos, Elaine conta que ia para a casa do vizinho para assistir o programa Os Trapalhões, da Rede Globo, pois não tinha televisão em casa. Somente aos 10 anos de idade pôde ganhar uma TV, revela. A partir dessa fase, passou a assistir desenhos como A Pantera Cor-de-Rosa, Snoopy e Muppet Babies. “Eu amava esses desenhos”, assegura.

Nessa idade, também passou a criar alguns pintinhos, e afirma ter sido essa uma fase muito boa de sua infância. “Eu tinha um vizinho que criava galinhas caipiras, e delas nasciam uns pintinhos com algumas verrugas e eles não serviam para comer. Então me deram e eu comecei a cuidar deles. Eu dava remédio amassadinho no bico, eles saravam e andavam no meu ombro”, conta. “O primeiro que eu criei cresceu e virou um galo muito bonito, mas um dia me enganaram e eu o encontrei dentro da panela. Chorei o dia inteiro”, acrescenta, ao lembrar-se do dia em que sua mãe lhe pediu para esconder o animal em uma bacia, pois, segundo ela, naquela época era comum o roubo de galinhas.

Apesar da frustração, Elaine persistiu na criação dos bichos, atividade que lhe divertia muito naquela fase. Lembra-se de um pintinho em específico, ao qual deu o nome de Tuti, que lhe seguia no caminho de casa até o ponto de ônibus todos os dias quando ela ia para a escola, voltando para casa sozinho após vê-la embarcar. No entan-

to, certo dia ele não voltou. Preocupada, Elaine conta ter andado todo o trajeto novamente em busca de Tuti, mas tudo que encontrou foram os seus “restos mortais”, como ela mesma define. De acordo com a barista, o animal foi atacado por um cachorro de rua. “Chorei muito e disse que nunca mais iria criar nenhum bichinho. Eu sofro como se tivesse perdido algum parente”, relata.

Entretanto, embora tenha garantido a si mesma que não criaria outro animal, pouco tempo após a morte de Tuti, Elaine adotou um cachorro, o Faísca. “Ele era pretinho, por isso demos esse nome. Ele era meu fiel companheiro, mas também morreu”, lamenta. Segundo ela, Faísca era bastante agitado, fato que irritava a vizinha que, em um ato de mais pura maldade, jogou água fervente no animal, matando-o. Hoje, a barista confessa não conseguir manter a sua antiga promessa e conta já ter tido sete cães. “Cinco deles morreram por conta de uma doença, mas a Lessie e a Meg conseguiram sobreviver. São meus xodós”, diz.

Embora venham a sua memória histórias pontuais de momentos agradáveis com a sua família, a infância de Elaine foi marcada por um episódio que bloqueou parte da sua percepção de um “mundo bom” desde então. Aos seis anos de idade, a barista foi abusada sexualmente por um amigo da sua mãe, na sua própria casa. Elaine conta que, após o ocorrido, passou a se esconder debaixo da cama sempre que chegavam visitas em sua residência, com medo de o abuso acontecer

novamente. “Várias vezes eu dei sinais de que estava acontecendo algo comigo, mas ninguém percebia”, lamenta.

Como consequência, a barista afirma ter mudado drasticamente o seu comportamento. O receio e a insegurança passaram a ser os seus principais sentimentos diante das pessoas, inclusive no ambiente escolar. “Eu repeti quatro vezes a 1ª série do ensino fundamental. Eu não conseguia me concentrar e nem entender o que era explicado na escola”, diz. Por conta disso, não conseguiu dar continuidade aos estudos, concluindo a primeira fase escolar somente aos 30 anos, através da Educação para Jovens e Adultos (EJA). No entanto, antes que iniciasse o ensino médio, o sentimento de impotência voltou a persistir e, então, ela desistiu.

Aos oito anos de idade, ela e sua mãe se mudaram para a casa de um primo que morava sozinho em um grande loteamento localizado no bairro Parque das Amendoeiras, que fica na região leste de Goiânia. Ela conta que, nesse período, seu primo, que descansava durante o dia e trabalhava à noite, construiu um barracão extra para que elas pudessem morar e, ao mesmo tempo, vigiar a casa dele enquanto se encontrava fora. E assim permaneceram por cerca de três anos.

Em 1989, quando Teuza, sua mãe, casou-se com o pai do seu irmão mais novo, Luiz Paulo, a família precisou mudar-se para um bairro de chácaras próximo ao município de Guapó, no interior do estado de Goiás. O que a princípio seria uma mudança de casa e de vida, transformou-se

em uma das piores fases da infância de Elaine. “Eu estava quase completando 11 anos. A gente sempre viveu uma vida muito difícil antes, mas nessa época piorou”, conta. “Antes nós tínhamos o que comer, o que vestir e calçar, mas depois do casamento ele proibiu a minha mãe de trabalhar. Passamos muita fome”, acrescenta, ao lembrar-se do machismo escancarado do padrasto, que dizia que “mulher que trabalha trai o marido”.

Dona de uma personalidade forte, Elaine relata ter sido alvo de muitas injustiças vindas do então marido de sua mãe. Segundo ela, o homem lhe xingava, a ameaçava e humilhava. Além disso, traía a esposa constantemente. Por conta disso, sua casa era o cenário de inúmeras brigas entre eles, pois, mesmo criança, Elaine não tolerava certas situações que julgava serem erradas contra ela e sua família. No entanto, ao ficar do lado do marido em uma discussão específica, Teuza ordenou que a filha se mudasse e passasse a morar com sua avó em outro lugar. Após alguns meses, Sebastiana, mãe de Teuza, convenceu a filha a divorciar-se, o que aconteceu tempos depois.

Por estar imersa nesse contexto que tanto exigia dela e de sua família, Elaine começou a trabalhar aos 12 anos para ajudar nas despesas da casa. Mesmo criança, tornou-se babá, cuidando e fazendo companhia a outras duas crianças mais jovens, uma de 3 e a outra de 6 anos. Apesar de ser tão nova, para Elaine, trabalhar nessa casa foi algo de suma

importância, já que se aproximou de sua patroa e obteve muita ajuda vinda dela. Hoje, por exemplo, Italina é madrinha de sua filha mais velha. Apesar da grande significância em sua vida, Elaine e Italina perderam o contato desde que sua ex-patroa foi acometida com uma Síndrome do Pânico, por volta de 2016. O isolamento de tudo e todos foi uma das principais consequências do transtorno.

Elaine se manteve no trabalho de babá até completar 15 anos e descobrir que estava grávida. Apesar de ter se tornado amiga de sua patroa, por estar esperando um filho e não ter o pai da criança presente, que havia fugido ao saber da gravidez, precisava de algum trabalho em que recebesse melhor e contasse com mais apoio pela impossibilidade de fazer extremo esforço naquele momento.

Era 1994 e época de campanha para as eleições estaduais. Sua mãe, que era amiga do candidato a deputado Honor Cruvinel, recorreu a ele em busca de um novo emprego para sua filha. E conseguiu. Com apenas três meses de gravidez, trabalhou como cozinheira do comitê até quase ganhar o bebê. Além do próprio emprego, que era mais favorável às condições de Elaine, ela ainda conseguiu moradia e transporte, passando a dormir na casa do deputado, que era localizada em um condomínio próximo ao município de Aparecida de Goiânia.

Após dar à luz à sua primeira filha, voltou a trabalhar na casa de sua primeira patroa. Como Bárbara só tinha

três meses de idade quando Elaine voltou à ativa, ela levava a filha junto para o trabalho. Italina não se importava e, na verdade, até gostava. Assim, pelo período de dois anos, dividiu sua atenção entre as demandas da casa de Italina e as da filha, que diariamente a acompanhava. Logo após dar à luz, Elaine voltou a morar com sua mãe, seus irmãos e sua avó, que já se encontrava doente, incapacitada de andar e realizar diversas outras atividades.

Com 17 anos, Elaine novamente engravidou – e foi mais uma vez abandonada pelo progenitor da criança. Por já ter passado certo tempo desde que começou a trabalhar na casa de Italina pela primeira vez, os filhos de sua patroa já estavam grandes o suficiente para não precisarem mais de uma babá. Assim, o trabalho de cuidar das crianças da casa foi convertido ao de faxineira, que demandava menos de Elaine durante a semana, mas também rendia menos.

Elaine então começou a conciliar a limpeza de várias casas e apartamentos da cidade. Pela qualidade de seu trabalho, a indicação “boca a boca” era recorrente e fazia com que ela nunca ficasse sem demandas para atender. Apesar de saber que estava grávida novamente, dessa vez decidiu esconder o fato de sua família, amigos e patrões. Por sua barriga não ter crescido praticamente nada, conseguiu reter o segredo para si, utilizando-se de roupas largas que disfarçavam todo e qualquer indício, e literalmente, aos nove meses, avisou à mãe que estava indo para o hospital ter sua

segunda filha. Quando souberam da gravidez, todos ficaram surpresos. Diferentemente de como ocorreu com a primeira, não houve nem mesmo tempo de se realizar preparativos muito elaborados para receber sua segunda filha, Débora.

Mesmo que nenhuma de suas duas filhas tenha tido o apoio, suporte ou a mera presença dos pais durante o crescimento, a família de Elaine sempre foi empenhada e fazia de tudo para que ninguém passasse fome ou qualquer outro tipo de necessidade essencial. Especialmente porque Elaine só conseguiu voltar a realizar suas faxinas quatro meses depois do nascimento de Débora. Por sorte, logo após retornar ao trabalho, conseguiu uma vaga em uma creche filantrópica, e bem disputada, localizada no setor Jardim Novo Mundo, para que Bárbara, sua primeira filha, passasse o dia e Elaine não precisasse levar as duas filhas para as casas que faxinava. “Minhas meninas sempre foram muito tranquilas, não me deram trabalho. Eu as levava, trabalhava, parava, dava mamá, trocava fralda, dava banho rapidinho e voltava a trabalhar... era assim”, explica.

Com o tempo, Débora também conseguiu vaga na creche, o que simplificou bastante a rotina de Elaine. Ainda assim, não poderia se dizer que havia ficado fácil. Afinal, sair de casa às 6h, para deixar as filhas às 7h30 na creche, tendo que finalizar todo o trabalho a tempo de conseguir buscá-las às 17h30 não era nada tranquilo. Principalmente se considerarmos que para realizar esse caminho e seguir até o seu

trabalho, Elaine deixava as meninas no Jardim Novo Mundo e depois caminhava até o Cais do setor Vila Nova, o que dava cerca de 5 quilômetros, para que não precisasse pegar quatro ônibus por dia – já que só ganhava duas passagens.

Suas andanças para chegar ao trabalho só tiveram certo alívio com o lançamento do Cartão Integração, que foi criado com a intenção de ‘transformar’ cada ponto de ônibus em um terminal, fazendo com que os passageiros não precisassem pagar pela segunda passagem do coletivo que pegarem para chegar a um único destino. Para isso, após utilizar o cartão na primeira viagem, basta que o passageiro tome o segundo ônibus dentro de um prazo de duas horas. Assim, na segunda vez que passar o cartão, o dinheiro da passagem não é descontado, mas a viagem é liberada. A partir desse momento, conseguiu economizar tempo e poupar cansaço ao fazer de ônibus o percurso que antes realizava a pé.

Ainda em 1998, com sua filha mais nova tendo completado um ano, Elaine conseguiu poupar dinheiro o suficiente para comprar um segundo lote. Já possuía um primeiro, com um barracão construído, em Bonfinópolis, município do interior goiano. Com o dinheiro que havia guardado, comprara o terreno em uma cidade limítrofe a Bonfinópolis, chamada Senador Canedo, onde, em 2020, ainda reside com sua família. Sua intenção ao comprar o lote, inicialmente, era apenas “investir para não gastar”, já que só se mudou para a nova localização quase dois anos depois, no início dos anos 2000.

Ao se mudar, realizou uma pequena construção, com apenas três cômodos. Entretanto, para a nova residência, se mudaram ela, as filhas, seus dois irmãos e sua mãe. A casa cheia, contudo, não durou muito. Um ano depois, sua mãe, que retomou o relacionamento com o pai do filho caçula, e seus irmãos se mudaram, deixando Elaine e as duas meninas sozinhas. A barista se lembra que sentia muito medo, já que a região era isolada e relativamente perigosa. Apenas conseguiu se tranquilizar quando se casou com seu primo, Valdison, e conseqüentemente, passou a ter outra pessoa adulta morando na casa junto com ela. Três meses após o casamento, engravidou pela terceira e última vez. Foi seu primeiro menino, Pedro Henrique. Hoje, além do marido e dos filhos, Elaine mora com um de seus netos, duas cadelas e uma tartaruga chamada Cleitinho, que pertence a Pedro Henrique. Sua mãe, desde que se mudou em 2000, não voltou a morar com ela, mas reside em uma casa excepcionalmente próxima à da filha.

Elaine, na verdade, nunca teve uma relação realmente próxima com sua mãe. Nesse momento, antes do nascimento de seu caçula, a separação entre elas foi realizada em um clima de tensão que propiciou um silêncio temporário dentro da relação maternal. Na fase em que o contato entre elas era mínimo, Teuza engravidou do homem com quem havia retomado o relacionamento, mas já com três meses de gestação, um mioma existente em seu organismo deteriorou

metade do feto. Desde que anunciara a gravidez ao companheiro, a mãe de Elaine foi mais uma vez abandonada, mas por não estarem mais conversando uma com a outra, Elaine só soube da gravidade da situação ao ligar a televisão e se deparar com uma reportagem no SBT, em que o foco era a dificuldade pela qual sua mãe e seu irmão Paulo passavam naquele momento. “Ela conseguiu ser internada, descobrimos a gravidez e o aborto, mas ela perdeu o útero e ficou muito ruim”, descreve.

Apesar disso, Elaine explica que hoje ela e a mãe vivem em harmonia, mesmo que não sejam tão apegadas. “Ela até reclama, fala que não digo ‘eu te amo’, nem ‘feliz dia das mães’, não abraço nem beijo. Eu não cresci tendo isso, então não sei fazer isso. Eu não consigo ficar abraçando e beijando igual o pessoal faz. Eu não sou de demonstrar muito”, diz. Esse bloqueio interfere inclusive no relacionamento de Elaine com seus filhos. Apesar de muitas vezes serem carinhosos, nem sempre ela se sente capaz de retribuir com a mesma intensidade.

Ainda em 2000, ao contrário de quando suas duas filhas eram pequenas, Elaine conta que não havia possibilidade de levar Pedro Henrique para o trabalho por conta dos seus choros incessantes. “Ele era muito manhoso, chorava o dia inteiro, chegamos a achar que ele estava doente”, diz. Assim, por não ter com quem deixar o filho, pediu demissão do trabalho como faxineira, concentrando-se em levá-lo a

consultas médicas a fim de entender o que estava acontecendo com a criança. Por fim, eram apenas birras infantis. No entanto, após alguns meses, Elaine descobriu uma série de problemas de saúde no garoto, que precisou passar por procedimentos cirúrgicos algumas vezes.

“Meu filho teve reumatismo, sinusite, úlcera, hipospádia, encefalite, refluxo e esofagite no período de 1 aos 6 anos de idade. Ele é um milagre”, relata Elaine, lembrando-se das inúmeras idas ao hospital em busca de tratamento para o filho. Somente em 2007, quando Pedro Henrique estava recuperado, Elaine pôde voltar a trabalhar. Durante o dia, ela faxinava a casa de um estudante universitário que mais tarde ela chamaria de filho mais velho, o Dimitri. “Ele veio fazer faculdade em Goiânia, então eu cuidava da casa dele, fazia as compras e o almoço”, conta. De tarde, ela levava os filhos para a escola e também ia estudar em um colégio ao lado, no Setor Leste Universitário, cursando o EJA. À noite, Elaine trabalhava como garçonne em uma pizzaria na cidade, retornando para casa, em Senador Canedo, somente de madrugada.

Valdison, seu marido, era quem a buscava na pizzaria todas as noites, pois naquele horário não havia mais transporte público fazendo a rota entre Goiânia e Senador Canedo. No entanto, após alguns meses, por conta da carga-horária exaustiva e a dificuldade para retornar em segurança para casa, decidiu pedir demissão da empresa e

voltar às faxinas. “Nesse período, trabalhei somente como faxineira. Meus filhos ficavam comigo nos apartamentos, depois desciam pra escola, eu terminava a faxina, pegava eles e íamos embora para casa”, explica.

Certo tempo depois, ao notar a sua dificuldade em segurar objetos e sentir sua mão adormecer, procurou um médico. Segundo Elaine, o diagnóstico que recebeu mudou todo o rumo da sua vida até então. Com reumatismo, ela não poderia mais exercer a profissão que tanto gostava e tanto se aperfeiçoou ao longo dos anos. Não havia escolha, afinal seus músculos estavam se atrofiando na mesma medida em que seus dias como faxineira estavam para acabar. “Fiquei desesperada. Fiz faxinas durante minha vida inteira, era só o que eu sabia fazer”, explica.

O que Elaine não esperava, entretanto, era que seu desespero se transformaria em um amor sem volta pelo café e pelo mundo do barismo. Apesar de sempre ter passado suas férias escolares na fazenda da sua tia Rita, em Bela Vista de Goiás, onde havia uma pequena lavoura de café, Elaine relata nunca ter apreciado o sabor da bebida. Exceto pelo cheiro, que ao impregnar tudo à sua volta, sempre a encantava. “Eu, meu irmão, minha avó e minha tia colhíamos o café, e quando a gente o torrava no fogão de lenha, saía uma fragrância maravilhosa”, relata.

Em novembro de 2009, após alguns meses desempregada e sem rumo, soube de uma vaga de emprego em uma

cafeteria renomada em Goiânia, o Frans Café. No entanto, receosa quanto à sua formação escolar, hesitou em enviar o currículo, mas logo percebeu que não havia mais tempo a perder, afinal, estava passando por uma grave crise financeira. A cafeteria funcionava em tempo integral e, logo na entrevista de emprego, Elaine soube que a vaga seria para trabalhar de madrugada. Mesmo assim, continuou. Por fim, saiu de lá empregada, pronta para mais uma fase da sua vida, sem imaginar o que viria pela frente.

No Frans Café, onde trabalhou durante seis meses como atendente, Elaine entrava por volta das onze da noite e saía às sete da manhã. Entretanto, por conta da carga-horária de trabalho, desenvolveu outros problemas de saúde. “Meu corpo começou a rejeitar aquela rotina, tive episódios de taquicardia e constante insônia”, relata, explicando que mesmo após seu médico lhe receitar um medicamento para dormir, passou cerca de uma semana acordada. Preocupada com sua saúde, recorreu a sua então chefe, pedindo-lhe que trocasse seu horário. Sem sucesso. Segundo ela, por conta de sua responsabilidade e organização, Elaine era quem fazia a cafeteria funcionar durante a madrugada.

Assim, embora estivesse gostando do atual emprego, precisou pedir demissão em prol da sua saúde, ficando outros seis longos meses desempregada. “Foi uma época difícil, não aparecia nenhuma outra oportunidade de trabalho”, explica. Após esse período, soube de uma vaga em uma conhe-

cida rede de fast-food, em um setor nobre de Goiânia. Disposta a trabalhar, candidatou-se para a vaga, conseguindo o emprego logo em seguida. “Eles me cobraram o diploma do ensino médio, mas por me considerarem proativa e comunicativa, me deixaram ficar”, conta. No entanto, mesmo sendo promovida, Elaine soube que seu lugar não era ali, pedindo demissão após alguns meses. “Se eu não me sinto bem em algum lugar, eu não fico”, afirma.

Confiante de que logo iria surgir alguma outra vaga de emprego que lhe interessasse, Elaine, por fim, acabou ficando meses desempregada. A realidade acabou fazendo-lhe aceitar um trabalho como atendente de caixa em um bar em Goiânia, novamente no período noturno, situação que lhe fazia passar a tarde inteira sem qualquer atividade. Por conta disso, passou a realizar faxinas esporádicas duas vezes por semana, a fim de completar a renda da família. “Eu detesto bar, mas aceitei a oportunidade para cobrir a licença-maternidade de uma funcionária. Acabei ficando oito meses lá, fazendo as faxinas no período da tarde”, recorda.

Conhecida por ser uma pessoa disposta, proativa e responsável, não demorou para que outra cafeteria em Goiânia lhe oferecesse uma vaga de emprego, a qual Elaine aceitou sem titubear. Por ser uma empresa conhecida e bem localizada na cidade, a Scada Café recebia muitos clientes diariamente, fazendo com que Elaine, muitas vezes, precisasse recorrer a horas-extras de trabalho para atender a

alta demanda. “Eu era muito rápida, então o serviço não ficava acumulado”, explica. Assim, passou cerca de um ano trabalhando como atendente na Scada Café, até notar, de fato, sua facilidade para trabalhar no ramo, além do seu interesse pelo barismo, que surgiu naturalmente.

Assim, movida pelo desejo de se tornar uma profissional respeitada e, conseqüentemente, poder se intitular como barista, Elaine se matriculou em um curso em São Paulo, que seria o início para uma carreira que estava só começando. “Eu já sabia fazer tudo, mas não tinha nenhum certificado como barista. E apesar de não ter estudado, eu queria muito isso, queria ter uma profissão”, relata. Simultaneamente, os conflitos relacionados ao não pagamento de suas horas-extras não demoraram para aparecer, o que pouco tempo depois tornaram-se o estopim para que Elaine se demitisse da empresa.

Elaine conta que no início da sua carreira, mesmo em momentos de lazer, passava horas pesquisando conteúdos que explicassem toda a complexidade e diversidade do café. Segundo ela, embora a princípio achasse complicado todo o processo de classificação do grão, foi a partir de sua curiosidade que surgiu um interesse que só cresce pelo assunto. “Foi nesse momento que percebi que era com isso que eu queria trabalhar”, diz. “Quando eu comecei a não engolir o café como a maioria das pessoas fazem, e sim tomá-lo sentindo todo o sabor, fiquei encantada”, acrescenta.

Era dezembro de 2013, e mesmo com apenas quinze reais para se alimentar durante todo o período do curso, Elaine embarcou em direção a São Paulo. Na cidade, hospedou-se na casa de uma tia materna, Luzia, até que finalizasse seus estudos e obtivesse, finalmente, seu tão sonhado certificado de barista. Entretanto, por não ter dinheiro suficiente, comprou somente a passagem de ida, contando com a ajuda dos familiares para inteirar a quantia necessária para a sua volta a Goiânia. Embora seu marido concordasse em ajudá-la, ele passou por uma grave crise financeira enquanto Elaine esteve em São Paulo, não conseguindo comprar a passagem de volta para a esposa.

Como solução para o problema, Elaine adiou por três meses a sua volta para Goiânia, juntando dinheiro através de um emprego temporário de cuidadora de animais na cidade. A princípio, seriam apenas quinze dias, mas os contratantes, que eram funcionários estrangeiros de uma multinacional, pediram-lhe para que os ensinasse a conversar em português. Elaine aceitou, mas logo após conseguir a quantia necessária para embarcar de volta a sua cidade, foi hospitalizada por conta de fortes cólicas renais. A recomendação dos médicos era que a barista ficasse pelo menos mais sete dias de repouso em São Paulo, entretanto Elaine não conseguiu. Após ser medicada, embarcou para Goiânia no dia seguinte.

Novamente desempregada, Elaine contatou de imediato um amigo que também trabalhava no ramo, pedindo-

-lhe indicações de vagas de emprego como barista. Por sorte, foi informada que havia uma, em um grande shopping de Goiânia, onde compareceu no mesmo dia, candidatando-se. No dia seguinte, foi contratada. Segundo ela, mal pôde conter sua felicidade, já que aquele seria o seu primeiro emprego como uma barista certificada. Era o resultado de muito estudo e um amor inesperado pelo café, que dia após dia transformava sua vida nos mínimos detalhes.

No Suplicy Café, mais do que aprimorar suas habilidades como barista e conhecer de perto as diferenças e modos de preparo de cada bebida, Elaine também pôde se arriscar como gerente. Segundo ela, embora seus chefes apreciassem seu talento, também elogiavam constantemente a sua capacidade de liderar uma equipe. Assim, mesmo resistindo em mudar de cargo no início, Elaine cedeu e partiu para uma nova etapa em sua carreira, que não durou muito tempo. “Era muito estressante. Eu precisava me responsabilizar pelos erros dos outros o tempo inteiro”, relata.

No meio tempo em que esteve desempregada, cerca de dois meses, soube da Semana Internacional do Café (SIC), uma feira que acontece anualmente em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Assim, considerando todas as novas experiências que poderia agregar em sua carreira, além da oportunidade de iniciar uma rede de contatos com profissionais renomados na área, Elaine decidiu que não pouparia esforços para conseguir comparecer à feira. Desse

modo, como forma de conseguir juntar uma boa quantia de dinheiro, a barista trabalhou em dois estabelecimentos e, por fim, conseguiu comprar a passagem com destino a mais uma realização profissional.

A viagem de ônibus durou 16 horas, mas segundo ela, valeu a pena cada segundo. “Quando cheguei na feira, me senti como um pinto no lixo”, afirma. Como já esperava, Elaine conheceu e teve a oportunidade de conversar com profissionais de diversos locais do Brasil, inclusive donos e donas de empresas famosas no ramo. Segundo ela, ali foi-lhe oferecida uma vaga de emprego em uma nova cafeteria que seria aberta em Goiânia, o que rapidamente aceitou, local onde permaneceu durante dois anos.

Nesse período, em uma busca infundável por mais conhecimento, Elaine se matriculou no curso de Classificação e Degustação Básica e Avançada, em São Paulo. “Foi um curso caro, mas eu queria muito conhecer e saber encontrar as notas de caramelo, rapadura e chocolate que tanto me falavam no sabor do café”, conta. Como explica a barista, o curso é um preparatório para uma avaliação chamada Q-Grader, na qual o profissional é certificado para classificar cafés no mundo inteiro. “O processo é parecido com um vestibular, mas minha intenção não era fazer a Q-Grader. Eu fiz o curso para ganhar mais conhecimento no assunto”, relata.

Há dois anos, Elaine atua como barista no Ópera Café, estabelecimento com uma estrutura impecável que nunca

havia encontrado e nunca imaginava encontrar em Goiânia. Lá, além do próprio café, também trabalha na parte de confeitaria, experimentando diariamente receitas diversas e se desafiando em cada uma delas. Antes de começar a atuar como barista propriamente dita, seu primeiro trabalho dentro do Ópera, antes mesmo do local estar aberto ao público, foi dar treinamentos aos jovens funcionários que há pouco tinham sido contratados. Falou sobre café, deu dicas sobre atendimento e explicou os diversos métodos de preparo da preciosa bebida. Desde que entrou nessa cafeteria, obteve diversas conquistas, como o incentivo à prática de cursos, o maior contato com produtores e até mesmo ter seu nome em uma edição da Revista Espresso.

Seu filho caçula, que tanto ama e bajula, trabalha com ela na cafeteria. Mesmo que não tenha intenção de seguir carreira com o café, ter a companhia diária de Pedro Henrique torna seu trabalho mais leve. Apesar disso, incentiva o filho a correr atrás de seus sonhos. Atualmente, apesar de ainda ser funcionário do Ópera, o jovem busca oportunidades em oficinas mecânicas, tendo mais contato com os carros e suas respectivas peças, para futuramente conseguir se tornar o sonhado corredor de Drift – técnica de direção de carros que conta com deslize nas curvas e constantes arrancadas. Com Pedro, Elaine é clara: “mexeu com ele, mexeu comigo”. “Eu já briguei com policial por causa de abordagem [ao Pedro], e não foi nem uma e nem duas vezes. Abordaram ele assim,

agressivamente, e eu fui para cima dos policiais”, relembra. Mas o apego é justificável. Além de tudo o que passou quando criança, ele se mostra um filho carinhoso, apegado e que faz o possível para ajudar a mãe e a família.

Além dos três filhos, Elaine tem dois netos. A primeira neta, Bia, é filha de sua primogênita Bárbara e fruto de um casamento que já existe há cinco anos. “Ela tem vários empregos, porque trabalha de doméstica durante o dia e à noite é atendente em uma pizzeria”, explica. Ao descrever a filha, ela a compara com o caçula, por suas características doces, de modo a envolver a mãe com beijos e abraços sempre que possível. Seu outro neto, Miguel, é filho de Débora. A filha do meio de Elaine contrasta com os irmãos no que tange à semelhança com a personalidade da mãe. Temperamento forte, de uma mulher que se mantém em constante questionamento e desafio às regras, e não se contém quando o objetivo é brigar por aquilo que acredita e para defender seus ideais. Por tanta semelhança com a mãe, os embates existem e são constantes. Entretanto, não extrapolam o que é comum dentro de uma relação familiar.

Como nem tudo são flores, a grande carga de estresse acumulada durante anos de trabalho fez com que a barista desenvolvesse transtorno de ansiedade. Segundo dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2019, o Brasil é o país mais ansioso do mundo, contendo cerca de 9,3% de sua população convivendo com

esse transtorno. Hoje, toma remédio controlado, algo que ainda é visto como tabu na sociedade. Sua medicação atua como um tipo de estabilizador de humor que evita com que acabe estourando após um dia de frustrações cotidianas acumuladas. Apesar de carregar os sintomas da ansiedade consigo desde criança, sempre tendo tido grandes dificuldades de concentração e de se relacionar com pessoas, conseguiu o diagnóstico em um dia de crise. Após chegar no Ópera para mais um dia comum de trabalho, a exaustão era tamanha que implorou para que seus superiores a levassem para um hospital psiquiátrico. Naquele momento, jurou que poderia até ser capaz de matar alguém. Relativamente assustada com a situação, para descontrair, brinca ao relacionar sua condição de estresse com uma onça, animal que tanto admira, “Na hora que a onça toma conta do meu corpo, eu não vejo nada”, diz, com humor.

Desde que as crises de ansiedade começaram a se agravar, Elaine passou por grandes momentos de insegurança dentro de sua profissão. Mesmo que fosse constantemente elogiada e creditada por seu trabalho, pelo grande amor e dedicação que expressa em tudo o que faz, a dúvida se tornou presente quando o assunto é a crença em suas próprias capacidades. “Tinha dias que eu estava me sentindo um lixo, e meus clientes já estavam percebendo”, desabafa. Chegou, inclusive, a questionar se realmente deveria continuar trabalhando com o café, grão que transformou

sua vida em tantos meios. “Eu acho que não é mais isso que eu quero pra mim, não sei o que vou fazer da vida daí pra frente”, era o que falava, ao mencionar o assunto. Mas com a nítida preocupação de seus fregueses e de alguns dos seus superiores quanto às suas condições físicas e mentais, decidiu seguir com o tratamento de forma mais regrada.

Nos momentos em que os sentimentos negativos predominam, a barista faz o possível para se lembrar de toda sua trajetória e de todo o progresso que fez até aqui. “Eu estudei para fazer o que eu faço, paguei caro nos meus cursos e sei o que estou fazendo. Eu não sou um moleque, tenho dez anos de profissão, partindo para os onze agora em 2020”, explica. Lembra também do singelo e, ao mesmo tempo, intenso amor pela profissão e pelo seu precioso objeto de trabalho, o café. Para que consiga lembrar de forma ainda mais clara, esse amor é expresso na forma de diversas tatuagens pelo seu corpo que foram feitas em homenagem à bebida. “Não sei se é um amor que escondi em algum lugar e eu joguei tudo no café, na profissão. E eu tento passar esse amor através das minhas tatuagens, pela profissão em si e pelo café em si, porque o café não é só aquele que eu cresci vendo, tem um outro contexto, porque a plantação é diferente, a secagem é diferente, é um negócio muito minucioso”, explica, com brilho nos olhos.

Recorda-se, mais do que tudo, dos diversos desafios que precisou enfrentar para que sua profissão deslanchasse,

como a luta que teve para obter a aprovação de um grande produtor de café que, ao ter tido desavenças pessoais com Elaine, por muito tempo se recusou a provar a bebida que produzia. “Se eu falasse pra ele que eu iria preparar o café, ele nunca tomaria, mas quando ele veio aqui, às cegas, ele bebeu. Depois levantou uma meia bandeira para nós voltarmos a amizade”, relata. Na busca de se manter emocional e fisicamente bem para a realização de seu trabalho, Elaine procura descansar muito em seus momentos de folga, evitando passatempos e outras atividades que demandariam mais tempo e energia que a barista se encontra disposta a gastar.

O mundo do café, de acordo com Elaine, é tão grande, que no momento em que começa a se aprofundar, a vontade de estudar não acaba. A cada ano surgem distintos métodos de plantação, secagem, fermentação e torra. Por isso, o processo de aperfeiçoamento nunca tem fim. Para ser uma boa barista, é preciso estar sempre muito bem antenada nesse infinto mundo de possibilidades, e parar de estudar definitivamente não é uma opção. É preciso, inclusive, apurar seu gosto e buscar alternativas cada vez mais profissionais de produção da bebida. Hoje em dia, por exemplo, Elaine não consome os cafés convencionais que são comercializados em supermercados. Prioriza, na verdade, a compra de grãos verdes, para moer e torrar em casa, em seu fogão à lenha, vindos direto dos produtores e, mesmo quando torrados, prefere os especiais.

Por isso, a curto prazo, deseja realizar outro curso de torra para que, num futuro não tão distante, possa talvez participar de um campeonato de torra. Elaine, que não é tão resistente a situações de pressão, explica que, diferente de outros campeonatos de barista, como de classificador, em que o competidor trabalha com o juiz prostrado ao seu lado avaliando cada etapa de sua produção, na competição de torra a avaliação se restringe ao produto final. Almeja, inclusive, caso passe na etapa regional, chegar à nacional. Entre os desejos mais profundos de Elaine, ela guarda um sonho que raramente divide com outras pessoas, por considerá-lo impossível de ser realizado, dada as atuais condições em que se encontra. Este sonho é ingressar na faculdade de barista da cidade de Trieste, na Itália. Apesar de existir um programa de bolsas voltado a estudantes brasileiros, lamenta não se encaixar nos pré-requisitos. “É preciso ter um ensino superior, tipo de agronomia, e ainda tem que falar inglês.”

Quando Elaine coloca algo na cabeça, batalha e supera todos os obstáculos existentes em seu caminho para que essa meta seja alcançada. Para ela, é como se não existissem impedimentos, apenas dificuldades, e foi assim que conquistou tudo em sua vida até hoje – e é como luta para criar todos os seus filhos. A eles, diariamente busca deixar a imagem e a mensagem de coragem e determinação, mostrando que tudo é possível, desde que você se planeje,

arrisque e não meça esforços para ser o melhor na área em que deseja atuar. Apesar de boa parte da sua vida ter se apagado involuntariamente de sua memória por um próprio mecanismo de defesa de seu organismo como forma de poupá-la de mais sofrimento, Elaine diariamente busca agradecer pelas coisas boas que teve em seu passado, especialmente as pessoas que sempre se mantiveram presentes e prontas para ajudá-la em momentos de necessidade. Isso aconteceu quando precisava de indicações de vagas abertas ou até recomendações para novos empregos, ou seja, pessoas que lhe impulsionaram em direção ao seu sonho de se tornar uma grande profissional.



eliana karajá

“Mesmo longe, eu nunca esqueci da minha aldeia. Quando pude retornar, parecia que eu tinha deixado algo para trás. Eu tive a sensação de que estava voltando para a minha casa, para o meu lugar, o meu refúgio.”

Para o que parecia ser mais um dia comum na aldeia Santa Izabel do Morro, Eliana Karajá, a indígena de cabelos cacheados, foi pega de surpresa com o dia que mudou completamente o rumo de sua vida. De supetão, por volta das dez da noite, soube que ela e sua família teriam que fugir de tudo aquilo que algum dia ela entendera como lar, para um rumo desconhecido. O motivo era que seu tio acidentalmente havia assassinado o próprio cunhado, e como consequência toda a família dele pagaria o preço.

Em todo o povo Karajá, o costume era ainda mais extremo que a Lei de Talião do código de Hamurabi, de onde se extraiu a famosa máxima “olho por olho, dente por dente”. O código mesopotâmico de 1.770 a.C. determinava que qualquer crime seria vingado com o mesmo tipo de ação realizada inicialmente. Se alguém cometesse um assassinato, portanto, o criminoso seria igualmente morto (e, de preferência, da mesma forma que cometeu o primeiro ato). Mas

Eliana conta que, em sua aldeia, se um matasse o outro, a família inteira do assassino seria perseguida e morta como forma de pagamento pelo crime.

De repente, Eliana, juntamente com sua família, se viu correndo e sendo reconduzida a uma base militar em busca de refúgio. Os avós da menina e alguns outros parentes chegaram a conseguir transporte em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), mas pela quantidade de pessoas que buscavam refúgio, nem todos conseguiram escapar com tamanha rapidez. Seu tio, o principal procurado pelos demais índios, se escondeu na mata por um dia inteiro até ser resgatado, quando a sobrinha e os demais parentes já se encontravam dentro de um ônibus da Fundação Nacional do Índio (Funai) em direção a Goiânia. Sem camisa e com as demais roupas rasgadas e sujas, chocou Eliana e os demais membros da família que o aguardavam ansiosamente preocupados, quando se juntou a eles dentro do transporte coletivo.

O dia que havia começado como qualquer outro, findou com Eliana adormecendo dentro de um ônibus, rumo a um futuro incerto, para que escapasse da morte. E escapou. Durante todos os três dias de fuga da aldeia, seu tio alternou entre constantes choros e bebedeiras, lamentando profundamente a morte do cunhado e o destino ameaçado dos filhos que permaneceram lá e agora sofriam com os constantes atos de violência praticados como forma de vingança pelo assassinato.

A fuga e a busca por refúgio tiveram sucesso, mas com pesar, Eliana lamenta as perdas sofridas por ter saído tão cedo e bruscamente de sua aldeia. Uma delas é a dificuldade em conseguir se comunicar com a língua de seu povo. Mesmo que a entenda de forma sutil, tem dificuldade de conversar, apesar de ter sido alfabetizada e estudado até a terceira série na língua Iny Ribe. Embora todos consigam se entender, os membros da família Karajá, pertencente ao tronco lingüístico Macro-Jê, se dividem em três línguas: Xambioá, Karajá e Javaé. Cada uma delas tem formas distintas de pronúncia, de acordo com o gênero do falante.

Até 1988 considerada como pertencente ao estado de Goiás – que, após a divisão, agora é chamado Tocantins –, a Ilha do Bananal, local que abandonara de forma tão abrupta, fora o cenário de suas melhores e piores lembranças da infância. Eliana vividamente se lembra do gosto e do aroma do peixe frito preparado por sua avó – que dia após dia se recorda ao preparar o prato em sua casa – que emanava pelo lar de forma tão deliciosamente intensa logo pela manhã, e que a acordava.

Correr para o rio para tomar banho após se alimentar e descansar é o que mais lhe enche os olhos de lágrimas. Cena que, hoje, além de estar registrada em sua mente, é visualmente guardada em um quadro que, exposto em seu escritório, mostra a imagem de uma menina pulando no Rio Araguaia. De acordo com a arqueologia, há pelo menos mil

anos os povos Karajá habitam a região do rio, onde mais que um sustento, as águas representam uma origem e a extensão do próprio corpo. A crença dos índios diz que os homens surgiram daquelas águas e, que para esta comunidade, é o “berorrokan” ou “rio grande”, em português.

Para Eliana, o sentimento não é diferente. Apesar de não conseguir explicar sua forte relação com o rio, ela conta que sempre se sentiu parte dele. “Eu nasci às margens do Rio Araguaia, foi lá que eu aprendi a nadar e a lidar com as armadilhas da água”, diz. Segundo ela, seu avô materno, Cassiano, todos os dias explicava aos netos como ter paciência dentro do rio, pois é preciso conquistar a confiança dele. “De tanto ele falar, comecei a ter medo”, ri. “Mas quando estou na aldeia, não tem outro jeito. Lá não tem chuveiro, o rio é o local pra tudo”, continua.

O último encontro em família que seu avô participou está claramente gravado em sua memória. Foi uma pescaria que reuniu todos os filhos, netos e bisnetos de Cassiano. Nessa ocasião, lembra que o nível do rio estava muito baixo, devido à grande seca que assolava a região. Ela conta que sua prima, que estava na mesma canoa que o avô, ao dar o arranque com força, Cassiano caiu para fora da embarcação. Eliana encara este episódio de forma muito simbólica, relacionando-a com uma possível premonição da morte do avô. “Pareceu que era uma despedida. E realmente todo mundo ficou no barco, e só ele caiu”, narra.

Em uma infância simples, na qual a solidão sequer existia por conta dos inúmeros primos e primas da mesma idade que a sua, Eliana se aventurava em brincadeiras típicas dos povos Karajá. Com carinho, ela relembra as tardes ensolaradas em que brincava junto aos primos e a uma anta, animal que fazia a diversão da criançada. “A gente pegava nos pés da òri (na língua Inã) e ela nos levava lá no fundo do rio! Era uma brincadeira maravilhosa”, explica. Cassiano, de quem Eliana e os primos costumavam “furtar” algumas melancias, não economizava nas histórias contadas aos seus netos. Segundo Eliana, os contos sobre a Lua, os pássaros e mulheres guerreiras do seu povo aguçavam a imaginação dos pequenos, que rapidamente sentavam em uma esteira grande para escutá-lo. Além disso, Cassiano também construía canoas feitas de pau-brasil e ensinava seus netos a remar ao longo do amado Araguaia.

Cassiano, que também tinha outros quatro nomes indígenas (Idjalarina, Waritaxi, Ibjaruma e Teribre), foi um homem muito querido entre os netos, os quais também ensinou a se comportarem no mato, a pescar, a cozinhar, a nadar e a sobreviver naquele contexto. De acordo com Eliana, uma tradição forte entre seu povo são os avós terem vários nomes distintos, pois assim seus netos podem herdá-los. Foi o caso dela, que foi nomeada com o nome da sua avó, Inaruki (ou Sebastiana), que conta ser um nome raro entre as mulheres da aldeia.

“Cabelos de sol” era o apelido dado a Eliana pela prima Kurereru, a qual tentava consolar a menina que se sentia diferente por ter o cabelo encaracolado em meio à tantos cabelos lisos. “Eu fui uma criança que sofreu preconceito do próprio povo por conta do cabelo”, revela. Filha de mãe indígena e pai negro, nascido no interior do Maranhão, Eliana foi a única entre suas irmãs que não nasceu com o cabelo liso, o que lhe trazia uma grande frustração, afinal ninguém na aldeia era como ela. “Eu era diferente de todas as crianças”, diz. Assim, em meio a tantos olhares de reprovação, aos doze anos decidiu pedir a sua avó, Sebastiana, para que passasse óleo de Tucum nas raízes do cabelo, a fim de alisá-lo de qualquer maneira. Com o tempo, a estratégia mostrou os efeitos desejados, o que fazia Eliana esboçar um grande sorriso ao andar pela aldeia, exibindo o brilho de seus novos cabelos lisos.

Definitivamente, uma das suas lembranças favoritas dessa época de sua vida é de brincar junto aos primos e primas às margens do Rio Araguaia. “O rio era no fundo da casa dos meus avós, então a gente se juntava, subia em árvores e pulava no rio, ou fazíamos um balanço para nos jogar ainda mais longe na água”, conta, entusiasmada. Nessa época, ela e suas irmãs não costumavam ficar muito tempo sob os cuidados dos pais, por conta do trabalho. Assim, iam para a escola de tarde e após as aulas corriam para a casa dos avós, ficando com eles durante todos os fins de semana e feriados. “Se

deixasse, nós ficávamos o tempo todo na casa deles. Éramos muito apegadas”, afirma.

Nessa época, Eliana recorda-se de passar horas brincando com as bonecas Ritxòkò, feitas por sua avó, Sebastiana, e por sua tia, Komatira. As bonecas, feitas de cerâmica e pintadas com grafismos que representam as formas humanas, simbolizam a identidade cultural do povo indígena Karajá. Ao representar cenas do cotidiano e dos rituais, as Ritxòkò ocupam papel fundamental na educação das crianças e na preservação da cultura dos povos. Segundo Eliana, em sua aldeia, a maioria das pessoas faziam algum tipo de artesanato, incluindo os homens e as crianças. “Eles usam como matéria-prima a madeira, a cerâmica e o barro. Fazem potes, remos decorados, flechas e de tudo um pouco”, explica.

Apesar de se ter passado tanto tempo, as memórias de sua infância permanecem vívidas, e os aprendizados ainda mais, além dos clássicos pratos típicos feitos com peixes e tartarugas. Um deles é o bororó, que ela descreve como uma espécie de pirão feito com carne de tartaruga. Por incluir sempre que pode os alimentos e pratos que costumava comer quando criança em sua rotina atual, as lembranças de seu passado sempre funcionam como uma espécie de conforto nos momentos ruins.

Eliana, que é a mais velha entre suas irmãs, seguida de Luciene e por último de Luciana, conta que embora tenha passado a maior parte do tempo com os avós na infância,

atualmente está mais próxima de seus pais, os quais ainda são casados e moram em frente à sua casa, em Aragarças, município localizado na divisa de Goiás e Mato Grosso. Por conta da distância, suas irmãs mantêm contato com os pais somente por meio de redes sociais, já que moram em outros locais do Brasil – Luciana em São Paulo e Luciene na Bahia. Apesar de terem tido três filhas biológicas, Maria Luiza (ou Txudy) e Manoel ainda adotaram um menino, chamado Dese, que atualmente também mora em São Paulo.

Apesar da “infância maravilhosa”, como ela mesma diz, a fase não durou muito, apenas nove anos, idade em que precisou mudar-se junto de sua família, de forma completamente abrupta e inesperada, para Goiânia. “Me senti muito deslocada ao chegar na cidade. Tinha muito carro, muita casa, escolas, fábricas... Era um mundo completamente diferente do meu”, afirma Eliana, que constantemente sofria preconceito por conta de seus traços indígenas, mas especialmente por conta do seu nome, que carrega a cultura de seu povo: Karajá. “Às vezes eu queria comer alguma coisa e não tinha, eu precisava comprar, mas não tinha como. Na aldeia tinha tudo o que eu queria, como o peixe frito da minha avó, o bororó, as frutas”, acrescenta.

Eliana explica que, muitas vezes, as pessoas acham que a vida dos indígenas, ao se instalarem nas cidades grandes, fica automaticamente melhor. Mas, na maior parte das vezes, não é bem assim. Apesar de grandes idealizações po-

derem ser elaboradas, o choque de culturas, ao estar em um ambiente completamente distinto do que antes era vivenciado, é algo impactante. Ao chegarem a Goiás, os próprios avós de Eliana não conseguiram passar muito tempo na cidade, especialmente porque sua avó não falava português, apenas Inã. Assim, logo que possível, acabaram partindo para uma aldeia localizada na área do povo Jabaé, hoje localizado no estado do Tocantins.

Aos 12 anos, já na pré-adolescência, seu pai, Manoel, que trabalhava na Funai, foi transferido para exercer sua profissão com o povo indígena Xavante, em Barra do Garças, no estado de Mato Grosso, época em que Eliana passou por mais um processo de adaptação em uma realidade completamente nova e distante da que era acostumada na aldeia. “Era outro modo de viver”, conta. Os povos Karajá, antes de se estabelecerem definitivamente no território em que vivem hoje, mantiveram contatos, primeiramente hostis e depois mais cordiais, com os povos Xavante. No entanto, por conta das “guerrilhas” ocorridas entre eles, Eliana conta que a convivência não era agradável, justamente por lembrar-se das brigas anteriores. “Eu não me envolvia com nada nesse movimento indígena”, diz.

Com quase 15 anos de idade, apaixonou-se pelo melhor amigo, um rapaz sete anos mais velho que ela, com o qual casou e teve filhos. Embora tenha vivido com o mesmo homem ao longo de dez anos, Eliana conta da dificuldade e

tristeza que assombrava o relacionamento. “Ele não tinha profissão nenhuma, não tinha estudo nenhum. Fomos morar num quarto onde mal tinha uma cama e um fogão velho”, relembra. Apesar de nunca ter sofrido violência física – porque quando percebeu indícios que isso ocorreria, defendeu-se –, a psicológica era constante.

“Eu costumava dizer que ele era o meu melhor amigo, afinal, ele me ensinou muita coisa. Depois de um tempo, ele começou a me xingar bastante com palavras muito agressivas. As violências sempre eram verbais”, relata. Valdeis, hoje seu ex-marido, ensinou Eliana a cozinhar, lavar roupas e outras tarefas domésticas. Isso porque, na aldeia, as filhas não costumavam ajudar seus pais nesse tipo de atividade. “Eu era adaptada àquela realidade”, diz. Eliana conta que, no início do seu casamento, as comparações quanto a sua situação anterior eram constantes, já que na aldeia ela possuía alimentação farta, além de roupas, calçados e tudo mais de que necessitava. Quando se casou, a realidade mudou drasticamente.

No entanto, apesar das constantes desavenças, o casamento lhe trouxe seus filhos. Maycon, que nasceu em 1987, seguido de Lydyanne, que nasceu dois anos depois, em 1989. Dayane nasceu alguns anos mais tarde, em 1991. Todos eles tiveram uma infância simples, com bastante dificuldades, mas nunca lhes faltaram amor. “Meus filhos são a minha base”, afirma Eliana.

Entretanto, a infidelidade dentro do matrimônio era algo mais que recorrente, e seu marido fazia questão de que ela soubesse disso. Assim, constantemente passava necessidade com seus filhos, e nem mesmo no restante da família encontrava apoio. Era suportar isso ou retornar à casa dos pais. O que, para Eliana, definitivamente não era uma opção, já que a criação de dois filhos pequenos poderia causar possíveis conflitos dentro da relação familiar.

Portanto, decidiu que venderia roupas para mudar a sua difícil situação. No início, passou cerca de 5 anos vendendo as peças em um cabaré da cidade. “Fui me virando, não tenho vergonha disso”, afirma. “Na época eu tinha muito orgulho de vender roupa. Geralmente as pessoas acham que as mulheres que trabalham no cabaré não têm sentimentos. A verdade é que elas são mulheres que sofrem, são mulheres que lutam, são mulheres que têm filhos e que precisam sustentar suas famílias”, desabafa.

Eliana conta que, por ter decidido vender as roupas em um cabaré, deu preferência pelas peças femininas. As masculinas, relata, eram voltadas para o público infantil. “Eu vendia lingerie. Calcinhas, sutiãs, vestidinhos curtos e roupas mais provocantes”, explica. Determinada, levava seus três filhos com ela em uma bicicleta Monark, dividindo espaço entre o guidom e a garupa. Com humor, Eliana afirma ter sido essa a primeira experiência de trabalho do seu filho mais velho, Maycon, na época com 10 anos de idade.

“Ele me ajudava a cobrar, a guardar o dinheiro e observar as pessoas. Mulherengo que só”, ri.

Embora o preconceito com quem trabalha nesses ambientes seja grande, Eliana sempre o defendeu com unhas e dentes, caracterizando como trabalho digno aquele que é feito com determinação e que não prejudica outras pessoas. Como exemplo, conta a história de uma amiga querida desse período que, para conseguir sustentar a mãe doente e o filho pequeno, trabalhava durante todo o dia como empregada doméstica e, à noite, partia para a prostituição. Só assim conseguia dinheiro suficiente para conseguir suprir todas as necessidades da família, ainda que de forma muito simples, sem luxo.

Fora isso, trabalhou durante 10 anos como empregada doméstica para conseguir sustentar os filhos, além de realizar plantações em algumas fazendas em troca de centavos. “Muita gente não acredita que eu passei por tudo isso, mas foi isso que me tornou mais forte”, afirma. Segundo ela, para o marido, que constantemente se gabava por arcar com as compras do mês, os filhos não necessitavam de mais nada, como roupas, calçados, medicamentos e materiais escolares. “Lembro dele falar que me ajudava me dando compras, como se não fosse uma obrigação. Ele falava: “Compro arroz, macarrão, feijão, uns pedacinhos de bife e já dá, né?”, relata.

Emocionada, Eliana conta sobre quando seus filhos lhe pediam algo diferente para comer, como um bolo. “Eu queria

muito poder fazer, mas não tinha condições”, diz. Recordar-se de quando uma colega lhe ensinou uma técnica para fazer trigo com macarrão pronto. “Tinha que pegar o macarrão e colocar de molho durante a noite, para que de manhã ele virasse trigo. Amanhecia só a massa, bem mole. Só assim conseguia fazer o bolo para eles”, explica. Além disso, utilizava a abóbora como ingrediente principal em inúmeras receitas, como doces, por exemplo, fato que fez com que Maycon, seu filho, passasse a odiar o fruto. “Meu filho mais velho não aguenta mais ver abóbora, de tanto que eu fazia na infância dele”, ri.

Violências psicológicas e constantes humilhações eram rotina dentro do casamento, o que levou Eliana a um quadro depressivo. “Foi uma situação complicada. Eu tinha marido, mas não tinha marido”, diz. Em um contexto em que as traições eram constantes e explícitas, e o apoio familiar do restante de seus parentes era mínimo, a jovem Karajá era deixada à deriva com seus filhos. “Eu sentia muita vontade de morrer. Era muito problema, eu não tinha dinheiro pra comprar comida para os meus filhos. Às vezes eu levava meus filhos na casa dos outros pra eles comerem, mas eu não comia porque ficava com vergonha”, explica. “Foram meus filhos que me deram forças para continuar”, acrescenta.

Ao sentir dores pelo corpo e decidir consultar um médico, recebeu o diagnóstico de falta de lubrificação vaginal em justificativa dos meses que se encontrava sem praticar

atividades sexuais. Ao invés de distribuir uma amostra gratuita de algum remédio, o homem que apesar de médico não tinha nada de profissional, praticou um estupro como forma de medicamento.

– Pronto. Agora você vai ficar boa – afirmou, ao final da consulta.

Quando a assimilação do que acabara de acontecer começou a ocorrer em sua mente, imediatamente ligou para o marido, que logo chegou em casa. Brigaram, Eliana o culpou, culpou as amantes e, especialmente, a conduta irresponsável do marido que diariamente negligenciava todos os membros da família. Assim, como forma de tentar encerrar a discussão, o marido violentamente a jogou na cama e, da mesma forma que o médico, além de violar bruscamente seu lado psicológico e sua autoestima, também usou a força para abusar dela sexualmente. Quatro meses após aquela noite, Eliana descobriu que estava grávida.

Aos 25 anos, exausta de tantas humilhações dentro do casamento, finalmente percebeu que sua vida poderia ser muito mais do que aquela vivida em um relacionamento abusivo que lhe destruía de inúmeras maneiras. Dessa forma, com uma filha recém-nascida e outras duas crianças pequenas sob seus cuidados, pediu o divórcio para aquele que somente lhe trazia sofrimento e dor. Solteira, Eliana decidiu retornar à aldeia com seus filhos, local que sempre lhe trouxe paz. Lá, mais do que um emprego, conseguiu também o apoio

dos seus pais e familiares, algo que tanto sentia falta enquanto esteve casada. “Eu voltei para a casa dos meus pais, fiquei um ano com eles. Meus filhos comiam bem e a gente tinha apoio. Minha família preferia me ajudar divorciada do que casada”, explica.

Despretensiosamente, já em Barra do Garças, no estado de Mato Grosso, Weder apareceu na vida de Eliana. Na época, ela trabalhava em uma lanchonete na rodoviária da cidade, local onde se conheceram. “Ele estava procurando uma colega minha, mas ela não estava, deixou só um recado. Conheci ele assim. Depois de uns dias ele me convidou para sair, e eu fui!”, explica. Dessa forma, em poucos dias Weder conheceu Maycon, Lydyanne e Dayane, filhos de Eliana, que ficaram empolgados com o namoro pelo simples fato de Weder levá-los para lanchar. “Ele achou que não ia dar em nada, mas acabou conquistando as crianças. E aí foi dando certo, e até hoje dá!”, diz, sorrindo.

Weder era quatro anos mais novo que ela, além de ter ingressado há pouco tempo no quartel do Exército. Mesmo assim, ao conhecer Eliana, seus filhos e toda a sua história, fez o pedido de casamento, o qual dura até hoje. “Já são 25 anos de casados. Um casamento nunca é perfeito, mas ele é uma pessoa muito boa comigo. Me ajuda muito e gosta muito dos meus filhos”, relata Eliana. O novo casamento de Eliana fez com que não apenas se reencontrasse com o significado de paz dentro do próprio lar, mas também seus

filhos. Ela conta que Weder criou seus filhos como se fossem dele, e foi correspondido da mesma forma.

Sua filha caçula, Dayane, percebendo o quanto sua mãe ainda sofria com os reflexos do antigo casamento, em um contexto em que Maicon, seu irmão, havia deixado três filhos para que a mãe criasse, logo exclamou que seu maior sonho seria formar-se em Medicina, para que, assim, conseguisse ajudar a família da melhor maneira possível. Enxergando sua realidade simples, confessa Eliana, chegou a não acreditar que a filha conseguisse ingressar no curso mais concorrido do País, especialmente tratando-se de uma universidade pública, o que praticamente triplicaria a concorrência.

No entanto, para a sua surpresa e motivo de orgulho, Dayane se formou no ensino médio aos 17 anos de idade, prestou vestibular em Palmas, na Universidade Federal do Tocantins, e passou no curso de Medicina. A jovem, assim como seus outros irmãos, estudou em escolas públicas durante toda a vida, fato que tornou a sua conquista ainda mais especial para ela e para toda a família.

No terceiro ano do curso universitário, para realizar algumas atividades em um hospital, Dayane precisou fazer uma série de exames de rotina. Entretanto, o que a princípio seriam apenas procedimentos simples a um passo da realização de um sonho, tornou-se a descoberta que mudaria a vida da jovem Dayane e, conseqüentemente, de Eliana. No dia em que realizou o exame de sangue, notou que seu tipo

sanguíneo era A-, se contrapondo ao tipo sanguíneo de seus pais, ambos O+. Surpresa e paralisada, Dayane questionou o resultado para a mãe:

— Como isso é possível?

— O biomédico disse que é raro, mas pode acontecer – retrucou Eliana, convicta.

— Não me convence. Quem é meu pai? – questionou a filha, firmemente.

A partir daquele momento, o silêncio tomou conta da conversa.

Confusa, Eliana não soube explicar o que estava acontecendo para a filha. Para ela, assim como foi dito pelo biomédico, era possível pais e filhos terem tipos sanguíneos completamente distintos. “Era raro, mas podia acontecer”, repetia para si mesma. No entanto, por dentro, a intuição falava mais forte. Lembrou-se de 21 anos atrás, quando, em uma consulta médica, havia sido estuprada. Na época, acreditou fielmente que o abuso resultaria apenas em fortes problemas psicológicos.

Dayane, ainda indignada e insatisfeita com o resultado, procurou o pai, Valdeis, exigindo um teste de DNA a fim de esclarecer a história que a cada momento ficava mais confusa e assustadora. Chateado, Valdeis fez o exame, confiante que provaria para a filha que ela estava errada. Eliana também estava ofendida com a reação de Dayane, confessa, mas entendeu. “Nós nem desconfiamos que daria algo erra-

do”, diz. Porém, para a surpresa de todos, o resultado deu negativo. Valdeis não era pai de Dayane.

Assim, após 21 anos, Eliana soube que aquele estupro lhe seguiria para o resto de sua vida, agora não mais como um segredo. O pai de sua filha não era quem ela pensou que fosse. Dayane não era filha do homem com o qual Eliana manteve respeito e lealdade durante todo o casamento, mesmo sendo humilhada. O pai de sua filha era o médico que covardemente lhe abusou em um dos momentos mais conturbados de sua vida.

Desestabilizada com a notícia, Eliana contou à filha sobre o abuso que havia sofrido mais de vinte anos antes. Na época, por conta de sua inocência e confiança no médico, não entendeu exatamente o que tinha ocorrido. Para ela, tratava-se de uma consulta normal. “Só fui ter consciência do abuso sexual que sofri recentemente, quando minha filha veio conversar comigo e quando falei com outros médicos e eles disseram que aquilo não era normal”, relata. “Eu só fui me sentir violada depois de anos”, afirma. Assim, fortemente abalada e com muita sede de justiça, Dayane procurou o médico e, assim como fez com Valdeis, exigiu o exame de DNA. Não foi fácil, pois houve muita resistência da parte dele. “Ele negava o tempo inteiro”, afirma Eliana. No entanto, após muita insistência, o médico aceitou, mas com uma condição: só realizaria o exame em um laboratório específico – o qual, segundo Eliana, ele conhecia e tinha influência sobre as pessoas que trabalhavam no local.

Desconfiada e sem saber o que fazer, Eliana recorreu a um procurador da Funai de Barra do Garças, que auxiliou as duas e interveio. Disse a Dayane que ela faria o exame em um hospital fora da cidade, em um lugar desconhecido tanto para Eliana e a filha, quanto para o médico e suposto pai de Dayane. O resultado foi como o esperado. Positivo. Entretanto, o assunto foi deixado de lado, e os motivos são diversos. Além de ambas serem independentes, tanto financeira quanto emocionalmente falando – e Dayane já ter um pai em seu registro de nascimento, que ao saber da verdadeira origem genética da médica, decidiu por manter seu nome na certidão –, ameaças por parte do médico começaram a aparecer e assustá-las. “Eu resolvi largar ele de mão, porque isso aconteceu aqui com outra pessoa da comunidade e o rapaz que era o filho amanheceu morto, então eu preferi não arriscar a vida da Dayane”, contou Eliana. Ela deduz que o médico tenha medo de que sua esposa, filhos e todo o restante da família, que são médicos e possuem uma vida privilegiada, descubram o crime – e ainda pensem que Dayane está tentando tirar proveito dos bens alheios, o que não é verdade.

As consequências após toda a reviravolta na vida de Dayane não foram fáceis. A jovem trancou o curso de Medicina e tentou tirar sua própria vida, além de passar muito tempo afastada de Eliana, que entrou em uma depressão profunda por conta disso. “Minha filha ficou muito afetada, e eu entendo. A vida dela mudou de repente, e ela não con-

seguia nem olhar na minha cara. Ela me culpou por muito tempo”, relata. Além de todo o sofrimento, Eliana conta que também sofreu muito preconceito e soube de boatos absurdos sobre si na cidade. “As pessoas falavam que a Dayane não era filha do Valdeis porque eu fui sem vergonha e o traí, mas não foi isso que aconteceu. Eu fui abusada”, relata. “Na época eu não entendia nada, foi uma situação muito complicada. Hoje eu não consigo entender como uma mulher vai ao hospital para ser tratada com respeito e acontece isso com ela”, acrescenta, revoltada.

Hoje, após 8 anos, resolveram esquecer o assunto e seguirem suas vidas. Eliana conta que sua relação com Dayane é tranquila e, apesar de não tocarem mais no tema, ambas se indignam com tanta violência e lutam pela vida das mulheres. “Esses dias estávamos conversando sobre a injustiça no Brasil. As mulheres morrem porque não existe justiça para elas. Tudo é sempre a favor do homem”, diz. Aos 50 anos de idade, Eliana afirma que não irá mais se calar. “Falar sobre o que sofremos é muito importante, porque assim podemos ajudar e alertar outras mulheres a entenderem o que elas sofrem também”, diz. “Eu não posso e não vou mais me calar”.

Atualmente, Eliana Karajá é conselheira distrital de Saúde Indígena em Aragarças, município goiano onde mora com a família, além de representante dos povos indígenas na Comissão de Articulação com os Movimentos Sociais (CAMS), coordenadora da Associação Indígenas do Vale do Araguaia

(ASIVA) e integrante da iniciativa Voz das Mulheres Indígenas. No entanto, apesar de sempre ter reconhecido a importância da luta em prol dos direitos indígenas, não acreditava que seria algo de que pudesse participar. Sendo assim, ela revela que sua trajetória na área começou por acaso, após necessitar de cuidados médicos urgentes para o filho, Maycon, e deparar-se com indiferença e preconceito. “Eu nunca tinha procurado atendimento na saúde indígena, e quando precisei me falaram que só tratavam os povos Xavante”, relata. “Além de todo o constrangimento, precisei provar que eu era indígena através de documentação, porque não estavam acreditando”, acrescenta, indignada.

O sentimento de impotência, que quase imediatamente transformou-se em lágrimas, fez com que Eliana despertasse em si o desejo de mudar aquela realidade e ajudar seu povo, sua aldeia e todos aqueles que precisassem de auxílio. Assim, embarcou para Goiânia, com destino à Casa da Saúde Indígena (Casai), onde buscaria recursos e informações que mudassem a realidade absurda com a qual se deparou em Aragarças. Na instituição, mais do que o apoio que tanto buscava, encontrou também uma oportunidade que não estava em seus planos. O convite para participar de uma reunião do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condis), que até então Eliana não sabia que existia, surgiu como um presente. A partir daquele dia, sua vida e a de todo o seu povo se transformariam.

Com destino a São Félix do Araguaia, município localizado em Mato Grosso, local onde aconteceria a reunião, Eliana conta que o medo e a insegurança lhe assombraram durante toda a viagem, que não foi curta. Na companhia da irmã Luciene, não se conformava com a duração do trajeto. No entanto, todo o seu mau humor desapareceu quando, ao chegar à cidade, avistou sua aldeia de longe. “Quando cheguei em São Félix do Araguaia, vi aquele rio imenso e minha aldeia aos fundos. Foi um momento de muita emoção”, relata. “Eu tive a sensação de que estava voltando para a minha casa, para o meu lugar, o meu refúgio”, acrescenta, com os olhos marejados.

Ao todo, foram 27 anos longe da sua aldeia e, no momento em que pisou nela pela primeira vez após todo esse período, não conteve o choro. “Eu nunca esqueci da minha aldeia enquanto estive fora. Por isso não consegui segurar a emoção. Eu sentia como se algo estivesse guardado há muito tempo dentro de mim. Quando vi minha aldeia de perto, parecia que eu tinha deixado algo para trás”, relata. Apesar disso, Eliana conta que as lembranças das motivações que lhe fizeram fugir do local não demoraram a surgir em sua mente. Segundo ela, mesmo após tantos anos, ainda se sentia insegura e preocupada por estar ali, de modo a ainda não conseguir ter uma noite bem dormida em Santa Isabel. Isso porque no ano de 1979, os inimigos do seu tio deram uma sentença de morte para todos de sua família que não

fugissem do local. A falta de confiança e segurança que sente pode ser exemplificada nos sustos que a fazem acordar a cada som de passos que ouve do lado de fora. Isso porque não acredita que esteja livre da vingança dos inimigos de seu tio apenas por ter passado tempo considerável desde quando a fatalidade aconteceu.

Ao retornar à aldeia depois de tanto tempo, confessa ter se sentido um pouco frustrada com as mudanças que enxergou no local. Lugar que antes podia ser caracterizado por sua organização impecável, surpreendeu negativamente Eliana com caminhos sujos, cheios de latas e garrafas em todas as direções que olhava. Acredita, entretanto, que isso tem melhorado de forma significativa nos últimos anos.

Tímida, Eliana revela que no início não conseguiu participar ativamente da reunião. Entretanto, após uma funcionária da Funai alertá-la sobre sua capacidade de liderança que de longe reconhecera, Eliana começou a tomar as rédeas de todo o movimento. “Foi acontecendo espontaneamente. As pessoas foram me ensinando o modo certo de falar, como eu deveria agir e me portar diante das situações, e quando percebi já estava completamente inserida no movimento”, conta. Segundo ela, só foi entender, de fato, todo o seu desejo em mudar aquela realidade quando enfrentou dois homens que foram seus professores na infância. Por fim, após certo tempo questionando e debatendo meios para auxiliar o seu povo, candidatou-se para

a eleição no Condis, da qual saiu vencedora, tornando-se vice-presidente no ano de 2008.

Simultaneamente, Eliana criou a Associação Indígena do Vale do Araguaia (ASIVA), com o objetivo de promover cursos e palestras com orientações sobre saúde, além de realizar doações de alimentos e medicamentos, prestando todo o auxílio necessário para uma vida com dignidade. Para ela, a ASIVA representa tudo o que sempre quis promover a seu povo desde muito nova, mas por conta de adversidades ao longo dos anos, não foi possível. “A associação é um sonho. Fazer trabalho social e ajudar as pessoas é uma sensação inexplicável”, afirma, com muita gratidão e amor pela atividade que desempenha.

Embora tenha fundado a associação, Eliana nunca almejou ser a presidente. Maycon, por sua vez, ocupou o cargo durante oito anos, cuidando de toda a parte burocrática e administrativa da instituição. Atualmente, Dayane, sua filha caçula, além de trabalhar no Programa Saúde da Família (PSF) do Ouro Fino, em Barra do Garças (MT), assume a presidência, e Eliana coordena todas as atividades e compromissos da ASIVA. Indignada, a coordenadora revela que por muitas vezes foi considerada exigente, não só na associação, mas em todos os cargos que ocupou nas instituições de saúde e apoio indígena. No entanto, segundo ela, as críticas não costumam lhe afetar, pois reconhece a importância de todo o seu empenho em prol de uma vida mais

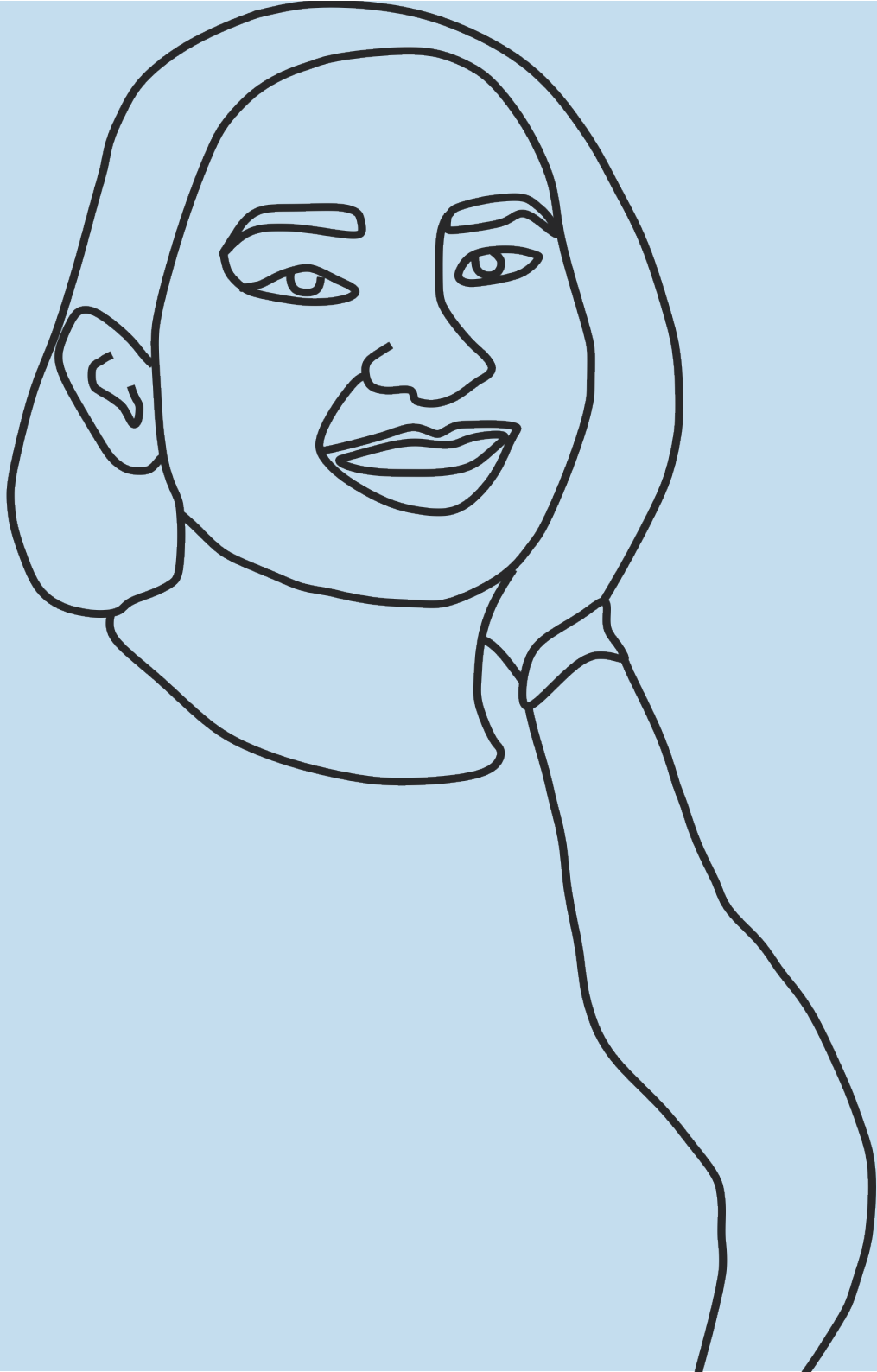
digna. “O que está em jogo é a saúde indígena. Por isso, eu vou lutar, vou questionar e vou trabalhar sempre em busca de melhorias para meu povo”, garante.

Motivo de orgulho para Eliana, todos os seus três filhos atuam na área da saúde. Além da médica Dayane, Lydyanne é técnica de Enfermagem e Maycon está no processo de finalizar o último ano do curso de Farmácia. Mas nem sempre foi assim. O primeiro emprego de Maycon, segundo Eliana, foi o de vendedor em uma loja de eletrodomésticos. Hoje, além da faculdade, atua no CEI Xavante. Sua capacidade de sempre entrar de cabeça no que se propõe a fazer e querer tomar a frente de tudo foi provada em sua trajetória. Já Lydyanne, ao passar por grandes dificuldades, com problemas de saúde na infância e alcoolismo na adolescência, entrou para esse ramo após engravidar de seu primeiro filho, Gabriel.

“Eu sempre falava pra eles: vocês precisam entrar na área da saúde, porque vocês próprios podem atender suas comunidades, mas nunca realmente imaginei que meus filhos fossem [fazer isso]”, acrescenta. E agora que os filhos têm suas profissões e se tornaram independentes, Eliana passa boa parte do tempo ajudando no cuidado com os seis netos, sendo três – Iasmin, Vitória e João Miguel – filhos de Maycon, dois – Gabriel e Maria – de Lydyanne e uma – Geovanna – de Dayane. Em seu dia a dia, costuma cozinhar pratos típicos para os netos, mesmo que os filhos não gostem que ela dê comidas feitas com tartaruga às crianças. Eliana

os leva para todo lado, inclusive às reuniões da instituição, garantindo que desde cedo tenham contato com esse tipo de luta, para que cresçam conscientes de que precisam sempre lutar em prol do que acreditam, desejam e, especialmente, ajudar quem precisa.

Apesar de tudo o que enfrentou em sua trajetória, Eliana não guarda rancores. Nem das pessoas que já lhe fizeram mal, nem das que já lhe desejaram coisas ruins, ou que até mesmo prejudicaram seus filhos. Acredita que as coisas que acontecem, mesmo que não gostemos delas, podem ser tiradas como lições de vida, para sempre evoluir e progredir. Por isso, em seu cotidiano, convive em harmonia com as memórias boas e ruins de seu passado, na tentativa de utilizá-las como aprendizado e, por fim, seguir uma vida com tranquilidade e leveza – algo que sempre priorizou.



francisca barbosa

“Sou incansável. Junto todas as forças para ajudar uma mulher que sofre, porque eu sofri. Nós não somos nada e nem temos nada se não vivermos para ajudar o próximo.”

A inteligência, embora considerada por muitos como um saber que se aprende na escola, pode ser mais simples e singela do que se parece. Algumas vezes, aos olhos da sociedade, o analfabetismo torna o indivíduo um ser ignorante, passivo ou até mesmo apático, fato que a todo instante pode ser desmistificado por Francisca Barbosa da Silva, que é semianalfabeta, mas que há mais de uma década doa sua vida e seu tempo liderando uma associação que garante a sobrevivência de muitas famílias na comunidade onde vive, em Aparecida de Goiânia.

Nascida em 1980, no município de Catolé do Rocha, na Paraíba, Francisca criou-se no estado do Ceará, em Brejo Santo, até os seus 13 anos de idade, quando precocemente casou-se e passou a residir em outra cidade. Segundo ela, embora as condições financeiras da família fossem baixas, em um contexto onde passar necessidades não era algo incomum, seu lar não era um ambiente agressivo. Ao contrário disso, era rodeado de amor, compreensão e harmonia, o que resultou em muitos momentos especiais que

se recorda com facilidade e que, com brilho nos olhos, faz questão de contar.

Em casa, a solidão era algo improvável, já que Francisca, além de seus pais, dividia a residência com mais vinte irmãos. Por conta disso, a criatividade para criarem brincadeiras e jogos tornava os dias mais divertidos, mesmo que percebessem com frequência a preocupação no olhar de sua mãe, Maria Angélica, e de seu pai, Antônio, que trabalhavam como gari e descarregador de caminhão das usinas, respectivamente, para garantir o sustento dos filhos.

Emocionada, Francisca conta que, por conta da falta de dinheiro para comprarem alimentos, a fome era presente na rotina da família. “Às vezes eu deixava de comer para dar para minhas irmãzinhas que eram menores”, relata. “A gente passava fome, a gente não tinha de onde tirar dinheiro. Não sentíamos falta do amor de mãe e de pai, mas a necessidade batia na porta”. Ao se comparar às crianças que hoje ajuda a alfabetizar, relembra-se de quando sua mãe comprava um par de chinelos para todos os filhos irem à escola. “Pra você ter uma noção, minha mãe comprava uma sandália Havaianas, e um ia para a escola de manhã, o outro ia à tarde e o outro à noite, todos com a mesma sandália”, diz.

Sempre mencionando sua fé, Francisca afirma que foi uma trajetória difícil, repleta de dificuldades e necessidades, mas que Deus lhe ajudou a passar por tudo de cabeça erguida. Hoje, ao entrar em casa e abrir a geladeira,

confessa sentir um alívio por poder comprar comida para os filhos, e com pesar relembra-se da sua infância, fase em que comer, infelizmente, não era possível todos os dias. “Faço o possível para sobreviver e para que meus filhos não passem pelo que eu passei”, diz. “Esse é um dos motivos pelos quais eu mais me apego em ajudar o próximo, para que não aconteça com os nossos filhos o que acontecia com a gente. Hoje, quando vamos dividir as doações de comida aqui, eu fico lembrando que se lá atrás a gente tivesse tido isso não teríamos sofrido tanto”, acrescenta.

Com humor, revela que sempre foi uma “criança travessa”, motivo que fazia com que sua mãe exigisse mais dela nos trabalhos domésticos. “Minha mãe me colocava para trabalhar o dobro porque, segundo ela, de tanta energia que eu tinha, eu ainda não estava cansada”, ri. Recorda-se de que, junto aos irmãos, pegava cavalos dos vizinhos para montarem nos fins de tarde, além de se empurrarem ladeira abaixo em carrinhos de rolimã ou em bicicletas sem pneu, somente com as rodas. “Às vezes eu apanhava por brincar disso, mas eu amava”, diz.

Como a maioria de suas irmãs, um dos seus maiores sonhos na época era ganhar uma boneca. Entretanto, por conta das condições financeiras desfavoráveis, lembra-se de frequentemente arrancar as espigas de milho da plantação de seu pai para fingir ser uma boneca e, assim, poder brincar usando a imaginação. “Meus pais não tinham dinheiro para

comprar brinquedos, mas hoje Deus me deu seis bonecas de uma vez só”, conta, referindo-se às filhas.

Hoje, embora a distância dificulte, Francisca ainda mantém contato com seus irmãos e irmãs através da internet e das redes sociais, onde compartilham suas vivências do dia a dia. Além disso, apesar de não ser frequente, os encontros familiares acontecem, especialmente na beira de rios e lagos, lugares onde amam estar. “Eu tenho irmãos em vários estados do Brasil, nós nos espalhamos um pouco. Uns já faleceram... Só em 2020 perdi três irmãos, mas até hoje quando a gente se encontra é uma festa”, relata. Mostrando fotos de todos reunidos em um córrego, ela continua: “Não é sempre que temos momentos de lazer, mas eles acontecem”.

Aos sete anos de idade, Francisca, assim como grande parte de seus irmãos mais velhos, precisou encurtar sua infância para que pudesse trabalhar. Assim, as tardes brincando de bonecas de espiga de milho foram substituídas pelos cuidados de uma criança ainda mais nova que ela. Como consequência, o trabalho como babá, por mais que ajudasse minimamente no sustento da família, fez com que Francisca se privasse dos estudos. “Na minha cidade você tinha duas opções: trabalhar na roça, ser gari (tanto é que eu sou até hoje), ou trabalhar de doméstica. Eu trabalhava de babá, trabalhei por vários anos”, relata. Frequentar uma escola, por exemplo, já não era uma opção.

“Para ser menos uma despesa para os meus pais”, conta Francisca, saiu de casa quando ainda era uma pré-adolescente, aos 13 anos, casando-se com um homem sete anos mais velho que ela. “Com essa idade eu fui ser dona da minha casa, achando que teria uma vida extraordinária, mas foi o contrário disso”, desabafa. Vítima de violências constantes, tanto sexuais quanto psicológicas e físicas, Francisca manteve o relacionamento por oito anos, quando decidiu que enfrentar a vida sozinha seria melhor que sobreviver em um ambiente completamente tóxico, que destruía a sua saúde mental.

Sempre muito tradicionais e religiosos, os pais de Francisca, apesar de terem ciência de parte das violências sofridas pela filha, consideravam o casamento algo sagrado. Por isso lhe incentivavam a continuar. Eles não sabiam tudo, conta Francisca, apenas as partes menos piores, pois a jovem não queria que eles sofressem com os relatos. Segundo ela, por vezes, o divórcio lhe parecia algo errado, já que também concordava com os pensamentos dos pais. “Por conta disso, fiquei mais de oito anos sobrevivendo naquela realidade absurda, por achar que a mulher tinha que ser submissa ao marido. Só depois que eu fui entender as coisas”, relata.

Sozinha e sem rumo, partiu em direção a uma nova vida, a qual esperava que fosse minimamente melhor em relação àquela que fortemente suportou nos anos anteriores. Sua esperança era de que, no mínimo, vivesse sem dor. No

entanto, em um ato da mais pura violência, seu ex-marido lhe tirou seus quatro filhos, ganhando na justiça a guarda das crianças. “Foi o pior momento da minha vida”, afirma. Contudo, a estratégia usada pelo pai de seus filhos era pensada. Não se tratava de querer cuidar das crianças, e sim usá-las como iscas para que Francisca reatasse o casamento.

Embora o seu desejo fosse de estar com seus filhos, a necessidade de transformar a sua vida era maior. Emocionada, Francisca confessa que tentou resgatá-los do ex-marido, mas a cada mês ele se mudava para um estado diferente do país, dificultando o reencontro. Quando, de fato, percebeu que a ex-mulher não voltaria para casa, ele usou dos mais diversos artifícios para que mantivesse seu endereço em sigilo. Além disso, difamava Francisca para as crianças, contando “coisas absurdas”, como ela mesma diz, sobre sua pessoa.

Ao todo, foram 17 anos longe dos filhos, lhe fazendo ser ausente, inclusive, no falecimento do mais novo. Quando o reencontro aconteceu, revela Francisca, por conta das muitas mentiras contadas às filhas pelo pai, sentiu uma forte rejeição por parte delas. Algo que, de certa forma, amenizou-se com o tempo. Hoje, suas três filhas são casadas e têm uma vida estável, mantendo sempre o contato com a mãe em busca de recuperar o tempo perdido. Além disso, como mais um motivo de felicidade e orgulho, Maria Aparecida, Maria Larisse e Maria Letícia, deram os primeiros netos de Francisca. Na época da sua separação, chegou a morar dois meses nas

ruas da cidade de Rondon do Pará, pois, sem emprego, não tinha condições de arcar com os custos de um aluguel. Revoltada, muitas vezes culpou a família por não ter lhe prestado auxílio. “Eu estava sozinha no mundo, sem ninguém”, diz. No entanto, atualmente prefere pensar que tudo fez parte de um aprendizado. “Vejo que eu tinha que passar por tudo isso para hoje ser a mulher que sou. Se não tivesse passado por tudo isso, eu não estaria aqui”, afirma.

Após o longo período de dois meses morando nas ruas, um restaurante da cidade deu-lhe a oportunidade que tanto esperava, e o primeiro passo para que a sua tão sonhada mudança de vida acontecesse: um emprego como atendente. Além disso, foi a partir desse trabalho que Francisca conheceu o homem que se tornaria seu companheiro de vida, de batalhas e, especialmente, de realizações de sonhos.

Iuri Ferreira da Silva, que na época trabalhava como mecânico em uma empresa próxima ao restaurante, fazia suas refeições no estabelecimento onde Francisca trabalhava. Assim, por conta da periodicidade com que Iuri frequentava o local, sendo sempre atendido por Francisca, iniciaram uma amizade. “Certo dia resolvemos conversar, viramos amigos, e depois decidimos nos juntar”, diz, tímida. O relacionamento amoroso se iniciou após ambos perceberem que eram melhores juntos, pois, assim como Francisca, Iuri também não tinha ninguém. Os dois tinham o mesmo objetivo, que era transformar suas vidas.

Após pouco tempo de trabalho, de forma inesperada, Iuri foi demitido e, conseqüentemente, ficou sem moradia. Preocupada, Francisca lhe propôs dividirem o aluguel da casa onde ela morava, para que, dessa forma, ambos fossem beneficiados. O gesto generoso fez com que, além de Iuri conseguir se organizar e conseguir outro emprego, o relacionamento ficasse mais forte. Assim, após aquele dia em que, subitamente, decidiram morar juntos, nunca mais se separaram. Francisca e Iuri estão juntos há 18 anos e, com brilho nos olhos, ela relata ser essa a parte boa de sua vida.

Em 2002, com a chegada de dois filhos, Igor e Letícia a família aumentou. No entanto, por conta de outra demissão, a renda não era suficiente para arcarem com todas as despesas. Desesperado, Iuri entrou em contato com sua irmã que morava em Aparecida de Goiânia, região metropolitana de Goiânia, momento em que o casal optou por realizar a mudança de cidade. “Viemos com a cara e a coragem, trazendo dois filhos pequenos”, relata. Entretanto, embora tivessem conseguido juntar uma quantia de dinheiro antes da mudança, esse montante não durou muito tempo. Precisavam arcar com aluguel, contas de luz, água, gás, mantimentos e cuidados dos filhos. Assim, após poucos meses, o desespero voltou a fazer parte da rotina do casal. “Tudo que trouxemos do Pará acabou. Não tínhamos norte”, diz Francisca, emocionada.

Percebendo a realidade da família, Silvana, que vivia nos arredores do Aterro Sanitário de Aparecida de Goiânia,

localizado ao lado do Centro Penitenciário de Atividades Industriais do Estado de Goiás (Cepaigo), lhes convidou para que morassem na mesma região, trabalhando como catadores de lixo. Sem rumo, aceitaram a proposta. “Nós fomos, montamos nossa barraquinha e passamos a morar lá. A gente sobrevivia do que conseguia pegar no lixão. Trabalhamos na reciclagem junto com a Silvana e tiramos o sustento dos nossos filhos de lá”, relata. Assim, por mais improvável que pareça, foi em meio a essa realidade que a vida de Francisca começou a se transformar.

Ainda sentindo os reflexos psicológicos do seu antigo casamento, Francisca, ao mudar-se para o setor Terra do Sol, deparou-se com uma realidade parecida e até pior daquela que vivera há alguns anos. As notícias de mulheres espancadas, estupradas e assassinadas eram rotina, assim como as de crianças e idosas. “Essa realidade me fez retomar a minha vida lá atrás. Era como se eu estivesse vivendo aqueles momentos de novo”, revela. A partir disso, as injustiças sociais começaram a tirar o sossego de Francisca, impulsionando a sua constante vontade de ajudar o próximo.

Assim, percebendo a negligência daqueles que erroneamente se intitulavam como representantes do bairro, mas que não cuidavam, de fato, das demandas da comunidade, Francisca tomou uma decisão. Certo dia, quando buscou ajuda daqueles que representavam o setor Terra do Sol até então, recebeu uma resposta que não esperava:

— Você não mora dentro do lixão. Sendo assim, não precisa de ajuda — afirmou a representante.

— Eu moro ao lado e trabalho no lixão todos os dias — retrucou Francisca.

— Você tem como se virar sem a minha ajuda — continuou, indiferente.

— É verdade. A partir de agora estou no comando do bairro — afirmou Francisca, convicta.

— De que forma?

— Não sei. Deus vai me instruir — concluiu.

A partir daquele dia, há mais de uma década, sua vida se transformou. Embora as dificuldades ainda fossem bastante presentes, propiciar uma realidade mais digna para aqueles que sofriam ao seu lado tornou-se um objetivo que firmemente Francisca mantém até hoje. Se comparando àquelas mulheres, ela afirma, convicta, que ninguém permanece em um lugar abusivo por escolha.

“As pessoas acham que as mulheres são espancadas porque querem, mas não é, digo por experiência própria”, diz. “Ninguém vai ficar o resto da vida apanhando, sendo humilhada e passando por situações horríveis por opção própria. O que falta é oportunidade! Se elas não têm emprego, não têm uma pessoa para estender a mão, se elas não têm como sustentar os filhos, como elas vão sair daquele ambiente? Elas precisam de alguém para se levantar”, acrescenta.

Como a mais nova representante do setor Terra do Sol, a primeira atitude de Francisca foi mudar sua barraca de lugar. Agora, ao invés de morar ao lado do aterro sanitário, passaria a residir na frente dele, bem próximo da entrada do Cepaigo. Fato que, de certa forma, impedia as pessoas de morarem ali, por conta das constantes fugas e tiroteios por parte dos presidiários. No entanto, embora também ficasse preocupada, persistiu. “Não vou sair daqui. Se for da vontade de Deus, Ele vai me levantar aqui”, pensou. Sua fé sempre lhe trouxe força para enfrentar as adversidades da vida.

Sempre esbanjando humildade, Francisca conta que, quando ela chegou no local, havia cerca de 240 famílias que moravam ali há 20 anos, tirando o sustento dos materiais recicláveis que eram descartados no lixo. Entretanto, em 2002, quando a prefeitura de Aparecida de Goiânia adequou a área para um aterro sanitário, as pessoas foram proibidas de continuar morando na região. De acordo com ela, as famílias que moravam no local há mais tempo ganharam casas do poder público e outras foram contratadas pela prefeitura. No entanto, algumas não tiveram nenhum auxílio e ficaram à deriva. “A prefeitura doou sessenta dessas casas aqui. O restante ficou para trás”, relata.

A partir disso, Francisca deu início a um levantamento das famílias que residiam no local, a fim de entender quais eram as suas principais demandas. Organizada, ela mantém todos os cadastros documentados em um armário

em seu escritório, além de também conservá-los no formato digital. Com o cadastro das famílias que residiam no local, que no início eram mais de duas mil, Francisca pôde separar quem realmente necessitava de ajuda urgente, diminuindo o número para cerca de 800. Assim, também criou crachás que representassem cada uma das famílias, para que soubesse exatamente quais eram as que mais precisavam de auxílio. Dessa forma, poderia ir em busca de ajuda para que as pessoas vivessem com dignidade.

Destemida, uma das primeiras iniciativas de Francisca foi invadir a Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia em busca de amparo para uma mãe que teve a filha estuprada. Além disso, buscou apoio judicial na Delegacia da Mulher e no Conselho Tutelar para que ambas ficassem seguras, visto que o agressor não havia sido preso. Após conseguirem se estabilizar, Francisca matriculou a mãe da criança agredida no programa Educação para Jovens e Adultos (EJA), colocando-se à disposição para cuidar de seus filhos até ela conseguir estudar e conquistar um emprego. “Eu tento ajudar de todos os jeitos. Só desisto da pessoa caso ela realmente não queira ser ajudada”, diz.

Percebendo que uma das principais causas para tanta violência doméstica era a falta de oportunidades, Francisca conta que passou a fazer visitas casa por casa para que as mulheres soubessem que não estavam sozinhas. “De tanto alguém falar que você é errada, uma hora você vai acreditar

que é. Então se hoje eu sei que tem uma mulher que sofre violência, eu vou atrás, entro na casa dela e vou ajudar”, relata. “Eu pergunto se a mulher tem emprego, e caso não tenha, eu ajudo a encontrar. Ligo para várias pessoas, peço cursos gratuitos, tratamento médico e oportunidades no mercado. Sou incansável. Junto todas as forças para ajudar uma mulher que sofre todos os dias, porque eu sofri”, acrescenta.

Com orgulho do seu trabalho, que afirma sempre não ser feito sozinho, Francisca conta que o último caso de assassinato em sua comunidade foi há mais de três anos. Tratava-se de uma mulher, mãe de uma criança de nove meses, que foi brutalmente assassinada pelo marido com 101 facadas. Hoje, ela que mantém contato direto com funcionários da Delegacia da Mulher e do Ministério Público de Goiás, relata que a impunidade torna os agressores mais suscetíveis a cometer crimes na região. Entretanto, o resultado da sua iniciativa de proteção às mulheres, crianças e idosos tem trazido uma maior segurança para os moradores do setor. “A nossa comunidade seria transformada se cada um ajudasse uns aos outros”, diz.

“O trabalho traz dignidade”, atesta, ao contar sobre as inúmeras pessoas que ajudou a ingressar no mercado de trabalho. Segundo ela, atualmente mais de 70% dos adultos na comunidade onde vive estão trabalhando, além dos muitos adolescentes que também estagiam ou trabalham em programas como o Jovem Aprendiz. “Não tem coisa pior do que

amanhecer o dia na sua casa e ver que não tem nada para o seu filho comer. A mãe que passa por uma situação dessa se sente um lixo, um nada, se sente invisível”, desabafa, ao lembrar-se do início da sua vida. Por conta disso, sempre estimula e incentiva as pessoas a estudarem, mas mais do que isso, proporciona a elas meios para que isso aconteça.

Francisca, além de tudo, sabe a sensação de impotência que é ver familiares, e especialmente filhos, passando necessidades, e não ter recursos suficientes para saná-las, mantendo-se de mãos atadas. Por isso, cita, com orgulho, o exemplo das vinte e quatro mães que conseguiu fazer com que fossem internadas em clínicas de reabilitação, para se tratarem do vício em substâncias ilícitas que utilizavam como forma de refúgio do grande sofrimento que diariamente vivenciavam, e que agora são estudantes do curso de corte, costura e modelagem do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). “A gente as internou em uma clínica chamada Gran House, em São Paulo, para que elas tivessem tratamento, se limpassem. Enquanto elas estavam lá, a gente estava aqui com as crianças delas... Essas eram mulheres que eram espancadas e não tinham nenhum norte”, descreve. Além de trabalhar como gari em Aparecida de Goiânia, Francisca é diretora da escola que idealizou e criou, iniciativa que surgiu após outro caso brutal de assassinato na região. “Mataram três jovens nossos e outros dois de fora. Estava acontecendo uma missa, as mães estavam dentro da igreja e não

podiam sair para ajudar os filhos”, descreve. Desesperada, Francisca pediu para que o coordenador abrisse os portões da igreja, pois da mesma forma que aquelas mães estavam sofrendo com seus filhos mortos, em outro momento poderia ser ela. “Ele abriu o portão da igreja e foi aí que começou a confusão. Eu me vi com a rua cheia de criança, num espaço enorme, e eu não tinha como guardá-las porque o espaço não era meu. Foi aí que tomei a decisão de vender minha casa para comprar o galpão e construir a escola”, relata. “Ali eu percebi que não somos nada e nem temos nada se não vivermos para ajudar o próximo”.

Francisca vendeu sua casa por 18 mil reais, confiante que o dinheiro seria suficiente para começar o projeto da escola. Entretanto, segundo ela, a quantia não comprou nem metade do que era necessário. Assim, a gari começou a pedir ajuda e contar sobre seu projeto para muitas pessoas em busca de doações e apoio. Paralelo a isso, soube que o cantor sertanejo Gusttavo Lima faria uma live beneficente, e imediatamente entrou em contato com sua equipe para que seu projeto ficasse conhecido por mais pessoas e, consequentemente, conseguisse mais ajuda. Não foi fácil, relata Francisca, mas com muito esforço a equipe do cantor conseguiu visitar a comunidade e enxergar de perto o que aquelas pessoas estavam enfrentando. Por fim, para sua felicidade e de todos da comunidade que foram contemplados, a ajuda foi quase imediata.

Entendendo que seria impossível ajudar todas as pessoas de uma vez, Francisca explicou para a equipe que a prioridade no momento seria os materiais para que construíssem a escola e casas para as famílias, além da compra de próteses e cadeiras de roda para os idosos que residiam no local. No total, mais de 35 mil reais foram doados pela equipe, tornando-se o estopim de uma rede de apoio que hoje já ajuda mais de 420 crianças e cerca de 27 idosos, além de todas as mulheres que também são amparadas. De acordo com Francisca, o projeto não tem como dar errado, afinal, “os olhos de Deus estão voltados para a comunidade”, diz. “Eu sofro muito ataque, mas não recuo. Deus me dá sabedoria, saúde e disposição para ajudar todas essas pessoas”, afirma.

Ao todo, a equipe de Francisca conta com 17 casais, incluindo ela e o esposo. Lá, segundo ela, os homens cuidam das construções e as mulheres das merendas a serem distribuídas na escola, além de outras atividades realizadas, como aplicação de insulina em quem precisa e banho em idosos que não possuem condições de fazê-lo por conta própria. O que a deixa esperançosa, no fim das contas, é a união e o empenho sem medida de todos os que diariamente se comprometem para o progresso da comunidade.

Ao mostrar fotografias do início do seu projeto, Francisca conta, emocionada, que a escola começou sob barracas de lona, onde as crianças ficavam todas aglomeradas para conseguirem estudar. “Com ajuda das doações, conse-

guimos até montar uma biblioteca”, diz. Após muito trabalho e muita ajuda recebida, conseguiram fazer uma construção de paletes para que o espaço fosse maior. No entanto, a escola começou a evoluir no momento em que, com a ajuda de seu amigo Deval, montaram o projeto Ação Social da Família, anteriormente chamado de “Levando Amor”, onde construíram duas salas e uma cozinha no galpão que Francisca havia comprado.

Hoje, após seis anos do início do projeto, a estrutura da escola nem se compara com as lonas ou paletes que mantinham seu funcionamento. Atualmente, a estrutura conta com duas salas de aula, uma cozinha, dois banheiros, um depósito para brinquedos, um cômodo que funciona como biblioteca, sala de arquivos e de informática, além de uma sala com máquinas de costura, que são utilizadas por mulheres da comunidade que produzem roupas para vender e obter renda. Há ainda um grande pátio, que conta com um largo espaço vazio, onde são realizadas as aulas de educação física e outros eventos sociais, e com carteiras que são utilizadas durante as aulas de reforço fornecidas três vezes na semana aos estudantes. Ao todo, para que toda essa estrutura pudesse existir, foram investidos 122 mil reais, algo muito além do dinheiro que Francisca obteve na venda de sua casa no início de sua empreitada.

Dentro da escola, não existe limite de idade para os alunos. Especialmente porque o objetivo é acolher a maior

quantidade de crianças e jovens possível para evitar que eles optem por jornadas que possam ser mais prejudiciais a elas mesmas na busca por melhores condições de vida. “Não podemos ter esse privilégio de limitar. Se a gente for limitar o alimento das nossas crianças, nós vamos ficar só com crianças pequenininhas ou nem isso”, argumenta Francisca. Assim, nos intervalos, o pátio se mantém completamente lotado. Ela diz que seus alunos são crianças que, na maior parte das vezes, já até perderam a esperança, devido à quantidade de situações graves pelas quais já passaram mesmo tendo tão pouco tempo de vida. Como exemplo, cita diversos casos de tortura por parte de milicianos, que coagem os jovens em busca de lucro.

Para incentivar as crianças a diariamente se manterem motivadas em aprender, ajudar a comunidade e a evoluírem, estando sempre em busca de um futuro mais promissor, na escola utiliza o método de estabelecer metas que, quando cumpridas, premiam os que as alcançaram. O objetivo é que as turmas sempre se superem e percebam que são capazes de fazer mais, chegando onde tiverem vontade, a depender única e exclusivamente de seus esforços. “Temos crianças aqui na 2ª série que sabem ler e escrever de forma perfeita. Se bater a meta e for aniversário de alguém, a gente faz até festa, leva ao cinema, dá presente”, relata.

Segundo Francisca, a escola foi construída em um lote obtido por meio de invasão, o que é algo que incomoda muitos

donos de empresas, que olham o local como uma possível fonte de renda, no caso de conseguirem se apossar da área. De acordo com a gari e criadora do projeto, a vontade de todos os que desejam acabar com a escola e com o Ação Social da Família é ligar os canos de esgoto, que se encontram aos fundos do galpão onde funciona a instituição escolar com um córrego que é localizado um pouco mais a frente, para que haja mais espaço para descarte dos dejetos de forma ilegal. “E nós estamos bem no meio deles”, complementa.

Todas as pessoas que atuam na escola são voluntárias, da mesma forma que os membros da comunidade que atuam em outras áreas do projeto. O professor mais velho da escola possui 26 anos de idade e o mais novo 16, que é o filho de Francisca, Igor. Em seu trabalho, a coordenadora do projeto faz o possível para que as crianças cresçam com a vontade de participar da comunidade, de aprenderem e se aperfeiçoarem para que consigam contribuir para a sua evolução. Apesar disso, sabe que cada um tem sua vida e os incentiva a buscarem novos rumos quando as chances surgem. E quando não aparecem, ela os estimula a criar suas próprias oportunidades. “Nossos professores são todos bem novinhos e já foram nossos alunos lá no início. Eles vão, trabalham meio período no Jovem Aprendiz, de tarde ficam aqui e de noite vão para escola ou para a faculdade. Eu não posso ficar segurando nenhum dos nossos jovens o resto da vida, porque não tenho um salário para pagar a

eles. Eles têm livre arbítrio pra arrumar emprego, então a turma é bem rotativa”, explica.

Francisca faz questão, portanto, de acompanhar o percurso de todos, inclusive dos que se afastam do projeto, como jovens que acabam se mudando ou ficando sem tempo por compromissos acadêmicos. Como exemplo, cita duas jovens que ganharam bolsas para estudar fotografia profissional em São Paulo e Curitiba, respectivamente. Para que tudo ocorra dentro do esperado e que elas não acabem partindo para o caminho prejudicial a elas próprias, por necessidades, Francisca faz questão de, periodicamente telefonar, saber de suas necessidades e prestar apoio quando necessário.

O Ação Social da Família só existe porque, como Francisca sempre diz, além da determinação de toda a comunidade que se empenha para dar continuidade, conta com a ajuda de pessoas que desejam fazer o bem e colaborar da forma que conseguem. Um bom exemplo é o fato de não pagarem energia, algo que conseguiram após seu marido, com autorização da Enel, fazer uma ligação no poste, e direcionar energia do setor ao galpão onde funciona a instituição escolar. A Enel SpA é uma empresa com origem italiana que atua, sem concorrência no Estado de Goiás, na geração e distribuição de energia elétrica.

“Nossas crianças aqui tem café da manhã, trocas de fralda, almoço, lanche da tarde e janta. Você deixa seu filho aqui às seis e meia da manhã e pega às cinco e meia

da tarde, já banhado e pronto para dormir. Tudo voluntário”, explana. De acordo com os levantamentos realizados por Francisca, em um dia normal na escola, são consumidos cerca de 90 litros de leite, 36 quilos de arroz, 27 quilos de feijão e sete quilos de carne, nas refeições principais. Para os lanches, são praticamente oito bolos ou 12 pacotes de biscoito, dependendo de qual for a escolha do dia. Para a arrecadação das comidas, foi criado um grupo no aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp, chamado “Adote um Lanche”, que possui cerca de 30 membros. Lá, eles revezam as despesas em um rodízio semanal.

Com todas as doações recebidas, especialmente as direcionadas às construções das casas de membros da comunidade, Francisca faz questão de preferir o próprio material a dinheiro. Antes de recebê-lo, faz uma filmagem e envia ao doador, onde mostra de forma clara o que e quanto precisa para continuar suas atividades rotineiras. Após a chegada das doações, continua em contato com a pessoa que lhe cedeu os objetos ou alimentos, e lhe envia vídeos mostrando a utilização de cada um deles. Caso a pessoa tenha condições, Francisca ainda prefere que o doador acompanhe o uso desses materiais de forma presencial, como em visitas esporádicas na construção de alguma casa. Isso, porque considera de suma importância que seu trabalho seja levado a sério, de forma a não ser descredibilizado pela falta de transparência sobre a utilização do que recebe ou até mesmo que venha a

ser vítima da má intenção de outras pessoas, de forma que sempre tenha provas que tudo o que arrecadou foi utilizado da forma devida e esperada.

Além de doações em materiais, a organização criada por Francisca também recebe serviços, o que facilita bastante quando algo estraga ou precisa ser resolvido com urgência. “A tinta da impressora foram meus amigos que me deram. O papel da mesma forma... Se “deu pau” no computador, a gente tenta algum amigo que tenha habilidade de manutenção, e graças a Deus nós conseguimos. Conseguimos também um amigo que me doou um ponto de internet... Então do que a gente precisa, a gente corre atrás e consegue”, conta.

Francisca tem plena consciência de que sem organização, é impossível que qualquer coisa que tenha intenção de fazer, e que envolva pessoas, ações alheias e, especialmente, dinheiro, aconteça da forma esperada. Para que tudo funcione da forma que precisa inteligentemente, controla todas as ações que ocorrem dentro do projeto em um arquivo, que contém as informações mais detalhadas possíveis. A diretora da escola conta que o primeiro passo para manter a organização e tornar o projeto o mais justo possível foi cadastrar todas as 778 famílias, com quase 3 mil pessoas, que existem na comunidade, para que seja possível saber a real necessidade de cada uma e ajudá-la como ela realmente precisa.

Francisca, que possui contatos dentro da Secretaria da Casa Civil, da Secretaria de Saúde e de várias outras,

pega os dados fornecidos pelas fichas de cadastro que os membros da comunidade preenchem, constando nome, telefone e CPF, e confere a situação atual de todos deles, seguindo o objetivo de “tirar quem precisa do meio de quem não precisa”. Segundo Francisca, o número inicial de famílias a serem ajudadas, antes do filtro que fez para entender a comunidade, era de quase duas mil. Para realizar a organização desses cadastros, cada família possui um crachá em uma ficha que fica guardada no arquivo, que é organizado em ordem alfabética. “Se tu não tiver com o seu [crachá], que tem o número que representa sua família, então tu nem entra. Não tem como dar errado”, afirma.

Toda essa ação realizada por Francisca, entretanto, causa revolta em pessoas que anteriormente tiravam proveito da fragilidade que a comunidade apresentava. Assim, os membros do Ação Social da Família, e especialmente sua fundadora, recebem ameaças, ataques físicos e verbais diários. “Nós somos bombardeados dia e noite. Tem uns que querem me matar, eu tenho medo, mas eu nem me importo”, diz, ao dar de ombros. Segundo Francisca, a última agressão que sofreu a fez passar dois dias desacordada no Hospital Estadual de Urgências de Aparecida de Goiânia (HUAPA). Na ocasião, logo após deixar o filho mais novo em casa e pegar a moto para se dirigir a outro lugar, foi surpreendida por um fio de telefone preso na altura do peitoral de uma pessoa adulta, nos dois extremos da rua que fica nos fundos

da escola que construiu. “Se minha moto fosse mais alta eu teria decepado meu pescoço, porque a linha bateu no meu tórax e eu passei dias sem conseguir respirar e com o braço quebrado”, narra, ao reviver o episódio.

Francisca explica que as pessoas que por meio de ataques e ameaças diariamente tentam fazê-la desistir, são pessoas que, apesar de já terem estado dentro e se beneficiado da comunidade em algum momento, não trabalham em prol desta. “São pessoas que, de fato, querem tirar lucro daqui e dali”, complementa. A diretora da escola explica que é de conhecimento que, na maior parte das vezes, além de ex-membros da comunidade, os responsáveis por esses atos geralmente são milicianos que anteriormente tiravam proveito de jovens que se prostituíam e se aliciavam para a venda de drogas em busca de dinheiro, costume que foi interrompido após o início do projeto, que proporcionou um novo caminho, com novas oportunidades a serem seguidas por eles. “Infelizmente, pessoas que ganham para te proteger são as mesmas que atentam contra a sua vida. Eles me atacam porque querem que isso continue, porque são beneficiados com isso. Infelizmente, muita gente da comunidade fica até a favor deles, com medo. Tem moradores que são obrigados a saírem de suas casas”, lamenta.

Infelizmente, não somente ela, mas crianças e jovens membros da comunidade são diariamente surpreendidos com temores que vão além das ameaças. Segundo Francisca, já

aconteceu de algumas crianças serem sequestradas por milicianos que enviavam partes de seus corpos aos pais que, desesperados, desejavam mais do que tudo encontrar os filhos em troca de dinheiro, aliciamento e outros serviços ilegais ou prejudiciais a eles. Além de tudo isso, algo que muito assombrou os membros do projeto foram pessoas que, ao visitarem os eventos realizados pela comunidade, fizeram questão de tirar fotos e divulgá-los pelas redes sociais, tomando crédito pelas ações realizadas ali.

Falar sobre a história de Francisca sem falar de suas contribuições à comunidade é uma tarefa difícil, já que, segundo ela, seu objetivo de vida é ajudar todas as pessoas que se encontram no limbo, e não possuem condições de sair dele. Na escola que construiu, por exemplo, toda sua família colabora de alguma forma. Para que nenhuma pessoa se encontre desamparada, ela e seu esposo não possuem horário para acordar ou dormir, já que a qualquer sinal de emergência, eles correm atrás dos protocolos e das burocracias necessárias para a resolução desses problemas. “Às vezes estamos em nossa casa e tem uma mulher que está parindo, e não tem como ir para o hospital. Ou a gente faz o parto em casa ou nós corremos atrás do bombeiro e polícia, para que nos ajude com esse parto. Às vezes é alguém que está doente, uma criança, um idoso”, relata.

Sua filha Letícia, de 18 anos, é professora da alfabetização, e seu filho Igor, de 16, é professor de matemá-

tica. Ambos sonham, em um futuro próximo, ingressar na graduação em Pedagogia, para que assim possam ensinar e amparar as crianças e os jovens que tanto precisam de apoio de forma mais capacitada. “Nós não temos muito lazer, eu e minha família. E eu dou graças a Deus por isso, porque se fosse para nós termos, Ele não teria colocado nós dois aqui”, diz, referindo-se a ela e ao marido.

Do mesmo modo, sua filha de apenas 14 anos, Ithauany, é responsável por todas as tarefas domésticas da casa, para que sua família não precise se preocupar com isso enquanto preservam a vida dos membros da comunidade. Quando chegam em casa, portanto, todos os demais nove residentes da casa – que incluem Francisca, o irmão, o sobrinho, o esposo e os outros cinco filhos – encontram comida feita, roupa lavada, passada e o chão limpo. Seus demais filhos, Isabela, de 13 anos, Gabriel, de 10 anos, que tem hidrocefalia, e Guilherme, de 3, lutam para conseguir estudar e alcançar um futuro diferente, e com mais oportunidades do que muitos ao seu redor conseguiram encontrar. Cotidianamente, quando não estão na escola, os mais novos passam o dia em casa com Ithauany, colaborando com tarefas mais simples da casa.

Apesar de Maria e Larissa já serem casadas e terem suas respectivas profissões, e Letícia e Igor já terem os objetivos e metas a serem cumpridas a curto prazo, os mais novos ainda possuem um longo caminho a ser traçado, cheio

de possibilidades e escolhas a serem feitas. Os sonhos dos filhos de Francisca, segundo ela, são os mais amplos possíveis, e passam pelo desejo de ser médico, vindo de Gabriel, que é o “filho especial e o xodó” de Francisca, e o de ser vaqueiro, por parte de Guilherme, o filho arteiro que é apaixonado por cavalos e outros animais.

Ser mãe é algo muito presente na vida de Francisca, que já deu à luz a nove filhos, e é exatamente essa função que é seu maior motivo de orgulho. Especialmente após ter sido impedida de acompanhar o crescimento de seus primeiros três filhos do primeiro casamento, os quais duas são casadas e um faleceu ainda pequeno, Francisca faz questão de estar presente em cada etapa da vida dos outros seis que, além de morarem com ela, fazem parte de tudo o que ela acredita e pratica todos os dias. Francisca se orgulha da educação que deu aos filhos, de ter criado pessoas com tanta vontade de ajudar os outros e mudar o mundo. Pessoas que não têm medo do trabalho e nem das consequências a serem enfrentadas quando a luta é por um mundo mais justo e com oportunidades mais bem distribuídas. “É duro, não vou te dizer que é fácil, nunca foi e acredito que nunca vai ser, mas se a gente for cruzar os braços vamos ser mais um que fecha o olho para as necessidades de quem realmente precisa”, acrescenta Francisca.

Quando alguém pergunta o porquê de Francisca se empenhar tão intensamente para que outras pessoas te-

nham condições dignas para viver, a ponto de sacrificar suas horas de sono, sua condição física e até os momentos que poderia gastar com sua família, ela explica que “quando você sofre, e sabe como é o sofrimento do seu próximo, você vai fazer tudo o que está ao seu alcance para que ele não passe pelo que você passou”. Vai tentar de alguma forma, independente dos sacrifícios que tiver que fazer. Para ilustrar, Francisca, com os olhos brilhando, faz questão de explicar e mostrar fotos das famílias antes e depois de serem ajudadas. Fotos estas que, além de exporem as condições físicas e materiais em que anteriormente essas pessoas se encontravam, explicitam o contraste existente em suas feições. Antes, demonstravam insatisfação, tristeza, sofrimento e até mesmo pedidos de socorro silenciosos. Agora, expressam satisfação, alegria e gratidão pelas boas ações e os esforços sem medida que fizeram com que saíssem de uma situação de quase miséria para um padrão digno.

Por isso, a gari nunca se dá por vencida e quer melhorar cada vez mais para que, assim, os serviços que presta à comunidade sejam cada vez mais eficientes e abrangentes. Seu sonho é algum dia conseguir cursar Serviço Social e se tornar uma assistente social formada, tornando-se ainda mais capacitada para realizar o trabalho que diariamente se esforça para fazer. “E eu vou chegar lá. Vou ser aquelas velhinhas que terminam os estudos com 70 anos. Eu não desisto. Se Deus dá oportunidade e capacita, a gente vai!

Se você me perguntar: ‘Francisca, qual a classificação da sua vida de 1 a 10?’, eu vou falar que a classificação hoje é 9, mas vou chegar a 10”, assegura, com orgulho.



janira sodré

“É insano lutar contra o racismo. É um monstro de muitas cabeças que se reinventa e vai se complexificando. É uma luta constante. O caminho é longo até você saber vetar as pessoas que vão te destruir ao invés de edificar o seu ser com a capacidade de amar e a potência de ser amada.”

Historiadora e Mestre em Ciências da Religião, Janira comprova sua teoria de que nasceu para estudar. Quando criança, nunca teve preferência por matérias específicas. Estudar era o que importava, independente do que fosse. Por isso, durante toda sua vida, a escola foi seu lugar preferido no mundo. Era abarrotado de livros, de pessoas com quem pudesse conversar sobre o que aprendia e outras interessadas no que ela tinha a ensinar – até mesmo enquanto criança. Sua tia Dorcelina, mais conhecida como dona Doça, com quem viveu grande parte da sua vida, foi a grande responsável por seu interesse pelos estudos e a tão sonhada vaga na universidade, já que, em toda a sua jornada, dona Doça sempre fez questão de incentivá-la e motivá-la a continuar e nunca tirar sua capacitação de uma de suas principais prioridades.

Nascida em 1971, na cidade de Santa Luzia, município localizado no Maranhão, a professora veio ao mundo em um

parto imprevisto, pelas mãos de uma parteira, em uma casa de pau-a-pique, no dia 27 de agosto daquele ano. Janira cresceu em um momento em que ainda vigorava a ditadura militar no Brasil. Assim, os habitantes da cidade apelidaram o local em que moravam como “Santa Luzia do Tide”, fazendo referência ao político e coronel local, Aristides. Paralelo a isso, decidiram apelidar o município pelo fato de ter duas cidades com o mesmo nome social, trazendo confusão para os que a visitavam.

Em uma infância simples, Janira era a caçula de quatro irmãos e costumava brincar sozinha ou na presença de Jandira, sua irmã mais velha. Ao todo, seus pais tiveram quatro filhos: dois meninos e duas meninas. Como sua mãe tinha a pele clara, mas seu pai não, os filhos saíram mestiços. Janira, então, quando fala sobre os irmãos, costuma dizer que, em sua casa, eram “dois pretos e dois brancos”. Os mais velhos, costumavam ajudar o pai na roça para complementar no sustento da família, enquanto que Jandira participava de suas brincadeiras, mesmo não gostando muito de não ser mais a caçula da família.

Segundo ela, em uma família interétnica, as pessoas pretas sofrem mais. No entanto, apesar de algumas lembranças traumáticas, Janira se lembra com carinho dos momentos que passou ao lado da irmã na infância. Por conta do fim do casamento de seus pais, os irmãos tiveram que se separar também. Assim, ela sempre seguiu os passos de Jandira, tendo ela como sua protetora durante vários anos. “Ela é minha companheira mais antiga e mais constante”, conta.

Entre as típicas diversões nordestinas, como pular corda e jogar pião, Janira gostava mesmo era de brincar com bonecas feitas de espiga de milho e de “panelinha”, no vocabulário maranhense, ao tratar de um passatempo no qual as crianças fingiam cozinhar. “Minha mãe me deixava ter uma espécie de fogareiro, com mini-panelinhas, e colocar arroz com a água fervendo lá dentro. Só estou viva graças à Deusa! Nossa Senhora das meninas travessas!”, brinca. Além disso, escalar árvores, divertir-se com carrinhos de rolimã, tomar banho de chuva e arrastar a barriga na calçada molhada eram alguns dos principais divertimentos. Em épocas de chuva, sua mãe costumava cozinhar milho, o que virou uma tradição na família, por ser um alimento barato, nutritivo e saudável. Diferentemente de Goiás, no Maranhão o consumo do alimento era feito somente nessas ocasiões, as quais Janira se relembra com nostalgia.

Em uma família pobre, a alimentação consistia do que vinha da terra, oriunda do extrativismo vegetal nos arredores do município. Frutas como caju, manga e abacaxi eram comuns na mesa da família Sodré. Além disso, peixes, banana frita, galinha caipira, açaí, baião de dois e o tradicional cuxá faziam sucesso entre os maranhenses, alimentos que até hoje refletem uma infância simples, mas saudável, na vida de Janira. “É comida de pobre, comida brasileira. É uma coisa que sempre existiu na minha vida”, explica. Apesar da simplicidade, a historiadora se orgulha da infância que teve, em que cuidado, carinho e compreensão nunca faltaram, embora não

vivessem com luxo. “Quando eu penso em tudo que vivi, vejo que minha infância foi uma coisa de cinema. Vida boa!”

Apesar disso, a historiadora nasceu perto do mercado da cidade, em uma rua chamada Benedito Leite. Janira conta que aquele era o ponto de encontro, o local de sociabilidade da cidade. Com o passar do tempo, sua diversão passara a consistir em ir fazer compras para sua mãe. Em sua infância e adolescência, nada se comparava em sair para comprar o cororal (corante), alho e sal, e passar horas na rua observando as atrações culturais que aconteciam no mercado. “Tinha repentistas dando o espetáculo, malabaristas, mágicos, ilusionistas... É tipo um circo dentro do mercado, no interior do nordeste. Isso é muito do meu repertório infantil”, relata a historiadora.

O homem da cobra, que segundo Janira era uma pessoa que carregava o réptil dentro de uma mala para mostrar seu adestramento no mercado, fazia parte dos inúmeros artistas populares que compunham o “circo”. Encantada com tanta diversidade de atrações, ela confessa ter recebido incontáveis broncas na infância pelo simples fato de se esquecer de voltar para casa com as compras que sua mãe havia pedido, distraído-se com o espetáculo.

Janira se mudou para a casa de sua tia logo após a separação de seus pais. Na época, tinha apenas quatro anos, mas lembra com intensidade da “briga de gigantes” que foi esse momento. Com isso, sua mãe, Lucimar, quebradeira de coco babaçu da região rural de Santa Luzia do Tide, mais precisa-

mente no “Turibas”, onde a família de seu marido era dona, decidiu retornar para a casa da sua família após a separação, no entanto, nem cogitava ficar longe dos filhos. Assim, morou durante três anos em um terreiro de Terecô — religião de matriz africana — localizado em um distrito perto da cidade. “Sou a sétima filha da minha mãe e a quarta filha do meu pai, sendo a caçula do casamento dos dois”, explica.

A família paterna da historiadora, com quem passou a morar desde então, era formada por oito tias que, caso algum dos pais não estivessem presentes, exerciam este papel na vida dos sobrinhos. “Na nossa família, obedecemos e respeitamos os tios como se fossem nossos pais. Assim era a família extensa, família negra e africana. A minha família”, conta. Com a separação, grande parte das tias de Janira não concordavam em criá-la longe do amor de mãe. Portanto, todos os sábados, levavam-na em festas que aconteciam no terreiro, a fim de não permitirem que a conexão entre mãe e filha se perdesse. Isso aconteceu durante alguns anos, até o momento em que Dorce-lina decidiu mudar-se com Janira e seus outros filhos para Boa Vista, em busca de uma melhor qualidade de vida.

A partir desse momento, mais de dois mil quilômetros separavam Janira de sua mãe, e assim permaneceu pelos quinze anos seguintes. Apesar disso, quando fez 18 anos, a jovem Janira passou em um concurso do Eixo Território Federal de Roraima. Ela conta que seu salário, na época, se igualava ao que um professor universitário ganha hoje, e ao considerar

todo o histórico de dificuldades que já havia passado na vida, a emoção ao ganhar o primeiro salário mal pôde ser contida:

— Tia, fiquei rica! Tenho muito dinheiro! O que vou fazer com ele?

Lembra que, seguindo os conselhos de sua tia, as primeiras compras realizadas com o dinheiro de seu primeiro salário foi um par de sapatos Coiote, da Azaléia, que há cinco anos desejava, e uma bicicleta cor de rosa para que pudesse se dirigir à escola com mais facilidade. A importância e o significado dessa bicicleta em sua rotina e a mudança financeira em sua vida são vistas durante seu ensino médio, quando Janira morava a cerca de 12 quilômetros de sua escola. Para chegar à instituição, precisava pegar dois ônibus, mas antes de se tornar servidora pública, nem sempre conseguia dinheiro suficiente para arcar com as passagens que gastava no trajeto até a escola.

Apesar de a prefeitura conceder meio passe aos estudantes, e de às vezes sua colega rica “patrocinar” suas passagens do dia, nem sempre era suficiente. Às vezes, a única opção restante era acordar ainda de madrugada e caminhar 24 quilômetros: 12 de ida e 12 de volta. Em outras ocasiões, andava metade do caminho, até o centro da cidade onde morava sua outra amiga, Robélia Cristina, que apesar de hoje estarem distantes, ainda a considera muito, e juntas partiam na jornada de conseguir dinheiro em praças e terminais para que o restante do trajeto até a escola pudesse ser finalizado.

A quilometragem então percorrida a pé por Janira passava a ser só uma ponta do esforço, do sacrifício físico e intelectual e do trabalho que marcou sua adolescência. Isso porque quando chegava à escola, além de ser a melhor aluna de sua classe, ocupava o posto de monitora dos professores.

De acordo com Janira, participar de todas as atividades que a escola oferecia lhe fez criar um vínculo ainda mais forte com a educação e tudo o que a cerca. Nos programas de monitoria, por exemplo, além de fixar melhor os assuntos das matérias que havia estudado, ela também aprendeu sobre responsabilidade e postura diante de uma sala de aula, lugar que posteriormente seria um dos seus favoritos no mundo, já como professora.

Com humor, a historiadora revela que apesar da bolsa de estudos que recebia como monitora não ser tão boa como ela esperava, o benefício lhe ajudava a realizar sonhos em que sua tia não tinha condições de arcar. Ir ao cinema e comprar a tão sonhada sandália Azaléia são exemplos disso. “Eu não recebia uma bolsa, recebia uma pochete!”, ri. “Eu queria ter meu dinheirinho para me ajudar a pagar ônibus, comprar um lanche, ir ao cinema ou senão só comprar alguma coisa que minha tia não podia me dar”, relata.

A terceira aquisição realizada com seu primeiro salário – e a que lembra com mais carinho – foi o crediário que abriu para que pudesse viajar de avião e visitar sua mãe. Naquela época, era comum que pessoas abrissem crediários

para que pudessem viajar de avião com maior comodidade financeira, caso não conseguissem arcar com os custos completos de uma vez. Assim, desde seus 19 anos até o falecimento de sua mãe, em 2012, a relação entre elas se estreitou, se intensificou e se tornou constante. Apesar disso, o reencontro não foi fácil. Foram quinze anos longe da mãe e, por conta disso, Janira tampouco sabia seu endereço, embora soubesse que Lucimar residia em São Luís, capital do Maranhão. Como solução para o problema, a historiadora pediu a ajuda de uma amiga que fora passar suas férias na cidade e que conseguiu todos os detalhes que facilitasse a visita. Segundo Janira, ao bater no portão da casa de sua mãe, sentiu seu coração acelerar, afinal, em poucos segundos reencontraria uma das pessoas de que mais sentia falta na vida.

No entanto, para sua surpresa, Lucimar não lhe reconheceu em um primeiro momento. “Eu bati no portão, ela saiu e achou que eu fosse uma das irmãs do meu pai, e não a sua própria filha”, diz. Para Janira, a situação foi o resultado de conflitos que ocorreram no processo de divórcio de seus pais, além de todos os anos de distanciamento, fazendo com que Lucimar se sentisse lesada na relação. “Minha mãe sofreu muito por não ter tido a oportunidade de conviver conosco”, revela. Apesar disso, o reencontro foi um momento muito emocionante, o qual Janira relembra com carinho e gratidão. “Foi um impacto. A emoção, o choro, o abraço e a acolhida... Foi algo muito intenso”, conta.

Janira recorda-se de passar horas conversando com a mãe, que detalhadamente lhe contava sobre sua vida, seu trabalho, seus amores e cada ponto de sua trajetória. “Ela foi uma mulher muito bonita na juventude, e viveu uma vida venturosa. Eu amava escutá-la, era mágico”, afirma, seguido de um longo suspiro. Lucimar faleceu aos 77 anos de idade, após complicações de uma doença com a qual lutava desde os 42. O câncer de útero se transformou em uma metástase ao longo dos anos, e já não havia mais tratamento. Apesar disso, Janira revela que sua mãe fora uma mulher guerreira e que lutou diariamente contra sua doença, passando décadas sem necessitar de intervenções médicas. Por fim, se cansou.

Para Janira, a morte de sua mãe lhe trouxe inúmeros aprendizados sobre sua própria existência. Isso porque, embora tivesse convivido com Lucimar nos quinze dias anteriores a sua partida, cuidando, apoiando e dando-lhe todo o carinho que existia em si, ainda sentia como se faltasse algo para que sua mãe completasse sua missão no mundo. “Eu sentia a necessidade de aproximá-la da minha irmã, mas isso não foi possível”, lamenta. A historiadora considera seu processo de luto como uma das piores fases de sua vida, mesmo que não tenha tido tanto convívio com a mãe. Ao contrário do que Lucimar pediu segurando sua mão no seu último dia de vida, Janira revela que o sofrimento foi inexplicável. “Foi algo muito forte, é uma perda diferente. Quando sua mãe morre, o ancestral é você.

Fisicamente falando, acabou sua raiz. Sofri muito, fiquei muito doente, física e psicologicamente”, confessa.

Assim como para decidir o que fazer com seu dinheiro, sua tia era sua principal fonte de conselhos em quase todas as situações durante sua juventude. Janira se recorda com admiração de Dorcelina, que “possuía grande visão política e comunitária”. Segundo ela, sua tia era bastante influente dentro e fora da família, provocando debates, questionamentos e estando sempre à frente do seu tempo. Por entender a importância dos estudos na vida de uma pessoa, Dorcelina percebeu desde cedo o déficit educacional em Santa Luzia, decidindo, então, mudar-se com Janira e seus outros quatro filhos para Boa Vista, capital do estado de Roraima, onde havia melhores oportunidades. “Quero muito que meus filhos se tornem doutores”, relembra Janira dos anseios de sua tia paterna. Naquela época, não era preciso graduar-se em Medicina para se tornar doutor, afinal, este era o nome dado para qualquer pessoa que concluísse o ensino superior. Portanto, Dorcelina tinha apenas um sonho: que seus filhos – e os sobrinhos que eram igualmente considerados filhos – estudassem e se formassem.

Dorcelina era muito especial para todos da família, portanto, qualquer desavença dos sobrinhos com os pais se tornava motivo para irem morar ou ao menos passar alguns dias em sua casa. Como explica Janira, “minha história é muito tradicional no sentido de padrões arcaicos de família. Nas famílias negras, você não precisa ser filho de

alguém para te acolherem em casa. Se precisar, todo mundo vira seu irmão”, conta. Assim, embora desse muito valor para a escolarização, Dorcelina também se importava com outros tipos de aprendizado importantes na vida dos filhos e sobrinhos. Ela os matriculou, então, em oficinas de culinária e horticultura, além de cursos de manicure, cabeleireiro, crochê, tricô e macramê — atividades nas quais Janira não possuía muita habilidade. Segundo ela, assistia às aulas por obrigação e aguardava ansiosamente o horário da “merenda”, fazendo Dorcelina, após alguns meses, entender que trabalhos manuais não eram para a sobrinha, a qual se destacava realmente no ambiente escolar.

No ano de 1978, quando, de fato, mudaram-se para Boa Vista, Janira tinha sete anos de idade e conta que foi uma viagem inesquecível. “O contexto era de uma mulher viúva, costureira, que vende seu local de moradia para pegar um ônibus em Santa Luzia do Tide, dormindo conosco no cais do porto para esperarmos o navio onde ficaríamos durante sete dias até Manaus”, explica. Na viagem foram três crianças, sendo elas Janira, sua irmã e seu primo, além de um adolescente, filho biológico de Dorcelina.

A historiadora se recorda de ter sido uma criança muito esperta e falante, “conversadeira”, como ela mesma diz, e conta que houve dias em que essa sua característica não teve consequências agradáveis. No entanto, em outras ocasiões, como na viagem para Boa Vista, lhe trouxe algo

que jamais esperaria: a chance de comer em um restaurante junto com o capitão do navio e seus tripulantes. Durante a viagem, ao brincar no convés, notou a sombra de “um homem grandão” chegando aos poucos perto dela. “Ele usava farda e, na minha opinião, era o maior homem do mundo, porque eu olhava de baixo para cima”, ri. De modo educado e simpático, o homem começou uma conversa com Janira, perguntando se estava gostando da viagem:

— Como está sendo a sua viagem, menina?

— Não estou gostando. A comida é muito ruim e minha mãe não consegue comer. Ela está ficando doente por conta dessa comida, que é péssima! – reclamou Janira, referindo-se à Dorcelina.

— E você? Gosta da comida? – questionou o capitão.

— Não, mas eu como, porque sou criança e fico com fome – retrucou a menina.

Surpreso com a resposta de Janira, o capitão do navio lhe pediu que o levasse até a sua mãe para conversarem sobre a viagem. Chegando lá, ao conhecer dona Doça, que já era uma mulher mais velha, notou a força que ela levava em si, o que lhe deixou bastante tocado, convidando-as para realizarem as refeições junto à sua equipe em um restaurante. “Era uma viagem muito complicada. Lembro que havia algumas redes armadas em canos de ferro, como se fosse um acampamento coletivo. Eram caixas, malas, bichos, cachorros, bananas... tudo junto. As pessoas se preparavam, porque a viagem era

ruim”, relata Janira ao relembrar dos sete dias difíceis que precisou enfrentar durante a viagem até Boa Vista. Apesar disso, a partir daquela conversa, afirma que o trajeto não foi mais tão ruim assim. “Depois daquele dia, a gente passou a comer uma comida boa. Isso me marcou muito pois, em casa, os alimentos eram contados”, explica.

Nessa época, no fim da década de 1970, o político Ottonmar Pinto (hoje no PSDB) foi nomeado como governador biônico do então território de Roraima, cargo que ocupou até 1983, e que foi marcado por inúmeros projetos de assistência social. Em um contexto onde ainda havia a ditadura militar no Brasil, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942, recebia verbas do governo dos Estados Unidos como forma de se manterem aliados nessa fase. Janira conta que a ajuda vinda desses projetos de assistência auxiliava bastante a sua família. “Nós tínhamos uma ajuda que funcionava na escola, então eu sempre recebia uniformes e tecidos extras”, conta. Como Dorcelina era costureira, os tecidos recebidos eram aproveitados também para fazer roupas para usar em um “domingo de passeio”, segundo Janira. “Eram panos sintéticos, um tergal branco e azul”, diz. Como boa “faladeira”, Janira sempre conseguia, além disso, levar comida da escola para casa. Eram cestas com leite, biscoitos e alguns alimentos não perecíveis, o que ajudava bastante no sustento da família.

Apesar do auxílio, a infância de Janira sempre foi financeiramente complicada. Moraram em casas alugadas e

pequenas até o dia em que a família conseguiu comprar a sua própria residência, com a ajuda do irmão mais velho de Janira, Alderico, que havia conseguido o primeiro emprego. “Era uma casa de madeira, em uma rua que não tinha asfalto, mas tinha uma grande vala para escoar a água da chuva”, explica. A inserção de Alderico no mercado de trabalho foi um grande marco para a família Sodré, revela a historiadora. “O emprego era para ganhar apenas um salário mínimo, mas lembro que minha mãe nos preparou, nos vestiu e disse: ‘hoje nós vamos entregar o cartãozinho da LBA, porque não precisamos mais’”, conta, emocionada. Hoje, Janira percebe em vários aspectos o quanto Dorcelina foi essencial em sua educação. De acordo com ela, sua tia sabia exatamente o que estava fazendo e pensava nos mínimos detalhes, mesmo na simplicidade, o modo em que criava seus filhos. “Minha tia era muito austera, não tolerava muitos erros, mas era flexível com a incapacidade moral que eventualmente pudesse acontecer em uma família vizinha ou outro alguém”, relata.

Em Boa Vista, cidade que se originou da sede de uma fazenda estabelecida no local no século XIX, Janira colecionou boas memórias, mais do que aquelas que são entrecortadas de uma infância no Maranhão. É o lugar onde fez amigos, estudou, cresceu e, de muitas formas, evoluiu. Com nostalgia e orgulho, ela se recorda da caminhada árdua, mas necessária, que a fez chegar aonde está. “Acho que o fato mais transformador da minha infância, daquela casa de pau-a-pique que nasci

para a mulher que sou hoje, foi a minha tia ter tido a coragem de fazer essa migração para Roraima”, confessa. A distância e a condição financeira faziam a viagem ser considerada praticamente impossível, mas se não fosse Dorcelina, hoje Janira teria uma vida bastante diferente da que tem.

A historiadora iniciou a sua vida escolar em uma escola pública da cidade. No entanto, depois de alguns meses, Dorcelina a transferiu para uma escola particular, pois, segundo Janira, “ela era muito apressada com a escolarização”. Raimunda, vereadora da cidade e mestra da escola, era apelidada como “dona Mundiquinha” por Janira, que se recorda de sua professora ser baixinha e muito culta, sempre corrigindo os alunos, especialmente em relação ao modo de falar e à gramática:

— Dona Mundiquinha, ‘nóis’ queremos ir ao banheiro!
— exclamava Janira.

— Não é ‘nóis’, menina, não tem a letra i. É ‘nós’!

Sua paixão pelos estudos refletiu em seu principal hobby: a leitura. Seu escritório com uma robusta estante abarrotada de livros ilustra isso. “Aos sete anos eu já era uma leitorinha há dois ou três anos”, conta, ao explicar ter sido alfabetizada aos quatro anos, tempo em que não existia uma idade-base para se começar os estudos. Quando estudava em uma escola pública de Roraima, chamada Dom José Nepote, a biblioteca e a quadra da escola eram seus lugares prediletos para estar no contraturno das aulas.

Por ser localizada em um bairro afastado, na escola, Janira e seus colegas, tinham contato com cobras e outros animais que eram levados para o laboratório de ciências, tornando o estudo mais interessante. Havia também rios próximos dali, para onde a historiadora confessa ter fugido algumas vezes, divertindo-se no horário das aulas. “Isso só acontecia quando chovia, pois as chuvas amazônicas são torrenciais. Se você pegar chuva, não tem jeito de você chegar seco em casa. Então quando chovia, a gente saía da escola para tomar banho de rio, chegava todo molhado e dizia: ‘peguei chuva no caminho de casa’”, explica, com gargalhadas.

Janira se recorda que, em um contexto onde ainda existia a ditadura militar no Brasil, era obrigatório chegar na escola e cantar o Hino Nacional, além do Hino da Bandeira, do Estudante, da Criança, de Roraima... Não tinha como evitar. Tal como parte da letra do hino da sua cidade, “almejamos ser bons brasileiros”, Janira, desde criança, levou seus estudos com responsabilidade e dedicação, a fim de se tornar uma pessoa melhor a cada dia e fazer alguma diferença no mundo, ou ao menos em sua comunidade. “Eu nasci para estudar e, para mim, não existia matéria favorita”, conta, ao ser questionada sobre qual tipo de conteúdo era seu preferido. Para ela, o gosto pela leitura transcendia os livros literários. Seu gosto pelo próprio livro didático era imenso, no entanto esse tipo de material demorava a chegar em sua cidade por conta da viagem de navio até Roraima. “Eu ficava

esperando porque era o que a gente tinha, né? Fora os da biblioteca da escola, não tinha outro livro para levar para casa, então eu lia livros didáticos e gostava muito”, relembra.

No entanto, apesar de ser um lugar onde ela se encontrava e se divertia, foi na escola que Janira teve seu primeiro contato com o racismo. “Na idade que eu tinha, a escola era o meu lugar e era lá que eu conhecia todas as pessoas, inclusive a que fui apaixonada, mas não foi apaixonada por mim, porque eu era uma menina negra e, nesse contexto, eu era feia”, explica. Segundo a historiadora, o ambiente escolar pode ser muito cruel do ponto de vista racial, já que é a primeira vez em que a criança está exposta a uma socialização fora de casa. Por isso, a relação era ambígua. “A escola sempre foi um ambiente bastante racista, onde eu recebia muitos xingamentos e muita humilhação por conta da minha cor. Sempre existia esse conflito com os rótulos, os apelidos, as detratações raciais e a ideia de feiura”, conta. “A mais feia da sala de aula era eu, aquela a ser rejeitada na festa junina. A subjetividade das meninas negras se produz nessa chave”, analisa.

Como consequência, por conta da imaturidade e pelo fato de não saber argumentar ou tampouco se defender com palavras, Janira revela ter iniciado inúmeras brigas como tentativa de calar quem tanto lhe causava dor. “Não era sempre, mas algumas vezes eu não soube lidar com os meus impulsos e minhas emoções, então decidi partir para a força”, admite. “Minha infância se deu na Amazônia, onde

também havia muitos indígenas. Lembro que uma vez eu entrei em um conflito com uma garotinha indígena, na volta da escola, porque ela me chamou de preta em um tom de xingamento. Eu tinha uns nove anos de idade, e sim, saí nas vias de fato com ela”, relata.

Nesse episódio específico, Janira conta que a ajuda recebida da sábia dona Doça, sua tia e mãe de consideração, fez toda a diferença para que o seu entendimento sobre o racismo acontecesse. Ao desabafar, relatou à tia sobre o que havia ocorrido na saída da escola, e recebeu uma resposta que nunca mais esqueceu:

— Ela te chamou de preta, mas é isso que você é!

No entanto, ao ser informada que o tom da palavra foi pejorativo, dona Doça mudou, em parte, o discurso. “Ela nos ensinava a dar respostas atravessadas, nos ensinava a responder de uma forma desaforada. Aprendemos a não levar desaforo para casa se o assunto fosse racismo”, relata Janira. “Ela nos empoderava nesse sentido. Minha tia era muito potente!”.

Anos mais tarde, já na adolescência, embora as circunstâncias mudassem, o racismo se mostrava ainda mais presente. A fase dos primeiros relacionamentos amorosos, conta Janira, foi um período de, sobretudo, entendimento sobre a fetichização do corpo negro, bem como o drama de ser desejada, mas de modo velado. “Esse efeito da erotização e fetichização do corpo negro tem um impacto muito forte, porque a pessoa te quer, mas não quer te mostrar para ninguém.

Isso é muito cruel”, afirma. “Existe um abismo entre o erotismo e o afeto”, acrescenta Janira.

Apesar do imenso sofrimento causado por um racismo que, muitas vezes, fora encoberto, a historiadora afirma que a partir do momento em que superou todas as dificuldades de se impor, de se blindar e de se proteger do preconceito, as oportunidades amorosas começaram a surgir. As que, de fato, iriam lhe fazer bem. “É um caminho longo até você entender o que quer e o que precisa, e de saber vetar as pessoas que vão te destruir ao invés de edificar o seu ser com a capacidade de amar e a potência de ser amada”, afirma.

Quando adulta, ainda que não estivesse na escola ocupando o papel de aluna, mas de professora, o racismo continuou. Ela se lembra com detalhes de um episódio ocorrido no início de sua trajetória, ao se dirigir a um aluno. Este se recusou a falar diretamente com Janira por sua cor, alegando que o lugar dela era em uma escola de samba, não em uma sala de aula. Apesar da gravidade, anos depois, o protagonista desta cena pediu desculpas a Janira. Nos lugares em que deu aula, sempre sentiu a necessidade de, mais do que os outros profissionais, ter que sempre estar provando e comprovando seus saberes e capacidades, mesmo que, como diz, “se eu já concursei, se eu estou aqui, é porque de certo eu sei responder uma prova de História”.

Outras situações, no decorrer do tempo, tornaram-se comuns, como o fato de a professora quase sempre ser a úni-

ca negra da equipe em que atuava, causando um isolamento circunstancial, ou ter sido não apenas confundida como funcionária dos serviços gerais, mas desprezada por deduzirem que ela atuava nesse ramo - e não como diretora, como em alguns casos ocorreu -, o que revela a ocorrência de um outro preconceito, somado ao racismo.

Além de tudo isso, Janira ressalta a descredibilização, o desmerecimento e a censura por não aceitar esses episódios, fazendo com que a vítima seja sempre retratada como exagerada, como quem interpretou a situação com maldade excessiva. “As pessoas dizem: “Nossa! Complexada, tem complexo de inferioridade ou algo assim, porque não foi isso que eu quis dizer. Era uma brincadeira””, exemplifica Janira.

Para a historiadora, a luta contra o racismo é árdua e insana. “O racismo é um monstro de muitas cabeças e que se reinventa e vai se sofisticando, se complexando, ele vai se organizando de uma outra forma sutil e se reestruturando de outra forma e é uma luta constante. Ser mulher negra não é bolinho, não. Acontece de tudo na sua trajetória”, desabafa.

Em seu ensino básico, na época o “primeiro grau”, Janira estudou até o oitavo ano, onde, após a formatura, optou por cursar o ensino médio, ou o “segundo grau”, na Escola de Formação de Professores de Boa Vista, a melhor da cidade. “Eu tinha um objetivo na vida e esse era o caminho”, diz. Tamanha exigência era feita por parte da escola que, para ter a chance de ingressar nela, era necessário realizar uma

prova, ou um “vestibulinho”, como diz Janira, comparando-a à fase necessária para ingressar em uma universidade. “Eu fiz e passei em primeiro lugar!”, orgulha-se. Ao contrário do ensino médio tradicional que se cursa ao longo de três anos, o ensino profissionalizante oferecido pela escola durava quatro anos, o que trouxe um maior amadurecimento e preparação para a vida adulta, de acordo com ela. “Essa escola definiu minha vida, era uma escola de líderes. Tivemos a melhor educação e a melhor adolescência, a gente se preparou pra vida adulta naquele lugar. Foram quatro anos muito bem vividos!”, relata.

Como na vida de muitos adolescentes, a escola é palco da maior parte dos acontecimentos que narram a vida do estudante. Para Janira e sua vida amorosa, isso não poderia ser diferente. “Dei um beijinho em um menino aos dez anos, mas isso não conta”, ri. Entretanto, grande parte da sua mocidade, mais especificamente dos 14 aos 17 anos, foi passada ao lado de seu primeiro namorado, com o qual a historiadora ainda mantém contato e, apesar de a relação ter chegado ao fim há muitos anos, continua sendo uma pessoa muito especial. “Ele era mais velho, era radialista e paraquedista. Lembro de ter sido a paixão da minha vida”, conta. O Monte Roraima, segundo maior pico do Brasil, foi o cenário que marcou o relacionamento, pois seu namorado realizava excursões para o local, levando Janira para escalar junto a ele algumas vezes. “Como todo paraquedista, ele sempre foi

muito aventureiro. Foi com ele que saltei de paraquedas na minha adolescência”, relembra, com carinho.

Sempre consciente e orgulhosa da sua trajetória de vida árdua, a historiadora conta sobre momentos recorrentes quando, na adolescência, colegas de classe zombavam da rua de sua casa após as festas:

— Nossa! Você vai deixar seu namorado te deixar na sua casa? — questionava a colega, fazendo menção à grande vala no meio da rua, que não era asfaltada.

— Claro! Se quiser me namorar vai ter que saber onde eu moro e aceitar que é uma rua de chão batido.

Após o término que, segundo ela, foi um “grande sofrimento”, Janira namorou outras pessoas. Contudo, uma característica marcante em seus relacionamentos é a duração. Embora tenha se apaixonado por muitas pessoas na vida, a maioria não foi de relacionamentos pontuais e sim algo que marcou sua trajetória e definiu seu crescimento e amadurecimento. Comparando-se ao cantor e compositor Luiz Melodia, Janira traduz seus sentimentos em uma letra de música: “As pessoas que amo, amo bastante...”, diz ao fechar os olhos e repensar sua vida amorosa. Segundo ela, hoje entende que o amor não acaba, mas se transforma. “Se o namoro terminou, é ex, mas continuo amando”, afirma.

Apesar de ter sido uma adolescente “namoradeira”, como ela mesma diz, Janira nunca tratou seus relacionamentos como prioridade. “Paixões eu tinha, mas a vontade

de que o estudo fizesse diferença na minha vida era maior”, explica. Assim, no ano de 1988, após concluir o ensino médio, Janira entrou para o serviço público federal através de um concurso para o Eixo Território Federal de Roraima, para realizar o que mais lhe dava prazer: dar aula. No entanto, apesar da grande realização e mudança de vida que o trabalho representava, ela não estava satisfeita. Nesse momento, Janira não apenas já fazia sua graduação em História, na Universidade Federal de Roraima (UFRR), como já era habilitada a dar aulas. “Com o tempo, a faixa etária dos estudantes ia crescendo. Primeira fase do ensino fundamental, segunda fase, ensino médio...”

Divorciada desde 2009, diz que nunca foi o tipo de garota que passava a vida pensando em casamento. Sua carreira sempre foi, e ainda é, seu principal objetivo. Atualmente, claro, esse objetivo anda praticamente atrelado com sua maior prioridade de vida: criar e cuidar de sua amada filha, Mariana. A menina chegou na vida de Janira no dia 14 de agosto de 2018, faltando dois meses para que a pequena completasse seus seis anos de idade. Ao adotá-la, Janira ressalta que em sua família, a força do sangue não existia. “Na minha família as crianças circulavam de tia em tia. Tia é mãe. isso é África!”, relembra. “Acho que o que preside é que gosto de ser feliz amando pessoas e trocando afeto. A condição de ser mãe é a condição que a gente tem de viver esse afeto de uma maneira muito especial”, acrescenta.

Janira, inclusive, pensa em adotar uma outra criança, mas o processo é burocrático, longo e muito difícil. “Estou numa batalha. É um processo cheio de nuances. O fato de ser uma mulher divorciada pesa. Eu sempre me inscrevo para ser madrinha afetiva, dar brinquedo, visitar, passear, e percebo que as crianças negras são renegadas. Isso é muito forte, o racismo é muito forte. Quando fui entrando nesse mundo fui vendo o quanto é complexo”, revela.

Para Janira, adotar Mariana foi um encontro de almas. A historiadora não acredita que exista alguém mais parecida com ela do que sua filha, que diariamente explica à mãe o porquê de ambas constituírem o amor da vida uma da outra. Janira diz todos os dias se surpreender com a maturidade e com a capacidade de raciocínio de Mariana, que tem certeza ser maior do que a de muitos adultos por aí. Ao tentar definir a filha, a historiadora não poupa adjetivos: “Ela é incrível, eu sou uma mãe coruja, orgulhosíssima, feliz da vida com uma filha brilhante, afetuosa e inteligentíssima.”

Em um momento específico, em referência à história da Disney, Alladin, Janira conta que perguntaram à Mariana sobre desejar encontrar um príncipe. Sua resposta foi clara e não poderia agradar mais à mãe:

— Príncipe para quê? Eu quero é pegar meu tapete e sair pelo mundo!

O período de adaptação, logo na metade de 2018, foi complicado. Assim como para um recém-nascido, para Ma-

riana, o mundo era novo. Uma nova casa, um novo contexto, uma nova mãe. As dificuldades, então, se mostravam cada vez maiores e os obstáculos mais robustos. Mas da mesma forma que Janira, hoje Mariana cruza as barreiras que aparecem em sua vida com sabedoria, mesmo que puramente baseada em suas intuições – e nos ensinamentos da mãe. O maior exemplo de sua determinação pode ser descrito em seu processo de alfabetização, já que no início de 2019 havia sido considerada disfuncional e em menos de seis meses pôde aprender a ler, escrever e acompanhar todos os conteúdos que lhe eram ensinados na escola. A cena com Janira e Mariana dividindo a mesa do escritório – Janira com seu trabalho, Mariana com tarefinhas ou aulas online – hoje é comum e pode ilustrar esse amor pelos estudos que, pouco a pouco, é passado de mãe para filha, realizando o desejo antigo de Dorcelina.

E esse amor não se encerra. Além de ter realizado seu mestrado na Universidade Metodista de São Paulo, entre os anos de 1997 e 1999, em 2000 deu continuidade ao doutorado na Universidade de Brasília (UnB). Apesar de ter iniciado o processo em 2004, acabou perdendo a vaga. Depois de tantos anos, criou coragem para retomar, e em menos de três meses, fez seu projeto, que retrata os africanos na capitania de Goiás e suas riquezas, o submeteu e foi aprovada em 2020. “Estou em busca dos africanos que se auto alforriaram pelo seu trabalho e compraram a sua

emancipação”, explica. As expectativas são altas. Enquanto aguarda o início das aulas, continua atuando como professora, conciliando seu trabalho no Instituto Federal de Goiás (IFG), onde dá aulas a turmas de ensino médio e superior, e na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), onde atua na parte administrativa.

Hoje, o trabalho que Janira realiza na rede pública de ensino é fruto do mesmo concurso que prestou em 1988. De tempos em tempos, mudaram apenas os locais de atuação, tendo passado por diversas escolas e institutos, em variados cargos. Segundo a professora, apesar de hoje em dia preferir ensinar alunos de ensino médio, já experienciou tudo: desde a educação infantil, até a graduação.

“Eu não poderia ser outra coisa além de professora”, afirma. Mesmo que em todas as atividades seja possível tocar e fazer a diferença na vida de outras pessoas, Janira destaca a grande importância da docência, profissão que demanda tanta responsabilidade, no desenvolvimento pessoal e profissional de um ser humano. Por isso, deseja poder dar continuidade ao seu doutorado para que possa, com cada vez mais qualificação, permanecer realizando seu trabalho como professora. Ensinar, para Janira, é uma realização. E estar dentro de uma sala de aula é encontrar seu lugar no mundo, um lugar onde há desafios, descobertas e redescobertas. “Recebi uma mensagem de uma aluna dizendo que está encantada em descobrir o passado. Isso

é muito gratificante. Ver as pessoas se refazendo, ver as novas gerações evoluindo, é o tipo de profissão que a gente sente se renovar a cada geração, a cada nova turma”, conclui, com brilho nos olhos.



patrícia honorato

“A ciência constantemente muda minha vida e me permite alavancar o meu futuro. É a minha ferramenta para transformar a sociedade.”

Após uma infância e adolescência conturbada, em que a literatura e o estudo lhe salvaram da tristeza causada após episódios constantes de bullying na escola, Patrícia, hoje aos vinte anos, coleciona conquistas na área que sempre quis: a ciência. Moradora de um bairro periférico na capital de Goiás, somente teve acesso a uma boa educação ao iniciar o ensino médio, depois de conseguir, através de muito esforço, uma bolsa integral em um colégio particular de Goiânia. Antes disso, sua vida escolar foi toda no ensino público municipal, onde, segundo ela, não havia muitas oportunidades em pesquisa e ciências em geral. No entanto, foi ali que começou a sua paixão pelo conhecimento. Iniciou, então, o seu sonho de se tornar uma cientista no futuro.

Antes de dar início aos seus estudos na Escola Sesi Canaã, onde teve suas principais oportunidades na ciência, Patrícia se aventurou nesse universo a partir da aspiração de conseguir mudar algo no mundo e, assim, ajudar as pessoas de alguma forma. Aos doze anos, decidiu desmontar seu

computador com o objetivo de criar um método que gerasse energia elétrica a partir da Terra. Essa foi a sua ideia para apresentar na Feira de Ciências da Google, entretanto, não foi possível concretizá-la. Naquela época, cerca de oito anos atrás, Patrícia não contava com muito apoio familiar em relação a isso. Seu pai, Antônio, até tentou lhe impedir de comparecer em algumas oportunidades futuras, ao contrário de sua mãe, Iondes, que apesar de não compreender os interesses da filha pela ciência, tentava demonstrar apoio.

Somente pôde ter um maior acesso nessa área quando ingressou no colégio particular, já que, além do Sesi, só havia estudado em mais uma outra instituição, a Escola Municipal Monteiro Lobato. Quando mudou para a escola particular pôde ter acesso a inúmeras atividades extracurriculares, incluindo uma equipe de robótica que participava do torneio First Lego League – maior campeonato do ramo no Brasil. Nesta equipe, além de desenvolverem robôs, os alunos também integravam pesquisas científicas, fator decisivo para Patrícia entrar na turma. Contudo, embora tivesse demonstrado interesse e tentado entrar logo no primeiro ano do ensino médio, isso não foi possível, situação que não a impediu de realizar algumas atividades na área por conta própria, juntamente com alguns colegas que compartilhavam do mesmo interesse.

Começaram, então, a desenvolver um projeto em que o tema central era a problemática da água – assunto que,

daquele dia em diante, tornar-se-ia o responsável por inúmeras outras pesquisas e premiações que ela nem imaginaria receber, inclusive fora do País. Esse projeto, porém, ficou apenas na fase inicial até o ano de 2016, em que Patrícia atingiu seu objetivo de ingressar na equipe e desenvolvê-lo com mais tempo e orientação de professores. Tratava-se de um trabalho a respeito da eutrofização, fenômeno causado pelo despejo excessivo de dejetos em rios e lagos, como esgoto e fertilizantes agrícolas, que contém altas taxas de nitrogênio e fósforo. Esses nutrientes, quando em excesso no ambiente aquático, provocam a rápida proliferação de algas e a ausência de oxigênio na água que, por consequência, mata diversos animais ao redor do mundo.

Durante a realização do projeto, Patrícia e sua equipe desenvolveram também uma proposta para o uso das sementes da planta *Moringa Oleifera*, que possui propriedades capazes de desestabilizar a matéria orgânica presente na água através do processo de coagulação, floculação e decantação. Patrícia, a partir disso, criou um protótipo utilizando essas sementes, em que idealizou para ser instalado nas hélices de pedalinhas ou barcos em lagoas artificiais da cidade de Goiânia. Com isso, através de meses realizando pesquisas a fim de solucionar o problema, conseguiram participar do maior campeonato de robótica do Brasil, que ocorreu em 2017, em Brasília, onde conquistaram o 6º lugar. Além disso, receberam também uma credencial para parti-

ciparem de um torneio na National Aeronautics and Space Administration (NASA), nos EUA, onde conquistaram o 1º lugar na apresentação da pesquisa.

No final daquele mesmo ano, Patrícia decidiu dar continuidade a pesquisa estudando como aplicar as propriedades da planta em larga escala. No entanto, já estava fora da equipe de robótica pois havia se formado no ensino médio. Apesar disso, seu desejo de se tornar cientista seguia ainda mais forte, portanto, ela sabia que não podia parar de estudar e entender o que amenizava a eutrofização, mesmo conquistando prêmios importantes na área em pouco tempo. A partir disso, começou a participar de algumas feiras de ciências para poder compartilhar seu projeto com outros pesquisadores ao redor do País, obtendo apoio financeiro para continuar desenvolvendo a sua ideia. Participou, inclusive, da maior feira de ciências da América Latina, Mostratec, que ocorreu no Rio Grande do Sul.

No ano seguinte, Patrícia participou também da Febrace, feira de ciências da Universidade de São Paulo (USP), onde conquistou algumas premiações importantes, dentre elas o 2º lugar em Ciências Exatas e um certificado de reconhecimento da Sociedade Americana de Meteorologia. Contudo, Patrícia não estava satisfeita. Sentia a necessidade de colocar o seu projeto em prática e conseguir ajudar, de fato, sua cidade de alguma forma. Nesse momento tentou conseguir apoio da Prefeitura de Goiânia para implementar o pro-

jeto em algum lago, mas sem sucesso. Apesar da decepção, continuou investindo no seu sonho.

Durante os três anos do ensino médio, Patrícia pensava em cursar Ciências Biológicas, mas o medo de não conseguir retorno financeiro foi mais alto. Viu no bacharelado em Química, assim, a oportunidade de fazer o que gosta e ser reconhecida por isso. No entanto, por conta das demandas que a sua pesquisa necessitava, não conseguiu conciliá-la com os estudos universitários, optando por um ano sabático em 2018. Sua vontade, após as experiências internacionais, era de ingressar em alguma faculdade fora do Brasil, especialmente as norte-americanas, mas a constante falta de apoio financeiro e moral a impediu ou, pelo menos, adiou o seu sonho.

Sua fluência em idiomas além do português também era escassa, visto que passou a maior parte da sua formação dedicando-se às suas pesquisas científicas. Com isso, após concluir o ensino médio, tentou aprender inglês de forma autodidata, aproveitando até mesmo os seus momentos de lazer para aguçar o aprendizado. Patrícia, inicialmente, assistia séries e filmes em inglês com legendas em português, para entender sobre o que se tratava as produções e perceber características como sotaque e pronúncia das palavras no idioma. Posteriormente, assistia os mesmos conteúdos somente em inglês, com legendas em inglês. O objetivo era, também, fixar a gramática na mente. Assim, com o passar

do tempo, evoluiu seu aprendizado com vídeoaulas gratuitas disponíveis no YouTube, juntamente com atividades através do aplicativo de idiomas Duolingo. “Fiz uma imersão na língua”, relata.

A estudante, contudo, continuou se inscrevendo em campeonatos e feiras de ciências, inclusive as internacionais. No segundo semestre daquele ano, Patrícia recebeu a notícia de que havia sido aprovada em uma competição de empreendedorismo na Universidade Harvard, nos Estados Unidos. Ela foi uma das cinco finalistas do mundo inteiro selecionadas para apresentar seus projetos em uma instituição de ensino tão importante e respeitada. Assim, com a ampla divulgação de seu trabalho através dessa conquista, obteve também o apoio de algumas universidades de Goiás para continuar desenvolvendo a pesquisa e, no começo de 2019, conquistou uma credencial para a Conferência Internacional de Jovens Cientistas, na Malásia, país do sudeste asiático.

No entanto, Patrícia deparou-se com a sua difícil situação financeira e a impossibilidade de bancar a viagem. Com isso, fez a contagem de todos os possíveis gastos e descobriu que precisava de, no mínimo, sete mil reais. Como boa integrante da Geração Z — indivíduos que nasceram entre o começo dos anos 1990 e o fim de 2010 — decidiu, então, desfrutar de toda ajuda que a internet poderia lhe oferecer e promover uma arrecadação online, denominada popularmente como “vaquinha” entre os internautas.

Não é incomum navegar no feed de alguma rede social e se deparar com a divulgação de vaquinhas, especialmente aquelas relacionadas à saúde de crianças. Um exemplo é a campanha recorde de doações no ano de 2016, “Ajude a Gigi”, a fim de ajudar uma menina de onze anos a financiar seu tratamento contra a Síndrome de Morsier — raro transtorno caracterizado por malformações no sistema nervoso central. Nessa corrente, através de 4.878 doações, os pais da menina conseguiram a quantia de 423.116,00 mil reais, o que a tornou uma das maiores arrecadações solidárias de todos os tempos no Brasil.

Entretanto, vaquinhas relacionadas à educação e realização de sonhos também se tornaram comuns. Assim como Patrícia, a estudante Lorryne Isidoro promoveu uma campanha online com o objetivo de representar o Brasil na 16º International Brain Bee, na Dinamarca. Com a ajuda da família, dos amigos e da comunidade local, a campanha conseguiu destaque na mídia e fez seu sonho tornar-se realidade. Com 481 doações, a estudante conseguiu arrecadar 59.965,00 mil reais.

Inspirando-se em histórias de sucesso como essas, Patrícia decidiu, então, criar uma vaquinha online a fim de conseguir viajar para a Malásia e participar da Conferência Internacional de Jovens Cientistas. Para isso, desenvolveu um método de divulgação em páginas famosas na internet, como, por exemplo, nos perfis do site de curiosidades Fatos

Desconhecidos e na página Quebrando o Tabu. Ela divulgava um pequeno resumo do motivo pelo qual estava realizando a arrecadação e, junto com o link que levava até a página da vaquinha, postava cerca de 20 vezes ao longo do dia. Para se atentar ao momento em que os administradores da página estivessem online, Patrícia configurava seu Facebook para alertá-la caso publicassem algo no feed, aumentando suas chances de ser notada.

Assim, certo dia, Patrícia obteve resposta de um dos administradores da Fatos Desconhecidos que, segundo ela, a incentivou e disse que iria publicar algo sobre sua história. Assim, alguns dias depois, juntamente com o vídeo que Patrícia havia postado no Youtube falando sobre sua trajetória na ciência, o site divulgou também o link da vaquinha online, fazendo Patrícia ganhar uma notoriedade que não esperava nem nas suas melhores expectativas. A partir da matéria publicada, a página Quebrando o Tabu também fez o mesmo, trazendo ainda mais divulgação sobre a história da estudante pela internet. Com isso, após um mês em que a arrecadação estava disponível, em menos de um dia Patrícia conseguiu o dobro da meta estipulada e pôde confirmar a sua presença no evento.

Com a quantia maior do que a esperada, ela também conseguiu comparecer novamente à Feira Brasileira de Ciências e Engenharia, a Febrace, em São Paulo. Com seu projeto mais desenvolvido, Patrícia conseguiu, além de

outras premiações, o 1º lugar em Ciências Exatas e as duas maiores credenciais para eventos internacionais disponíveis na Feira, em que estavam inclusas a viagem, a hospedagem e a alimentação. Uma das credenciais dava acesso à maior feira de ciências do mundo, a International Science and Engineering Fair (ISEF).

Além de experiências engrandecedoras em relação à sua carreira, nessa viagem Patrícia também pôde experimentar a sensação de ser livre e, especialmente, de cultivar boas amizades. Compartilhando dos mesmos interesses, ela e seus novos amigos costumavam sair à noite, assim que acabavam os eventos na Feira. A estudante conta que andavam pela Avenida Paulista, paravam para comer em algum lugar, e continuavam a se deslumbrar pelas luzes, cores, formas e pluralidades típicas da avenida mais famosa de São Paulo. “Era muito bom poder explorar uma cidade diferente da minha, ainda mais à noite, podendo andar livremente na rua. Nunca tinha feito isso em Goiânia, por ser perigoso e por antes porque não ter liberdade para isso. Passar esse momento com meus amigos foi algo diferente e que gostei muito”, relata.

Na ISEF, realizada em maio de 2019, em Phoenix, Arizona, Patrícia apresentou sua pesquisa e foi finalista, no entanto não conquistou nenhum prêmio. Apesar disso, se recorda com carinho do seu avaliador, que se mostrou interessado em seu projeto e ansioso para vê-lo tomando proporções maiores. Todavia, era a última vez que Patrícia

cia participaria de uma competição como aquela. Como já havia ultrapassado a idade limite e se formado no ensino médio, ela não poderia colaborar uma segunda vez, pois havia perdido o vínculo com a instituição de ensino. Ainda assim, se lembra da sua sensação de estar na maior feira de ciências do mundo. “Foi uma experiência única. O lugar é infinito, com mais de mil estudantes apresentando seus estudos. O que eu mais gostava era de observar isso, e me sentir parte daquilo”, conta.

Em 2019, Patrícia e outros quatro amigos fundaram a Feira Brasileira de Jovens Cientistas, uma feira de ciências completamente online e direcionada aos alunos do ensino médio. Com a plataforma, visam democratizar o acesso à ciência aos estudantes, que é um dos maiores sonhos da estudante atualmente, em especial pelas dificuldades encontradas em sua trajetória, onde a ciência acaba desvalorizada em determinadas ocasiões. “Existem muitos jovens que vêm de regiões mais precárias do Brasil, e que não conseguem viajar para participar de eventos científicos. Por isso, pensamos em criar a feira no ambiente virtual”, explica. Com o passar do tempo a feira conseguiu bastante alcance, obtendo patrocínio de empresas como a Universidade Estácio de Sá, as organizações Quincy Education e Girl Up, além do aplicativo Goodwall, que funciona conectando estudantes a universidades e empregadores que oferecem desde bolsas de estudo a vagas de estágio ou emprego.

Aos vinte anos de idade, Patrícia já teve a oportunidade de conhecer cinco países com seu esforço e dedicação aos estudos. Paralelamente às suas pesquisas, a estudante se recorda de momentos inesquecíveis que viveu em cada um desses lugares, onde pôde conhecer um pouco de si mesma em todos eles. “Eu achava muito interessante conhecer pessoas de outros países e com outras culturas. Percebi, por exemplo, que a forma que eles estudam em outros locais é diferente da forma que a gente estuda no Brasil”, relata. “Eu diria também que a conexão com as pessoas é algo muito interessante. Em Israel, pude conhecer a Ada Yonath, que foi a vencedora do Nobel de Química em 2009. Foi muito legal!”, continua. Em uma dessas experiências, também em Israel, Patrícia pôde conhecer o mar pela primeira vez. Na verdade, foram três: Mar Vermelho, Mar Mediterrâneo e Mar Morto. “A experiência foi incrível! Ainda mais no lugar em que eu estava”, conta com entusiasmo sobre suas lembranças. Segundo ela, uma das melhores partes no passeio foi fazer mergulho para ver os corais, podendo nadar com vários peixes ao seu lado.

Além disso, foi com as oportunidades que suas pesquisas lhe trouxeram que Patrícia pôde fazer a sua primeira viagem de avião, em 2017, para os Estados Unidos, rumo à competição na NASA. Foi a primeira de muitas que vieram depois. “Foi incrível, mas eu fiquei insegura, obviamente, porque tenho medo de altura. Foi um momento especial”, relembra. Especificamente, seu primeiro voo foi o de Brasília

para o Rio de Janeiro, local onde pegaria um avião rumo aos Estados Unidos. Apesar de ter ficado nervosa para essa primeira experiência, se lembra que não foi demorado, especificamente porque durante todo o percurso se manteve distraída brincando com uma criança que estava sentada, com os pais, ao seu lado. Uma de suas melhores memórias no país norte-americano foi conhecer o Desert Botanical Garden, parecido com o que conhecemos como Jardim Botânico no Brasil. “Tinha várias espécies de cactos e umas paisagens que me lembravam biomas como o Cerrado e a Caatinga”, relata.

Mesmo diante de grandes conquistas que a ciência lhe proporcionou em tão pouco tempo, a vida de Patrícia nem sempre foi regada a momentos felizes, em que ela fosse ao menos notada pelas pessoas ao seu redor. Na escola, em sua pré-adolescência, foi vítima de bullying e não mantinha absolutamente nenhuma amizade com os colegas. Nessa época, em que apenas os professores conversavam com ela, soube de boatos que saíram sobre sua condição mental. “Algumas meninas que pensei que fossem legais foram as responsáveis pelo boato e, depois disso, ninguém mais quis ter proximidade comigo”, desabafa. O bullying, junto ao preconceito velado contra deficientes mentais, foi o estopim para que ela passasse o restante do ensino fundamental sem qualquer tipo de interação com seus colegas de classe. Com isso, pôde encontrar refúgio nos livros, não apenas os didáticos.

A literatura sobre mitologia grega era a que mais chamava sua atenção, passando grande parte do tempo lendo as aventuras de um garoto que, como ela, também vivia situações difíceis dentro e fora de casa, o Percy Jackson – personagem que deu vida a uma saga escrita pelo autor norte-americano Rick Riordan. No entanto, apesar de se envolver e entender a importância da leitura, Patrícia sentia falta de conviver com pessoas da sua idade e, principalmente, trocar experiências típicas dessa fase da vida. “Com o tempo, a leitura se tornou a minha única saída”, conta. Além disso, ela também passava seu tempo “reblogando” [termo usado para “compartilhar”] na plataforma Tumblr – site voltado para criação de blogs menos tradicionais. Na rede, Patrícia fazia edição de algumas imagens e criação de artes gráficas, algo que também se relacionou com a ciência mais tarde, em que conseguiu utilizar o aprendizado na divulgação de suas pesquisas. Segundo ela, “é algo que chama a atenção dos avaliadores”.

Em 2015, já cursando o ensino médio, que em seu colégio era integrado com o ensino técnico, Patrícia pôde aprofundar seus conhecimentos na área a partir do curso Técnico em Processos Gráficos. Nele, além de aprender noções de Design Gráfico, ficou mais inteirada sobre o funcionamento dos processos de impressão e como utilizar corretamente plataformas como PhotoShop, Illustrator e CorelDraw. Essa era uma de suas maneiras de fugir novamente de comentários

maldosos e olhares desconcertantes vindos de seus colegas na escola, mesmo que de forma velada.

Nessa época, sua autoestima era abalada, especialmente no que se refere a acreditar em si mesma. Patrícia confessa que, na carreira científica, o machismo é tão presente quanto nas outras profissões, algumas vezes até mais acentuado. “Penso que se eu fosse um garoto, não teria sofrido com o comportamento infantil que algumas pessoas da minha turma tiveram comigo”, afirma. Quando voltava de competições junto com sua equipe, ainda no ensino médio, relembra com mágoa que seus colegas parabenizavam apenas os meninos, como se eles fossem os responsáveis por todo o mérito. Naquele espaço, entre os alunos, ela não existia.

Mesmo após a finalização do ensino médio, onde deu continuidade às pesquisas iniciadas no grupo de robótica, as importunações se mantinham. Após sair de competições e especialmente ao realizar publicações a respeito em seus perfis de suas redes sociais, constantemente recebia mensagens de ataque por alguns de seus ex-colegas de classe, que se indignavam com sua persistência. Outra experiência negativamente marcante e que ressalta a discriminação às mulheres presentes no ramo científico foi durante seu estágio-pesquisa em Israel, onde um rapaz inglês a dirigiu diversas falas preconceituosas que até a fizeram cogitar a desistência do estágio. Entretanto, ao avaliar melhor a

situação, afirmou tê-lo ignorado por completo e continuado seu aprendizado, que durou um mês.

No entanto, com o passar dos anos, a maturidade lhe trouxe mais autoconfiança. Hoje, Patrícia consegue escolher bem quem se aproxima dela, para que não passe novamente por situações de anos anteriores. Além disso, com seus recém completados vinte anos, entende o quanto o amor próprio transforma seus dias, suas relações e, consequentemente, sua vida profissional.

No entanto, ao entrar na equipe de robótica e ter o professor de Matemática, Flamarion, como seu orientador de pesquisa, o bullying foi diminuindo gradativamente. Mesmo assim, Patrícia contou com pouquíssimos amigos nos últimos três anos da sua formação escolar, como o João e a Jéssica. Nessa fase, em que sua atenção era focada em suas pesquisas científicas, recorda-se com brilho nos olhos do apoio vindo de Flamarion que, segundo ela, a agradecia constantemente pelo empenho e pela dedicação. “Ele me fazia acreditar na minha capacidade em momentos que eu estava completamente perdida. Ele diz até hoje que se não fosse eu, a pesquisa não iria para frente”, conta.

Para lidar com dias difíceis, Patrícia também se empenhava em outras atividades extracurriculares. Desde o 1º ano do ensino médio, ela e outros alunos participavam de um grupo de atividades sociais a fim de conseguirem doações para ONG’s goianas, que cuidavam de idosos, crianças

e também de animais abandonados. O maior exemplo foi o Recanto dos Pit Bulls, abrigo que ampara dezenas de animais abandonados em Aparecida de Goiânia. Para ajudá-lo, Patrícia e seus colegas membros do grupo de robótica fizeram uma campanha na qual foram arrecadados ração para alimentar os animais e diversos materiais para que o local que os abriga fosse limpo. Por se tratar de uma grande quantidade de animais dentro do lar – na época, cerca de 70 – alimentação e limpeza demandavam uma quantidade exorbitante de recursos, algo que ia muito além do que os responsáveis pela ONG eram capazes de bancar.

Além disso, realizava debates sobre assuntos socioambientais acerca de problemas da atualidade, como o seu foco de pesquisa. “Esse grupo começou com debates sobre, por exemplo, o problema da escassez de água no Nordeste”, conta. Com isso, tentaram formular um projeto de pesquisa em que criassem um filtro capaz de barrar a água usada em máquinas de lavar roupas, a fim de entenderem se era aplicável em regiões como o Nordeste. Por fim, não deu certo, mas Patrícia relata que um dos seus maiores aprendizados nesta equipe foi conseguir expressar a sua opinião. Posteriormente, integrou também o grupo de teatro da escola, onde participou da realização de duas peças; em 2016, apresentaram os Sonetos, de Shakespeare, e em 2017, realizaram uma peça independente inspirada em filmes como O Auto da Compadecida e Lisbela e o Prisioneiro

— ambos dirigidos pelo cineasta brasileiro Guel Arraes. Sua experiência encenando, mesmo que curta, foi essencial para as apresentações realizadas no grupo de robótica, quando expunha sua pesquisa.

Além de participar dos projetos, Patrícia, que está sempre em busca de novos desafios, se juntou voluntariamente ao professor de artes em busca de ministrar algumas aulas de teatro aos alunos do Ensino Fundamental, graças ao seu bom desempenho demonstrado durante sua participação nas peças que integrou. Foi uma experiência nova e única, já que Patrícia nunca havia tido a oportunidade de oficialmente ensinar algo a alguém – a não ser matérias que iriam cair na prova aos alunos de sua classe que pediam ajuda – e, desde então, ainda não teve uma segunda chance. Desde aquele momento, passou a cogitar a docência na universidade como um possível segmento de carreira. “Ensinar aquelas crianças a aprenderem uma coisa nova e tirá-las da zona de conforto para fazer uma coisa que geralmente elas não faziam foi bem legal”, explica.

Patrícia, apesar de ter se encontrado na ciência, notavelmente sempre foi uma menina de muitos interesses. Na escola, além das clássicas disciplinas de Biologia, Física e Química que integram as chamadas “ciências da Natureza”, tinha gosto pelo estudo de História, Geografia e Sociologia. No fim, o que realmente encantava Patrícia era o processo de aprendizado, não necessariamente o que estava

aprendendo. Afinal, qualquer área permitia-lhe se deslocar da dura realidade em que vivia para um mundo de infinitas possibilidades, onde Patrícia, além de poder ser quem quisesse, sem o risco de ser julgada, era constantemente desafiada e se expunha a constantes novas descobertas.

Em casa, sua rotina é como a da maioria dos jovens de sua idade: alterna entre estudar e ajudar sua mãe na limpeza da casa e na lavagem das louças – mesmo que odeie secá-las; afinal, “elas podem se secar sozinhas, é só deixar lá”, explica, com humor. Seus momentos de descanso são preenchidos com músicas de bandas como Arctic Monkeys e, apesar de não costumar memorizar o nome das canções que gosta, se recorda com carinho de “Believer”, da banda norte-americana Imagine Dragons. A letra da canção conta a história de alguém que passou por momentos conturbados na vida, mas a dor lhe fez ser uma pessoa que acredita, fazendo um paralelo com a sua vida.

As plataformas de streaming também têm espaço na vida de Patrícia. Segundo ela, as “séries modinhas”, tais como *La Casa de Papel* e *Brooklyn 99*, são interessantes, no entanto, produções mais densas costumam ganhar mais a sua atenção. “Gosto bastante de coisa ‘cult’, digamos assim. Seriados como *Sherlock Holmes*, *Doctor Who* e filmes no estilo de *Laranja Mecânica* também costumo assistir”, conta. Além disso, a estudante sempre foi muito interessada em mitologia, especialmente a grega, e de estudar sobre os ti-

pos de crenças predominantes em cada sociedade, mesmo que não seja um assunto em que se aprofunde muito.

Quando se trata de religião, Patrícia diz se considerar atéia. Na realidade, não se lembra se algum dia realmente chegou a acreditar em Deus, já que além de ter fugido do próprio batizado com somente cinco anos de idade, sempre teve sua mente bombardeada por questionamentos e dúvidas internas. De acordo com o que se lembra, passou a se considerar atéia aos 12, mas só aos 16, logo após a morte de seu avô, encontrou coragem para dividir essa característica tão profunda sobre si mesma com sua família.

Apesar de discordar de diversas práticas e ensinamentos religiosos, não se sente muito à vontade em falar sobre o assunto, tamanha é sua indignação. “Acontecem muitas coisas ruins ao redor do mundo e até inocentes morrem de fome. Pode até existir uma coisa superior, mas se existir, não acho que essa coisa olhe pela gente. Afinal, o que um ser faz para merecer ter mais do que outro?”, questiona, veemente. Mesmo que seus pais sejam completamente contra os posicionamentos religiosos de Patrícia, sua linha de pensamento se mantém firme.

Embora não tenha tido experiências positivas com os segmentos religiosos experimentados no Brasil até então, durante seu estágio em Israel, Patrícia teve a oportunidade de conhecer a fundo o judaísmo, que considera uma das religiões mais bonitas, e o islamismo. Entretanto, sua admiração

não impede que, ao mesmo tempo, tenha críticas sobre essas práticas religiosas que, em sua maioria, possuem costumes considerados machistas e preconceituosos.

Ao sair do panorama das crenças, o embate de opiniões também é visto em outras áreas da vida de Patrícia, como a carreira de cientista e futura bacharel em Química. Tudo começou, entretanto, ainda quando ser cientista estava apenas no plano das ideias e Patrícia era uma jovem estudante do ensino médio que lutava para conseguir sequer participar das competições em que era escalada, já que seu pai se opunha terminantemente a isso.

No início, sua mãe era conivente com os posicionamentos de seu pai, que demorou a perceber o quão importante essas competições e a ciência, no geral, eram para ela. Com o passar do tempo, entretanto, ambos conseguiram enxergar essa grandiosidade. Contudo, ao mesmo tempo em que a mãe de Patrícia hoje se tornou uma de suas maiores apoiadoras, seu pai permanece “com um pé atrás” quando se refere ao curso de graduação que a jovem optou por fazer.

Quando se trata da comunicação com seu pai, de um modo geral, o cenário não é muito positivo. Na verdade, ele quase não acontece. Segundo Patrícia, apesar de viverem na mesma casa, eles quase sequer se vêem, já que quando ele está em casa, ela geralmente se encontra no quarto, e quando ela se aventura pelo restante da casa, ele está no trabalho. Mesmo que aparente ter sido uma decisão fácil, escolher qual

curso fazer foi motivo de muita incerteza e insegurança para Patrícia. Para chegar à Química, o caminho foi longo. No começo, seu desejo tendeu para o lado das Ciências Biológicas, mas o medo de um baixo retorno financeiro a fez recuar. Após tirar 2018 e 2019 como espécie de “anos sabáticos”, quando tentou prestar vestibular para algumas universidades norte-americanas – tentativas que, por suas condições financeiras, começaram a se tornar inviáveis com o passar do tempo –, sua decisão passou a estar entre Química e Engenharia Química. A primeira opção acabou como vencedora por fornecê-la um vasto leque de opções de carreira, após finalizar a graduação.

Para conseguir passar no curso desejado, por meio de uma boa nota na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), durante o ensino médio estudou em período integral. Já nos anos que se seguiram, Patrícia manteve seus estudos de forma autodidata, ao considerar que já havia aprendido todos os conteúdos durante o ensino médio. Assim, criou uma rotina de estudos que pensava ser, e que foi, efetiva o suficiente para que sua aprovação ocorresse. Recebeu a notícia de sua aprovação em fevereiro de 2020 e teve sentimento de alegria inexplicável, já que finalmente o sonho de se tornar cientista pôde estar mais próximo de ser concretizado.

Logo antes de seu estágio-pesquisa em Israel acrescentou a musculação em sua rotina diária. Além de considerar todos os benefícios que os exercícios físicos proporcionam ao corpo e a mente, viu a necessidade de melhorar seu condi-

cionamento físico, já que os estagiários do programa da bolsa a qual foi aprovada também eram submetidos a atividades externas e que demandavam grande esforço, como trilhas de cinco a seis quilômetros – algo que ela não se considerava preparada para encarar. Assim, como previsto, além da melhora física que a musculação proporcionou ao seu corpo, Patrícia se viu menos ansiosa.

Atualmente também passa seu tempo livre brincando com sua cadela Belinha, que entrou em sua vida por acaso, e seu filhote Percy – nome que faz referência ao personagem principal de da saga Percy Jackson, de mitologia grega. Um certo dia, em 2009, sua irmã Priscila trouxe a ‘vira-lata’ para casa, e sua mãe logo deu a sentença de que a cadelinha iria embora no dia seguinte. Contudo, esse “dia seguinte”, nunca chegou. Desde criança Patrícia lembra de ter tido cachorros, e assim coleciona diversas lembranças de momentos felizes em que ela, juntamente com suas irmãs, cuidavam e se divertiam com esses pequenos animais.

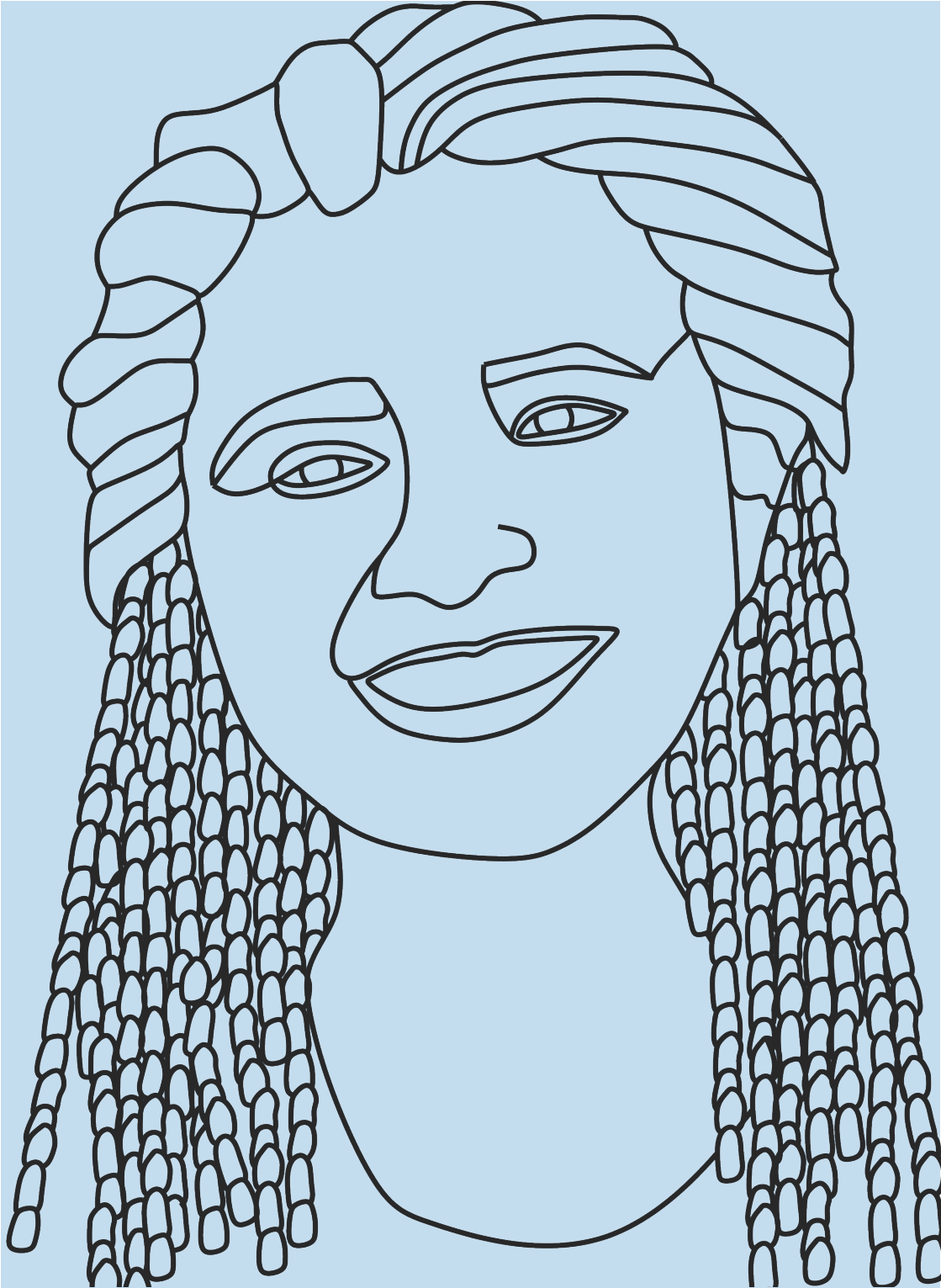
Em uma dessas ocasiões, lembra de Mila, uma cadela da raça pinscher que rasgou sua orelha quando tinha apenas cinco anos. Na época, chegou a tomar a culpa pelo ferimento, para que sua mãe não chamasse atenção da amada cadelinha. Para sua tristeza, Mila faleceu em 2011, mas as lembranças permanecem tão vívidas em sua mente quanto a cicatriz em sua orelha. Além das lembranças de infância, Patrícia tem uma relação muito próxima com

suas irmãs, Marília e Priscila, que são grandes apoiadoras dos sonhos de Patrícia. Atualmente, além de seus próprios pais, também mora com Marília. Já Priscila deixou a casa em 2017, quando ficou grávida do segundo sobrinho de Patrícia – sobrinhos esses em que ela sempre teve muito prazer em ajudar a cuidar e participar do crescimento, vendo-os quase toda semana, quando sua irmã a visita.

Apesar da distância em relação a alguns membros da família, sua mãe está presente entre seus maiores sonhos pessoais, que incluem ter condições financeiras de levá-la para viajar a qualquer cidade, estado ou país que tenha vontade de conhecer. Para que isso chegue perto de acontecer, entretanto, precisa finalizar sua graduação e pretende ingressar em um mestrado e, posteriormente, em um doutorado. Deseja que seu doutorado seja realizado nos Estados Unidos, especificamente na Universidade de Harvard ou no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), para que assim possa trabalhar de forma fixa em um grande instituto de pesquisa ou, quem sabe, até fundar o próprio.

Isso porque fazer Ciência, para Patrícia, é mais do que um objetivo profissional. É poder colaborar para o progresso da realidade em que habita tendo orgulho de si mesma durante o processo. É poder ajudar outras pessoas mesmo estando distante delas e, especialmente, provar a si mesma de que é capaz de retornar à sociedade toda a ajuda que obteve em sua jornada até aqui. “A ciência muda minha vida cons-

tantemente, em todos os aspectos, me permitindo alavancar meu futuro e se tornando uma ferramenta que eu utilizo diariamente para transformar a sociedade”, conclui.



vercilene dias

“Quando eu passei no vestibular, veio o filme da minha vida na minha cabeça. Lembrei de tudo que eu havia vivido na minha comunidade até chegar naquele momento, trabalhando na roça... e de repente eu estava em uma universidade. Foi muita emoção.”

Era quarta-feira, dia 4 de abril de 1990, e chovia bastante na região do Vão do Moleque, na comunidade Kalunga, localizada no município de Cavalcante, Goiás. Aquilo que parecia apenas uma chuva forte, logo se transformou em um temporal até chegar a noite, quando a abundância da água pôde ser considerada uma tempestade. Naquele momento, em meio ao sufoco de tamanha chuva, Vercilene Francisco Dias dava indícios que iria nascer. A segunda filha da família Dias viria ao mundo pelas mãos de uma parteira, a Mãe Cipriana, mas o temporal fez o nível do Rio Corrente subir e impossibilitar sua chegada até a casa. Assim, seus tios tiveram que buscá-la a cavalo, em meio à chuva, para realizar o parto.

No dia seguinte, seu pai, Simão, e sua avó sentaram à beira da calçada de casa com um livro antigo que teria sido usado para escolher todos os nomes da família até ali. Pen-

saram em chamá-la de Vera, que tem como significado “verdadeira”; ou Luci, significando “luz”. No entanto, juntando os nomes das duas tias mais próximas, Cileni e Valentina, seu pai optou pelo nome de Vercilene, que não tinha significados no livreto. O que ele não imaginava era que, após alguns anos, aquele seria o nome conhecido como o da primeira mulher quilombola mestra em Direito no Brasil.

Contudo, por ser considerado um nome diferente até então, sua família e amigos costumavam lhe chamar de “Verci”, “Cilene” ou até mesmo “Celena”. Com o tempo, os apelidos tornaram-se um hábito, fazendo Vercilene conhecer seu próprio nome somente aos sete anos de idade, através da chamada na escola:

— Vercilene!

— (silêncio)

— Vercilene!!!

— Ähn? – perguntou, relativamente perdida sem realmente saber se era com ela.

— É você! É seu nome!

O professor que a fez conhecer sua verdadeira identidade também era seu tio, Adão, homem que estudou somente até a quarta série, mas que tinha o dom de ensinar. Vercilene conta com admiração e entusiasmo sobre a imensa vontade de aprender que ele provocava nas crianças da comunidade. Além de professor, Adão fazia de sua casa um abrigo para os alunos que moravam longe da escola, trazendo mais facili-

dade para que todos eles estudassem. “Ele era o tipo de professor que todos deveriam ser”, afirma. “Foi ele que me impulsionou a estudar. Era professor, tio, amigo... uma pessoa bem rígida, pegava no pé e ensinava bastante!”, conclui. com brilho nos olhos ao relembrar o início da sua vida estudantil. Além de seu primeiro nome, seu sobrenome também carrega uma história por trás, já que ao registrar o nome para casar com sua mãe, o sobrenome de seu pai foi registrado de forma errada: passando de Franca, para Francisco. Assim, todas as filhas de Simão, passaram a carregar o sobrenome Francisco, que agora carrega em si uma história única, e até divertida, que Vercilene conta com humor.

A advogada se recorda com carinho da sua infância, que foi rodeada de bonecas de pano feitas por sua mãe, carinhos de madeira e brincadeiras típicas das crianças na comunidade Kalunga. “Eu e meus irmãos pegávamos facão escondido pra cortar pau! Cortamos bastante o pé, até hoje temos as cicatrizes”, ri. Por volta dos cinco anos de idade, movida pelo sonho de seus pais que ela estudasse, mudou-se para a casa dos seus padrinhos, no quilombo Kalunga do Mimoso, localizado no estado de Tocantins. Assim, passava muito tempo longe de seus irmãos, fazendo-a querer aproveitar cada segundo quando retornava para casa. “Eu aprontava muito nas férias, porque ficava com meus padrinhos o ano inteiro e voltava pra casa somente em julho e dezembro. Queria aproveitar!”, relembra.

A vontade, sempre se lembra, era de brincar em um mês o que não havia brincado o ano inteiro com seus irmãos. Mesmo sempre ficando com saudade nos momentos em que estavam separados, Vercilene adorava brincar sozinha, e se divertia com as coisas mais improváveis, como desmontando radinhos em busca de descobrir “quem era a pessoa que tanto falava dentro do rádio”.

Apesar disso, fazer com que ela voltasse para casa era uma decisão difícil para seus pais, afinal, com a chegada de novos filhos, tornou-se cada vez mais complicado financeiramente mantê-la ali. “Quando chegava o final do ano, eu queria muito voltar pra casa pra ver meus irmãos, mas meu pai inventava algumas desculpas como, por exemplo, que tinha muita “mutuca”, que o rio Paranã estava cheio, que era perigoso atravessar com a canoa... Só mais tarde eu fui perceber que, na verdade, não era nada disso”, relembra a advogada ao entender depois de anos, em uma conversa com seu pai e padrinho que, na verdade, o motivo era a falta de dinheiro para comprar alimentos. “Doeu muito mais descobrir isso depois de adulta do que se eu tivesse descoberto na época”, conclui, com os olhos marejados. Por não ter tanto contato com os pais durante o ano, o que sobravam eram as lembranças, e o que mais marcava a mente de Vercilene eram as cantorias da mãe. Apaixonada por músicas antigas, cantava, com afinação de sobra, em quase toda ocasião, até mesmo enquanto costurava.

Seus padrinhos, Juarino e Erenice, não tinham filhos, portanto Vercilene era tratada como tal. Assim, faziam o possível para vê-la feliz, realizando seus sonhos. A advogada se recorda do primeiro brinquedo industrializado que teve, por volta dos seis anos de idade, presente dado a ela por Juarino, que juntou dinheiro o ano inteiro para comprá-lo em setembro, em uma festa tradicional da cidade de Arraias. Tratava-se de dois soldados idênticos:

— Padrinho, eles são irmãos gêmeos?

— Não! São pessoas boas que prendem as pessoas más.

— Então quando eu crescer quero ser essa pessoa, porque quero mandar prender aquele coronel que fica nos incomodando.

O raciocínio de Vercilene, aos sete anos de idade, era referente ao coronel da sua comunidade em Goiás. A advogada se lembra dele chegar acompanhado de outros homens, armados com espingardas e cachorros grandes, gritando que precisavam sair de lá. “Lembro deles falando que a terra não era nossa, pedindo documento para comprovar nosso bem. Só que a memória era o nosso único comprovante, por isso queria estudar para ajudar todas as pessoas, e não só minha família”, conta.

Quando ela completou oito anos, seus pais se separaram e, conseqüentemente, os irmãos também. Na época, levaram-na de volta para Goiás, para ajudar no cuidado dos irmãos mais novos. Ao todo, eram seis filhos, (hoje, são tre-

ze) ficando três com Simão e três com Eunice, que estava nos últimos meses da gestação de outra filha. “Foi um período muito difícil”, diz. Neste momento da sua vida, passou a estudar na Escola Estadual Extensão Mimoso Reunida Belém, onde seu tio paterno, Adão, se tornou professor infantil. Vercilene se recorda dos dias em que pôde inverter os papéis e se tornar professora para ajudá-lo em suas eventuais ausências. “Quando meu tio viajava pra cidade pra receber o salário, eu ficava dando aula no lugar dele”. Hoje, já falecido, Vercilene enfatiza o grande legado de aprendizagem que Adão deixou a grande parte da família.

Embora a escola fosse um lugar em que Vercilene gostava de estar, a distância da sua casa dificultava a locomoção. Para isso, ela e seus irmãos, no auge da infância, inventavam caminhos alternativos para tornar o trajeto de 1 hora e 40 minutos menos cansativo e mais divertido. “Ou a gente ia beirando o rio Paranã ou íamos pela estrada normal. Pelo rio tinha mais sombra, mas era mais difícil. Na estrada normal, a gente ia o caminho todo brincando de pique-pegas. Era muito divertido, apesar de ser longe”, relembra. Vercilene conta que costumava almoçar cedo, às 10h30 da manhã, para fazer o “quilo” e sair de casa às 11h. “A gente gostava de sair cedo para não chegar atrasado, é claro!”, ri. Além de pique-pegas, outras brincadeiras faziam parte da rotina dos irmãos Dias na ida e volta da escola, como, por exemplo, tomar banho de rio. “Nós só caíamos na água. Os pés ficavam todos cinzentos!

Foi um período bem feliz da minha vida, com meus irmãos e meus primos”, garante.

Apesar de tanta diversão, Vercilene sabia que permanecer na comunidade não a levaria para o futuro que tanto almejava. Logo pediu ao seu pai que a deixasse morar na cidade. Para a felicidade da menina, a resposta foi positiva, mas o caminho não foi simples, muito menos isento de dificuldades. Seu primeiro destino fora da comunidade foi o município de Arraias, em Tocantins. Para partir, colocou todas as suas melhores roupas dentro da sacola de mercado mais bonita que tinha em casa e foi, transbordando ansiedade para o que viria pela frente. “Lembro da família me buscando nas margens do Rio Paranã. Não sentia medo, estava muito apaixonada, com um propósito maior”, relembra. No carro, em direção à casa que moraria nos próximos anos, o pensamento de “sair pelo mundo e nunca mais voltar” lhe assombrava, mas a vontade de crescer na vida falava mais alto. Coragem não lhe faltou naquele dia, tampouco nos outros dali em diante.

Ao chegar à cidade, por volta das 21 horas, veio o primeiro susto: a energia elétrica. “Não sabíamos o que era energia no quilombo”, explica. Em uma dúvida inocente, chegou a questionar para si mesma se as pessoas da cidade dormiam. Chegando na residência, ao entrar pela porta da sala, teve o segundo susto: uma televisão. Os filhos estavam assistindo a novela Porto dos Milagres, da TV Globo, juntos de sua mãe. “Lembro que a cena era de uma mulher que estava no mar,

era uma água infinita. Eu só pensava que ela poderia morrer dentro daquela caixa sem poder respirar”, conta.

Após seu período de adaptação, dirigiu-se à escola da cidade para realizar a matrícula, o que não foi possível pois não sabia onde estava o seu histórico escolar. Ficou, portanto, um semestre sem frequentar as aulas. No entanto, depois de conseguir se matricular, iniciou os estudos na quarta série, mas logo sentiu o impacto da diferença na educação da cidade para a comunidade. “Lá eu percebi o quanto era ruim em Português. Minha alfabetização foi muito deficiente na comunidade”, explica. O resultado foi a reprovação, o que não desanimou a estudante, mas sim lhe trouxe mais motivação para seguir se esforçando.

Especialmente porque antes de sair do Tocantins, por uma reprovação, Vercilene foi obrigada a repetir a terceira série. Na época, como criança cheia de vida, teimosa e espirituosa, suas prioridades não eram o estudo. “Nessa época eu era incutida com briga com os meninos, então eu passava mais tempo brigando do que estudando. Qualquer coisa me deixava ao extremo. Eu era custosa, aprontava demais”, relembra.

Mas, em contrapartida, aos 12 anos, em uma conversa despretensiosa com uma das filhas da família, Gisele, que havia feito faculdade de Direito em Goiânia, Vercilene tomou uma decisão que seria seu guia daquele dia em diante:

— Se você estudar Direito poderá ser qualquer coi-

sa, até mais do que um soldado! - explicou a bacharel, a fim de ajudar Vercilene.

— Como o quê?

— Pode ser delegada, promotora, advogada... o que você quiser! – continuou.

— Então é isso! Vou cursar Direito! – disse a menina, decidida e feliz.

Durante esse período, Gisele foi a mais próxima de Vercilene na casa, onde dormia em um quartinho nos fundos. No entanto, ainda assim não havia muita liberdade ou amizade entre elas, o que na escuridão da noite Vercilene costumava esquecer ao carregar seu colchão velho para o quarto da moça, com medo. Segundo a advogada, aos poucos o sentimento de medo foi se tornando uma revolta. “Eu precisava trabalhar muito para ganhar as coisas”, diz, ao explicar sobre quando dividia as tarefas domésticas com uma diarista que trabalhava na casa durante a semana. Vercilene varria, limpava, lavava, passava e cozinhava, além de dar banho no cachorro da família.

A rotina lhe trazia um grande cansaço, pois precisava conciliar com os estudos e a nova exigência vinda da escola, com a qual não estava acostumada. Depois de um longo dia, a adolescente só podia dormir após às 23 horas, quando todos da família haviam jantado, horário em que, então, podia se alimentar. “Às vezes o dono chegava em casa umas 21h e ainda tomava uma cervejinha assistindo Programa do Rati-

nho, então demorava muito. Quando eu ia comer, sentia mais sono do que fome”, relata, ao comparar com a sua rotina na comunidade, onde geralmente estava preparada para dormir por volta das 19h30. “Foi um sofrimento nos primeiros meses. Lembro de uma vez que caí de cara no prato de comida de tanto cansaço”, conclui.

Depois de três anos, Vercilene percebeu que não conseguia mais aguentar a rotina daquele ambiente. Queria, por tudo, voltar para a casa. Assim, mais que depressa, entrou em contato com parentes que moravam em Goiânia e escreveu uma carta a seu pai. Para ambos, expressou sua infelicidade em continuar residindo naquele local, por melhor que tenha sido para ela durante um tempo. A carta chegou três meses após o envio e, depois que seus tios providenciaram todos os documentos necessários para a mudança (como boletim, carta de transferência etc.), seu pai a buscou assim que o semestre letivo foi finalizado e as férias do mês de julho se iniciaram.

Após sair de Arraias, a primeira cidade que conheceu, e retornar à comunidade, Vercilene sabia que precisava retomar seus estudos, o que fez com que logo se mudasse novamente, indo morar em Cavalcante com uma tia. Lembra ter sido uma época de muita dificuldade. Não foi um local em que conseguiu se adaptar ou se identificar, mesmo que se tratasse de uma “cidade negra e quilombo-la”, como ela própria retrata.

Em Cavalcante, chegou a participar de brigas dentro da escola. Em uma delas, teve seu cabelo como alvo de comentários maldosos por seus colegas, então, como forma de vingança, se lembra nitidamente de, na hora do lanche, ter jogado sua vitamina no cabelo da colega responsável por todos esses burburinhos. Com ressentimento de diversos momentos desagradáveis que passou dentro da escola e na própria Cavalcante desde que retornara a ela, em agosto de 2004, logo desistiu da cidade, após um ano.

Sua alternativa, portanto, era novamente se mudar para a casa de uma tia, irmã de seu pai, mas dessa vez, em Goiânia. Era agosto de 2005 e lá passaram a morar Vercilene e uma prima. Uma época também não muito agradável, já que, segundo ela, ambas eram obrigadas a atuar como babás do primo pequeno, já que a tia que as amparava era técnica em enfermagem e possuía três empregos. Lenita, trabalhando dia e noite, obrigava Vercilene a ser a pessoa que precisava lidar com as manhas e birras típicas de uma criança de seis anos de idade. Para uma adolescente que ainda estava no ensino médio, era algo complicado de lidar.

“Pulando sempre de casa em casa”, Vercilene novamente não conseguiu se manter muito tempo nesse ambiente, e partiu para a casa de outra tia que também habitava em Goiânia, mas, dessa vez, do lado materno. Passou a morar com Elza, sua tia avó, que já dividia a casa com seu esposo e seu filho. “A relação era tranquila”, conta.

A partir disso, matriculou-se no Colégio Estadual Garavelo Park, onde cursou o ensino médio, fase em que, segundo ela, começou a “tomar um rumo na vida”. No entanto, embora já estivesse decidida quanto ao seu futuro profissional, ainda se sentia perdida, sem saber por onde começar e qual rumo tomar para chegar até ele. Desse modo, por saber que a trajetória não seria fácil, levava a sério cada palavra dita pelos professores nas aulas, mesmo que a maioria dos seus colegas de classe não se importassem. Segundo ela, em algumas aulas, muitos dos alunos dormiam durante a explicação dos professores, fazendo-a ser a única acordada.

Nessa época, por conta do trabalho como empregada doméstica durante o dia, Vercilene estudava à noite, período em que estava esgotada fisicamente e mentalmente. Com humor e gratidão, a advogada relembra das aulas em que a professora de História, Vilma, ao escrever o conteúdo no quadro, lhe deixava cochilar, se colocando à disposição para acordá-la quando fosse explicar a matéria. “Lembro que ela era bem rígida, dava umas provas tão difíceis que os alunos só assinavam o nome”, ri. “Eu adorava as provas dela, porque eram desafiadoras. Era a única aluna que não entregava em branco”.

Vilma, mais do que ensinar conteúdos didáticos, se aprofundava na realidade de cada aluno, entendendo as suas fraquezas e necessidades. Assim, querendo vê-los futuramente em uma universidade, a todo momento os relembra-

va sobre as datas de inscrição para os vestibulares e para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cedendo suas aulas para auxiliá-los nisso. “Acho que foi a melhor chance da minha vida de fazer alguma coisa, de realizar meu sonho e de seguir em frente”, afirma Vercilene, ao expressar sua gratidão à professora.

Sem nunca ter tido acesso a um computador, Vercilene conta que não teria conseguido fazer as inscrições nas provas sozinha, pois eram de forma integralmente on-line. “A ‘tia’ da sala de informática da escola me ajudou bastante nesse processo, me inscrevendo com pedido de isenção de taxa”, explica. Assim, ela se dirigiu até o Centro de Seleção da Universidade Federal de Goiás para entregar os documentos, quando soube que o pedido havia sido aceito:

— Você quer se inscrever para qual curso? – questionou a funcionária da UFG.

— Direito! – respondeu Vercilene, entusiasmada.

— Você não quer fazer Geografia ou História?

— Professora, eu amo História, mas quero fazer Direito!

— Então vou te inscrever na parte matutina, que é o horário de menos concorrência.

— Pode colocar em qualquer horário, desde que seja o curso de Direito.

Assim, feliz por ter conseguido se inscrever no seu curso dos sonhos, Vercilene voltou para casa empolgada com o que estava por vir. Não se tratava apenas de uma simples

inscrição em uma prova, mas uma chance de mudar sua vida. Caso fosse aprovada, teria oportunidades únicas dentro de uma das melhores universidades do País, mas mais do que isso, seria a primeira de sua família a ingressar no ensino superior. A felicidade não cabia em si.

Após alguns dias trabalhando, notou que seus padrões estavam assistindo uma reportagem que explicava as novas formas de ingressar na UFG. Tratava-se do programa UFGInclui, que gera uma vaga extra em cada curso onde houver demanda indígena e quilombola. No mesmo instante, se lembrou que lhe inscreveram na cota para negros, o que não representava exatamente o que ela era, e que diminuía consideravelmente suas chances de aprovação. Frustrada, deu continuidade ao trabalho, já que era o último dia de inscrição e não tinha acesso a nenhum computador para consertar o erro. O que ela não esperava era que o período havia sido prorrogado.

Naquela noite, na aula de História, Vilma deu a boa notícia aos alunos, fazendo Vercilene correr até a sala de informática da escola para refazer sua inscrição:

— Me coloca na vaga para quilombolas, por favor! — pediu, desesperada, à professora de informática.

Durante todo o processo, pela falta de recursos para bancar internet e outros materiais, quem monitorou sua inscrição foi um namorado da época — que, além disso, foi quem comprou todos os livros que usou para estudar para o vesti-

bular. Isso fez com que, desde sempre, apesar de ter sido uma pessoa determinada a correr atrás de seus sonhos, soubesse o valor de uma rede de apoio na trajetória de uma pessoa.

Ao receber a notícia da aprovação na primeira fase, confessa ter se sentido surpresa, já que além de não ter tido certeza na resposta de diversas questões da prova, passou toda a avaliação sendo incomodada por um menino desconhecido que incessantemente balançava sua cadeira e, a cada minuto, a desconcentrava. A preparação para a segunda fase começou desde o momento em que soube ter passado na primeira, mas foi um período difícil. A rotina de estudos, pesada por si só, acabava se tornando um peso quando combinada com os dias de trabalho e as aulas do colégio. Mentalizar que tudo daria certo no final e que sua aprovação chegaria, entretanto, foi uma parte mais que importante do processo de se manter motivada e não desistir no meio do caminho.

4 de fevereiro era o dia marcado para sair o resultado da segunda fase. Após uma noite de sono mal dormida, às 5h já não conseguia mais pregar os olhos. Sua irmã Nilza, que na época estava grávida, fazia-lhe companhia naquele dia e se empenhava em tentar dissipar a tamanha ansiedade que tomava conta de Vercilene. Às 7h em ponto já se encontravam na porta de casa, prontas para irem à padaria comprar o jornal que, se tivessem sorte, teria a lista de aprovados em seu interior.

Não tinha jornal. E nem teria pelo resto do dia, apenas no dia seguinte, domingo. Sua próxima opção era a lan house, que abriria em uma hora e meia – tempo que passaram aguardando sentadas no meio fio. Foram as primeiras clientes do dia. Ao ligarem o computador, cada segundo que passava enquanto a máquina era ativada, era um aperto no coração que por pouco não saía pela boca de Vercilene. Quando abriram o site do Centro de Seleção, não conseguia saber o sentimento que predominava: se era o alívio ou a frustração por não encontrar absolutamente nenhum vestígio da lista de aprovação.

Antes de sequer ter processado a ansiedade de ser obrigada a esperar até o dia seguinte para saber do resultado, seu celular toca:

— Você passou! – comemorava o namorado.

— Mentira! – exclamou, sem acreditar, enquanto se colocava para correr de volta à lan house para que pudesse ver com os próprios olhos a novidade.

Pela tensão do momento, o nervosismo tomava conta. Não conseguia encontrar forças para procurar e enxergar o próprio nome na lista de aprovados.

— Maninha, tem um V aí? – questionou a irmã, enquanto encarava a carteira de identidade em suas mãos.

— Tem!

— E um E?

— Tem também!

— E um R?

— Tem?

— Aí tá escrito igualzinho aqui na identidade? – perguntou ao mostrar o documento a irmã.

— Maninha, está igual! É você mesmo, você passou!

Quando a ficha caiu, foi uma gritaria só. As duas irmãs Francisco corriam pelas ruas de Cavalcante até em casa, sem conseguir conter a tamanha felicidade que as preenchia naquele momento. Vercilene se lembra que, ao ver seu nome no site da universidade, o filme de sua vida passou por sua mente. Era como a luz no fim do túnel. A vitória após uma jornada de dificuldades e obstáculos que por vezes lhe fez desanimar, mas nunca desistir.

Durante os primeiros minutos, tudo o que conseguia pensar era na alegria de finalmente estar na universidade, mas o desespero logo bateu. Como saberia quais documentos usaria para se matricular e como os conseguiria? Nesse momento, mais uma vez foi amparada por pessoas que prontamente se dispuseram a ajudar, recebeu instruções e apoio de membros da Associação Quilombo Kalunga, que conseguiram a assinatura de seu presidente no documento que comprovava a origem quilombola de Vercilene. “Ele assinou o documento ao contrário, mas o importante era a assinatura dele estar ali”, ri.

Não deixando a emoção de lado, realizou sua matrícula no último dia, “e foi uma correria só”. Ao chegar no cha-

mado Campus Samambaia, campus 2 da universidade, onde seria realizada a matrícula, foi notificada da falta de seu histórico do Ensino Médio, o que impediria seu ingresso na Universidade. Às quatro da tarde, Vercilene recorreu a um “motoboy clandestino” que se encontrava nas redondezas e se dirigiu à porta da casa da diretora do colégio onde havia estudado. Ao conseguir o que queria, mesmo todos os seus familiares sem notícias e relativamente desesperados para saber se as coisas haviam dado certo, pegou o caminho de volta ao campus, chegando lá faltando apenas dois minutos para o portão ser fechado.

Quando Vercilene passou pelo portão, a comoção foi coletiva. E a felicidade também. Agora, com a matrícula feita e mais uma etapa vencida, teria que passar por uma barreira ainda maior: a do choque de culturas. Ela foi posta à prova um dia antes de as aulas começarem. Ao ir visitar o prédio para conhecer onde estudaria, a estudante de Direito se deparou com diversos cartazes com frases típicas em recepção a universitários calouros. “Eram frases aterrorizantes, que falavam em beber e não sei o quê. Para mim isso era tortura!”, conta, com humor.

A estranheza fez com que Vercilene se recusasse a sequer aparecer em frente à Faculdade de Direito na primeira semana de aula. Por um lado foi bom, ela se lembra, já que pulou toda a etapa de trotes, mas por outro lado, em seu primeiro dia, que consistia na segunda semana dos demais

alunos, teve a impressão que todo mundo da sala se conhecia, menos ela. “Foi como cair de paraquedas em um espaço desconhecido”, explica.

Sem precisar parar para analisar, Vercilene facilmente percebeu que era a segunda pessoa negra da sala de aula quando ingressou no curso, mesmo que não soubesse com certeza se a primeira realmente se auto declarava assim. Somente após um ano de aulas, outra estudante negra apareceu em sua sala. Mesmo tendo surgido por acaso, após uma reprovação na disciplina de Direito Civil, Daniella entrou na vida de Vercilene para ficar. Hoje, em pleno 2020, de amigas, passaram a se considerar irmãs.

Com o início das aulas, a estranheza se converteu em dificuldade, já que Vercilene nem mesmo conseguia definir em palavras o que era uma Constituição. Termos como Comunismo ou Etimologia a confundiam. Para ela, tratava-se de todo um mundo novo que se revelava. Mesmo estando menos familiarizada com aquele contexto que a maioria de seus colegas, as feições confusas expressas em seus rostos durante a exposição dos conteúdos a confortava. Afinal, “pelo menos não era só eu”, brinca.

Para seu alívio, seus professores sempre foram solícitos para ajudá-la em suas dificuldades, fosse para tirar dúvidas e pedir explicações extras após as aulas, ou até para presentear-las com livros teóricos de Direito que Vercilene tanto precisava, mas que não possuía os recursos necessários para

adquiri-los. Entre as obras recebidas estão o Vade Mecum, considerado por muitos como a Bíblia do Direito. Outra, era uma coleção inteira de livros de Direito Penal. Ela consegue se lembrar detalhadamente dessas ocasiões em que pessoas se emocionaram quando Vercilene lhes contava sua história, explicando sua origem, vinda de Cavalcante. Tudo isso porque sua postura em classe, seu esforço de nunca faltar às aulas e sempre ser muito atenta ao ensino dos professores eram reconhecidos por todos que conviviam com ela.

Quando essas ações ocorriam, Vercilene, sempre muito emotiva, se desmanchava no choro. Ao ser apresentada com os livros, não foi diferente. Ela também se recorda perfeitamente de seu primeiro dia de aula do segundo período da faculdade, em que o professor de Direito Penal entrou na sala com uma sacola lotada de livros e, ao fim da aula, entregou-lhe o pacote que continha toda a coleção de livros do professor Fernando Capez e o tão sonhado Vade Mecum. Foi uma emoção só. “Eu chorei tanto, até hoje tenho tudo aqui. Naquela época me ajudou muito a estudar para as provas e tudo mais”, enfatiza.

A dificuldade de adaptação nesse novo mundo o qual Vercilene passou a integrar aos poucos foi transformada em motivação de saber cada vez mais dele. Assim, cada palavra desconhecida lhe dava fôlego para pesquisá-la de forma ainda mais profunda. As adversidades dessa jornada, entretanto, não se mantinham apenas em sua condição estrutural ou

de compreensão teórica, mas esbarravam em sua aceitação pelos demais colegas estudantes de Direito.

Mesmo que considere ter encontrado pessoas incríveis que fizeram tamanha diferença em sua jornada – como professores que interrompiam a aula para cantar parabéns em seu aniversário –, ela não se esquece de ter cursado 5 anos de Direito sem que determinadas pessoas de sua sala sequer a olhassem nos olhos, quanto mais lhe dirigissem a palavra.

Em 2013, juntamente com a amiga que até hoje tanto aprecia, a antropóloga social Marta Quintiliano, construiu um coletivo de apoio para estudantes quilombolas dentro da universidade. No começo, Vercilene sequer imaginava que existiam outros quilombolas estudando na UFG. Foi com um telefonema da Coordenação de Inclusão e Permanência que tudo começou a mudar, permitindo a posterior construção de seu coletivo:

– Alô?

– Oi, aqui é o Jean, da Coordenação de Inclusão e Permanência...

– Meu Deus, descobriram que sou quilombola e estou na universidade! – pensou, precipitadamente, com certo desespero.

A ligação era referente a um convite para uma reunião realizada no Museu Antropológico da universidade, que reuniu não apenas Vercilene e Marta, mas diversos

outros quilombolas da instituição. O coletivo, idealizado dentro deste mesmo evento, durante muito tempo contou com reuniões quinzenais e diversas conquistas a seus integrantes, como cursos de reforço em áreas do conhecimento, como português e matemática, e vagas na Casa do Estudante Universitário (CEU).

Dentre as pessoas que mais a marcaram positivamente durante sua graduação estão a professora Raimunda Monteiro, que conheceu por recomendação de sua amiga Lucilene Kalunga. Vercilene se aproximou de Raimunda após a doutora recomendar que a estudante buscasse um curso de gramática que a auxiliasse em suas produções de texto – para que, assim, sua qualidade textual pudesse acompanhar sua memorável capacidade de raciocínio. Apesar de ter ido atrás da recomendada formação e a pago, não suportou mais que dois dias das aulas “insuportavelmente chatas que seu salário de empregada doméstica era capaz de pagar”, como ela mesma as descrevia.

Após perder este emprego, ainda durante a graduação, Raimunda abriu as portas de sua casa para que Vercilene pudesse morar e trabalhar, em troca de um salário. “Na casa dela foi quando encontrei todos os livros que eu precisava ler na vida!”, conta, maravilhada, ao mencionar exemplares marcantes que encontrou no acervo da casa da psicóloga, como as obras de Foucault e O Príncipe, de Nicolau Maquiavel. Segundo Vercilene, Raimunda foi a primei-

ra pessoa que a tratou como filha naquele novo mundo que agora era parte de seu universo.

Durante seu período na universidade, a advogada também teve oportunidades inusitadas, nas quais nunca sequer havia sonhado antes, como a excêntrica viagem ao Peru, oportunidade que conseguiu por meio de sua orientadora de iniciação científica, Vercilene diz que durante quase toda a sua vida, nunca teve vontade de viajar, exceto para Porangatu. O nome do município localizado no interior do estado de Goiás sempre esteve como primeiro palpite a sair de sua boca quando precisava pensar em algum local para se refugiar. Mesmo nunca tendo realmente ido a Porangatu, esta era a cidade para a qual seu avô, durante toda a infância da jovem quilombola, se dirigia, em uma viagem de quatro dias a cavalo, para buscar a aposentadoria.

Apesar de ter passado por uma longa burocracia para conseguir viajar – como preencher a papelada da inscrição, ir atrás dos documentos exigidos e conseguir afastamento temporário do estágio que, na época, realizava na Secretaria de Políticas para a Igualdade Racial e da Mulher – e mesmo não falando espanhol – sabendo apenas poucos jargões e expressões aprendidos no aplicativo Duolingo –, Vercilene passou quinze dias no Peru. A ficha de que estava a caminho de um país desconhecido sem qualquer pessoa que pudesse lhe fornecer apoio só caiu quando já estava na metade do caminho, dentro do avião. “Eu estava morrendo de sede, com vergonha,

e não conseguia lembrar como pedir água em espanhol. Nisso o duolingo não ajudou”, relembra.

As dificuldades passadas pela barreira linguística, entretanto, não apagaram o brilho da aventura que hoje deixam marcas em forma de saudade, lembranças e muitas fotografias guardadas no fundo de suas gavetas.

Um ano após seu retorno ao Brasil, já diplomada em Estudo Internacional em Litígio Estratégico em Direito Indígena e Afrodescendente pela Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP), ao fim de 2016, Vercilene se formou. Na solenidade, seus pais não puderam estar presentes, mas seus tios, tias, irmãos e amigos marcaram presença. Marta foi uma das pessoas presentes durante a cerimônia e, especialmente no momento em que chamaram a formanda para pegar o diploma, vibrou e gritou o nome da bacharel em Direito na plateia. “Com o nervosismo e a demora para chamarem meu nome, apesar dos gritos, eu não escutava e nem enxergava ninguém. Minha tia, por exemplo, já estava afobada de desespero”, explica.

Ao escutar seu nome em alto e bom som, dirigiu-se aos componentes da mesa para cumprimentá-los e pegou seu diploma nas mãos do vice-reitor da época, que o entregou dentro de uma pastinha – e não de um canudo, como Vercilene previamente esperava. O que as fotografias da cerimônia não contam, por trás do largo sorriso de felicidade que não abandonava o rosto de Vercilene, era a forte dor de

cabeça que a acompanhou durante todo o dia do evento – que acabou ofuscada pela grandiosidade daquele momento em sua vida. “Quando o reitor terminou a fala e mandou jogar o capelo pra cima, eu nem sabia onde havia parado o meu. Peguei de volta o primeiro que vi pela frente e saí correndo ao encontro de minha família”, conta Vercilene, com muita emoção, ao relembrar o momento.

Naquele momento, seus sentimentos eram inexplicáveis. Todas as suas lutas, que começaram naquele dia, aos cinco anos de idade, em que, na comunidade de Cavalcante, comunicara ao pai sua vontade de ir para a cidade estudar, haviam se concretizado. Ou pelo menos, quase todas, já que, agora, ainda precisaria prestar a prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para que finalmente pudesse exercer a advocacia.

Ao se formar e permanecer desempregada – e sem a bolsa universitária que havia sido cortada logo após a posse do diploma –, Vercilene percebeu que o cenário em que vivia não era tão amigável como o que sempre havia idealizado com a amiga Marta, enquanto ainda eram universitárias. Assim, deu início à intensa jornada de estudos para as fases da OAB.

A quilombola se recorda que, naquele momento, as dificuldades financeiras eram intensas, e mesmo tendo conseguido a isenção de taxas para realizar as provas, novamente precisou contar com a boa ação de pessoas que a cercavam –

como sua orientadora da graduação, que pagou três meses de aluguel mesmo depois de formada – para que pudesse seguir com seus objetivos. Pegou materiais emprestados, mesmo que desatualizados, e seguiu. Estudou e ao prestar a prova de forma tranquila, passou na primeira fase. Determinada, persistiu. Após a realização da segunda prova, o nervosismo bateu, mas ainda assim era equilibrado pela possibilidade da realização de futuros exames caso não alcançasse a almejada aprovação naquele momento.

Com a aproximação do dia da liberação do resultado, uma ansiedade similar ao dia de sua aprovação no vestibular tomou conta e, da mesma forma que anos atrás, a felicidade foi garantida. No dia estabelecido, Vercilene, que estava no seu último período da graduação, foi até a universidade para assistir algumas aulas. Lá, mesmo que o resultado fosse o principal assunto de todas as rodas de conversa, este ainda não havia sido divulgado. Por isso, logo retornou à sua casa para que pudesse finalizar o tempo de espera de forma mais particular.

Em casa, o caminho realizado foi da porta de entrada até o cômodo em que se encontrava o notebook, por onde novamente acessaria o portal da OAB em busca da lista de aprovados. “Desgrama de lentidão”, resmungou, enquanto, impacientemente, aguardava o processamento do notebook que vagarosamente ligava. Enquanto aguardava o carregamento da própria máquina e do site, esquentou as

sobras do jantar da noite anterior para que pudesse almoçar, e logo após desligar a última chama do fogão, retornou em um passo ao quarto em busca de novas atualizações sobre o resultado.

Seu coração acelerava progressivamente na medida que abria o documento com a lista de futuros advogados na página inicial do site. Ao finalizar do carregamento da página, utilizou os comandos de pesquisa Ctrl + F para que pudesse pesquisar seu nome de forma mais ágil, e novamente se recordou da grande tensão que sentiu ao ser aprovada no curso de Direito.

— V...

— E...

— R...

Pausa.

— Meu Deus, meu Deus, meu Deus! – exclamou, enquanto pegava o celular para, o mais rápido que conseguisse, enviar mensagem a Marta, a Jean e a outros amigos e familiares.

Como em toda situação de grande intensidade, logo após processar a informação do que havia acabado de ver, levantou-se e não hesitou em demonstrar seus sentimentos.

— Eu passei! – gritava e pulava de forma tão entusiasmada, que despertou a atenção de sua vizinha.

— Está tudo bem aí?

— Está tudo óooooootimo! – gritou.

Para seu pai, Simão, Vercilene não era estudante de Direito, e sim de Advocacia. Desse modo, assim que soube da aprovação da filha no exame da Ordem, mal pôde conter a sua felicidade, sendo avisado através dos tios da jovem após algum tempo. “Ele não estava nem aí se eu tinha passado na OAB, nem minha mãe. Para eles, eu já era advogada, fazia advocacia, né?”, conta com humor.

Em uma pesquisa rápida na internet em busca de informações sobre o que acabara de acontecer, no auge da satisfação em ser aprovada, Vercilene soube que para pegar a sua carteira da OAB precisava pagar uma taxa. Assim, desempregada e prestes a ser despejada, em um longo silêncio, tentou tramar alguma solução. O que ela não esperava era que seus amigos, em sigilo, fizeram uma vaquinha virtual para ajudá-la na arrecadação de dinheiro para pagar a taxa, que não era barata. Vercilene só soube de tudo que estava acontecendo quando um jornalista ligou para pedir uma entrevista, sobre a aprovação e sobre a vaquinha. Surpresa, logo perguntou:

— Que vaquinha é essa, moço? Não estou sabendo de nada! — disse, completamente confusa.

Na época, a jovem advogada estava estudando para a prova do mestrado em Direito Agrário. Desse modo, em meio a tantas ligações de veículos de comunicação interessados na sua história, relata ter sido “uma confusão”. Apesar disso, conseguiu conceder entrevistas para alguns jornais da

cidade, ainda não entendendo muito bem tudo o que estava mudando na sua vida. Para ela, toda aquela visibilidade era incomum. Mas, entusiasmada e feliz, seguiu em frente.

Após um mês, veio a surpresa: com a vaquinha virtual, conseguiram arrecadar dois mil reais, fazendo-a conseguir pagar a taxa da OAB, bem como quitar suas despesas e se mudar de casa, indo morar em Aparecida de Goiânia.

Desde sempre seu maior foco fora a carreira, mesmo que tenha conciliado bem os outros pontos da sua vida. Mas por ter tomado um rumo diferente das outras pessoas de sua família, o estranhamento, por vezes, acontece. Hoje, com 30 anos, sem marido ou filhos, mesmo nunca tendo deixado sua vida afetiva de lado, é sempre alvo de piadas vindas de seu pai, que brinca com o fato de a filha ter “ficado para a titia” – expressão comumente utilizada para designar irmãs mais velhas quando as caçulas já tiveram filhos, de modo que a primeira tenha se tornado tia antes de se tornar mãe.

Atualmente residindo em Brasília, Vercilene é assessora jurídica na Terra de Direitos, organização de Direitos Humanos e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), e faz parte da Associação Brasileira de Pesquisadoras(es) Negras(os) (ABPN). Mesmo esse não sendo seu objetivo final de carreira, tem muito orgulho de sua trajetória e suas conquistas.

Vercilene, acima de tudo, desde sempre compreendeu o peso de um rompimento de barreiras, ou seja, da

quebra de estereótipos criados em cima de um povo que historicamente foi marginalizado. Essa carga, por vezes, torna-se motivo de angústia. Especialmente quando a insegurança fala mais alto e a faz duvidar da própria capacidade de representar a posição de única filha a ter um diploma de curso superior e, principalmente, de mulher quilombola e advogada que luta pelos direitos de seus semelhantes. Entretanto, ao se deparar com todo o trajeto já traçado até o momento, consegue rapidamente substituir os sentimentos negativos pela honra de poder representar seu povo em um posto de tamanha relevância.

Assim, além de toda essa carga de representatividade e de todo auxílio às minorias e ao seu próprio povo que presta com o seu trabalho, Vercilene sonha em ajudar sua comunidade de forma ainda mais próxima. No entanto, antes que isso ocorra, pretende se especializar ainda mais no Direito, para que consiga conquistar um bom nome e uma carreira sólida e, quem sabe, abrir um escritório de advocacia mais perto de sua cidade natal. Hoje, a vida em Brasília, apesar de boa, é difícil, mas Vercilene encara como uma etapa de suma importância em sua qualificação para que, posteriormente, possa investir em uma vida mais calma e confortável. Deseja retornar às origens, morando mais perto de sua família, longe das rotinas frenéticas das grandes cidades e aproveitando as alegrias singelas do interior.

referências

Wellington Hanna e Thaís Cunha. “Discriminação rouba de transexuais o direito ao estudo”. Correio Braziliense. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transexuais-o-direito-ao-estudo>>. Acesso em: 12 set 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil”. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multi-dominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 23 ago 2020.

Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down. “Síndrome de Down: de A a Z.” Disponível em: <<https://federacaodown.org.br/sindrome-de-down/#:~:text=Nos%20EUA%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20National,-nascem%20com%20s%C3%ADndrome%20de%20Down.>> Acesso em: 02 set 2020.

Guilherme Goulart e Natália Lambert. “Césio 137: 30 anos de

um inimigo invisível”. Correio Braziliense, 2017. Disponível em: <<https://especiais.correiobraziliense.net.br/cesio137/>> Acesso em: 29 set 2020.

ONU Mulheres Brasil. “Brasil é ‘lanterna’ em ranking latino-americano sobre paridade de gênero na política”. ONU Mulheres, 2017. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/brasil-e-lanterna-em-ranking-latino-americano-sobre-paridade-de-genero-na-politica/>>. Acesso em: 11 jul 2020.

Clara Velasco. “Em 10 anos, Brasil ganha mais de 1 milhão de famílias formadas por mães solteiras”. Portal G1, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/em-10-anos-brasil-ganha-mais-de-1-milhao-de-familias-formadas-por-maes-solteiras.ghtml>>. Acesso em: 23 set 2020.

Revista Veja. “Os brasileiros são os mais ansiosos do mundo, classifica a OMS”. Veja, 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/saude/os-brasileiros-sao-os-mais-ansiosos-do-mundo-segundo-a-oms/>>. Acesso em: 18 out 2020.

